

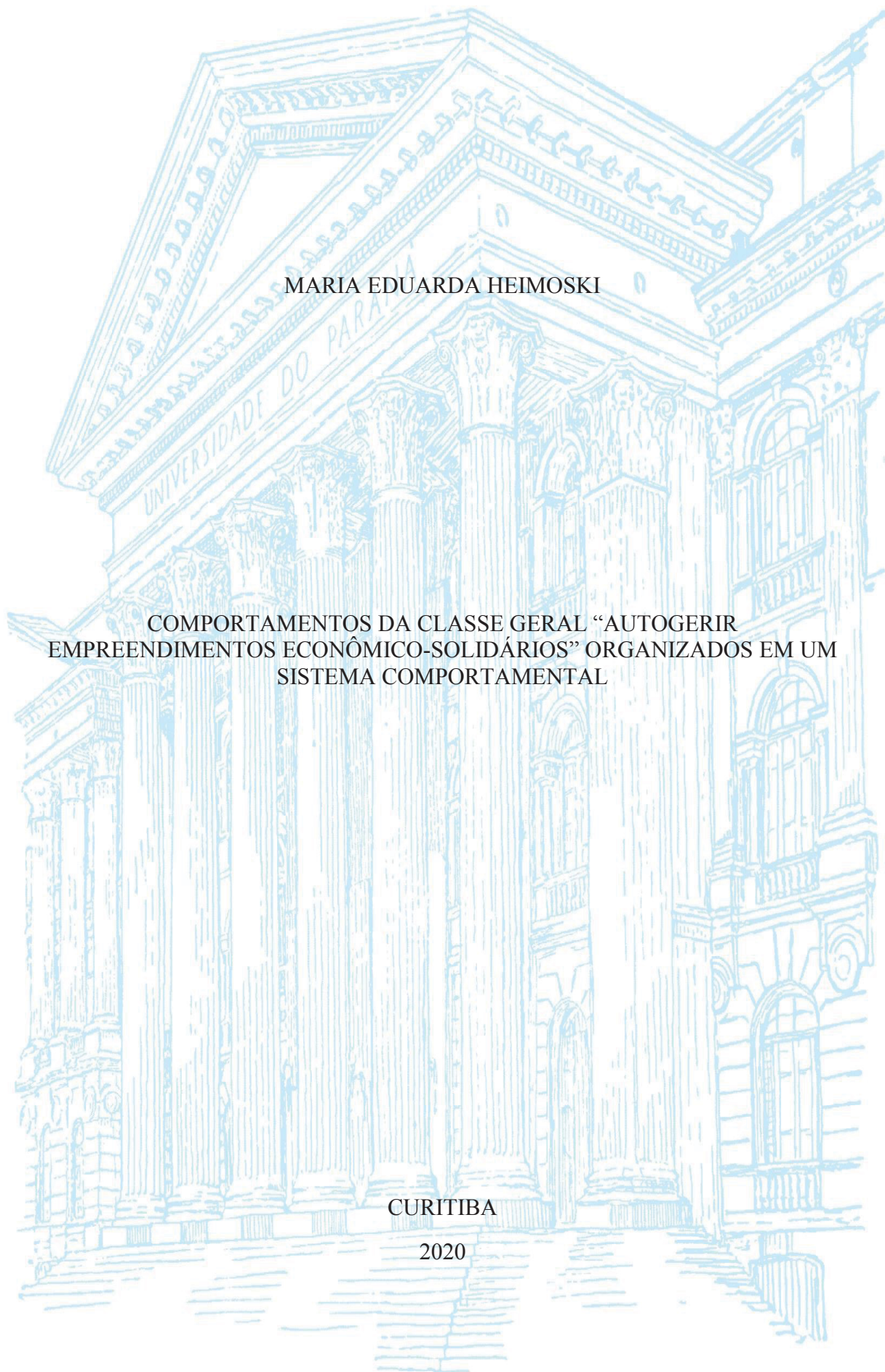
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA EDUARDA HEIMOSKI

COMPORTAMENTOS DA CLASSE GERAL “AUTOGERIR
EMPREENHIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS” ORGANIZADOS EM UM
SISTEMA COMPORTAMENTAL

CURITIBA

2020



MARIA EDUARDA HEIMOSKI¹

COMPORTAMENTOS DA CLASSE GERAL “AUTOGERIR
EMPREENHIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS” ORGANIZADOS EM UM
SISTEMA COMPORTAMENTAL

Dissertação apresentada ao curso de
Pós-Graduação em Psicologia, Setor de
Ciências Humanas, da Universidade
Federal do Paraná, como requisito à
obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Doutor Gabriel
Gomes de Luca

CURITIBA

2020

¹ Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) de Abril 2018 à Março 2020.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Heimoski, Maria Eduarda

Comportamentos da classe geral “autogerir empreendimentos econômico-solidários” organizados em um sistema comportamental. / Maria Eduarda Heimoski. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Gabriel Gomes de Luca

1. Comportamento humano - Psicologia. 2. Solidariedade. 3. Economia social. I. De Luca, Gabriel Gomes, 1983-. II. Título.

CDD – 150.1943



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PSICOLOGIA -
40001016067P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MARIA EDUARDA HEIMOSKI** intitulada: ***Comportamentos da classe geral "autogerir empreendimentos econômicos-solidários" organizados em um sistema comportamental***, sob orientação do Prof. Dr. GABRIEL GOMES DE LUCA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 06 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica

06/05/2020 19:47:36.0

GABRIEL GOMES DE LUCA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

08/05/2020 12:32:19.0

GEOVANE TESTA CORREA

Avaliador Externo (ÂMBIA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE COMPORTAMENTO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES)

Assinatura Eletrônica

07/05/2020 17:12:01.0

MARCELO HENRIQUE OLIVEIRA HENKLAIN

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA)

Praça Santos Andrade, 50, 2o andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-010 - Tel: (41) 3310-2644 - E-mail: pgpsicologia@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 41283

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 41283



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PSICOLOGIA -
40001016067P0

ATA Nº215

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM PSICOLOGIA**

No dia seis de maio de dois mil e vinte às 09:00 horas, na sala por meio de transmissão ao vivo pela plataforma digital Rede Nacional de Pesquisa (RNP), conforme determinações da Portaria nº36/2020 da CAPES, da Portaria nº754/2020 da UFPR e das recomendações da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFPR (PRPPG), foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **MARIA EDUARDA HEIMOSKI**, intitulada: ***Comportamentos da classe geral "autogerir empreendimentos econômicos-solidários" organizados em um sistema comportamental***, sob orientação do Prof. Dr. GABRIEL GOMES DE LUCA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: GABRIEL GOMES DE LUCA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), GEOVANE TESTA CORREA (ÂMBIA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE COMPORTAMENTO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES), MARCELO HENRIQUE OLIVEIRA HENKLAIN (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, GABRIEL GOMES DE LUCA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Observações: Destacamos a qualidade e a relevância do estudo e a evidente dedicação de Maria Eduarda no desenvolvimento de sua dissertação de mestrado e de sua formação científica.

CURITIBA, 06 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica

06/05/2020 19:47:36.0

GABRIEL GOMES DE LUCA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

08/05/2020 12:32:19.0

GEOVANE TESTA CORREA

Avaliador Externo (ÂMBIA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE COMPORTAMENTO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES)

Assinatura Eletrônica

07/05/2020 17:12:01.0

MARCELO HENRIQUE OLIVEIRA HENKLAIN

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA)

Praça Santos Andrade, 50, 2o andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-010 - Tel: (41) 3310-2644 - E-mail: pgpsicologia@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 41283

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 41283

RESUMO

A Economia Solidária (EcoSol) é um modelo econômico comprometido aos princípios da solidariedade, relações igualitárias, cooperação, democracia e autogestão. Dados estatísticos somados a literatura científica da área explicitam que umas das principais dificuldades encontradas ao desenvolver um empreendimento econômico-solidário (EES) é efetivar a prática autogestionária. Algumas hipóteses que explicam essa dificuldade é a mudança do sistema heterogestionário para o autogestionário, a quantidade de sócio-trabalhadores envolvidos no processo de tomada de decisão, a baixa quantidade de estímulos e reforçadores positivos, a busca por capacitações na temática apenas em momentos de necessidade, entre outras. As capacitações voltadas para a EcoSol e autogestão surgem como uma possibilidade de amenizar ou resolver as dificuldades encontradas pelos EES. Com isso, esta pesquisa objetivou identificar as características dos componentes das classes de comportamento constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário”. Para tanto foram utilizados conhecimentos e procedimentos sistematizados pela Programação de Condições de Desenvolvimento de Comportamentos. O processo de identificar comportamentos ocorreu por meio de um artigo científico sobre gestão de EES, do qual foram destacados 53 trechos que possibilitaram identificar 303 comportamentos. Esses 303 comportamentos foram organizados em um sistema comportamental que possibilitou identificar lacunas no sistema comportamental. A partir dessas lacunas foram decompostos mais 243 comportamentos. O sistema comportamental final da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário” é composto de 546 comportamentos, agrupados em seis classes gerais de comportamento. As classes gerais são “Avaliar correspondência entre princípios da EcoSol e a prática econômico-solidária”, “Planejar prática econômico-solidária do EES”, “Executar prática econômico-solidária planejada”, “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo EES”, “Produzir conhecimento sobre EcoSol” e “Divulgar conhecimento sobre EcoSol”. A identificação desses comportamentos possibilita desenvolver programas de ensino que desenvolvam o repertório autogestionário e, assim, aumentem a probabilidade dos EES a efetivarem a prática econômico-solidária.

Palavras-chave: Programação de Condições para Desenvolvimento de Comportamentos, Autogestão, Economia Solidária, Empreendimentos Econômico-Solidários, Psicologia.

ABSTRACT

The Solidary Economy is an economic model committed to the principles of solidarity, egalitarian relations, cooperation, democracy and self-management. Statistical data added to the scientific literature in the area explain that one of the main difficulties encountered when developing an economic-solidary enterprise is to implement the self-management practice. Some hypotheses that explain this difficulty are the change from the heterogestinary to the self-management system, the number of socio-workers involved in the decision-making process, the low amount of positive stimuli and reinforcers, the enterprises only search for training on the subject in times of need, among others. The training focused on Solidary Economy and self-management appears as a possibility to alleviate or solve the difficulties encountered by this type of enterprise. Thus, this research aimed to identify the characteristics of the components of behavior classes that constitute the general class of “Self-managing an economic-solidary enterprise”. For that, knowledge and procedures systematized by the Contingency Program for Behavior Development were used. The process of identifying behaviors occurred through a scientific article on economic-solidary enterprise management, of which 53 excerpts were highlighted that made it possible to identify 303 behaviors. These 303 behaviors were organized in a behavioral system that made it possible to identify gaps in the behavioral chain. From these gaps, 243 more behaviors were decomposed. The final behavioral system of the general class “Self-managing economic-solidary enterprise” is composed of 546 behaviors, grouped into six general classes of behavior. The general classes are “Evaluate correspondence between Solidary Economy principles and economic-solidarity practice”, “Plan economic-solidary enterprise”, “Execute economic-solidarity practice”, “Evaluate economic-solidarity practice performed by the enterprise”, “Produce knowledge about Solidary Economy” and “Disseminate knowledge about Solidary Economy”. The identification of these behaviors makes it possible to develop teaching programs that develop the self-managerial repertoire.

Keywords: Contingency Program for Behavior Development, Self-management, Solidary Economy, Economic-solidary enterprise, Psychology.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1: Processo de inclusão e exclusão de artigos com base nos critérios A, B, C, D e E.... | 57 |
| Figura 2: Quantidade de artigos publicados por ano dividido conforme a formação dos pesquisadores | 59 |
| Figura 3: Quantidade de artigos por tipo de estudo dividido conforme a formação dos pesquisadores | 61 |
| Figura 4: Quantidade de artigos por tema dividido conforme a formação dos pesquisadores... | 64 |
| Figura 5: Quantidade de artigos por fenômenos de atuação profissional dividido conforme a formação dos pesquisadores..... | 65 |
| Figura 6: Representação dos componentes constituintes do comportamento "ensinar" para explicitar a relação entre os componentes e exemplificar a noção de comportamento como interação. Reproduzida de Kubo e Botomé (2001, p.6). | 78 |
| Figura 7: Representação dos componentes constituintes do comportamento de quem "aprendeu" para explicitar a relação entre os componentes e exemplificar a noção de comportamento como interação. Reproduzida de Kubo e Botomé (2001, p.8). | 79 |
| Figura 8: Representação gráfica das três dimensões que podem ser consideradas ao estabelecer objetivos de ensino. Reproduzida de Botomé e Kubo (2002, p.8). | 81 |
| Figura 9: Representação esquemática dos graus de abrangência e suas respectivas posições no mapa de ensino. Reproduzida de Kienen (2008, p.99)..... | 92 |
| Figura 10: Representação gráfica da distinção entre eficiência e eficácia com base nos possíveis resultados produzidos por um programa de contingências. Reproduzida de De Luca (2013, p. 427). | 99 |
| Figura 11: Representação do Protocolo de distribuição das classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários em níveis de abrangência com base nos critérios de abrangência expostos por Kienen (2008)..... | 104 |
| Figura 12: Exemplo de decomposição de classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários em comportamentos menos abrangentes | 114 |
| Figura 13: Exemplo de distribuição das classes gerais de comportamentos que constituem a classe geral de comportamentos autogestionários a partir da identificação do nível de abrangência | 115 |
| Figura 14: Representação da classe geral "Autogerir empreendimento econômico solidário" e suas seis subclasses mais gerais | 118 |
| Figura 15: Representação da classe geral "Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” | 133 |

| | |
|---|-----|
| Figura 16: Representação da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” | 150 |
| Figura 17: Representação da classe geral “Executar prática econômico-solidária” | 167 |
| Figura 18: Representação da classe geral "Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidária" | 184 |
| Figura 19: Representação da classe geral “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” | 193 |
| Figura 20: Representação da classe geral “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” | 199 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1: Divergências dos regimes industriais que adotam autogestão ou cogestão | 31 |
| Tabela 2: Comparação da formação continuada dentro de empreendimentos heterogestionários e autogestionários..... | 40 |
| Tabela 3: Sistematização de informações sobre os CFES Regionais, seus estados de abrangência, instituição responsável e cidade na qual sua sede reside..... | 46 |
| Tabela 4: Sistematização de etapas do processo de incubação de três incubadoras conforme os dados analisados de Murad e Abreu (2016) | 50 |
| Tabela 5: Descrição e exemplos dos critérios de seleção utilizados para filtrar os artigos encontrados nas bases de dados | 57 |
| Tabela 6: Objetivos apresentados pelos artigos da categoria “Empírico Estudo de Caso” por quantidade de artigos..... | 62 |
| Tabela 7: Objetivos apresentados pelos artigos da categoria “Empírico Outros” por quantidade de artigos | 63 |
| Tabela 8: Definições apresentadas da Economia Solidária pela quantidade de artigos | 70 |
| Tabela 9: Descobertas encontradas pela quantidade de artigos | 72 |
| Tabela 10: Representação do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários..... | 103 |
| Tabela 11: Representação do Protocolo de identificação, proposição e análise de possíveis nomes de classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários..... | 104 |
| Tabela 12: Exemplo de preenchimento do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários | 106 |
| Tabela 13: Exemplo de preenchimento do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários | 107 |
| Tabela 14: Exemplo de preenchimento do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários | 108 |
| Tabela 15: Tabela de variáveis que podem ser considerados no exame de componentes do comportamento de um organismo reproduzida de De Luca (2013, p.44) | 109 |
| Tabela 16: Exemplo de preenchimento do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários | 110 |
| Tabela 17: Exemplo de preenchimento do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários | 112 |
| Tabela 18: Exemplo de preenchimento do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários obtidos por meio do processo de decomposição a partir da identificação de lacunas no mapa de ensino ... | 116 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 19: Caracterização dos compoenntes (classe de estímulo antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário” | 120 |
| Tabela 20: Caracterização dos componentes (classe de estímulos antecedentes, classe de repostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” | 131 |
| Tabela 21: Nome das classes de comportamento (1-30) constituintes da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 15..... | 134 |
| Tabela 22: Nome das classes de comportamento (31-39) constituintes da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 15..... | 139 |
| Tabela 23: Nome das classes de comportamento (40-46) constituintes da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 15..... | 139 |
| Tabela 24: Nome das classes de comportamento (47-65) constituintes da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 15..... | 142 |
| Tabela 25: Nome das classes de comportamento (66-73) constituintes da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 15..... | 143 |
| Tabela 26: Nome das classes de comportamento (74-97) constituintes da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 15..... | 145 |
| Tabela 27: Caracterização dos componentes (classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” | 148 |
| Tabela 28: Nome das classes de comportamento (01-10) constituintes da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 16 | 151 |
| Tabela 29: Nome das classes de comportamento (11-45) constituintes da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 16 | 154 |
| Tabela 30: Nome das classes de comportamento (46-56) constituintes da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 16 | 155 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 31: Nome das classes de comportamento (57-77) constituintes da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 16 | 157 |
| Tabela 32: Nome das classes de comportamento (78-104) constituintes da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 16 | 158 |
| Tabela 33: Nome das classes de comportamento (105-130) constituintes da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 16 | 160 |
| Tabela 34: Nome das classes de comportamento (131-145) constituintes da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 16 | 161 |
| Tabela 35: Caracterização dos componentes (classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Executar prática econômico-solidária” | 165 |
| Tabela 36: Nome das classes de comportamento (01-10) constituintes da classe geral “Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17..... | 168 |
| Tabela 37: Nome das classes de comportamento (11-44) constituintes da classe geral “Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17..... | 170 |
| Tabela 38: Nome das classes de comportamento (45-61) constituintes da classe geral “Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17..... | 172 |
| Tabela 39: Nome das classes de comportamento (62-84) constituintes da classe geral “Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17..... | 174 |
| Tabela 40: Nome das classes de comportamento (85-113) constituintes da classe geral “Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17..... | 176 |
| Tabela 41: Nome das classes de comportamento (114-130) constituintes da classe geral “Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17..... | 177 |
| Tabela 42: Nome das classes de comportamento (131-151) constituintes da classe geral “Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17..... | 178 |
| Tabela 43: Nome das classes de comportamento (152-178) constituintes da classe geral “Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17..... | 180 |
| Tabela 44: Caracterização dos componentes (classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário” | 183 |

| | |
|--|--------------|
| Tabela 45: Nome das classes de comportamento (01-17) constituintes da classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 18 | 185 |
| Tabela 46: Nome das classes de comportamento (18-38) constituintes da classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 18 | 188 |
| Tabela 47: Nome das classes de comportamento (39-51) constituintes da classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 18 | 189 |
| Tabela 48: Caracterização dos componentes (classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” | 192 |
| Tabela 49: Nome das classes de comportamento (01-13) constituintes da classe geral “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” conforme número atribuído na Figura 19 | 194 |
| Tabela 50: Nome das classes de comportamento (14-24) constituintes da classe geral “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” conforme número atribuído na Figura 19 | 195 |
| Tabela 51: Nome das classes de comportamento (25-44) constituintes da classe geral “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” conforme número atribuído na Figura 19 | Erro! |
| Indicador não definido. | |
| Tabela 52: Caracterização dos componentes (classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” | 198 |
| Tabela 53: Nome das classes de comportamento (1-27) constituintes da classe geral “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” conforme número atribuído na Figura 20 | 200 |

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABPES: Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária

AC: Análise do Comportamento

ADS/CUT: Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores

ANTEAG: Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão

BUYOUT: *Employee ownership as an alternative to plans shutdowns, the Ohio experience*

BVS: Biblioteca Virtual em Saúde

CadSol: Cadastro de Empreendimentos Econômico-solidários

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFES: Centro Nacional de Formação e Apoio à Assessoria Técnica

CONPES: Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária

CONTAG: Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

COPPE: Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia

COOTRAM: Cooperativa de Trabalho de Manguinhos

EAF: Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento

EcoSol: Economia Solidária

EES: Empreendimento econômico-solidário

ESOPs: *Employee Stock Ownership Plans*

FASE: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

ITCP: Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

LETS: *Local Employment and Trandin System*

LGBTQI+: Lesbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queers, Intersex e mais

MBA: Master in Business Administration

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE: Ministério do Trabalho e do Emprego

ONESC: Observatório Nacional de Economias Solidária e Cooperativismo

ONG: Organizações Não Governamentais

PCDC: Programação de Condições para Desenvolvimento de Comportamentos

PePSIC: Periódicos Eletrônicos de Psicologia

PPES: Políticas Públicas de apoio a Economia Solidária

PSI: *The Personalised System of Instruction*

PT: Partido dos Trabalhadores

RA: Reforçador Arbitrário

RCP: Reforçador de Curto Prazo

RLP: Reforçador de Longo Prazo

RN: Reforçador Natural

SciELO: Biblioteca Eletrônica Científica Online

SENAES: Secretaria Nacional de Economias Solidárias

SIES: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB: Universidade de Brasília

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| I INTRODUÇÃO | 18 |
| 1. Economia Solidária e Autogestão: conceitos básicos para uma programação de contingências para o desenvolvimento de comportamentos autogestionários | 19 |
| 2. O modelo autogestionário de gestão | 27 |
| 3. Dificuldades dos empreendimentos econômicos solidários: a mudança do sistema heterogestionário para autogestionário | 33 |
| 4. Educação para Economia Solidária e Autogestão | 39 |
| 5. Economia Solidária: uma revisão sistemática enfatizando as contribuições da Psicologia em artigos publicados entre 2008 e 2019 | 52 |
| a. Psicologia e Economia Solidária: possíveis relações | 53 |
| b. Método | 56 |
| c. Resultados e Discussão | 58 |
| d. Considerações finais | 73 |
| 6. Uma outra alternativa para a educação na Economia Solidária: a Programação de Contingências para Desenvolvimento de Comportamentos | 74 |
| II MÉTODO: CARACTERIZAÇÃO DAS CLASSES DE COMPORTAMENTOS CONSTITUINTES DA CLASSE GERAL “AUTOGERIR EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS” | 102 |
| 1. Fontes de Informação | 102 |
| a. Critério de escolha para as fontes de informação | 102 |
| 2. Materiais e instrumentos | 103 |
| 3. Procedimento | 105 |
| a. Proposição de classes de comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário” com base na fonte de informação selecionada | 105 |
| b. Organização das classes de comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário” em um sistema comportamental | 112 |
| III CARACTERÍSTICAS DA CLASSE GERAL “AUTOGERIR EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS” | 117 |
| IV CARACTERÍSTICAS DA CLASSE GERAL “AVALIAR CORRESPONDÊNCIA ENTRE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PRÁTICA ECONÔMICO-SOLIDÁRIA” | 129 |
| V CARACTERÍSTICAS DA CLASSE GERAL “PLANEJAR PRÁTICA ECONÔMICO-SOLIDÁRIA DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO-SOLIDÁRIO” | 147 |

| | |
|---|-----|
| VI CARACTERÍSTICAS DA CLASSE GERAL “EXECUTAR PRÁTICA ECONÔMICO-SOLIDÁRIA PLANEJADA” | 164 |
| VII CARACTERÍSTICAS DA CLASSE GERAL “AVALIAR PRÁTICA ECONÔMICO-SOLIDÁRIA EXECUTADA PELO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO-SOLIDÁRIO” | 182 |
| VIII CARACTERÍSTICAS DAS CLASSES GERAIS “PRODUZIR CONHECIMENTO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA” E “DIVULGAR CONHECIMENTO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA” | 191 |
| IX IMPLICAÇÕES DE ORGANIZAR A CLASSE “AUTOGERIR EMPREENDIMENTO ECONÔMICO-SOLIDÁRIO” EM UM SISTEMA COMPORTAMENTAL | 202 |
| REFERÊNCIAS | 207 |
| ANEXO I..... | 224 |
| APÊNDICE I..... | 225 |
| APÊNDICE II..... | 226 |
| APÊNDICE III | 479 |

I INTRODUÇÃO

Uma prática econômica pode ser solidária com seus cidadãos? E no Brasil haveria espaço para essa solidariedade? De acordo com a Secretaria Nacional de Economias Solidárias (SENAES) em 2013² existiam 19.708 empreendimentos solidários, os quais são guiados, por definição, pelos princípios da solidariedade, coletividade, autonomia, cooperação, democracia, igualitarismo, justiça social e a autogestão. Contudo, desses 19.708 empreendimentos econômicos solidários contabilizados, 8.611 possuíam dificuldades de efetivar a participação coletiva e a realização da autogestão (SENAES, 2013). Como consequência dessa dificuldade, de acordo com o Observatório Nacional de Economias Solidária e Cooperativismo (ONESC, 2015)³, de 2009 à 2013 foram realizados 4.179 cursos de formação voltados para o tema “Economia Solidária, autogestão e cooperativismo” em todo o Brasil.

A autogestão constitui um conceito fundamental para a Economia Solidária. Não sendo somente um princípio que a guia, mas também por ser uma variável⁴ crítica que a difere de outras formas e práticas econômicas. Ou seja, para que haja uma diferenciação da prática econômico-solidária para outras práticas econômicas, é necessário que essa variável crítica seja verdadeiramente desenvolvida no repertório dos indivíduos que compõem os empreendimentos econômicos solidários. Empreendimentos econômicos solidários (EES) são organizações, de diversas modalidades, guiados pela prática da Economia Solidária, geralmente originadas na livre associação de trabalhadores e cooperação (Gaiger, 2009).

Os empreendimentos econômico-solidários (EES) são organizações, as quais são compostas por comportamentos organizacionais e individuais de seus trabalhadores/colaboradores que, no caso dos EES, são chamados de sócio-

² Dado mais atualizado disponibilizado pela SENAES.

³ Dado mais atualizado disponibilizado pela ONESC.

⁴ “(...) variável é qualquer característica de um objeto, evento ou indivíduo, segundo a qual ele pode ser classificado” (Kubo, 1993, p.7). Essas variáveis podem ser colocadas em conjunto com outras variáveis da mesma natureza, configurando assim, uma classe de variáveis e também podem assumir diferentes níveis de complexidade da mesma variável, ou seja, pode-se avaliar o valor configurado a cada variável (Kubo, 1993).

trabalhadores. Os comportamentos, tanto organizacionais como individuais, são passíveis de mudança e desenvolvimento contínuo. Essas mudanças podem, por exemplo, ser derivadas de treinamentos formais, como esses sistematizados pela ONESC (2013), ou por outras variáveis derivadas do contexto no qual o EES se insere. E, a partir dessas mudanças comportamentais realizadas e/ou necessárias no repertório dos EESs e dos seus sócio-trabalhadores, é cientificamente e socialmente relevante identificar as características dos componentes das classes de comportamento constituintes da classe geral “autogerir empreendimento econômico-solidário”.

Para tal fim foi utilizada a tecnologia da Programação de Condições para Desenvolvimento de Comportamentos (PCDC). Tecnologia desenvolvida na Análise do Comportamento (AC), a partir da qual é possível propor programas, esquemas e métodos de instrução comprometidos com o ensino de comportamentos significativos para a realidade do aprendiz (Cortegoso & Coser, 2011). Esses comportamentos significativos, ensinados por meio da PCDC, buscam reduzir ou resolver as situações-problemas com as quais os aprendizes se defrontam em sua realidade (Botomé, 1985; Kubo & Botomé, 2001). Podendo ser aplicado nas situações-problemas enfrentadas pelos sócio-trabalhadores ao efetivar a prática autogestionária dentro dos empreendimentos econômico-solidários.

1. Economia Solidária e Autogestão: conceitos básicos para uma programação de contingências para o desenvolvimento de comportamentos autogestionários

Economia Solidária é um modelo econômico que possui como ideais orientadores a autogestão, solidariedade, relações igualitárias, cooperação, democracia, autonomia, distribuição equitativa de riquezas, que valorizam primordialmente o interesse dos indivíduos em detrimento do ganho material ou maximização do lucro (Eid, 2004; Gaiger & Laville, 2009; Lisboa, 2005; Souza, 2010). Nesse contexto é esperado que se criem novas relações entre o indivíduo e sua comunidade, desenvolvendo uma identidade prioritariamente social, as quais ampliam a reciprocidade, gestão do bem comum, valores, noções de justiça e interesse público (Gaiger & Laville, 2009).

De acordo com a SENAES (2013), existem, de forma geral, 15 motivos de criação para um empreendimento econômico-solidário (EES). O mais comum seria “fonte complementar de renda”, seguido por empreendimentos motivados pela “alternativa ao desemprego”, “obtenção de ganhos maiores”, “desenvolvimentos de uma alternativa

onde todos são donos”, “desenvolvimento comunitário”, “falência”, entre outros (SENAES, 2013). Alguns exemplos possíveis de empreendimentos econômicos solidários podem ser observados no caso de trabalhadores que em busca de sobrevivência optam pela prática da Economia Solidária quando viram as empresas, nas quais eram empregados, falirem e, a partir disto, tentam organiza-la novamente para manter seu sustento (Singer, 2008). Ou ainda catadores de resíduos sólidos, artesões, associações comunitárias, grupos comunitários (de mulheres, jovens etc.), prestadores de serviços, trabalhadores dos meios urbano e rural que organizam formas de associação ou cooperação para conseguir sustento e sobreviverem (Cortegoso, Cia, & Lucas, 2008; Singer, 2008).

O surgimento da Economia Solidária ocorreu no Século XIX como uma vertente responsável pela garantia da experiência humana, no sentido de garantir cidadania⁵, manter vigente mecanismos e organizações distintos da lógica capitalista (Gaiger & Laville, 2009). A lógica da Economia Solidária se opõe à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considera o humano em sua integridade⁶, busca estruturar uma nova perspectiva da realidade, na qual a prática econômica é um meio de acessar qualidade de vida e sustento, as formações continuadas são voltadas para o ensino da cooperação e, por último, a lucratividade máxima não é o objetivo da prática econômico-solidária (Cortegoso, Cia, & Lucas, 2008; Eid, 2004; Lisboa, 2005). Na prática econômico-solidária o lucro serve como meio de reinvestir, renovar, expandir e sustentar economicamente o empreendimento e aqueles que o compõem, de maneira que o lucro

⁵ Cidadania é um termo complexo e pode ser analisado de seis formas: em seus três sentidos – moral, jurídico e político – e a partir de seu desenvolvimento – a fase do direito civil, direitos políticos e direitos sociais. De forma breve, os sentidos moral e político referem-se a importância da igualdade social, no sentido que todos possam exercer sua liberdade e não ficar sob controle de um tirano ou de preconceito social (de gênero, de etnia, de nacionalidades e de culturas, entre outros) (Martins, 2009). O sentido jurídico, por sua vez, refere-se a legitimação constitucional da cidadania, da forma com que essa é expressa em leis e outros componentes jurídicos (Martins, 2009). Ao analisar a cidadania em quesitos de seu desenvolvimento, ressalta-se a similaridade com conceitos romanos e gregos de cidadania que ainda são adotados, a primeira fase do desenvolvimento (direito civil) corresponde aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de segurança e de ir e vir (Martins, 2009). A segunda fase do desenvolvimento (direito político) corresponde ao direito de participação eleitoral, liberdade de associação, de reunião e organização sindical (Martins, 2009). Por último, a terceira fase do desenvolvimento (direito social) corresponde ao direito de trabalho, saúde, educação, aposentadoria, entre outros, mas em geral aqueles que referem-se ao acesso do bem-estar individual e do bem social (Martins, 2009).

⁶ Integridade no sentido de que, na perspectiva da Economia Solidária, busca-se uma sociedade que valoriza de forma igualitária as relações humanas, o ambiente físico e as relações que o ser humano desenvolve, evitando a exclusão social e o acúmulo de riquezas para poucos (Cortegoso, 2008).

seja subordinado ao atendimento das necessidades definidas pela coletividade de trabalhadores (Eid, 2004; Lisboa, 2005). De acordo com Lisboa (2005), na lógica capitalista um dos objetivos é a lucratividade máxima e isso ocorre, geralmente, por meio da alienação do trabalhador e da organização racional do capital e do trabalho.

No surgimento da Economia Solidária a maioria dos trabalhadores estava em situação de precarização social, alta taxa de desemprego, falta de oferta de emprego e empobrecimento da população (Veronese, 2008). A Economia Solidária foi responsável por dar uma alternativa a esses trabalhadores, por meio do trabalho associativo e cooperativo (Veronese, 2008). Ou seja, nesse contexto, a Economia Solidária surgiu como alternativa à desigualdade de salários e desemprego (Singer, 2001). Essa desigualdade de salários essa pode ser justificada (mesmo que não completamente) pela Teoria da disputa da Educação e Tecnologia (Piketty, 2014). Essa teoria é baseada em duas hipóteses: 1) a remuneração do trabalhador é igual a sua contribuição para a produção da empresa; 2) que a produtividade depende da capacitação do trabalhador e da ofertada e demanda de capacitações na sociedade (Piketty, 2014).

Porém, existem três variáveis que interferem no pleno funcionamento dessas hipóteses: A primeira variável é que o acesso à capacitação é diferente para cada grupo social, o que auxilia, por sua vez, na estruturação de relações de poder e na determinação de salários (Piketty, 2014). A segunda variável é que a oferta de capacitações depende das condições do sistema educacional, como: quantas pessoas têm acesso ao sistema, se é possível desenvolver carreiras a partir das capacitações oferecidas, a qualidade do sistema educacional, se possui políticas públicas⁷ associadas ao sistema educacional, se há possibilidade de financiamento e diminuição de custos para o aluno, entre outras⁸ (Piketty, 2014). A terceira variável que interfere é que a

⁷ O termo “política pública” não possui uma definição precisa ou consensual (Souza, 2006). Mas, a partir de uma perspectiva holística, pode-se considerar política pública como um campo do conhecimento que busca exigir do Governo e governantes ações para a sociedade, de maneira que esses, ao mesmo tempo, analisem a efetividade de suas ações e proponham mudanças de curso das ações já estabelecidas e elejam ações novas (Souza, 2006). Isso sempre buscando uma melhoria para o cidadão e para a prática de cidadania (Souza, 2006).

⁸ Contudo, de acordo com Singer (2001), educação como uma proposta de solução isolada ao liberalismo não é o suficiente. Pois, ao aumentar a capacitação profissional não se induz automaticamente a maiores ofertas de emprego ou valorização do funcionário (Singer, 2001). Na realidade, se todos os funcionários que encontram-se desempregados ou insatisfeitos com seus salários fossem buscar capacitações e subissem o nível de seus currículos, muito provavelmente iria-se instalar uma competição (ou concorrência) mais intensa entre os funcionários e, ainda, diminuir-se-ia o salários pagos, já que não é mais um “diferencial” possuir determinada capacitação (Singer, 2001).

demanda por capacitação também depende das condições tecnológicas disponíveis na produção de bens e serviços da sociedade, de maneira que esses criem demandas para o trabalhador buscar capacitações e renovação dos conteúdos (Piketty, 2014). A partir da influência dessas três variáveis na Teoria da disputa entre Educação e Tecnologia, é desenvolvido uma teoria embasada na disputa entre educação, tecnologia e grupos sociais, já que na realidade cada grupo social possui diferentes formas de acesso às condições de educação e tecnologia (Piketty, 2014).

A partir dessa perspectiva, há ainda a variável que a progressão da oferta de capacitação dentro do sistema educacional não acompanha o mesmo ritmo que a necessidade tecnológica (Piketty, 2014). Ou seja, é provável que os grupos sociais com acesso mais restrito aos meios de capacitação não irão progredir suficientemente em seus trabalhos e permanecerão com baixos salários e/ou em empregos desvalorizados, incentivando assim o crescimento da desigualdade social (Piketty, 2014). Por exemplo, o Estados Unidos que não investem suficientemente no ensino superior, principalmente por conta que o modelo do sistema educacional exige pagamentos de altos custos por parte dos aprendizes, têm como consequência que grande parte da população é impossibilitada de conseguir uma formação superior (Piketty, 2014).

Além dessa disputa entre educação, tecnologia e grupos sociais, o contexto liberal no qual a Economia Solidária surgiu, da mesma maneira que o contexto atual, existe a ilusão que dentro do capitalismo é aplicada uma distribuição equitativa dos ganhos e rendimentos das empresas para todos os funcionários (Piketty, 2014; Singer, 2001). Contudo, ao analisar esses contextos, o mais observado é que quanto maior for seu patrimônio inicial maior o retorno recebido (Piketty, 2014; Singer, 2001). Essa diferença dos rendimentos podem ser explicadas por dois motivos: 1) é mais fácil correr riscos financeiros ao fazer investimentos quando se dispõem de reservas significativas; 2) as pessoas que possuem essas reservas financeiras, geralmente, podem identificar os melhores investimentos e aplicar o modelo de gestão de carteiras (economia ou ganhos de escala) que levam o maior rendimento para aqueles que mais investiram financeiramente, que são, em sua maioria, os próprios donos do patrimônio (Piketty, 2014). Por conta da diferença desse retorno de rendimento, do grande investidor para o

pequeno investidor⁹, é notável que esse modelo de economia leva automaticamente à uma diferença radical na distribuição do capital (Piketty, 2014). Se aqueles que possuíam maiores reservas financeiras crescem mais ao ano do que aqueles que possuíam menores reservas financeiras, isso faz com que a desigualdade de riquezas tenda a continuar ampliando cada vez mais (Piketty, 2014).

Considerando que a Economia Solidária surgiu como alternativa à desigualdade de salários e desemprego, também é relevante analisar discussões sobre o desemprego. De acordo com Singer (2001), a solução elaborada para diminuir a alta taxa de desemprego existente na época do desenvolvimento da Economia Solidária, foi que os próprios desempregados e demais indivíduos socialmente excluídos organizassem uma oportunidade real para se reinserir na economia. Essa oportunidade real deveria pautar-se em um modelo econômico diferente daquele que os exclui e ser compostos de pequenas empresas e trabalhadores autônomos de forma que esses estejam protegidos¹⁰ da competição desleal de mercado com as grandes empresas¹¹ (Singer, 2001). Ou, que essa proteção, ocorra pelo menos enquanto os ex-desempregados aprendam a gerenciar, ganhar eficiência e angariar fregueses (Singer, 2001).

A “oportunidade real” que os trabalhadores excluídos poderiam buscar para se reinserir no mercado de trabalho, faz referência a uma perspectiva de economia diferente, essa perspectiva teria pelo menos dois objetivos: não apenas garantir o sucesso das empresas, tirar indivíduos do desemprego e dar uma oportunidade de sobrevivência dos funcionários, mas também reintegrá-los na economia e sociedade; que essas empresas adotem uma postura “includora”, na qual qualquer indivíduo disposto a ajudar em sua prática seria bem-vindo, ofertando a esses uma nova

⁹ Por exemplo, em um ano que o rendimento médio do capital é de 4%, percebe-se uma retirada maior, entre 6-7% por ano, por parte dos maiores investidores, enquanto os menores investidores retiram em torno de 2-3% de rendimento ao ano (Piketty, 2014).

¹⁰ As formas de proteção podem ser as mais diversas. Porém, as mais comuns e observadas na prática são: dar preferência a produtos da própria cooperativa ou de cooperativas associadas; criar-se uma moeda própria para esse mercado, por exemplo, criar uma moeda chamada “Sol” (de solidariedade) em vez de utilizar o “Real”; e pedir auxílio para o governo no sentido de criar um “banco do povo” especializado em auxiliar as iniciativas desses novos pequenos empreendimentos (Singer, 2001), por exemplo, o Credisol (<http://www.credisol.org.br/>).

¹¹ De acordo com Singer (2001) a competição desleal com as grandes empresas baseia-se no poder que essas possuem perante a sociedade. Isso porque, de acordo com o autor, as empresas grandes usufruem de ganhos de escala, acesso privilegiado a novos capitais, financiamentos e empréstimos e que as empresas grandes influenciam sobre as decisões político-econômicas de forma que os representantes do governo atendem seus interesses (Singer, 2001).

oportunidade de sobrevivência e de se trabalhar com autonomia (Singer, 2001). Essa economia diferente, nomeou-se Economia Solidária.

Na América do Norte, as primeiras experiências próximas a prática econômico-solidária seriam o *Local Employment and Trading System* - LETS¹², criado nos anos 80 no Canadá, utilizado para interligar produtores locais para intercambiarem seus produtos mediante crédito mútuo; o *Employee Stock Ownership Plans* – ESOPs¹³, desenvolvido nos Estados Unidos e utilizado desde 1974, com o objetivo de, por meio da abertura do capital das empresas para a participação de funcionários, desenvolver uma distribuição mais equitativa da renda e do capital acionário do país; e, por último, o *Employee ownership as an alternative to plans shutdowns: the Ohio experience - BUYOUT*¹⁴, plano que tinha como objetivo a abertura do capital das empresas em pré-falência para a participação dos funcionários com a intenção de evitar a falência e desemprego (Singer, 2001).

Já no Brasil e em outros países da América Latina, a Economia Solidária possui uma extensão maior, devido a seu grande alastramento por meio de trabalhadores urbanos e rurais, imigrantes e indígenas que valorizam a prática econômica de ajuda mútua e favorecem o sentimento comunitário e cooperativo (Gaiger & Laville, 2009). Isso a ponto que, no Brasil, a Economia Solidária busca formalização e legalização por meio do Projeto de Lei nº 4.685/2012. O Projeto de Lei nº 4685 (2012) busca estabelecer a Economia Solidária como política pública de estado e, como consequência disto, com políticas implementadas de apoio a crédito, produção, comercialização, formação, educação e finanças solidárias. A lei também estipula dez princípios norteadores para a Economia Solidária, os quais são resumidamente: (1) administração democrática principalmente por meio de assembleias, (2) adesão dos sócios de forma livre e voluntária, (3) promoção de condições decentes de trabalho, (4) ser ambientalmente sustentável, (5) desenvolver atividades de cooperação entre os sócios e com outras cooperativas da rede, (6) inserção comunitária, (7) prática de preços justos, (8) respeito às diferenças e promoção da equidade, (9) exercício e demonstração de um modelo

¹² Tradução: Sistema Local de Emprego e Comércio (Singer, 2001).

¹³ Tradução: Planos de participação dos empregados no capital das empresas (Singer, 2001).

¹⁴ Tradução: Participação dos empregados na propriedade como alternativa ao fechamento de fábricas: a experiência de Ohio (Singer, 2001).

transparente de gestão e de distribuição dos resultados obtidos nas suas atividades e, por último, (10) estímulo a participação ativa de seus associados (Projeto de Lei nº4685, 2012).

De acordo com o Projeto de Lei nº4685 (2012) são considerados empreendimentos econômicos solidários aqueles que se identificam com as características apresentadas, mas também que cumpram com as obrigações de ser uma organização coletiva e democrática, que seu objetivo fim seja a sua existência¹⁵ e não a maximização dos lucros. O projeto reconhece que os empreendimentos econômicos solidários podem assumir diferentes formas societárias, como grupos informais, associações¹⁶, cooperativas¹⁷ e sociedades mercantis¹⁸, mas que independente de sua forma eles têm que seguir as características apresentadas no Projeto de Lei (Projeto de Lei nº4685, 2012; SENAES, 2013).

Quanto ao conceito de solidariedade, dentro dessa prática econômica, é desenvolvido como um contraste à ideia individualista da economia e é promovida pelos membros do empreendimento econômico-solidário, por meio da adesão voluntária, em diferentes dimensões (Lisboa, 2005). Por exemplo: justa distribuição dos resultados, desenvolvimento de capacidades dos sócio-trabalhadores, melhoria das condições de vida, compromisso sustentável, relação com movimentos sociais e populares com caráter emancipatório, respeito e preocupação com o bem-estar dos

¹⁵ Para contrapor-se a essa perspectiva da própria existência da organização ser seu objetivo fim, ressalta-se que uma organização independente de sua finalidade, produto ou lucro deveria embasar-se na definição de organização como sendo um sistema de interações comportamentais que visa, por meio de resultados significativos, alteração da realidade na qual se encontra (Gusso, & De Luca, 2017). Principalmente uma prática econômica que nasce de necessidades sociais, como no caso dos empreendimentos econômicos solidários.

¹⁶ “(...) é uma tradução em atos do princípio de solidariedade que se expressa pela referência a um bem comum, valorizando pertencas herdadas, no caso da solidariedade tradicional, ou pertencas construídas, no caso da solidariedade moderna filantrópica ou democrática. A criação associativa é impulsionada pelo sentimento de que a defesa de um bem comum supõe a ação coletiva” (Chanial, & Laville, 2009, p. 21).

¹⁷ “(...) entendem-se formas autogestionárias de organização da produção, do controle da atividade laboral e do produto realizado pelos próprios trabalhadores. Constituem-se em associações voluntárias de trabalhadores que organizam a cooperativa, uma empresa da qual todos são sócios e participam dos processos decisórios, assim como do resultado do labor coletivo. Essas cooperativas têm como princípios fundamentais a democracia, a autonomia, a solidariedade e a igualdade social” (Lima, 2009, p. 91).

¹⁸ Sociedade mercantil caracteriza-se como uma sociedade com fins lucrativos, no qual o lucro é dividido pelos sócios (Almeida, 2007).

trabalhadores e consumidores (Gaiger & Laville, 2009; Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE, 2015). Contudo, um empreendimento afirmar que pratica a Economia Solidária e seus respectivos ideias não o torna, necessariamente, um exemplo de prática econômico-solidária. Principalmente, porque nem toda economia que se denomina “solidária” de fato é. Por exemplo no caso de cooperativas fraudulentas ou “cooperfraudes” (Cortegoso, Cia, & Lucas, 2008). Essas se intitulam cooperativas (emprendimentos econômico solidários), contudo ainda são orientadas por valores da economia capitalista e utilizam-se dessa classificação para se beneficiar (Cortegoso, Cia & Lucas, 2008). Um dos exemplos de benefícios ao se intitular cooperativa é a isenção de pagamentos de encargos por parte do dono da cooperativa (Cortegoso, Cia, & Lucas, 2008).

A partir dessa prática fraudulenta e da falta de precisão do que caracteriza uma prática econômico solidária, Lisboa (2005) elaborou três indicadores de prática econômico-solidária: indicador ambiental, indicador social e indicador econômico. O indicador ambiental refere-se a questões de sustentabilidade, como uso eficiente de recursos, gestão de águas e resíduos (Lisboa, 2005). O indicador social é referente aos valores da empresa, se essa favorece o processo de empoderamento local, quais são as questões éticas, étnicas e de gênero, qual é a condição de saúde dos trabalhadores, entre outras (Lisboa, 2005). O indicador econômico, por sua vez, investiga a existência de diferenças salariais entre gestores e trabalhadores, a porcentagem de trabalhadores assalariados, ritmo de trabalho, como ocorre a repartição do excedente, como ocorre a formação e qualificação dos trabalhadores, a existência de processo coletivo de tomada de decisão, entre outras características (Lisboa, 2005). Porém, Lisboa (2005) ressalta que o ideal da autogestão, às vezes, é utilizado para a avaliação se o empreendimento é econômico-solidário, contudo a autogestão é uma prática que, embora muito comum e praticamente unânime em práticas econômico-solidárias, ela não é suficiente para realizar tal avaliação. Isso, uma vez que a prática autogestionária é observada em outros contextos, não econômico-solidários, e ainda pela existência de práticas econômico-solidárias não autogestionárias (Lisboa, 2005).

Em síntese, a Economia Solidária é um modelo ou prática econômica que se desenvolveu por conta da desigualdade social, desigualdade de salários e desemprego, tanto no cenário brasileiro quanto em outros países (Gaiger & Laville, 2009; Singer, 2001; Veronese, 2008). É uma prática econômica baseada em diversos ideias

orientadores (por exemplo: solidariedade, cooperação, democracia etc.) que propiciam novas relações entre os indivíduos que integram essa prática econômica e entre os empreendimentos e a sociedade (Gaiger & Laville, 2009; Lisboa, 2005; Souza, 2010). Possui como um possível resultado, por meio da prática dessas ideias e do desenvolvimento de novas relações, a autogestão.

2. O modelo autogestionário de gestão

A autogestão pode ser interpretada como um modelo de gestão desenvolvido mediante a cooperação de várias pessoas em atividades produtivas, serviços, atividades administrativas etc. (Follis, 1998). Na autogestão o poder decisório é da ampla coletividade que participa da comunidade autogestionária (Follis, 1998). Em sua implementação ocorre a adoção da democracia radical¹⁹ como modelo de tomada de decisão, a qual configura caráter ativo ao sujeito²⁰ e realiza mudanças estruturais no contexto no qual a autogestão se instala (Carvalho, 2011; Follis, 1998; Lopes & Peixoto, 1999). A estrutura organizacional da autogestão é horizontal, no qual os sujeitos são ativos e realizam as decisões necessárias para aquele contexto por meio da democracia radical. Sua função é realizar mudanças estruturais na organização e na sociedade na qual se aplica, principalmente ao considerar que a autogestão deveria configurar, por consequência, novos sentidos ao trabalho²¹ e gerar inovação social²² (Carvalho, 2011; Follis, 1998; Lopes & Peixoto, 1999).

De acordo com Follis (1998), existem duas determinantes para verificar a prática autogestionária. A primeira é a superação da distinção entre quem toma as decisões e quem as executa e, a segunda, relacionada a autonomia decisória de cada unidade de atividade (Follis, 1998). A partir dessas determinações, a autogestão modifica as relações sociais e pessoais, reaproximando-as do poder decisório, evitando qualquer

¹⁹ A democracia radical, considerada como a forma real de autogestão, ocorre quando todos os sujeitos interessados na tomada de decisão podem comparecer, debater e votar sobre as regras e leis administrativas, configurando poder direto a população (Mothé, 2009).

²⁰ Considera-se “sujeito com caráter ativo” aquele sujeito que faz transformações em sua realidade.

²¹ O termo ‘sentido do trabalho’ refere-se a formas de configurar a experiência (tanto positiva quanto negativa) que o trabalhador desenvolve no trabalho (Barrichello, Irigaray, Morin, Rodrigues, & Soares, 2017). Empreendimentos econômico solidários deveriam configurar sentidos positivos no trabalho.

²² Inovação Social refere-se a uma característica das organizações que possuem como resultado de seus serviços novas relações socioeconômicas, visando melhorar ou solucionar algum problema ou demanda social (Rodrigues, 2007).

autoridade, possuindo assim duas consequências: a primeira seria a apropriação do poder e atribuição de autonomia gerencial as unidades econômicas; a segunda consequência é a redefinição do caráter coletivista da sociedade, perante as novas atribuições de responsabilidades e poder a cada coletividade, caracterizando uma autonomia local com controle direto das condições de reprodução social (Follis, 1998). Os propósitos ideológicos que embasam a autogestão referem-se à superação da alienação no trabalho²³, controle direto dos trabalhadores na mais-valia²⁴ por eles produzida, superação do conceito capitalista de propriedade e plena autonomia gerencial da coletividade (Follis, 1998). Ou seja, a autogestão não se refere apenas a participação, mas também a um sistema no qual a coletividade se auto administra, com isso “não se trata de participar de um poder, mas sim de ter um poder” (Motta, 2003, p.372).

A origem da autogestão é considerada nebulosa e frequentemente associada a uma versão mais “humanística” do pensamento de Marx, aproximada com os pensamentos de Proudhon e a democracia industrial (Follis, 1998). A autogestão também é associada a elementos do pensamento anárquico, concepções do sindicalismo revolucionário europeu e norte-americano, ao termo autogoverno industrial proposto por socialistas ghildistas e ao encontro e movimentos dos conselhos operários em países europeus no pós-primeira guerra (Follis, 1998). A difusão do termo na cultura e na linguagem política ocorreu por meio da introdução da autogestão na Iugoslávia (Follis, 1998).

A aplicação do modelo de gestão autogestionário começou a ser discutida na Revolução Russa, pela aliança entre socialistas e anarquistas, posteriormente instalando essa discussão em países como Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Bulgária e, o mais conhecido²⁵, na Iugoslávia (Gutierrez, 1996). Na Iugoslávia, a autogestão surgiu como

²³ O processo de alienação parte da perspectiva que o trabalho seria uma forma de propagação da espécie humana (Castro, 2016). A partir disso o trabalho pode assumir um caráter negativo e torna-se alienante, isso em relação a produto e ao processo de trabalho (Castro, 2016). Isso porque o trabalhador não trabalha “para si” (visando o seu bem-estar), mas sim em função de um salário (Castro, 2016). Nesse caso, o produto e o trabalho não pertencem ao trabalhador, mas sim àquele que paga pelo produto e pelo seu trabalho, ou seja, o trabalhador aliena-se àquilo que produz e a forma que produz (Castro, 2016).

²⁴ O processo de produção de mais valia se dá a partir de dois processos. O primeiro, o de configuração de valores de uso (valor dos meios de produção) e valores de troca (valor da força de trabalho) a uma dada mercadoria (Marx, 1987). O segundo, configurar valores excedentes a soma dos valores anteriores (valor de uso e valor de troca) na mercadoria com fins de gerar mais capital (Marx, 1987). A esse valor excedente nomeia-se mais valia (Marx, 1987).

²⁵ O modelo iugoslavo de autogestão é o mais conhecido ou mais importante, pois é considerado como uma experiência completa e duradoura da prática autogestionária, embora isso não seja consenso para todos os estudiosos da área (Follis, 1998).

proposta oposta ao grupo político dominante, mecanismo de auxílio a população em crise, meio de inibir excessos de burocratização na prática econômica, forma de configurar mais liberdade à população, obtenção de legitimidade política e maior eficiência econômica (Gutierrez, 1996). O modelo de autogestão iugoslavo em comparação a tentativa dos outros países, possuíam suas diferenças regionais, culturais, estruturais e de amadurecimento - o modelo iugoslavo surgiu com caráter experimental da autogestão, enquanto os outros modelos surgiram posteriormente a sua estruturação ou extinção (Gutierrez, 1996). As diferenças estruturais entre o modelo iugoslavo e os demais geralmente eram identificadas nos diferentes tipos de determinação dos salários, modelos de produção, forma de propriedade e processo de tomada de decisão (Gutierrez, 1996).

O modelo iugoslavo começou a organizar-se em um sistema econômico aproximadamente nos anos 60, teve sua instalação e divulgação mundial em 1968 e entrou em extinção em 1980 (Follis, 1998; Gutierrez, 1996). Com conquistas de garantia de autonomia para as empresas autogestionárias e não colocando uma divisão entre as atividades de gestão: poder de gestão e atividades de direção técnica e administrativa confiado aos trabalhadores, e não separado por cargos como é geralmente defendido por um modelo hierárquico convencional (Follis, 1998). A partir dessa mudança alterou-se o *status* do diretor em relação a autonomia de gestão configurada aos funcionários, configurando a autogestão e autonomia política da classe operária, já que os funcionários não eram mais subordinados ao diretor (Follis, 1998). Contudo, a aplicação da autogestão iugoslava é alvo de crítica, por conta da má estruturação do modelo organizacional e de gestão, tendências a reproduzir esquemas de comportamentos capitalistas (busca de lucro, práticas de monopólio, sonegação fiscal etc.) e também porque, na prática, era influenciado pelo desenvolvimento tecnológico, industrial e gerencial que estava se desenvolvendo na Europa nas décadas de 70 e 80 (Follis, 1998; Gutierrez, 1996).

A importância do modelo iugoslavo da autogestão parte do auxílio que este deu para a definição da autogestão, tanto como modelo gestão empresarial, mas também como estrutura política-administrativa (Follis, 1998). Ele auxiliou no embasamento de duas críticas ao modelo de autogestão na época, a primeira crítica é se seria possível possuir grande controle das empresas (se elas de fato estão agindo de forma autogestionária) sem com que isso desequilibre a autonomia dos trabalhadores que estão

na gestão da empresa e, a segunda, se haveria a possibilidade de uma empresa não se embasar na hierarquização social com base em competências, no sentido de que um trabalhador que sabe realizar um trabalho “mais complexo” possuir uma hierarquia maior que aquele que sabe realizar o “menos complexo” (Follis, 1998).

Ao longo do desenvolvimento histórico da autogestão, essa teve que ser diferenciada de outro modelo de estrutura política-administrativa, o autogoverno. Esse modelo faz referência à organização política-territorial e a autogestão ao conjunto de atividades sociais da comunidade ou organização (Follis, 1998). O termo “autogoverno” surgiu na Inglaterra e representa a fórmula organizativa baseada nas relações entre o aparelho central e os poderes locais, nas quais as entidades locais (comunas ou províncias), na época feudal, exerciam suas funções com alto grau de independência do Governo Central e eram governadas por representantes escolhidos pelos sujeitos participantes da comuna ou província (Cammillis, 1998). Ou seja, o autogoverno é uma organização na qual os governos locais interagem com o governo central com alto grau de autonomia, configurando uma administração descentralizada²⁶. A autogestão, embora possa ser considerada uma administração descentralizada, sua maior implicação é na despolitização do sistema (Follis, 1998).

Atualmente, a autogestão continua buscando sua maior delimitação e aplicabilidade diferenciando-se também do conceito de cogestão, com o qual é frequentemente confundido (Carvalho, 2011; Follis, 1998; Lopes & Peixoto, 1999). De maneira geral, a cogestão possui como objetivo uma modificação parcial do processo decisório das organizações e viabiliza a participação de seus representantes com certas limitações a partir de uma democracia participativa²⁷ (Carvalho, 2011). Configurando caráter passivo²⁸ dos sujeitos envolvidos no processo, no qual não há alteração na hierarquia e nas relações de poder (Carvalho, 2011). Em relação às especificidades das organizações que adotam a autogestão ou cogestão, o que se têm em comum na prática é que estes modelos de gestão são baseados em princípios de cooperativismo ou de

²⁶ A descentralização administrativa refere-se a uma relação hierárquica aberta entre a entidade local e o aparelho central (Cammillis, 1998).

²⁷ A Democracia Participativa se dá geralmente em forma de assembleias, nas quais a tomada de decisões ocorre apenas com aqueles sujeitos que ganharam o direito de participar da decisão (Monthé, 2009).

²⁸ Por ‘caráter passivo’ compreende-se sujeitos que não possuem total autonomia para realizar alterações em sua realidade. Geralmente estes sujeitos possuem delimitações do que podem ou não mudar em sua realidade.

associativismo, ou seja, tentam integrar os funcionários com o poder decisório (Follis, 1998; Lopes & Peixoto, 1999). As divergências entre elas, por sua vez, estão descritas na Tabela 1.

Tabela 1

Divergências dos regimes industriais que adotam autogestão ou cogestão

| Autogestão | Cogestão |
|--|--|
| Eliminam a prevalência do poder de uma figura central | Não eliminam a prevalência de poder em uma figura central |
| Modelo de democracia radical, na qual cada funcionário tem direito a um voto nas assembleias independente de seu poder | Modelo de democracia participativa, na qual os votos são de funcionários que seguem critérios delimitados pelas figuras de poder central, como: tempo de serviço prestado, cargo, remuneração etc. |
| “Maioria do capital com os trabalhadores (em geral 100%)” (Lopes e Peixoto, 1999, p. 11) | “Minoria do capital com os trabalhadores (49%)” (Lopes e Peixoto, 1999, p. 11) |
| A empresa é gerenciada por meio de uma associação de funcionários ou de uma cooperativa de produção industrial | A empresa é gerenciada por meio de uma ou várias figuras de poder central, na qual a associação de funcionários detém a menor parcela do capital total |
| Fonte: Elaboração da autora com base em Lopes e Peixoto (1999). | |

Da autogestão e cogestão há ainda um terceiro modelo diferente: a heterogestão. A heterogestão deriva da escola clássica de administração e dos princípios propostos por Adam Smith, Taylor e Fayol (Baptista, 2012). A influência da administração clássica e os teóricos mencionados é percebida na estrita divisão de tarefas fixas e específicas, hierarquia rígida, alto nível de burocracia regras e regulamentos detalhados (Baptista, 2012). Dessas características derivam cinco princípios: 1) que o planejamento e organização são de responsabilidade de gerentes e gestores, enquanto cabe ao funcionário aplicar as orientações do gestor; 2) o trabalho deve ser planejado com precisão; 3) os funcionários devem ser qualificados para executar as tarefas ou exercer as funções do cargo; 4) os funcionários devem se adaptar aos cargos propostos e 5) o desempenho é fiscalizado conferindo se os funcionários estão realizando os procedimentos adequados para que assim possa alcançar o máximo dos resultados previstos (Baptista, 2012).

Dessas características e princípios há certas variáveis de diferenciação entre as empresas heterogestionárias, no sentido de configurações gerais comuns entre essas empresas. A primeira variável de configuração da heterogestão é a unidade de comando, referente a quantos superiores comandam o funcionário (Baptista, 2012). Seguida pela hierarquia, autoridade do superior sob o funcionário, geralmente em forma de pirâmide na qual os poucos que estão no topo da empresa possuem maior poder, enquanto os muitos que estão na base possuem pouco poder (Baptista, 2012). Esse poder, de acordo com Baptista (2012), também provém da terceira variável, a burocracia, que seria uma forma de expressar relações de dominação e dependência da aprovação de um terceiro ou da empresa, não necessariamente embasado em alguma hierarquia. Seguida pela variável de divisão do trabalho que referente ao grau de especialização exigida do funcionário para que ele alcance objetivos econômicos maiores geralmente incentivados pela economia capitalista (Baptista, 2012). Disciplina e subordinação dos interesses individuais valorizando os valores cooperativos, no sentido de obedecer, adaptação às regras da cooperação e supervisão constante dos funcionários também são variáveis comuns (Baptista, 2012).

O modelo da heterogestão está presente desde os primórdios da economia capitalista e expõe configurações de relações baseadas em poder e hierarquias (no contexto familiar, na escola, no trabalho etc.) (Baptista, 2012). Ou seja, empresas que perpetuam esse modelo de relação funcionário subordinado a um superior, competitividade entre os funcionários, padrões pré-estabelecido de funcionário, incentivo a uma formação continuada embasada em cursos predominantemente técnicos e não considerando o desenvolvimento pessoal dos funcionários e, por último, gestão de pessoas como se fossem “recursos materiais”, são consideradas heterogestionárias (Baptista, 2012).

Por último, a heterogestão é uma forma antagônica à autogestão e, como meio termo, a cogestão. Antagônica já que a autogestão é um modelo de gestão desenvolvido mediante a cooperação de várias pessoas, conferindo caráter ativo aos sujeitos por meio da adoção da democracia radical. Enquanto a cogestão possui características da autogestão e da heterogestão. Isso porque a cogestão configura mais autonomia aos sujeitos a partir da democracia participativa, característica mais autogestionária, mas por outro lado não realiza mudanças nas relações hierárquicas e de poder, característica heterogestionária. Mas, ao considerar as divergências teóricas e práticas entre esses

modelos de gestão, o que pode ocorrer quando um indivíduo que se desenvolveu e acostumou-se aos hábitos de um sistema heterogestionário, engaja-se em um empreendimento econômico-solidário autogestionário?

3. Dificuldades dos empreendimentos econômicos solidários: a mudança do sistema heterogestionário para autogestionário

A SENAES (2013)²⁹ mapeou, no geral, nove dificuldades apresentadas por empreendimentos econômico-solidários. As dificuldades apresentadas pelos empreendimentos são, em ordem decrescente: “gerar renda adequada aos sócios”, “viabilizar economicamente o empreendimento”, “manter a união do grupo/coletivo”, “efetivar a participação e autogestão”, “promover articulação com outros empreendimentos e com o movimento da Economia Solidária”, “garantir proteção social para os sócios”, “alcançar maior conscientização ambiental dos sócios”, “alcançar a conscientização e politização dos sócios” e “outros” (SENAES, 2013). De acordo com a SENAES (2013), “efetivar a participação e a autogestão” é a quarta maior dificuldade apresentada por empreendimentos econômico-solidários e é um desafio para 8.611 empreendimentos. Por conta dessa dificuldade foram realizados 4.179 cursos em “Economia Solidária, autogestão e cooperativismo” entre 2009 a 2013 (ONESC, 2013). Junto a isso, em média 4.166 empreendimentos econômicos solidários buscam apoio, assessoria ou capacitação em ‘formação sócio-política (autogestão, cooperativismo e Economia Solidária)’ (SENAES, 2013).

Em relação às principais dificuldades encontradas pelos empreendimentos econômicos solidários, essas podem estar associadas ao fato que um dos principais motivos para aderir à Economia Solidária é completar ou necessitar de renda, o que causa dificuldades para a adesão de princípios do empreendimento, como distribuição equitativa dos lucros (Coser & Cortegoso, 2008; SENAES, 2013). Coser e Cortegoso (2008) propõem algumas hipóteses para as principais dificuldades da autogestão. A

²⁹ Esse estudo realizado pelo SENAES utilizou como base o levantamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF) e Políticas Públicas de apoio a Economia Solidária (PPES) realizado pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). O SIES iniciou o mapeamento da Economia Solidária no Brasil em 2004, totalizando em 2007 quase 22 mil EES, EAF e PPES ou, ainda, 19.708 EES. De acordo com o SIES (2018), esse mapeamento conseguiu identificar e caracterizar todos os ESS do Brasil, servindo então como instrumento de intervenções, planejamento de políticas públicas e ampliação do conhecimento sobre a prática da Economia Solidária no Brasil.

primeira delas é que ao aumentar a quantidade de sócio-trabalhadores³⁰ é aumentada a quantidade de assembleias realizadas o que, por sua vez, aumenta a frequência de discussões, desentendimentos e problemas em geral dentro do empreendimento. Outra hipótese de fatores que podem contribuir nas dificuldades encontradas pelos empreendimentos é que esses buscam apoio, capacitação ou assessoria geralmente no início do empreendimento, em casos de extrema necessidade ou apenas para alguns postos de trabalho (descumprindo assim com o princípio de educação continuada a todos do empreendimento proposto pela Economia Solidária) (Coser & Cortegoso, 2008). Por último, a hipótese que essas dificuldades poderiam estar associadas a uma baixa quantidade de estímulos e reforçadores positivos nas assembleias ou reuniões em grupos, associada a condições aversivas decorrente dos problemas já instalados no empreendimento (Coser & Cortegoso, 2008).

Essas dificuldades também podem estar associadas a impossibilidade de decisões totalmente coletivas. Essa impossibilidade faz referência a Teoria das Decisões Coletivas ou Teoria dos Comitês, a qual supõem que em momentos de decisão os indivíduos darão mais importância a suas preferências individuais em detrimento das preferências grupais (D'Alimonte, 1998). Essa definição é embasada na diferença dos conceitos “decisões coletivas” e “decisões individuais”. Nessa perspectiva parte-se do princípio que decisões individuais são aquelas que o indivíduo toma quando decide por si, enquanto as decisões coletivas são aquelas que um ou mais indivíduos tomam para uma coletividade, ou seja, as decisões coletivas poderiam ser denominadas também como decisões não-individuais (D'Alimonte, 1998). Ressaltando que individual ou não, nessa teoria, não faz necessariamente referência a quantidade de pessoas que tomam decisão, mas as pessoas que são afetadas por essa decisão, por exemplo: quando é eleito um indivíduo que possui a responsabilidade de escolher por todos, todas as suas decisões tomadas para aquela coletividade que o elegeu são decisões coletivas, enquanto se uma decisão afeta só aquele único indivíduo ela seria considerada individual (D'Alimonte, 1998).

³⁰ O termo “sócio-trabalhador” refere-se a três estados de personalidade de um indivíduo engajado em um empreendimento econômico-solidário autogestionários, no qual ele desempenha o papel de sócio, trabalhador e pessoa (Esteves, 2008). O papel de sócio ocorre quando o indivíduo participa dos processos de tomada de decisão, o de trabalhador quando ele realiza atividades na organização para auxiliar na produção de bens ou de serviços ofertados pelo empreendimento e, por último, o de pessoa quando os comportamentos desenvolvidos na organização são generalizados para o âmbito da vida pessoal e também quando o indivíduo desenvolve vínculos de amizade e pertencimento na organização (Esteves, 2008).

A Teoria das Decisões Coletivas é baseada em outros quatro princípios: o da regra da maioria, teorema da impossibilidade geral, unanimidade e proporcionalidade (D'Alimonte, 1998). Os quais estão presentes em contextos e possibilidades de cooperação, ou seja, em contextos econômicos solidários (D'Alimonte, 1998). Primeiramente, a Regra da Maioria faz referência a decisões em grupo que criam a ilusão de equidade, pois baseia-se na “metade mais um”, ou seja, dá a impressão que a maioria das pessoas estão satisfeitas com o resultado da decisão (D'Alimonte, 1998). Contudo, com a utilização desta técnica, gera-se dicotomias no grupo - a maioria e a minoria, os que tem suas preferências atendidas (já que parte-se do princípio que todas são minimamente ouvidas) e os que não tem suas preferências atendidas, entre outras (D'Alimonte, 1998). Essas dicotomias geram, por sua vez, a diminuição da legitimidade do processo de tomada de decisão, porque muitos integrantes do grupo podem não acreditar mais em seu funcionamento (D'Alimonte, 1998). Porém, existe uma situação na qual o sucesso da regra da maioria (no sentido de não gerar esses efeitos negativos) é quase garantido. Isto ocorre quando as preferências e interesses do grupo são suficientemente homogêneos (D'Alimonte, 1998). A Regra da Unanimidade é similar a regra da maioria, todos os votos contam (D'Alimonte, 1998). Contudo, sua especificidade é que só ocorre uma decisão final quando todos os integrantes chegam a um consenso, ou seja, a decisão tem que ser unânime e garantir sempre a obtenção de soluções coletivas (D'Alimonte, 1998).

O Teorema da Impossibilidade Geral, por sua vez, faz referência aos momentos que quando em grupo as preferências individuais são tão diversas que não podem se associar para formar uma “maioria” (D'Alimonte, 1998). Com esse teorema se têm a ideia de várias maiorias distintas ou nenhuma maioria (na qual cada indivíduo defende sua preferência), ou seja, é impossível se ter um “consenso geral” (D'Alimonte, 1998).

Por último, o Sistema da Proporcionalidade é encontrado com mais frequência em grupos grandes, como países, e se assemelha ao conceito de democracia representativa³¹ (D'Alimonte, 1998). Esse sistema é aplicado quando há grupos representativos da coletividade em vastas dimensões, nos quais cada indivíduo que representa a coletividade possui um cargo proporcional a coletividade que ele representa e seu poder de decisão está relacionado com o valor da coletividade (D'Alimonte, 1998). Por

³¹ Baseia-se na eleição de sujeitos para representar a comunidade nos processos decisórios (Monthé, 2009).

exemplo: um vereador que defende os direitos de certo grupo, o prefeito que defende os direitos do município e assim por diante.

Embora algumas das dificuldades encontradas nos empreendimentos econômico-solidários possam estar associadas as tomadas de decisões coletivas, há ainda outras possibilidades e/ou variáveis que podem ser analisadas para compreender as dificuldades encontradas por esse tipo de empreendimento. Com isso, as dificuldades também podem estar associadas às variáveis de viabilidade sistematizadas por Svartman, Esteves, Barbosa e Schmidt (2008), conforme suas experiências na incubação de empreendimentos econômicos solidários. De acordo com Svartman et al. (2008), existem três grandes variáveis de viabilidade: 1) viabilidade econômica; 2) capacidade administrativa; 3) condições psicossociais. Em relação a primeira variável, essa faz referência a necessidade de garantir minimamente um trabalho e renda satisfatório aos sócio-trabalhadores, a partir da perspectiva que é trabalho e renda que permitem acesso a cidadania, manutenção da vida e sobrevivência (Svartman et al., 2008). A segunda variável faz referência a capacidade contábil e financeira do empreendimento, se é organizado, transparente, com planejamento (por exemplo: se possui um plano de negócios ou estudo de mercado) e com possibilidade de crescimento (Svartman et al., 2008). Essa variável está associada a confiança dos sócio-trabalhadores em seu empreendimento, trabalho e futuro (Svartman et al., 2008). A última variável, por sua vez, refere-se a aplicação do ideal da autogestão de maneira que permita efetiva participação democrática e sensação de pertencimento dos sócio-trabalhadores (Svartman et al., 2008).

Porém, a última variável pode ser dividida em outras três unidades: instauração de um espaço de fala e negociação de interesses, pertencimento ao grupo e identidade do sócio-trabalhador (Svartman et al., 2008). Sobre a instauração de um espaço de fala e negociação de interesses, esse geralmente ocorre por meio das eleições dos conselhos administrativos e fiscais e na realização de assembléias gerais e ordinárias (Svartman et al., 2008). Contudo, possuir uma estrutura com assembléias e conselhos não garante a autogestão, essa geralmente é configurada a partir de uma participação igualitária, baseada em negociações, diálogos e discussões com apresentação de argumentos e contra-argumentos (Svartman et al., 2008). Essa participação igualitária ocorre conforme o reconhecimento do outro dentro do espaço do empreendimento econômico-solidário e percepção das diversas posições que esse outro pode vir a ocupar dentro da

organização (Svartman et al., 2008). Essa condição de reconhecer o outro possibilita a compreensão e entendimento coletivo das necessidades do outro e do empreendimento que, por sua vez, configura um sentimento de vida comunitária (Svartman et al., 2008).

A partir dessa instauração de um campo de fala e negociação pode-se estabelecer a segunda unidade, a do pertencimento ao grupo (Svartman et al., 2008). O pertencimento ao grupo é referente a quando o sócio-trabalhador sente que sua presença e participação conta para o grupo e que ele pode contar com o grupo (Svartman et al., 2008). Ou seja, “o pertencimento ao coletivo embasa a noção (...) [*que*] cada pessoa influi e é coletivamente responsável pelo destino do empreendimento autogestionário” (Svartman et al., 2008, p. 46). Essa unidade é ainda mais importante quando é considerado uma rede de empreendimentos econômicos solidários³², com isso o sentimento de pertença não influencia somente a autogestão daquele único empreendimento, mas sim da rede na qual ele se insere, do bairro, da cidade, na relação com os clientes, com os outros empreendimentos e com seus fornecedores (Svartman et al., 2008).

Em relação à última unidade, a da identidade psicossocial, depende da identificação do sócio-trabalhador com os ideais, valores e princípios da Economia Solidária e da autogestão, essa identificação precisa ser confirmada em sua prática pelos demais sócio-trabalhadores do empreendimento (Svartman et al., 2008). O que foi observado, por Svartman et. al (2008), é que muitas vezes o sócio-trabalhador se identifica com os ideais, valores e princípios da autogestão, que pode, às vezes, também lutar pelos interesses coletivos da classe, mas que a identidade autogestionária ainda está em construção³³. Essa dificuldade de desenvolver uma identidade autogestionária ou de se identificar ao modelo de autogestão em si, pode estar associada também à falta de repertório dos sócio-trabalhadores em integrar de um sistema heterogestionário para um sistema autogestionário. Isso porque a mudança de um sistema gestionário para o outro pode causar alto custo psicológico (Guareschi & Veronese, 2009). No sentido que,

³² A rede de empreendimentos econômicos solidários refere-se a um conjunto de empreendimentos que associaram-se entre si de maneira autogestionária, democrática, solidária, descentralizada, coordenada e regionalizada (Arndt, De Andrade, Prim, & Schmitz, 2008). Essa colaboração solidária entre as redes geralmente permite aglutinar diversos atores sociais em um único movimento, atender demandas imediatas (por exemplo: emprego, consumo, educação etc.) de outros empreendimentos e auxiliam na negação de estruturas capitalistas de consumo e exploração do trabalho (Arndt et al., 2008).

³³ Os autores consideram que a identidade ainda está em construção, pois a identidade autogestionária não chegou ao ponto máximo da generalização tanto entre os outros sócio-trabalhadores, mas também para as outras esferas da vida daquele único sócio-trabalhador (Svartman et al., 2008).

por conta de seu repertório comportamental passado, o sócio-trabalhador está condicionado a agir de determinada maneira sob certo regime de gestão (Guareschi & Veronese, 2009). Ao mudar o regime de gestão, o sócio-trabalhador pode não se comportar da forma esperada em primeiro momento, reproduzindo comportamentos relacionados ao antigo modelo de gestão, por ser o único repertório até então desenvolvido (Guareschi & Veronese, 2009).

Nos modelos heterogestionários e ao longo da história do capitalismo, é comum negar aos trabalhadores o acesso a instrumentos teórico-metodológicos que possibilitem a compreensão dos fundamentos econômicos (Tiriba, 2008). Principalmente, porque nos modelos heterogestionários é comum o incentivo à formação técnica direcionada ao cargo (Tiriba, 2008). Esse modelo de educação voltada para a técnica pode interferir no processo de transição, quando, em comunidades autogestionárias, esses trabalhadores enfrentam uma realidade diferente. Principalmente, porque aqueles que dispõem de menos formação profissional, técnica ou formal, omitem-se por acharem que são incompetentes ou menos qualificados, demonstrando assim, resquícios das experiências heterogestionárias anteriores (Guareschi & Veronese, 2009).

Por isso é necessário apoio e formação desses novos profissionais que praticam a autogestão. As principais entidades e organizações que apoiam os empreendimentos econômicos solidários e a Economia Solidária são a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Agência de Desenvolvimento Solidário constituída pela Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT), entre outras (Arndt et al., 2008; Carvalho, 2012). Enquanto a formação ocorre geralmente por meio de projetos de formação de sócio-trabalhadores pelos sindicatos, ONGs, igrejas, associação de moradores, incubadoras universitárias, organização espontânea dos trabalhadores dos próprios empreendimentos econômico solidários e, anteriormente, por parte da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG (Adriano, 2010; Carvalho, 2012; Tiriba, 2008). Contudo, como é ou deveria ser realizada a educação para a Economia Solidária e autogestão?

4. Educação para Economia Solidária e Autogestão

O funcionamento pleno da Economia Solidária está relacionado a formação continuada (Motta, 2003; Singer, 2001). A formação continuada é composta pela formação no início do empreendimento e pela formação e aperfeiçoamento contínuo ao longo do desenvolvimento do sócio-trabalhador e do empreendimento (Motta, 2003; Singer, 2001). O espaço de formação continuada dos empreendimentos econômico solidários possui duas funções: 1) ser um espaço no qual os sócio-trabalhadores problematizam e discutem sobre questões do seu cotidiano; 2) auxiliar na criação de uma nova cultura de trabalho com base nos princípios da Economia Solidária e autogestão (Pereira, Carvalho, & Ladeia, 2008; Tiriba, 2008). A formação continuada tem a função de criar uma nova cultura do trabalho por conta de estreita relação que educação e trabalho possuem no contexto autogestionário e associativista (Tiriba & Fischer, 2013).

A relação que o trabalho e educação possuem nesse contexto começou a ser desenvolvido no comunismo primitivo³⁴ (Tiriba & Fischer, 2013). A educação ocorria da seguinte forma: um integrante ao colocar seu conhecimento do trabalho associado e autogestionário em prática, percebia que alguns outros integrantes não possuíam esse conhecimento, instigando esse integrante a ensinar aos demais integrantes do grupo, no qual ele se inseria, a trabalhar de maneira associativa e autogestionária junto a ele (Tiriba & Fischer, 2013). Porém, para esses outros integrantes aprenderem a trabalhar dessa maneira, a educação teve que se desenvolver como uma prática associativa e autogestionária, servindo também de exemplo prático de como funciona esses ideais (Tiriba & Fischer, 2013). E, ao se demonstrar efetiva, tanto dentro do contexto de educação como no contexto de trabalho, os integrantes da comunidade também tornam-se capazes de ensinar outros em conformidade com os ideais (Tiriba & Fischer, 2013).

Quando ocorre uma diferença de ideais entre a educação e o trabalho, pelo o que foi observado por Tiriba e Fischer (2013), é que o indivíduo pode aprender, por exemplo dentro da formação continuada, que no contexto do empreendimento

³⁴ O comunismo primitivo refere-se a comunidades que resistiram, ao longo da história, ao modo de produção capitalista sem entrar em contato com preceitos teóricos (Tiriba & Fischer, 2013). Por exemplo: comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e outros povos históricos como os mesoamericanos (Tiriba & Fischer, 2013). Essas comunidades não resistem ao modelo capitalista de produção por conta de pobreza, marginalização e outras demandas sociais observadas em contextos urbanos, elas resistem ao modelo capitalista por conta do valor histórico que o trabalho coletivo, propriedade comunitária e respeito à natureza possui em seu contexto (Tiriba & Fischer, 2013).

econômico-solidário a divisão social e técnica do trabalho auxiliaria seu funcionamento, desafiando assim os ideais do associativismo e da autogestão do empreendimento ou ensinar a competir ao invés de cooperar, dentre outros exemplos. As diferenças entre a formação continuada dentro de um empreendimento heterogestionário e autogestionário são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2

Comparação da formação continuada dentro de empreendimentos heterogestionários e autogestionários

| Formação continuada em empreendimentos heterogestionários | Formação continuada em empreendimentos autogestionários |
|---|---|
| Educação para empregabilidade, focada no desenvolvimento das “competências organizacionais” | Educação de aspectos éticos das relações sociais, como: cooperação, solidariedade, equidade, justiça e participação |
| Educação para o empreendedorismo | Educação baseada na cultura popular e pressupostos da educação popular, considerando o trabalho como uma instância e um princípio educativo |

Fonte: Elaboração da autora com base em Tiriba (2008).

Dessa forma, a formação continuada na Economia Solidária e autogestão, como prática de educação técnico-política, constite na prática de seus ideais, pelos princípios da educação popular e a educação participativa (Freire & Nogueira, 1989; Motta, 2003; Pereira, Carvalho, & Ladeia, 2008). A educação popular é embasada na mobilização, organização e capacitação (técnica e científica) das classes populares, utilizando como base os “saber-fazer”³⁵, que são conhecimentos já desenvolvidos pelos grupos sociais na qual a educação popular se insere (Freire & Nogueira, 1989). E, por conta do conhecimento utilizado como base já ser um conhecimento do grupo social, o educador popular possui duas funções: a primeira seria sistematizar, por meio de seu olhar científico, o saber-fazer do grupo social e, a segunda, quando o conhecimento não for produzido pelo grupo social e esse apresenta demandas específicas para o educador popular, cabe a esse capacitar os integrantes do grupo social para a demanda apresentada, como, por exemplo, cursos de alfabetização (Freire & Nogueira, 1989).

³⁵ Nomeia-se dessa maneira porque a maioria dos indivíduos do grupo social desenvolveram esses conhecimentos em contato com sua realidade, aprenderam na prática, sem a necessidade de, por exemplo, um professor (Freire & Nogueira, 1989).

Esse modelo de educação popular é utilizado em diversos países, como Brasil, Bolívia, Chile, Peru, Nicarágua e alguns países da África (Freire & Nogueira, 1989). Ele é visto como um modelo educativo no qual as pessoas aprendem, ensinam e ao mesmo tempo exercitam o conhecimento (Freire & Nogueira, 1989). Alterando assim diversas esferas da realidade na qual o grupo social se insere, ou seja, a transformação da educação do grupo acontece juntamente com a alteração da cidade, da vida e do contexto do grupo social (Freire & Nogueira, 1989). Com isso, cabe ao educador popular auxiliar o grupo social na aprendizagem de conteúdos relevantes para a sua prática, isso por meio do aprimoramento de um saber-fazer ou desenvolver uma capacitação para as demandas trazidas para o grupo. A partir dessa perspectiva, a educação popular geralmente³⁶ é dividida em três ações: 1) mobilizar, já que os indivíduos têm que se colocar em movimento para que o conhecimento seja produzido; 2) organizar, no sentido de organização popular, tornar seu conhecimento ferramenta de poder para alterar sua realidade e 3) organizar, por meio da função do educador, sistematizando o conhecimento do grupo social para que esse seja passado adiante (dentro do grupo e para outros grupos sociais), como história e ponto de debate, ou seja, organizar o “saber-fazer”³⁷ (Freire & Nogueira, 1989).

A origem da educação popular está associada a duas variáveis: (1) ser uma proposta oposta a “educação bancária” e (2) ser um conhecimento sistematizado a partir da pedagogia do oprimido e da prática social (Freire & Nogueira, 1989; Pereira, Carvalho, & Ladeia, 2008). Por “educação bancária” entende-se como um sistema de ensino que elabora pré-modelos de educação que visam depositar (por isso “bancária”), de forma acumulativa, conhecimentos e “conteúdos” “dentro” do aprendiz (Freire & Nogueira, 1989; Pereira, Carvalho, & Ladeia, 2008). Esses pré-modelos, por sua vez, são replicados em diversos contextos, sem necessariamente passar por uma análise de possíveis melhoras ou mudanças (Pereira, Carvalho, & Ladeia, 2008). O pré-modelo de

³⁶ Coloca-se aqui “geralmente” por conta de diversos adendos de Freire e Nogueira (1989) para o fato de que não existe um único modelo de educação popular, que essa se molda conforme as necessidades do grupo social e conforme seu nível de necessidade, engajamento, organização etc. Por conta disso, as ações e atitudes necessárias para cada educação popular podem variar sem muito padrão identificável pelos autores, principalmente porque (de acordo com esses) não é objetivo padronizar ou sistematizar ainda mais o conhecimento acerca da educação popular, isso como medida que essa não venha a ser utilizada como uma educação bancária ou sem reflexão (Freire & Nogueira, 1989).

³⁷ Esse conjunto de ações e procedimentos realizados pelo grupo social e pelo educador popular pode-se chamar também de Programa de Ação Popular (Freire & Nogueira, 1989).

educação elaborado geralmente não considera a história dos indivíduos, aspectos da vida cotidiana, estabelece hierarquias entre as esferas do conhecimento, tenta massificar os conhecimentos e a postura dos alunos, permite relações de poder, exercício de vigilância e disciplina por parte dos professores (Pereira, Carvalho, & Ladeia, 2008). Com isso, a educação popular surge como uma proposta de ensino preocupada com conteúdos e conhecimentos significativos para a realidade do grupo social, a qual ocorre em diferentes níveis de engajamento e é alterada conforme a realidade do grupo social (Freire & Nogueira, 1989).

Enquanto a pedagogia do oprimido e a prática social se dão como cenário de sistematização do conceito³⁸ “educação popular”, isso ocorre quando o oprimido educa a si mesmo para se adaptar a sociedade (Freire & Nogueira, 1989). Para esse processo de adaptação a sociedade, ele precisou criar conhecimentos práticos, os saber-fazer (Freire & Nogueira, 1989). Os indivíduos que se organizavam ou buscavam por soluções e adaptação para a sociedade eram frequentemente, de acordo com a experiência de Freire e Nogueira (1989), integrantes de Movimentos Populares organizados, trabalhadores industriais urbanos com baixa qualificação, imigrantes rurais que mudavam do meio rural em direção as cidades com expectativas de uma vida melhor e aprendizes de programas educativos que tinham como objetivo a educação rápida desses trabalhadores para os postos de trabalho que poderiam auxiliar no crescimento do país, como, por exemplo, alfabetização de adultos.

Todavia, a educação popular não ocorre com um indivíduo somente, ela ocorre com a organização do grupo social, pois só a partir dessa organização que se pode realizar alterações significativas na realidade na qual o grupo se insere (Freire & Nogueira, 1989). A mudança geralmente surgia por meio de conversas, por exemplo, entre vizinhos, sobre as dificuldades do bairro no qual residem. A partir dessa conversa entre vizinhos esses começam a mobilizar a comunidade para fazer pequenas alterações em seu bairro e, com o resultado positivo dessa alteração, todos aqueles que estavam no bairro ganham mais alternativas de resistência as demais dificuldades. Ou seja, o grupo ou categoria social reuniu-se, compartilhou suas perspectivas individuais, chegou a um consenso de qual seria sua postura como coletividade, objetivaram as ações para que

³⁸ Para Freire e Nogueira (1989) os conceitos e definições são intermediados pela experiência de vida do grupo social, a expressão de sua realidade (inteligência) e sistematização dos teóricos que estudam suas práticas. Configurando assim, para o conceito, a função de mediar a conversa e passagem de conhecimento entre os educadores populares e os afazeres do grupo social (Freire & Nogueira, 1989).

possam resistir e, para cada ação tanto com resultado positivo ou negativo, foram estudadas em nível coletivo para que mais aprimoramentos sejam realizados àquela realidade (Freire & Nogueira, 1989). Para isso ocorrer de forma que se obtenha resultados significativos era imprescindível, de acordo com as experiências práticas de Freire e Nogueira (1989), que o grupo possuisse uma solidariedade horizontal, companheirismo, escuta a opinião dos demais integrantes do grupo e trabalho em conjunto.

A educação participativa, por sua vez, foi desenvolvida como uma proposta específica para contextos autogestionários. Para Motta (2003), a efetivação de uma sociedade autogestionária depende da forma que a formação continuada é inserida no contexto dos sócio-trabalhadores. A educação ideal, para um empreendimento autogestionário, seria uma educação não-autoritária³⁹ ou participativa (Motta, 2003). Esse modelo de educação é baseado também nos conhecimentos e comportamentos adquiridos durante a inserção no empreendimento autogestionário, por isso a educação participativa só pode ser considerada efetiva quando o sócio-trabalhador participa dela da mesma maneira que participa de outros processos dentro do empreendimento (Motta, 2003).

Em síntese, a formação continuada dentro dos empreendimentos econômico solidários é baseada na participação efetiva, solidariedade horizontal, demandas específicas da realidade dos sócio-trabalhadores ou do grupo social do qual eles participam, cooperação, companheirismo, escuta e debate acerca de todas as opiniões expostas (Freire & Nogueira, 1989; Motta, 2003; Pereira, Carvalho, & Ladeia, 2008; Tiriba, 2008). Mas apesar desses ideais, como que isso é aplicado na prática pelas instituições que apoiam a formação continuada dentro dos empreendimentos econômico-solidários?

No início da década 90⁴⁰ foi desenvolvida umas das primeiras associações que visavam auxiliar os sócio-trabalhadores a enfrentar as altas taxas de desemprego e

³⁹ “Por aprendizagem não-autoritária entendendo aquela que impede a internalização dos mecanismos de submissão e conformidade. (...) [*aquela que baseia-se na*] erradicação da angústia, do medo, da culpa e da dependência” (Motta, 2003, p.372).

⁴⁰ Foram encontrados na literatura duas possíveis datas para o início da ANTEAG. Adriano (2001) menciona 1994, Carvalho (2012) menciona 1991 e, na página oficial da ANTEAG é mencionado “início na década de 90”.

falência empresarial, a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão - ANTEAG⁴¹ (Adriano, 2010; ANTEAG, 2008). Ela iniciou a (1) construção de uma metodologia de ensino e qualificação dos trabalhadores utilizando a pedagogia popular e (2), por meio do convênio com MTE, a elaboração de oito livros, chamados de “Cadernos de Formação do Trabalhador”, que se baseavam na recuperação e nas mudanças que a empresa autogestionária exigiam (Adriano, 2010). Porém, posteriormente a passagem da heterogestão para autogestão, muito dos gestores anteriores do processo falimentar não permanecem na empresa, fazendo com que os funcionários do “chão da fábrica” assumissem cargos de gestão e, a partir disso, a ANTEAG aprimorou os programas de capacitação envolvendo *Master in Business Administration – MBAs* para esses funcionários e reelaborou os livros, agora compostos em três volumes, nomeados de “Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia” (Adriano, 2010). A formação e assessoria da ANTEAG⁴² para as empresas em processo de falência que eram reivindicadas pelos funcionários pode ser considerado um marco em relação a produção de conhecimento sobre Economia Solidária e Autogestão, uma vez que não haviam anteriormente experiências com esses princípios no Brasil, fazendo com que os associados da ANTEAG identificassem habilidades e comportamentos que os novos trabalhadores precisavam desenvolver já que não iriam gerenciar uma empresa nos moldes convencionais que estavam acostumados (Adriano, 2010).

No contexto histórico, a ANTEAG também foi responsável em aumentar a área de atuação econômica solidária e autogestionária (Adriano, 2010). No início dos anos 2000, com o convênio com o poder público, começou a capacitar não apenas funcionários de empresas em processo de falência, mas também indivíduos desempregados, populações periféricas da cidade e do campo, indivíduos marginalizados que não possuíam acesso a trabalho e/ou educação formal (Adriano, 2010). Com isso, o objetivo da ANTEAG era potencializar empresas e

⁴¹ De acordo com Claudio Nascimento - ex-sócio da ANTEAG durante o Governo Olívio Dutra (1999 – 2003) no Rio Grande do Sul, anteriormente responsável pelos cursos de formação em Economia Solidária pela SENAES durante a presidência de Lula (2003-2011) e atual sócio da CAMP – Escola de Cidadania – a ANTEAG fechou. Carvalho (2012), comenta nas conclusões de seu trabalho, que em 2012 a ANTEAG encontrava-se em profunda crise; não disponibilizava de recursos financeiros, de pessoal para realizar o trabalho, não possuía mais sede própria e não contava com o auxílio de recursos públicos.

⁴² A ANTEAG, de acordo com Adriano (2010) até o momento de estruturação de seu trabalho, orientou a formação para a Economia Solidária para mais de 700 empresas em situação falimentar.

empreendimentos econômico-solidários a promover uma nova cultura de trabalho, com valores e formas de interação social não demarcados pelas práticas capitalistas usuais, recuperar e manter o trabalho e renda dos projetos autogestionários (Adriano, 2010; ANTEAG, 2008; Carvalho, 2012).

Outra alternativa de assessoria técnica para a Economia Solidária e autogestão são os Centros Nacionais de Formação e Apoio à Assessoria Técnica – CFES. Os CFES se estruturam em rede, com abrangência nacional, com objetivos de (1) fortalecer e promover a educação em Economia Solidária, (2) consolidar práticas pedagógicas e processos metodológicos integrados a autogestão, (3) produção de conhecimento sobre educação em Economia Solidária por meio da educação popular, (4) formação e assessoria técnica com fins de fortalecer os processos de desenvolvimento sustentável e Economia Solidária, (5) contribuir na construção da Política Nacional de Formação e Assessoria Técnica para Economia Solidária e (6) consolidar uma rede de educadores em Economia Solidária por meio de ações integradas com a rede de CFES tanto em âmbito nacional como regional (CFES, 2009, 2013). A atuação dos CFES é composta por quatro núcleos de formação - educação e desenvolvimento; finanças solidárias; produção, comercialização e consumo; rede de cooperação solidária – e ocorrem em seis centros regionais, conforme Tabela 3, coordenados por organizações que possuem experiência em processos educativos dentro da Economia Solidária (CFES, 2009, 2013).

De forma geral, os centros regionais foram desenvolvidos por meio da política nacional de formação para Economia Solidária da SENAES/MTE e, na prática, trabalham em: (a) formar educadores e gestores públicos para atuarem na Economia Solidária, (b) contribuir para um ambiente de inclusão no trabalho, (c) auxiliar na dimensão emancipatória dos sócio-trabalhadores e (d) promover sustentabilidade econômica (CFES, 2013). Enquanto o CFES Nacional, localizado na cidade de Brasília (DF), possui como função articular os trabalhos e conhecimentos produzidos nos centros regionais (CFES, 2013).

Tabela 3**Sistematização de informações sobre os CFES Regionais, seus estados de abrangência, instituição responsável e cidade na qual sua sede reside**

| Nome do CFES | Estados atendidos | Organização responsável | Sede |
|---------------------|--|---|--------------------|
| CFES Amazônia 1 | Acre, Rondônia, Amazonas e Roraima | Cooperativa de Assessoria, Serviços Técnicos Educacionais e Projetos Sociais da Amazônia - COASTEPS | Manaus, AM |
| CFES Amazônia 2 | Tocantins, Pará e Amapá | Universidade Federal de Tocantins - FAPTO/UFT | Palmas, TO |
| CFES Nordeste | Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia | Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE | Recife, PE |
| CFES Sudeste | Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo | Instituto Marista de Solidariedade | Belo Horizonte, MG |
| CFES Centro-Oeste | Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal | Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da Central Única dos Trabalhadores - ECO/CUT | Goiânia, GO |
| CFES Sul | Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul | Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP | Porto Alegre, RS |

Fonte: Centro Nacional de Formação e Apoio à Assessoria Técnica – CFES (2009): <<http://cirandas.net/rede-cfes/sobre-a-rede-cfes>>.

A ANTEAG e os CFES são organizações criadas especificamente para atender demandas externas relacionadas a Economia Solidária e autogestão. Contudo, com a finalidade de demonstrar que a educação para essas questões pode acontecer nos mais diversos ambientes, é relevante demonstrar como ocorre o processo de educação popular no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), no qual os trabalhadores organizam internamente os processos de capacitação, nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) que são, geralmente, projetos de extensão universitária que buscam capacitar empreendimentos econômico-solidários a efetivar a Economia Solidária e autogestão e no Núcleo/Incubadora UNITRABALHO que é um programa multidisciplinar de estudos e pesquisa sobre trabalho e movimentos sociais.

A educação continuada, dentro do MST, é desenvolvida como um projeto educativo dos oprimidos que busca integrar o homem com o seu meio, sem adotar uma única perspectiva pedagógica tradicional e sim uma soma dos pensamentos de Paulo Freire, Piaget e Makarenko (Bezerra Neto, 1999). Os participantes do MST iniciaram a questionar a problemática educacional em 1979, antes mesmo de surgir a sigla em 1985, e sua primeira ação voltada para esse fim foi nos acampamentos das fazendas Macali e Brilhante no Rio Grande do Sul (Bezerra Neto, 1999). E, atualmente, a educação continuada ocorre nas escolas de acampamento, assentamentos de reforma agrária, na

Escola Nacional de Formação e na publicação dos “Boletins de Educação” e os “Cadernos de Educação e fazendo história”, com o objetivo de romper três “cercas”: a cerca do latifúndio, do capital e da ignorância (Bezerra Neto, 1999; Christoffoli, 2010). Uma forma menos metafórica de expressar os objetivos, seria: auxiliar o integrante do movimento a ter acesso a terra, escola, conhecimento, educação, condições básicas de vida e, com isso, transformar a realidade agrária, eliminar o analfabetismo nas áreas rurais e consolidar o meio rural como uma sociedade igualitária com justiça social e educação para todos (Bezerra Neto, 1999).

O processo educativo é embasado na prática da gestão democrática da escola, na qual todos os interessados nos processos educativos e de formação auxiliam nos processos de tomada de decisão acerca das atividades escolares (Bezerra Neto, 1999). Mas em geral, a formação dentro do movimento pode ser dividida em duas perspectivas: formação técnica – cujo papel é a escolarização básica e capacitação técnica para o trabalhador e formação em gestão – que auxilia os integrantes do movimento a se apropriar coletivamente das experiências sociais alternativas de sobrevivência autogestionária e econômico solidária (Christoffoli, 2010). Ambas as perspectivas surgiram com a intenção de auxiliar o movimento a atingir plenamente seus objetivos de emancipação e reforma agrária. A primeira perspectiva de formação é justificada quando os integrantes do movimento, com suas respectivas produções, precisam competir com produções maiores e mais industrializadas, fazendo com que assim, busquem uma formação técnica que os deixem mais competitivos na venda dos excedentes de produção (Bezerra Neto, 1999; Christoffoli, 2010). E quanto à segunda perspectiva de formação, auxilia os integrantes do movimento a se organizarem de forma econômico solidária e autogestionária, de forma com que consigam competir com outras organizações, sem romper com seus preceitos ideológicos (Bezerra Neto, 1999). A forma com que os integrantes organizam o sistema educacional é um exemplo de que todas as esferas de sua atuação buscam estar em consonância com seus ideias (Bezerra Neto, 1999). Isso, uma vez que a escola das atividades escolares são decididas em coletividade, os “contéudos” são definidos conforme as necessidades da região e do movimento, os professores são geralmente egressos da Escola Nacional de Formação do movimento ou ex-alunos que assumem a responsabilidade de educar os demais, exigindo que o sistema educacional, os professores e demais participantes estejam em

coerência e possuam competência de agir conforme as necessidades de transformação da realidade social (Bezerra Neto, 1999).

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), por sua vez, são geralmente associadas às práticas de extensão de universidades públicas e possuem como objetivo auxiliar os empreendimentos econômico-solidários a fomentar e apoiar a consolidação da Economia Solidária por meio da autogestão, cooperativismo, solidariedade e dimensões econômicas⁴³ eficientes com base em um processo pedagógico de troca de saberes - o saber popular e o saber acadêmico – de maneira com que um não se sobraponha sobre o outro (Cortegoso & Lussi, 2016; Murad & Abreu, 2016; Oliveira Filho, 2016).

A primeira ITCP foi a ITCP/COPPE/UFRJ⁴⁴, criada em 1994/95, com a iniciativa dos professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da COPPE (Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia) e foi primeiramente utilizada na Cooperativa de Trabalho de Manguinhos – COOTRAM, localizada em uma comunidade da cidade do Rio de Janeiro, com o apoio de universidades e cientistas (Oliveira Filho, 2016). A partir dessa experiência, a ITCP/COPPE/UFRJ padronizou a forma de atuar das incubadoras e serviu como motivação para outras ITCPs abrirem pelo Brasil, formando assim uma rede de incubadoras (Oliveira Filho, 2016). A sistematização das ITCPs em rede ocorreu em 1999 com fins de compartilharem experiências, aprimoramentos de metodologia de incubação e discutirem sobre o posicionamento das ITCPs na efetivação da Economia Solidária como um todo (Oliveira Filho, 2016). Em 2013, cerca de 50 universidades de diversos estados possuíam incubadoras tecnológicas de cooperativas populares (Oliveira Filho, 2016). Criando assim a necessidade, de não mais somente de uma única rede nacional, mas sim de redes regionais para a discussão e troca de conhecimentos sobre as especificidades da Economia Solidária naquela região (Oliveira Filho, 2016).

O crescimento de empreendimentos econômicos solidários e os conhecimentos que estavam sendo gerados por essa interlocução incubadora-empreendimento instigou

⁴³ “A dimensão econômica é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais dos membros do empreendimento e envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade sem, contudo, buscar a maximização dos lucros, mas sim o bem-estar das pessoas e do ambiente” (Oliveira Filho, 2010, p.52).

⁴⁴ Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ: <http://itcp.coppe.ufrj.br/>.

o interesse de estudiosos (Oliveira Filho, 2016). Eles buscavam compreender não somente as situações sócio-econômicas que geram esses empreendimentos, mas também como esses empreendimentos possuíam sucesso ou insucesso, como que ocorria a socialização de bens de produção e trabalho, e demais traços sociais peculiares que surgiram e propagaram com o aumento da quantidade de empreendimentos econômico-solidários (Oliveira Filho, 2016). E, com o fim de sistematizar o conhecimento sobre Economia Solidária e repensar as atuações nesse meio, as incubadoras são associadas a universidades, geralmente, públicas (Oliveira Filho, 2016). A universidade pública, nesse caso, possui mais vantagens do que outras instituições uma vez que: (1) são capazes de reunir condições para evitar a descontinuidade do processo de incubação, já quando associada a práticas governamentais ou privadas as incubações podem ser encerradas com a mudança de gestão; (2) buscam pelo conhecimento interdisciplinar visto que diversas áreas do conhecimento podem auxiliar a incubação dos empreendimentos, (3) aprendem e propagam os novos conhecimentos elaborados nos processos de incubação colaborando para a dissiminação das práticas econômico solidárias e (4) são constituídas por três vertentes: pesquisa⁴⁵, ensino⁴⁶ e extensão⁴⁷ (Cortegoso & Lussi, 2016; Oliveira Filho, 2016).

Na prática, mesmo que as ITCPs façam parte, em sua maioria, da Rede de ITCPs e façam parte dos projetos de extensão de universidades públicas não existe uma normativa de como essas devem realizar seus trabalhos (Murad & Abreu, 2016). Com isso, cabe à cada ITCP avaliar como abordar a Economia Solidária para seu contexto ou ainda para cada empreendimento econômico-solidário com fins de completar o interesse e a necessidade dos sócio-trabalhadores (Murad & Abreu, 2016). Com fins de ilustrar possíveis diferenças entre as etapas dos processos de incubação, foi sistematizado os dados analisados de Murad e Abreu (2016) na Tabela 4.

⁴⁵ A partir da pesquisa as universidades atendem os objetivos de produzir, sistematizar, criticar, integrar e divulgar os conhecimentos por eles produzidos (Cortegoso & Lussi, 2016).

⁴⁶ O ensino, no âmbito de graduação, busca a formação de profissionais que poderão atuar no demais campos de atuação profissional necessários a sociedade e, no âmbito de pós-graduação, busca a formação de professores universitários e cientistas que irão formar novos profissionais e desenvolver novos conhecimentos (Cortegoso & Lussi, 2016).

⁴⁷ Com a extensão cabe a universidade não somente prestar serviços para a comunidade na qual ela se insere, mas também divulgar o conhecimento por ela elaborado de maneira mais acessível e prática aos demais integrantes da sociedade (Cortegoso & Lussi, 2016).

Tabela 4

Sistematização de etapas do processo de incubação de três incubadoras conforme os dados analisados de Murad e Abreu (2016)

| | Incubadora A | Incubadora B | Incubadora C |
|--|---|---|--|
| Etapas do processo de incubação | 1) Divulgar a proposta da incubadora; 2) Iniciar o trabalho de formação; 3) Executar, avaliar e corrigir o projeto de formação; 4) Verificar se os princípios da Economia Solidária se expandiram; 5) Corrigir dificuldades, desenvolver ferramentas e analisar se o grupo ainda precisa de incubação | 1) Apresentação da incubadora; 2) Iniciar o trabalho de formação; 3) Ação “mantedoura”, na qual o empreendimento busca manter as aprendizagens adquiridas | 1) Identificação de empreendimentos que a incubadora poderia auxiliar; 2) Identificação das demandas do grupo; 3) Realização de assessorias e oficinas |

Fonte: Elaboração da autora com base em Murad e Abreu (2016).

Mesmo com suas diferenças, de maneira geral, as incubadoras iniciam o processo com a divulgação de seus serviços, levantamento de dados sobre o empreendimento e sobre o perfil dos sócio-trabalhadores, realizam diagnósticos do que precisa ser aprimorado, viabilizam processos de formação, avaliam os resultados, criam instrumentos de facilitação, acompanham e auxiliam o empreendimento até que esse não necessite mais da capacitação ou assessoria da incubadora (Murad & Abreu, 2016). Por fim, as metodologias de incubação propostas pelas ITCPs buscam (1) não diminuir a autonomia do grupo, (2) respeitar a velocidade de incubação e desenvolvimento de cada empreendimento, (3) analisar com fidedignidade e sem manipular os dados que explicitam as necessidades do empreendimento e (4) dar feedback em relação a estágio atual de desenvolvimento do empreendimento e planejar ações futuras (Murad & Abreu, 2016).

Por sua vez, o Núcleo/Incubadora UNITRABALHO, ou comumente conhecido como UNITRABALHO, é uma Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Programa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre trabalho e movimentos sociais fundado em 1998 (UNITRABALHO, 2018; Onuma, Mafra, & Moreira, 2012). A UNITRABALHO foi fundada por conta do número crescente de organizações interessadas ou alinhadas com os ideais da autogestão e/ou da Economia Solidária (Miyatake, Tanaka, Ono, Rocha, Munhoz, Okadi, Iguchi, & Canezin, 2008). Seu objetivo é, por meio da integração da universidade, do conhecimento acadêmico e

do conhecimento popular: (a) assessorar e acompanhar empreendimentos que propiciam empregos e (b) criar projetos e ações que auxiliem na criação de melhores condições de vida, renda e trabalho (Culti, 2007; Eid, 2004; Miyatake et al., 2008; UNITRABALHO, 2018). Além de que, as incubadoras associadas a Rede UNITRABALHO, fazem parte do Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável e auxiliam, por meio do Grupo de Trabalho Nacional, a traçar diretrizes do programa nacional e no suporte de questões técnicas e práticas (Culti, 2007).

As pesquisas e estudos desenvolvidos pela UNITRABALHO são considerados diferentes de algumas instituições anteriormente apresentadas, uma vez que essa não desenvolve conhecimento somente ou exclusivamente sobre Economia Solidária, autogestão e educação popular, ela busca desenvolver conhecimentos sobre o campo do trabalho e movimentos sociais em geral (Onuma, Mafra, & Moreira, 2012). Enquanto, na atuação prática, os trabalhos da UNITRABALHO são voltadas para o desenvolvimeto de processos educativos nas áreas de organização do trabalho, autogestão, assistência jurídica, contábil, financeira, relações interpessoais etc. (Culti, 2007). E são desenvolvidos com base em quatro componentes centrais de incubação: (a) implantação e avaliação do trabalho das incubadoras; (b) incubação em três etapas - pré-incubação, incubação e desincubação; (c) avaliação da participação dos empreendimentos nos fatores de desenvolvimento e na redefinição de estratégias; e (d) intercâmbio entre as incubadoras assessoradas para implantar novas incubadoras e auxiliar na construção da rede de Economia Solidária (Eid, 2004). Possuindo, geralmente, como resultados: a aprendizagem do empreendimento em se autogerir e, por parte da fundação, o desenvolvimento de novas metodologias, abordagens e formas de compartilhar conhecimentos (populares e acadêmicos) com os empreendimentos e universidades associadas, auxiliando assim para o desenvolvimento de uma metodologia de incubação unitária⁴⁸ (Eid, 2004; Miyatake et al., 2008; Onuma, Mafra, & Moreira, 2012).

Considerando como exemplo as atuações da ANTEAG, CFES, MST, ITCPs e UNITRABALHO é possível concluir que não existe uma forma estática, uma norma ou

⁴⁸A incubação unitária ocorre mediante a educação unitária, ou seja, sem a fragmentação de conhecimento e dos processos interativos entre os educadores e educandos, visando a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade (Eid, 2004).

um regulamento de aplicar a educação popular e participativa. A aplicação dos possíveis modelos de educação dependem de avaliação do contexto no qual o empreendimento econômico-solidário está inserido, a forma de organização deste, como ocorre o processo de formação continuada dentro do empreendimento, se ele faz parte de alguma rede, se já foi assessorado ou não, entre outras possíveis variáveis que poderiam afetar no processo de formação para a Economia Solidária. Fazendo com que, cada organização, instituição ou entidade que busque a melhor maneira, no sentido de mais eficiente, de auxiliar, capacitar, formar ou assessorar os sócio-trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários. Com isso, seria possível propor outra metodologia de ensino que também busca formas eficazes e eficientes de aprendizagem?

5. Economia Solidária: uma revisão sistemática enfatizando as contribuições da Psicologia em artigos publicados entre 2008 e 2019⁴⁹

A Economia Solidária (EcoSol) é um fenômeno complexo demais para ser estudado apenas por uma área do conhecimento e, conseqüentemente, necessita ser estudada por diversas áreas. Uma das possibilidades de analisar esse fenômeno é por meio da Psicologia que, de acordo com Singer (2008), poderia estudar as mudanças que ocorrem em âmbitos individuais quando se muda de uma prática econômica capitalista para a prática econômico-solidária e as decorrências dessas mudanças em relação ao contexto em que ocorrem. Também é responsabilidade dessa área do conhecimento criar um “diálogo” entre seus conhecimentos e uma nova perspectiva de trabalho humano (Mello, 2008). Considerando as sistematizações sobre Psicologia e Economia Solidária do livro “Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas”, organizado por Ana Lucia Cortegoso e Miguel Gambelli Lucas, publicado em 2008, é possível questionar: O que mudou desde 2008? O que foi produzido a respeito da “dimensão psicológica” relacionada a Economia Solidária? E sobre a atuação do psicólogo(a) nesse contexto? A partir disso, é relevante, científica e socialmente, caracterizar as contribuições das produções em Psicologia relacionadas à Economia Solidária nos últimos 10 anos.

⁴⁹ Esse artigo foi submetido para publicação na Revista *Trabalho, Educação & Saúde*. Caso venha a ser publicado, a versão do artigo da revista (possivelmente) será diferente da versão apresentada nessa dissertação.

a. Psicologia e Economia Solidária: possíveis relações

A Economia Solidária (EcoSol) é um modelo econômico que possui como ideal orientador a autogestão e é guiada pelos princípios da solidariedade, relações igualitárias, cooperação, democracia, distribuição equitativa de riquezas, que valorizam primordialmente o interesse coletivo (Gaiger & Laville, 2009; Souza, 2010). Com isso, no contexto da EcoSol, são criadas novas relações entre o indivíduo e sua comunidade, desenvolvendo uma identidade prioritariamente social, as quais ampliam a reciprocidade, gestão do bem comum, valores, noções de justiça e interesse público (Gaiger & Laville, 2009). Isso configura, como resultado de sua prática, uma lógica econômica oposta a lógica capitalista, na qual o trabalho é ressignificado de modo que esse não visa o lucro em si, mas sim o acesso a cidadania, saúde e reinserção social (Cortegoso, Cia, & Lucas, 2008; Gaiger & Laville, 2009). Na prática econômico-solidária, o lucro serve como meio de reinvestir, renovar, expandir e sustentar economicamente o empreendimento e aqueles que o compõem, de maneira que o lucro seja subordinado ao atendimento das necessidades definidas pela coletividade de trabalhadores (Eid, 2004; Lisboa, 2005). Na lógica capitalista, por sua vez, um dos objetivos é a lucratividade máxima e isso ocorre, geralmente, por meio da alienação do trabalhador e da organização racional do capital e do trabalho (Lisboa, 2005).

A prática da EcoSol ocorre, em sua maioria, por meio de empreendimentos econômicos solidários (EESs), entendidos como organizações, de diversas modalidades, geralmente originados pela livre associação de trabalhadores e cooperação (Gaiger, 2009). Na década de 1980, no Brasil, surgiram os primeiros EESs como proposta de solução à crise de desemprego iniciada em 1981 (Coutinho, Beiras, Picinin, & Luckmann, 2005). A partir dessa crise, Singer (2001) explica que para diminuir os problemas causados pelas altas taxas de desemprego, uma das possíveis soluções era que os próprios desempregados e demais indivíduos socialmente excluídos organizassem uma “oportunidade real” para se reinserir na economia. Essa “oportunidade real” deveria consistir em um modelo econômico diferente daquele que os excluía e ser composto de pequenas empresas e trabalhadores autônomos de forma que esses estejam protegidos da competição desleal de mercado com as grandes empresas (Singer, 2001). Essa proteção, segundo o autor, deveria ocorrer pelo menos enquanto os ex-desempregados aprendam a gerenciar, ganhar eficiência e angariar fregueses.

A “oportunidade real” que os trabalhadores excluídos poderiam buscar para se reinserir no mercado de trabalho faz referência a uma perspectiva de economia diferente, que teria pelo menos esses objetivos: garantir o sucesso dos empreendimentos, tirar indivíduos do desemprego, dar uma oportunidade de sobrevivência aos funcionários, reintegrá-los na economia e sociedade e criar empresas com uma postura “includora”, nas quais qualquer indivíduo disposto a ajudar em sua prática seria bem-vindo, ofertando a esses uma nova oportunidade de sobrevivência e de se trabalhar com autonomia (Singer, 2001). Essa “economia diferente” foi nomeada Economia Solidária.

A Psicologia, como área do conhecimento que estuda o comportamento do ser humano e suas interações com o ambiente, e os psicólogos(as), como agentes de produção de conhecimento e de mudanças sociais, são responsáveis, em relação à EcoSol, por promover novas formas de relações com o trabalho, práticas culturais, processo grupais, formas e processos de gestão (Cortegoso, Cia, & Lucas, 2008). A atuação dos psicólogos(as) pode auxiliar a prática econômico-solidária a partir de diversas perspectivas, como: Psicologia Organizacional e do Trabalho e Psicologia Comunitária (Coutinho et al., 2005; Santos & Oliveira, 2015). E pode ocorrer em função a algumas demandas: individuais, coletivas, culturais e sociais (Favero & Eidelwein, 2004). Principalmente quando, a maioria dos problemas apresentados nos EESs é originada da dificuldade de transição da Economia Capitalista para a Economia Solidária ou da heterogestão para a autogestão (Favero & Eidelwein, 2004; Guareschi & Veronese, 2009).

A partir disso, foram encontradas três sistematizações relevantes para a compreensão da produção em Economia Solidária e sua relação com Psicologia: Baratieri e Beatriz (2013), Souza (2017) e Oliveira e Zanin (2011). A pesquisa de Baratieri e Beatriz (2013) tem como objetivo caracterizar a atuação do profissional de Psicologia na Economia Solidária no Brasil. A coleta de dados da pesquisa ocorreu por meio de relato (questionário virtual) enviado via e-mail. Obtiveram a resposta de 123 psicólogos(as). Os principais resultados encontrados foram que, em relação aos psicólogos(as) que atuam na EcoSol, esses têm sua prática associada a entidades de apoio, incubadoras tecnológicas, cooperativas populares e associações de trabalho. 40% dos participantes não estavam atuando com/na EcoSol no momento que responderam o questionário, 17% atuavam no âmbito comportamental, 15% na formação de agentes

multiplicadores, 15% no âmbito técnico e 13% em pesquisas científicas. Alguns dos temas mais abordados são: relações interpessoais, autogestão, formação de cooperados, tomadas de decisão, conflitos, disseminação de valores da cooperação e participação, gestão básica, inclusão social, políticas públicas, inserção do produto no mercado, desenvolvimento local e consciência crítica sobre o trabalho assalariado.

Souza (2017), por sua vez, sistematizou os dados apresentados e discutidos no I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária (CONPES) da Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES) sem especificar de qual área do conhecimento esses dados se tratavam. Os dados foram agrupados com base em dois aspectos: 1) em relação aos temas mais recorrentes apresentados na CONPES e 2) em relação a formação dos associados da ABPES. A formação dos associados da ABPES 74% eram professores universitários, 13% pós-graduandos e 7% de assessores de organizações não governamentais (ONGs) e, em relação as áreas de formação, 15% Sociologia, 15% Educação e 13% Psicologia.

Por último, a sistematização realizada por Oliveira e Zanin (2011) investigou a produção de teses e dissertações, sem especificar a área do conhecimento, no período de 1998 a 2010 no portal da CAPES utilizando o termo “Economia Solidária”. A pesquisa encontrou 401 teses e dissertações. Foram encontradas 64 áreas que produzem dissertações ou teses sobre EcoSol. As cinco áreas com as maiores quantidades de produções foram Administração (com 51 produções), Sociologia (40), Educação (33), Serviço Social (29), Engenharia de Produção (25) e Ciências Sociais (24). As produções em Psicologia foram divididas em quatro categorias: Psicologia (14), Psicologia Social (5), Psicologia da Saúde (1) e Psicologia Social e Institucional (1), totalizando 21 produções.

Algumas características interessantes observadas nessas produções sobre a relação de Psicologia e Economia Solidária envolve o fator que: a Psicologia possui, como área de conhecimento, uma posição de destaque no que se refere a quantidade de psicólogos(as) associados a ABPES, como a terceira profissão com mais associados (13%) (Souza, 2017). Porém, em contrapartida, a produção científica, em forma de teses e dissertações, obtida a partir da soma das sub-divisões de Psicologia (21 produções no total), não encontra-se entre as cinco áreas que mais produzem conhecimento sobre EcoSol (Oliveira & Zanin, 2011). Ou seja, a terceira área do conhecimento com mais

associados na ABPES não é uma das áreas que mais produz, nesse formato, sobre EcoSol. Outro ponto, de acordo com a sistematização de Baratieri e Beatriz (2013), é que apenas 13% dos psicólogos(as) respondentes produzem conhecimento científico sobre EcoSol. Com isso, o presente capítulo objetiva caracterizar as contribuições das produções científicas, em formato de artigo, sobre fenômenos psicológicos relacionadas à EcoSol nos últimos 10 anos. A escolha por artigos ocorreu, uma vez que, esses são os principais responsáveis pela disseminação de conhecimento, divulgação de descobertas e um importante meio de identificar a relevância da Psicologia como área do conhecimento que pode contribuir para o desenvolvimento da Economia Solidária.

b. Método

Para identificação e recuperação de artigos foram acessadas as bases de dados: LILACS, BVS, PePSIC, SciELO e Periódicos CAPES. Nelas foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “Economia Solidária”, “*solidary economy*”, “*economía solidaria*” e suas possíveis variações (como: “empreendimento econômico-solidário”, “empreendimento solidário”, “econômico-solidário”, “econômica solidária”). Nas ferramentas de busca dessas bases de dados foi especificado que essas palavras-chave estivessem contidas no título ou no resumo dos artigos. Foram selecionados artigos publicados entre 1º de Janeiro de 2008 à 1º de Maio de 2019. A inclusão ou exclusão dos materiais encontrados foi realizada e baseada no modelo PRISMA⁵⁰. Foram avaliados os títulos e os resumos, de maneira a verificar se esses explicitavam que a pesquisa cumpria com um dos critérios apresentados na Tabela 5.

⁵⁰ Transparent Reporting of Systematic Reviews and Meta-Analyses: <<http://www.prisma-statement.org/>>

Tabela 5

Descrição e exemplos dos critérios de seleção utilizados para filtrar os artigos encontrados nas bases de dados

| Crítérios | Descrição e exemplos dos critérios |
|------------------|---|
| Crítério A | Relaciona teoricamente Psicologia e Economia Solidária (por exemplo: como a Psicologia pode contribuir para o conceito de consumo na Economia Solidária, como são desenvolvidos os processos identificatórios, entre outros) |
| Crítério B | Estuda fenômenos psicológicos em contexto econômico-solidário (por exemplo: comportamento humano, processo de subjetivação, processo saúde-doença, aprendizagem etc.) |
| Crítério C | Caracteriza ou propõe atuação do psicólogo(a) em empreendimentos ou organizações econômicos solidários (por exemplo: capacitação de agentes de incubação a identificar a necessidade de intervenções psicológicas e a compreender os princípios econômicos solidários pela interpretação da Psicologia) |
| Crítério D | Se pelo menos um dos autores desenvolveu, em diversos níveis, sua formação acadêmica em Psicologia |

Títulos e resumos de artigos que atendiam pelo menos um desses critérios foram selecionados. Posteriormente a essa inclusão, os artigos foram lidos na íntegra e foram excluídos caso eles não fossem relacionados diretamente com a Economia Solidária (critério E – de exclusão). Com isso, o processo de inclusão e exclusão de artigos ocorreu conforme é representado na Figura 1.

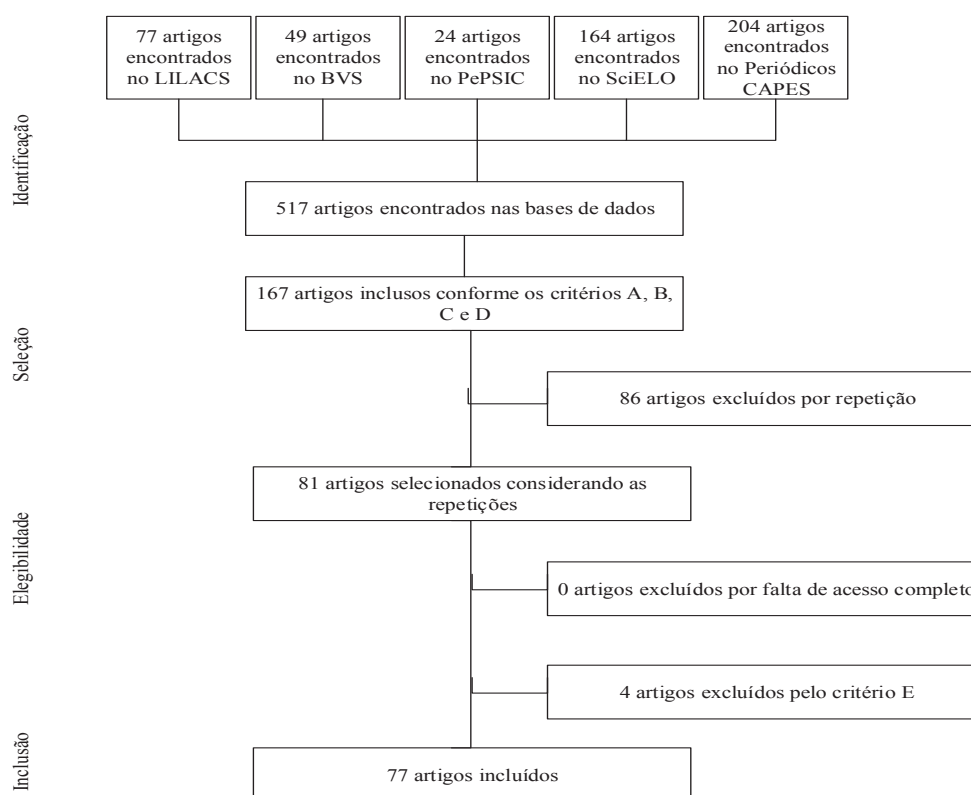


Figura 1: Processo de inclusão e exclusão de artigos com base nos critérios A, B, C, D e E

Após a seleção final dos artigos foram identificadas as contribuições deles conforme as variáveis observadas e posteriormente eles foram organizados em categorias para a discussão dos dados. As variáveis observadas foram: ano de publicação; tipo de estudo (empírico, ensaio, revisão de literatura, relato de experiência); objetivo do estudo; concepção com que a EcoSol foi apresentada/definida; concepção com que a Psicologia foi apresentada/definida; descobertas do estudo; função/papel do psicólogo(a) no estudo; fontes de informação; participantes/instituições; ambiente; materiais e instrumentos; procedimento; processos de planejamento da atuação profissional; descrição do objetivo da atuação; âmbito de abrangência do objetivo da atuação; público-alvo da atuação; aplicadores da atuação; descrição da atuação; conceitos utilizados na atuação; processos de sistema de avaliação da atuação; descrição do sistema de avaliação da atuação; e, descrição dos próprios resultados da atuação. As informações identificadas nos artigos foram registradas em uma planilha no Microsoft Excel®, na qual cada linha era relacionada a um artigo e cada coluna, a uma variável. Um juiz independente também coletou dados em cerca de 20 artigos, que foram comparados com a coleta de dados realizada pela autora. Na maioria das categorias houve correspondência entre as variáveis observadas. Quando não havia correspondência, os dados eram examinados e a coleta de dados era refeita.

Para a análise os dados foram agrupados primeiramente em duas categorias conforme o Critério D: artigos elaborados por, pelo menos, um psicólogo(a) e artigos elaborados por pesquisadores e profissionais de outras áreas. Posteriormente, os dados foram agrupados novamente em quatro categorias: características da produção científica, características das atuações profissionais, características das definições de Economia Solidária apresentadas e características das descobertas alcançadas pela produção científica.

c. Resultados e Discussão

Características da produção científica

Foram analisados 77 artigos publicados entre 2008 e 2018. Apesar de na coleta de dados ter sido considerado o período até 1º de Maio de 2019, nenhum artigo publicado nesse ano que se enquadrasse nos critérios de seleção foi identificado. Na Figura 2 é apresentada a quantidade de artigos publicados sobre EcoSol nesse período, agrupados conforme a formação dos autores - por psicólogos(as) (42) ou profissionais

de outras áreas (35). Nessa figura, é possível observar que a produção sobre Economia Solidária é constante, indicando que a EcoSol se manteve como fenômeno de interesse regular de diversas áreas do conhecimento e não uma tendência temporária.

Outro ponto a destacar é que a quantidade publicações aparenta não ter sofrido influência de acontecimentos políticos como a extinção da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG) – instituição anteriormente voltada para apoio e formação de EESs e sócio-trabalhadores praticantes da autogestão – e o impeachment da ex-presidente Dilma – associada ao Partido dos Trabalhadores (PT), que manteve propostas do governo do ex-presidente Lula que fomentavam a EcoSol⁵¹. Mesmo com esses acontecimentos, que poderiam ter enfraquecido o movimento da EcoSol, a quantidade de produções se manteve relativamente constante, sugerindo que esses acontecimentos não foram suficientes para influenciar a quantidade de produções nesse período. Esse dado também evidencia a importância da instituição universitária como fomentadora da EcoSol, instituição cujas ações são menos propensas a decisões de políticas governamentais.

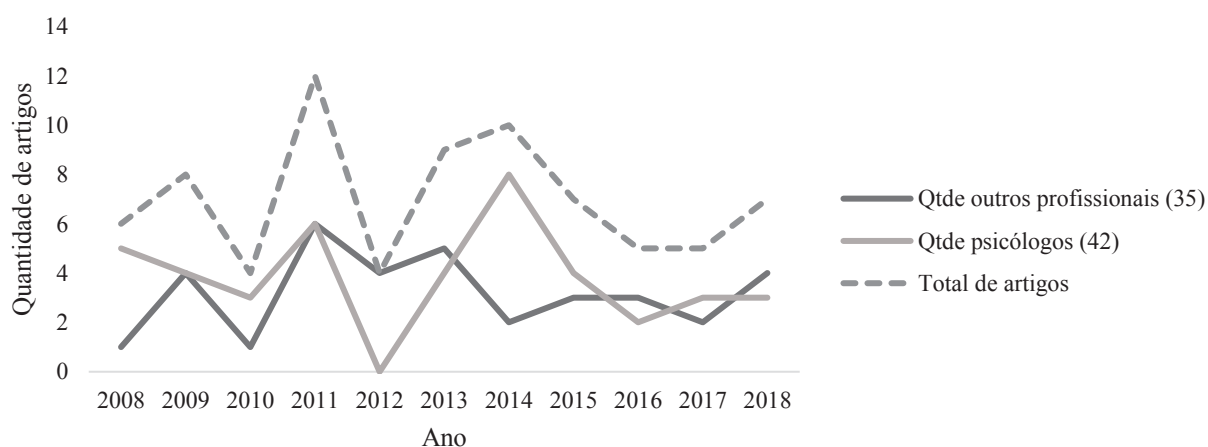


Figura 2: Quantidade de artigos publicados por ano dividido conforme a formação dos pesquisadores

⁵¹ Alguns exemplos dos feitos em prol da EcoSol que ocorreram durante o governo Lula são: aprovação da lei que criou o SENAES, o projeto “Economia Solidária em Desenvolvimento” que propagou a prática econômico-solidária em todos os estados brasileiros, construção de Centros de Referência de Economia Solidária em algumas cidades, criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), realização dos mapeamentos de EcoSol, entre outros (Kleimann, 2005; Singer, 2004).

Nesse estudo, contudo, não foi possível avaliar o impacto dos primeiros quatro meses de presidência de Jair Bolsonaro e as mudanças decorridas de sua gestão como: a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) sendo rebaixada a departamento; separação da prática econômico-solidária urbana e rural; e a extinção do Cadastro de Empreendimentos Econômico-solidários (CadSol). Essas mudanças são relevantes para a EcoSol, uma vez que, com poucas instituições governamentais e formais fomentando sua prática, é aumentada a responsabilidade das universidades e dos pesquisadores a continuar, por meio de pesquisa e de incubação, a fomentar e apoiar a prática econômico-solidária. Assim é relevante elaborar pesquisas que acompanhem e avaliem a produção da EcoSol ao longo dos quatro anos do governo Bolsonaro considerando as mudanças já realizadas.

Na Figura 3 é apresentada a quantidade de artigos publicados por tipo de estudo realizado, agrupados conforme a formação dos autores - por psicólogos(as) (42) ou profissionais de outras áreas (33). Os tipos de estudo estão agrupados em: empírico de estudo de caso, empírico de pesquisa-ação, empírico de pesquisa-ação e estudo de caso, empírico outros (por exemplo: pesquisas que investigam seus fenômenos de interesse por meio de entrevistas), ensaios, relatos de experiência e revisão de literatura. Nessa figura, é possível observar que a Psicologia desenvolveu maior quantidade de estudos “Empíricos Outros” e “Empíricos de Estudo de Caso”, se sobressaindo em relação à produção de outros profissionais nessas categorias. Mas, em geral, considerando a produção tanto de psicólogos(as) como de outros profissionais, é possível observar que há uma grande quantidade de ensaios (25) e uma pequena quantidade de relatos de experiência (5), pesquisas-ação (4) e revisões de literatura (1).

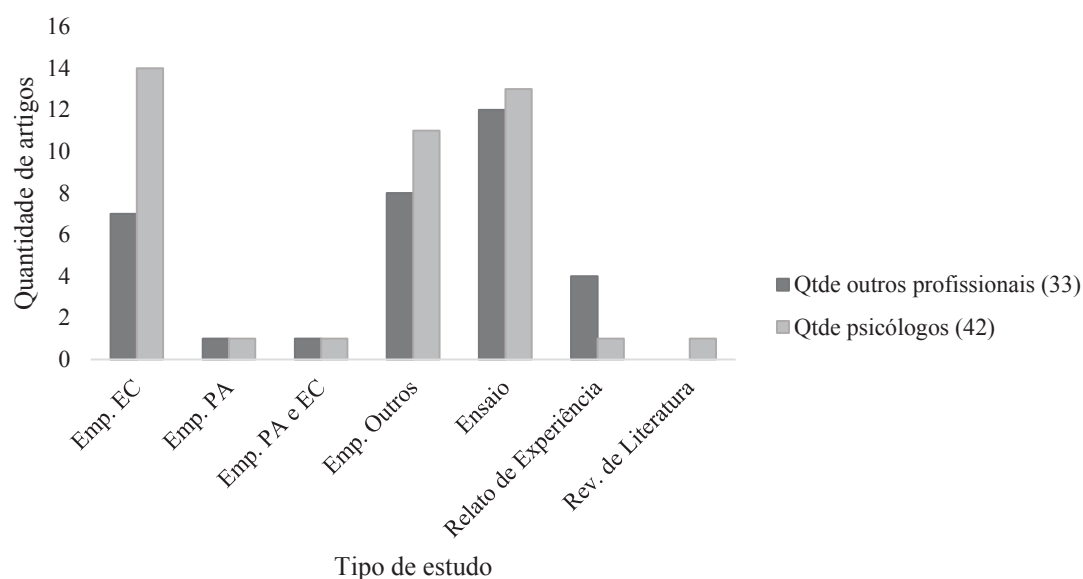


Figura 3: Quantidade de artigos por tipo de estudo dividido conforme a formação dos pesquisadores

Nota: Emp = estudos empíricos, EC = estudo de caso, PA = pesquisa-ação, Rev = revisão

Ensaaios são caracterizados pela análise e reflexão a respeito dos fenômenos examinados. São produzidos fundamentalmente a partir da experiência dos autores e de sua argumentação a respeito deles. Apesar de sua relevância, carecem de base empírica produzida por meio de método sistematicamente planejado, tendo como consequência resultados com pouca fidedignidade e generalidade (Campos, 2008). Outra decorrência é que, para os demais integrantes da comunidade científica, fica pouco claro, por falta de exemplos, de como se atuar na EcoSol e quais seriam as decorrências dessas atuações. Enquanto, por outro lado, ao produzir pesquisas empíricas, principalmente pesquisa-ação, é possível obter diversos resultados caracterizados por graus mais elevados de fidedignidade, aumento da clareza de quanto os dados obtidos podem ser generalizáveis, das variáveis que afetam a prática econômico-solidária e da correspondência entre os pressupostos da EcoSol e o que ocorre na prática. Ainda, por conta da função da pesquisa-ação, é possível obter dados sobre as necessidades da comunidade e atuar profissionalmente de modo a amenizar as situações-problema (Campos, 2008). Outro aspecto observado na Figura 3 é quantidade de revisões de literatura (1) o que, além de justificar a realização do presente estudo, indica que é necessário produzir mais conhecimento científico nessa categoria.

Na Tabela 6 é possível observar os objetivos apresentados pelos artigos empíricos de estudo de caso. Em sua maioria, objetivavam examinar aspectos do

trabalho econômico-solidário (9) e caracterizar aspectos institucionais e/ou organizacionais dos EESs (6). Um possível aspecto que justifica o porquê dos estudos de caso examinarem, em sua maioria, características da prática econômico-solidária é a discordância na literatura do que constitui essa prática e seus aspectos. A inexistência de regulamentações que formalizem a prática econômico-solidária também pode ser um aspecto que influencia esse tipo de investigação, mesmo com a tentativa do Projeto de Lei nº4685 (2012) e com a Lei Geral do Cooperativismo nº5.764 (1971) – que não abrange toda a prática econômico-solidária.

Tabela 6

Objetivos apresentados pelos artigos da categoria “Empírico Estudo de Caso” por quantidade de artigos

| Objetivos apresentados pelos artigos da categoria Emp. EC | Qtde de artigos |
|---|------------------------|
| Examinar aspectos do trabalho: relações, significados, saúde e/ou subjetividade | 9 |
| Caracterizar aspectos institucionais e/ou organizacionais dos EESs | 6 |
| Investigar questões de gênero e feminismo | 3 |
| Investigar questões de Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica | 2 |
| Examinar a prática de consumo | 1 |

Na Tabela 7 constam os objetivos apresentados pelos artigos empíricos “outros” (que não são pesquisa-ação e/ou estudo de caso). Eles objetivavam, em sua maioria, avaliar a subjetividade do sócio-trabalhador (5), examinar conceitos ou princípios da EcoSol (3), caracterizar o significado ou sentido do trabalho (3) e examinar interlocuções entre Saúde Mental e EcoSol (3). Aqui, novamente, é possível considerar que a discordância na literatura quanto as características que constituem a prática econômico-solidária seja um dos motivos pelos quais os estudos empíricos buscam examinar tais aspectos. Por exemplo: teoricamente um dos objetivos da prática econômico-solidária, por meio de sua execução, é alterar a subjetividade do trabalhador (tornando-o um sócio-trabalhador) e o significado que esse confere ao trabalho, justificando assim pesquisas que buscam examinar se tal pressuposto teórico é realidade.

Tabela 7**Objetivos apresentados pelos artigos da categoria “Empírico Outros” por quantidade de artigos**

| Objetivos apresentados pelos artigos da categoria Emp. Outros | Qtde de artigos |
|--|------------------------|
| Avaliar a subjetividade do sócio-trabalhador | 5 |
| Examinar conceitos ou princípios da EcoSol | 3 |
| Caracterizar o significado/sentido do trabalho | 3 |
| Examinar interlocuções entre Saúde Mental e EcoSol | 3 |
| Analisar aspectos da EcoSol | 2 |
| Avaliar a influência de processos sociais na prática econômico-solidária | 1 |
| Examinar questões relacionadas a gênero | 1 |
| Examinar a relação entre Educação e EcoSol | 1 |
| Examinar a relação entre Psicologia e EcoSol | 1 |

Na Figura 4 são apresentados os temas investigados pelos artigos, agrupados entre aqueles que foram produzidos por psicólogos(as) (43) e por profissionais de outras áreas (34). Nessa figura é possível observar que há poucos estudos produzidos, em geral, especificamente sobre população de rua (1), saúde do trabalhador (2) e ensino e aprendizagem (3). É possível observar também que a produção de psicólogos(as) é reduzida em estudos sobre gênero e feminismo, já que não foi encontrado nenhum artigo que abordasse especificamente essa questão nesse período de tempo, o que indica a falta de articulação entre Psicologia-EcoSol-Gênero e Feminismo mesmo que a Psicologia historicamente envolva-se com esses movimentos sociais. Por outro lado, a produção de Psicologia se concentra nos temas de: constituição de EESs (7), sentidos e significados do trabalho (7) e, com praticamente o dobro de publicações do que as outras áreas, artigos sobre subjetividade e desenvolvimento de identidade do sócio-trabalhador (11).

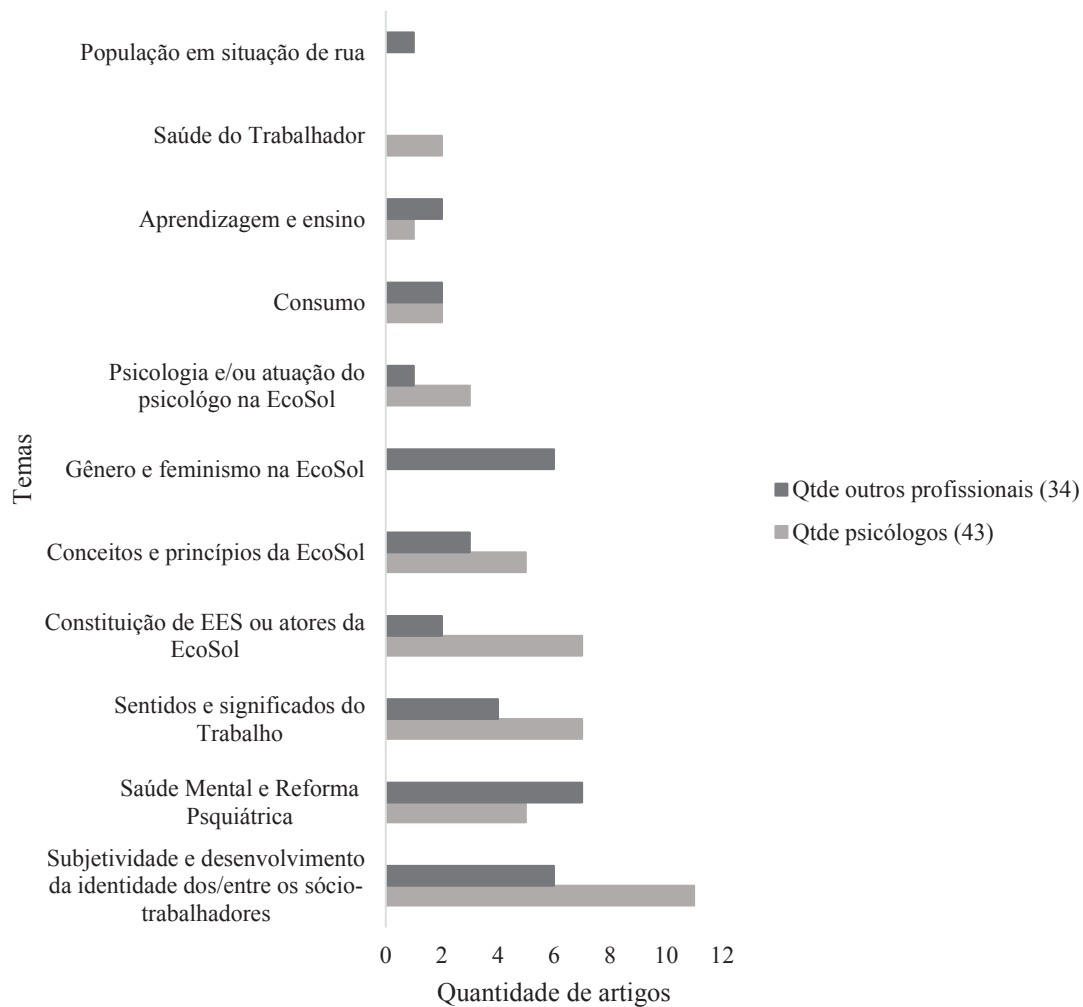


Figura 4: Quantidade de artigos por tema dividido conforme a formação dos pesquisadores

O termo “sócio-trabalhador” refere-se a três papéis de um indivíduo engajado em um EES: o papel de sócio, trabalhador e indivíduo (Esteves, 2008). O de sócio ocorre quando o indivíduo participa dos processos de tomada de decisão e gestão do empreendimento; o de trabalhador quando ele realiza atividades na organização para auxiliar na produção de bens ou de serviços ofertados pelo EES; e, por último, o de indivíduo quando os comportamentos desenvolvidos no EES são generalizados para o âmbito da vida pessoal e também quando o indivíduo desenvolve vínculos de amizade e pertencimento na organização (Esteves, 2008). Esses três papéis, como menciona o autor, normalmente não se desenvolvem fora da prática econômico-solidária, já que é pouco comum em empresas tradicionais (associadas à lógica capitalista e heterogestão) permitirem que o trabalhador se desenvolva em outros níveis a não ser o técnico e, menos ainda, participar como sócio (e, a partir disso, ter poder de decisão). Essa

possibilidade, de desenvolvimento de novos papéis, pode ser uma das justificativas para a quantidade de estudos que objetivam estudar esse processo de desenvolvimento de uma nova identidade do sócio-trabalhador ou como a prática econômico-solidária afeta a subjetividade do indivíduo que a constitui.

Características das atuações profissionais

Na Figura 5 são apresentados os fenômenos de atuação profissional abordados pelos artigos, agrupados por artigos produzidos por psicólogos(as) (4) e por profissionais de outras áreas (5). A pequena quantidade de artigos que descrevem atuações profissionais, como mencionado anteriormente, possui duas consequências: a) descrição pouco clara sobre como atuar e com quais fenômenos é possível atuar para outros pesquisadores da comunidade científica; e b) poucos profissionais atuando para resolver ou atenuar as necessidades da comunidade. Além disso, nessa figura é possível observar também a pouca variabilidade de fenômenos com quais os profissionais atuam. Os artigos produzidos por psicólogo(a)s relatam sobre atuações em saúde mental (1), na subjetividade (1), reinserção social (1) e papel da Psicologia na EcoSol (1) e os artigos produzidos por profissionais de outras áreas descrevem atuações com questões do trabalho (1), saúde mental (3) e ensino (1).

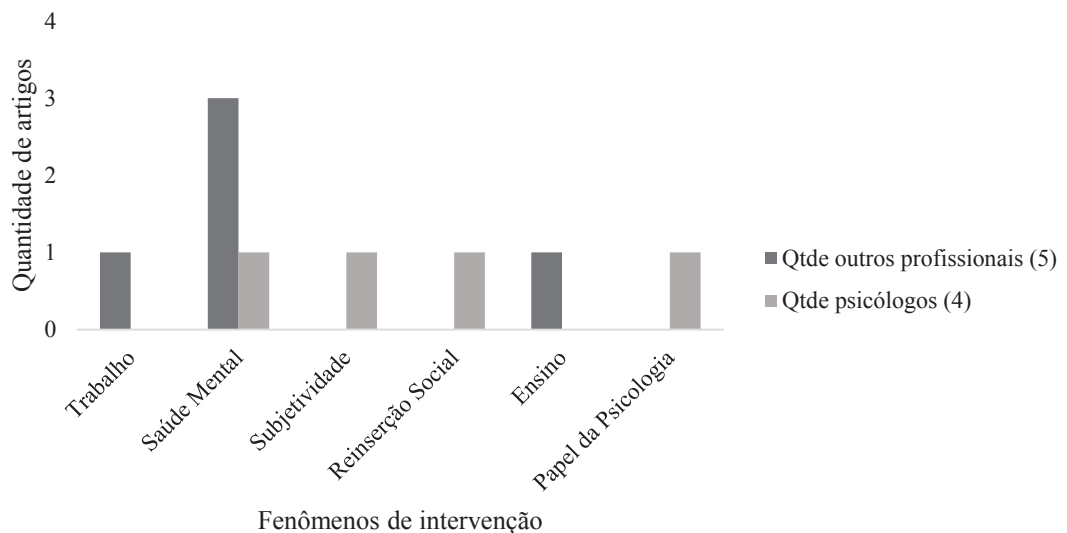


Figura 5: Quantidade de artigos por fenômenos de atuação profissional dividido conforme a formação dos pesquisadores

Dessas nove atuações profissionais, três não descrevem o objetivo da atuação profissional, uma possui como objetivo investigar o desenvolvimento da identidade dos sócio-trabalhadores (que se assemelha mais a uma pesquisa do que a uma atuação profissional), duas possuem como objetivo fomentar iniciativas de EcoSol e três ensinam comportamentos que podem auxiliar e/ou atenuar alguma situação-problema. Ou seja, a maioria dessas atuações (cinco, das quais duas que possuem como objetivo fomentar a EcoSol e três que objetivam ensinar novos comportamentos) possui como objetivo desenvolver novos comportamentos ou alterar comportamentos já apresentados.

Nesse sentido, os comportamentos, tanto gerais quanto os que são objetivo da atuação, se inserem em determinados contextos, com determinadas características, as quais, quando adequadamente identificadas, facilitam as atuações, intervenções e modificações no comportamento (Kienen & Wolff, 2002). Isso é possível, uma vez que o conceito de comportamento pode ser compreendido a partir das relações estabelecidas entre as ações de uma pessoa e o ambiente que existia antes e depois desse agir (Kienen & Wolff, 2002). Ou seja, uma atuação profissional é facilitada quando o profissional avalia, caracteriza e/ou identifica aspectos do ambiente antecedente e posterior à ação do indivíduo com a finalidade de determinar as variáveis que influenciam tal comportamento (Kienen & Wolff, 2002; Krzyzanowski, 2019). Com isso, a atuação profissional, em geral, ocorre em quatro etapas: 1) obter conhecimento a respeito das variáveis que interferem no comportamento; 2) definir comportamentos a serem ensinados ou alterados pela atuação; 3) planejar condições que propiciem que esses novos comportamentos se desenvolvam; e 4) avaliar a intervenção com base nos comportamentos propostos e as modificações alcançadas (Kienen & Wolff, 2002).

Quanto à realização da primeira etapa - obter conhecimento a respeito das variáveis que interferem no comportamento - seis artigos não descrevem a caracterização da situação-problema, dois descrevem que realizaram a caracterização por meio de observação direta e indireta e um generaliza uma caracterização anteriormente realizada por outra produção científica. Em relação à descrição da situação-problema em si, seis artigos não descrevem e três descrevem a situação-problema junto à descrição de como essa afeta o funcionamento do EES ou dos sócio-trabalhadores. As situações-problema podem ser agrupadas em três categorias: 1) situações internas do EES, as quais impediam a efetivação do trabalho – por exemplo,

não saber manusear os materiais necessários para a execução do trabalho (Meneghetti & Barrofal di, 2015); 2) situações internas que geram frustrações, mas que não impedem o funcionamento do EES – por exemplo, dificuldade em aspectos burocráticos derivados de parcerias com atores sociais (Santos & Oliveira, 2015); 3) situações externas que fizeram os trabalhadores optarem pela EcoSol – por exemplo, complemento de renda (Roa & Hur, 2010). Quanto à segunda etapa – definir comportamentos a serem ensinados ou alternados pela atuação - como apresentado anteriormente, seis estudos descrevem os objetivos, enquanto três não descrevem. Em relação ao planejamento da atuação (terceira etapa), quatro estudos descrevem que a atuação foi planejada ao longo de sua aplicação conforme os sócio-trabalhadores foram apresentando suas demandas, enquanto cinco artigos não descrevem como a atuação foi planejada. Quanto à última etapa (a avaliação da atuação profissional) cinco estudos não especificaram o processo de avaliação, um realizou via entrevistas, três fizeram avaliações informais das falas dos participantes e duas observações diretas informais durante o desenvolvimento da intervenção – considerando que um artigo pode optar por mais de uma forma de avaliação.

As possíveis decorrências da não realização da primeira etapa - obter conhecimento a respeito das variáveis que interferem no comportamento – podem ser: o profissional ter pouca clareza sobre os aspectos que compõem a situação na qual o EES, por exemplo, se insere; é possível que se tenha pouca clareza também das propriedades do comportamento a ser ensinado ou alterado; é provável que se tenha pouca clareza sobre a abrangência do fenômeno; pouca clareza também sobre a abrangência que a atuação profissional deve ocorrer; e, principalmente, dificultar a ocorrência das outras etapas, isso porquê: como é possível saber o que ensinar (comportamento novo ou possíveis variações de um comportamento já apresentado) sem saber quais são as características desse comportamento? (Borges-Andrade & Zanelli, 2014; Krzyzanovski, 2019; Zanelli, Bastos, & Rodrigues, 2014). Mais ainda, como avaliar que a situação-problema foi alterada ou eliminada sem saber as características dessa situação-problema? (Krzyzanovski, 2019).

Quanto a não estabelecer os comportamentos objetivos da intervenção, segunda etapa, as consequências podem ser: baixa clareza para o aplicador e para o público-alvo do que, para que, como, quando e onde precisa ser feito; dificuldade em planejar uma atuação profissional que leve a resultados concretos e efetivos; e, ainda, como é possível

avaliar se o comportamento foi modificado ou ensinado, quando não se sabe que comportamento é esse? (Borges-Andrade & Zanelli, 2014; Krzyzanovski, 2019).

O planejamento da atuação, terceira etapa, têm como ponto de partida a caracterização realizada da situação-problema e os comportamentos objetivos propostos, e as possíveis decorrências do não planejamento da atuação são: 1) a falta de abertura da comunidade (público-alvo) ao não perceber resultado ou propósito da atuação daquele profissional no seu contexto; 2) baixa probabilidade de resultados efetivos da atuação; 3) pouca clareza, para a comunidade científica, sobre a relação das variáveis dependentes e independentes da atuação; e 4) dificuldade de elaborar outras atuações profissionais que poderiam aperfeiçoar o método anteriormente realizado, isso por que não se sabe ao certo o que e como foi feito (Borges-Andrade & Zanelli, 2014; Krzyzanovski, 2019).

A não realização da última etapa - avaliação da atuação profissional – tem como decorrência a pouca possibilidade de verificação de: se os resultados propostos pela atuação foram atingidos; se as mudanças sociais observadas correspondem as ações da atuação profissional; se a atuação profissional necessita de mudanças metodológicas; a ausência da descrição e ou da avaliação dos resultados não explícita, para a comunidade; se as ações realizadas pela atuação profissional obtiveram resultados, podendo fazer com que essa comunidade não se abra para atuações futuras; ou ainda, em outras esferas é possível afetar novas parcerias [como as relações entre outros profissionais – psicólogos(as), atores sociais da EcoSol – psicólogos(as), entre outras]. Por fim, quando a atuação profissional não é avaliada (ou descrita), é diminuída a possibilidade de verificar se as necessidades sociais do público-alvo (comunidade) foram atendidas (Borges-Andrade & Zanelli, 2014; Krzyzanovski, 2019; Zanelli, Bastos, & Rodrigues, 2014).

A realização das etapas descritas por Kienen e Wolff (2002) parece ser um caminho para obter possíveis respostas para essas perguntas⁵². Contudo, em relação a última pergunta apresentada – se as atuações profissionais estão atendendo as necessidades da comunidade –, ainda é possível elaborar outro questionamento: as atuações profissionais estão voltadas para demandas ou para as necessidades da

⁵² Krzyzanovski (2019) apresenta cinco etapas: caracterizar necessidades da atuação, planejar atuação (que inclui propor comportamentos objetivos), executar atuação, avaliar atuação, aperfeiçoar atuação e comunicar resultados da atuação.

comunidade? Intervenções que atendem a demandas podem, às vezes, não solucionar a necessidade da população (Botomé, 1981). Isso ocorre porque a demanda é aquilo que o público-alvo entende e descreve como sendo necessário, enquanto a necessidade é aquilo que, por meio de um processo de avaliação da situação-problema, é identificado como necessário para ser alterado. Pensemos em um exemplo hipotético: um EES demanda treinamentos de trabalho com artesanato para capacitar seus sócio-trabalhadores a fazerem cestas, porque isso vai diversificar mais os produtos do EES, que na compreensão inicial, poderia aumentar o rendimento. Contudo, ao analisar o EES, o pesquisador percebe que o que causa o baixo rendimento do EES não é a pouca diversidade de produtos e sim conflitos apresentados entre os sócio-trabalhadores. Se a atuação profissional fosse orientada para simplesmente atender a demanda (de diversificar produtos) ela, provavelmente, não resolveria a situação-problema e o rendimento do EES continuaria baixo. Mas caso a atuação fosse elaborada para a necessidade (conflito entre os sócios) talvez fosse possível resolver a situação-problema. Ou seja, uma atuação significativa (que gera mudanças e benefícios sociais) envolve a caracterização de aspectos críticos da situação-problema e atua sobre as necessidades dessa população (Botomé, 1981; Krzyzanowski, 2019).

Características das definições de Economia Solidária apresentadas

Uma definição possui as funções de eliminar ambiguidades, aclarar o significado, explicar teoricamente algo e influenciar atitudes (Copi, 1981). Uma boa definição é aquela na qual são especificadas as variáveis críticas que compõem o fenômeno (Wilson, 2001). Contudo, no caso da EcoSol, as variáveis utilizadas para definir essa prática econômica fazem referência a diferentes aspectos como seus princípios, os efeitos gerados por essa prática, as instituições que a regulamentam, outros fenômenos com os quais ela se relaciona etc. Na Tabela 8 são apresentados aspectos das definições ou da caracterização da EcoSol apresentadas nos artigos, considerando que o mesmo artigo pode apresentar mais de uma definição ou caracterização e/ou fazer referência a mais de uma variável.

Tabela 8**Definições apresentadas da Economia Solidária pela quantidade de artigos**

| Aspectos da definição ou caracterização da EcoSol | Quantidade de artigos |
|--|------------------------------|
| Perspectiva diferente ao pensamento capitalista | 60 |
| Alternativa de trabalho e renda | 47 |
| Definição associada a Reforma Psiquiátrica e Saúde Mental | 11 |
| Meio de emancipação do trabalhador | 7 |
| Referência a definição de Singer: que compreende a EcoSol como um conjunto de atividades econômicas (produção, comercialização, consumo, poupança e crédito) organizadas sob a forma de autogestão | 6 |
| Artigos que citam a EcoSol, porém não apresentam definições sobre | 5 |
| Apresentação da EcoSol por meio de um de suas ideais | 4 |
| Definição associada a debates sobre gênero e feminismo | 3 |
| Ênfase no desenvolvimento histórica da EcoSol | 1 |

Na Tabela 8 é possível observar que mais da metade dos artigos define a EcoSol como uma perspectiva econômica diferente da proposta pelo pensamento capitalista, sem indicar quais as variáveis que efetivamente a definem (60 de 77). Também a definem como uma prática econômica que propicia uma alternativa de trabalho e renda para os desempregados ou aos socialmente excluídos (47 de 77). Ao observar todas as definições apresentadas, é possível verificar que elas não são excludentes, mas sim complementares, evidenciando que a EcoSol abrange outros fenômenos e movimentos sociais, como saúde mental, questões de gênero e feminismo, entre outros.

Quanto às funções – eliminar ambiguidade, aclarar o significado, explicar teoricamente algo e influenciar atitudes – é possível observar que essas definições não eliminam as ambiguidades, uma vez que, por exemplo, é pouco claro afirmar que a EcoSol é uma perspectiva diferente da lógica capitalista, já que a definição não explicita no que e em que aspectos a EcoSol é diferente da prática capitalista. Do mesmo modo que isso é pouco orientador para os comportamentos dos indivíduos que pretendem se engajar na prática econômico-solidária que, por exemplo, podem considerar qualquer comportamento diferente da lógica capitalista como prática econômico-solidária, sem considerar a diversidade de outras práticas econômicas existentes. Além disso, sem uma definição clara, é difícil avaliar o quanto EESs se aproximam ou efetivamente são constituídos pelas características necessárias e fundamentais da EcoSol. Com base nisso, sugere-se que pesquisas futuras examinem as variáveis críticas do que define a prática econômico-solidária.

E, considerando a quantidade e abrangência de definições ou modos como a EcoSol foram apresentadas, não foi possível observar quais são de fato as variáveis críticas que a constituem, uma vez que, alguns artigos consideravam certas questões essenciais e outros não, como, por exemplo, a prática da autogestão. Por isso, em vez de responder à questão de quais são as variáveis críticas que definem o fenômeno da EcoSol sem ter desenvolvido um procedimento propício a isso, sugere-se que pesquisas futuras examinem e investiguem esses processos.

Características das descobertas alcançadas pela produção científica

Na Tabela 9 são apresentadas as principais descobertas realizadas pelos artigos, considerando que um artigo pode ter realizado mais de uma descoberta. Nessa tabela é possível observar que os artigos analisados, em sua maioria, enfatizam as seguintes afirmações em suas descobertas: a EcoSol propicia, por meio de sua prática, novas ou diferentes relações de trabalho (26) – relações de trabalho humanas, horizontais e igualitárias; a EcoSol é um possível meio de ressignificar o trabalho (23); a EcoSol proporciona o desenvolvimento de novas identidades (21); e existem diversos motivos para os sócio-trabalhadores buscarem a prática econômico-solidária (19). Alguns exemplos desses motivos são reinserção social pelo viés do trabalho, complementar a renda familiar, desenvolver habilidades pessoais e de trabalho etc. (SENAES, 2013).

É possível observar que, em geral, as produções chegaram a descobertas contraditórias. Por exemplo: a EcoSol proporciona novas ou diferentes relações de trabalho (26), porém é possível existir relações não econômico-solidárias dentro dos EESs (13), ou ainda, a EcoSol proporciona um meio de ressignificar o trabalho (23) e também o desenvolvimento de novas identidades (21), contudo isso não é garantido (13) uma vez que alguns EESs não o fazem. Alguns artigos também realizam críticas ao projeto da EcoSol (7): a) que o projeto da EcoSol, em sua prática rotineira, não abrange outros movimentos sociais, por exemplo, questões de gênero e feminismo; b) a prática econômico-solidária - como está se estruturando na realidade observada em alguns EESs - se assemelha mais com a flexibilização neoliberal atual do trabalho do que com os princípios da EcoSol.

Tabela 9**Descobertas encontradas pela quantidade de artigos**

| Descobertas | Qtde de artigos |
|--|------------------------|
| EcoSol propicia novas/diferentes relações de trabalho | 26 |
| EcoSol como um meio de ressignificar o trabalho | 23 |
| EcoSol proporciona o desenvolvimento de novas identidades | 21 |
| Motivos pelos quais os sócio-trabalhadores buscam a EcoSol | 19 |
| Existe uma relação entre Saúde Mental e EcoSol | 14 |
| É possível existir relações não-econômico-solidárias dentro dos EESs | 13 |
| A inserção na EcoSol não garante o desenvolvimento de novas identidade e/ou significados ao trabalho | 13 |
| Relações entre EESs e outras instâncias sociais | 12 |
| O projeto da EcoSol precisa ser atualizado | 7 |
| Sistematizações de possíveis interações entre Psico e EcoSol | 6 |
| O processo educativo na EcoSol precisa ser articulado entre teoria, prática e a realidade do trabalhador | 6 |
| Explicitações teóricas de conceitos da EcoSol | 5 |
| Possíveis espaços de empoderamento feminino dentro da EcoSol | 5 |
| A EcoSol propicia novas formas de consumo | 3 |
| Resultados de como a EcoSol "solucionou" uma necessidade social | 2 |
| A prática da EcoSol afeta positivamente na saúde do trabalhador | 1 |

Em alguns dos artigos, há baixa correspondência entre a definição e a forma com que a EcoSol é descrita e as características dos EESs investigados, suscitando questionamentos a respeito de quais são as variáveis críticas da prática econômico-solidária. Afinal, utilizando um exemplo hipotético, se a emancipação do trabalhador é algo que define a EcoSol e se em EES específico, essa emancipação não ocorre, é possível concluir que esse empreendimento é realmente constituído por uma prática econômico-solidária? Além disso, há variáveis comuns entre a EcoSol e algumas empresas do modelo capitalista, como flexibilização do horário de trabalho. Reiterando, a baixa correspondência entre a definição e a forma com que a EcoSol é descrita e as características dos EESs sugerem a necessidade de exames conceituais a respeito do que constitui a prática econômico-solidária e uma avaliação empírica do quanto que as possíveis decorrências da EcoSol (ressignificação do trabalho, emancipação do trabalhador etc.) efetivamente são configuradas nos EESs.

d. Considerações finais

Esse capítulo objetivou caracterizar as contribuições das produções científicas sobre fenômenos psicológicos relacionadas à Economia Solidária (EcoSol) nos últimos 10 anos. Foram encontrados 77 artigos, esses foram analisados e suas características foram agrupadas em quatro categorias: características da produção científica, característica das atuações profissionais, características das definições de EcoSol e características das descobertas realizadas pelos artigos.

Na categoria de características da produção científica é possível observar que a EcoSol é um fenômeno de interesse regular tanto para os profissionais da Psicologia quanto para profissionais de outras áreas. A quantidade de artigos produzidos não aparenta ter sofrido influência de acontecimentos políticos. Não foi possível, por meio do recorte realizado, investigar a influência do governo Bolsonaro em relação a essas produções. Quanto aos tipos de estudo, tanto para profissionais da Psicologia quanto para profissionais de outras áreas, foi identificada maior quantidade de ensaios e poucas pesquisas-ação, relatos de experiência e revisões de literatura. Referente à produção de artigos empíricos e seus respectivos objetivos de pesquisa é possível supor que a necessidade de aferir a correspondência entre a Economia Solidária e as suas possíveis consequências seja um dos motivos para que tal produção seja elevada, principalmente nos temas de subjetividade e identidade do sócio-trabalhador.

No entanto, foram encontrados nove artigos relativos a atuações profissionais. Neles, poucos descrevem ou realizam a caracterização da situação-problema e das necessidades sociais e, ainda, poucos avaliam ou descrevem os resultados alcançados por suas ações. A pequena quantidade de artigos de atuação profissional e a maneira com que esses descrevem atuação traz como consequência pouca clareza para a comunidade (científica ou não) de como atuar na EcoSol, sendo também um indicativo de que, talvez, poucos profissionais estão atuando de modo a amenizar ou solucionar as situações-problemas e as necessidades sociais. Ao mesmo tempo, esse cenário sugere a possibilidade de amplo desenvolvimento do conhecimento a respeito de tais ações profissionais.

Quanto as características das definições de EcoSol e das descobertas realizadas pela produção científica é possível observar uma necessidade no conhecimento sobre EcoSol: há dispersão sobre as variáveis críticas que são utilizadas para definir esse

fenômeno. O que sugere que exames sejam realizados para explicitar essas variáveis, de forma a aumentar a clareza do que deve constituir uma prática econômico-solidária e a distingui-la de práticas capitalistas. Em relação às descobertas, foi possível observar resultados que contradizem as definições de EcoSol apresentadas. Por exemplo: a prática econômico-solidária propicia novas relações de trabalho, porém é possível que essas novas relações de trabalho não sejam desenvolvidas em EESs; ou a prática econômico-solidária é um meio de ressignificar o trabalho e desenvolver novas identidades, contudo isso também não ocorre em todos os EESs.

Com base nos dados analisados, é evidenciada a importância da instituição universitária como produtora de conhecimento a respeito da EcoSol e, portanto, como fomentadora do desenvolvimento dessa prática econômica. Sugere-se exames conceituais a respeito de quais são as variáveis críticas (e secundárias) da EcoSol, de forma a distinguir essa prática econômica de práticas capitalistas e de forma a aferir o quanto EESs específicos são efetivamente concretizados pelos princípios e características da EcoSol. Sugere-se pesquisas empíricas a respeito do quanto as possíveis consequências da EcoSol são produzidas – concretamente - nos EESs. E, por fim, sugere-se ações profissionais, e sua posterior descrição, que envolvam a caracterização das situações-problema e a avaliação dessas ações, de forma a orientar a atuação profissional de psicólogo(a)s e de profissionais de outras áreas que utilizam o conhecimento psicológico em suas atuações.

6. Uma outra alternativa para a educação na Economia Solidária: a Programação de Contingências para Desenvolvimento de Comportamentos

Ao considerar as ações que são realizadas dentro da educação popular e ensino nos empreendimentos econômico solidários, é evidenciada a possibilidade de aplicação de conhecimentos científicos elaborados no âmbito da Análise do Comportamento (AC). Nesse caso, a aplicação dos conhecimentos em Programação de Condições para Desenvolvimento de Comportamentos (PCDC). A PCDC foi desenvolvida como uma tecnologia de ensino da qual seria possível propor programas, esquemas e métodos de instrução comprometidos com o ensino de comportamentos relevantes para a realidade do aprendiz (Cortegoso & Coser, 2011). O desenvolvimento da PCDC teve início com os conhecimentos produzidos por B. F. Skinner sobre comportamento humano, na

Análise Experimental do Comportamento⁵³, educação, na instrução programada e em três pressupostos teóricos: noção de comportamento como interação; ensino-aprendizagem como um processo e capacidade de atuação em cinco graus (Botomé, 1980; Cortegoso & Coser, 2011; Kienen, Kubo, & Botomé, 2013). Com isso, é relevante científico-socialmente caracterizar essa tecnologia de ensino.

Com o intuito de compreender o desenvolvimento da PDCD como tecnologia de ensino, mas também como instrumento prático, é necessário analisar primeiramente seus fundamentos. Um dos fundamentos é a noção de comportamento. O conceito de comportamento pode ser definido de diversas maneiras e essas, por conseguinte, afetam a maneira com qual ele será utilizado, entendido, estudado e investigado (Botomé, 2001, 2013). A ênfase é dada, na Análise do Comportamento, sobre a interação entre a classe de estímulos antecedentes, a classe de resposta e a classe de estímulos subsequentes⁵⁴ (Botomé, 1980, 2001, 2013; Cortegoso & Coser, 2011; Kienen, Kubo, & Botomé, 2013).

A classe de estímulos antecedentes refere-se a aspectos presentes no ambiente antes ou durante a ocorrência da ação (resposta) e a classe de estímulos subsequentes refere-se a aspectos ambientais que decorrem, imediatamente ou não, dessa ação, ambas as classes geralmente são comumente chamadas de “ambiente” (Botomé, 1980, 2001; Cortegoso & Coser, 2011; Matos, 2001). Essa noção de comportamento demonstra a interação que ocorre entre as classes, já que existem variáveis anteriores no ambiente que sinalizam (estímulos discriminativos⁵⁵), por exemplo, que ao apresentar certas respostas, certas consequências serão produzidas por esse responder (algum estímulo

⁵³ A Análise Experimental do Comportamento é um modo de trabalhar cientificamente com base nos princípios do Behaviorismo Radical proposto por, principalmente, B. F. Skinner (Matos, 2001). Seu foco principal de trabalho são os comportamentos operantes, o qual pode ser considerado como aquele que afeta (atua sobre) o ambiente e é, consequentemente, afetado pelas decorrências de sua ação nesse ambiente (Matos, 2001). A partir disso, a Análise Experimental do Comportamento já indica três processos: um objeto de estudo (o comportamento), uma maneira de examina-lo (experimentalmente) e um procedimento para verificar e demonstrar sua ocorrência e características (a análise) (Botomé, 2013).

⁵⁴ A diferença entre “evento que se segue”, subsequência, contiguidade, consequência e decorrência é a maior variação do tempo de ocorrência do evento em relação a classe de respostas (Botomé, 2013).

⁵⁵ Estímulos discriminativos são variáveis do ambiente que marcam ou discriminam certos aspectos do ambiente, por exemplo: sinais de trânsito para parar o carro, o rosnar de um cachorro para se afastar dele ou ainda instruções, regras, leis e normas que controlam o comportamento e que, a partir delas, o indivíduo “percebe” qual seria a resposta “mais adequada” para a consequência que quer receber ou apenas identifica qual será a consequência de sua resposta, mas não se essa seria a mais adequada (Matos, 2001).

reforçador, por exemplo) (Botomé, 1980, 2001; Cortegoso & Coser, 2011; Matos, 2001). Ou seja, o responder não ocorre sozinho ou isolado, ele depende das classes de estímulos antecedentes e consequentes para delimitá-lo (Botomé, 1980, 2001). Com isso, a classe de repostas faz referência ao que é feito, a ação que ocorre nesse ambiente (Botomé, 2001). A classe de respostas pode ser caracterizada de diversas formas, como pela sua topografia, força, latência, velocidade etc., mas nessa perspectiva do comportamento, essas características tornam-se secundárias, pois o que é analisado é a função dessa resposta (Botomé, 2001). Para essa relação ser adequadamente descrita, ela deve ser nomeada com verbos que demarquem a interação e complementos necessários para o mesmo fim, considerando que os três componentes são importantes para a compreensão completa do comportamento (Botomé, 1980, 2001).

Outro fundamento é o “ensinar” e o “aprender” como comportamentos dependentes e em interação entre si (Kubo & Botomé, 2001). O primeiro aspecto, dentro dessa perspectiva, é que o ensinar faz referência a interação do fazer do professores com as aprendizagens do aprendiz, enquanto o aprender ao que acontece com o aluno como decorência do fazer do professor (Botomé, 1980; Kubo & Botomé, 2001). Ou seja, para dizer que há ensino, tem que ocorrer, como resultado, a aprendizagem e, caso não haja aprendizagem não pode se dizer que houve ensino (Botomé, 1980; Carvalho, Silva, Kienen, & Melo, 2014; Kubo & Botomé, 2001). A simples intenção de ensinar não significa que de fato ocorreu ensino (Botomé, 1980, 1985; Kubo & Botomé, 2001). Nessa perspectiva o comportamento de “aprender” é focado no comportamento do aluno, não necessariamente da relação desse com professores (Kubo & Botomé, 2001). Isso porque “aprender”, diferente de “ensinar”, pode ocorrer isoladamente, no sentido de que para aprender algo não é necessário ter alguém ensinando (Kubo & Botomé, 2001). A aprendizagem pode ocorrer tanto em um ambiente formal, como uma sala de aula, ou por exposição a ambientes naturais, aprendizagens no cotidiano (Carvalho et al., 2014).

Para aqueles indivíduos que é dito “não aprendem” ou que “não sabem”, refere-se a indivíduos que não aprenderam formas de amenizar ou resolver as situações-problemas com as quais se defrontam (Kubo & Botomé, 2001). E, para verificar se houve aprendizagem (por meio do ensino ou não), tem que haver mudanças de comportamento, isto é se perante as mesmas situações-problema o indivíduo conseguiu agir de maneira diferente (mais apropriada as características da situação) e produziu

resultados diferentes (Botomé, 1980, 1985; Kubo & Botomé, 2001). Com isso, o objetivo do professor é ensinar comportamentos significativos⁵⁶ com base nas dificuldades do aprendiz, para que esse possa lidar com a realidade com a qual se defronta (Botomé, 1985; Kubo & Botomé, 2001).

Mas o que importa na hora de ensinar? Para Postman e Weingartner (1971), o que importa é o método utilizado em sala de aula e a influência que esse tem no que o aluno aprende. Por exemplo, em um contexto de ensino no qual o professor reproduz leituras de um texto e solicita que os alunos respondam as perguntas conforme as expectativas dele de resposta correta, o professor provavelmente está ensinando aos alunos não o conteúdo do texto, mas sim como ouvir e adivinhar quais são as respostas corretas que o professor gostaria de ouvir (Postman & Weingartner, 1971). Com isso, esses autores querem enfatizar que para compreender o que uma aula promove é necessário observar quais comportamentos os alunos apresentam em contexto de aula, ou seja, o que os alunos fazem em sala de aula é o que eles aprendem e, por sua vez, o que eles precisam aprender a fazer é o objetivo da aula (Postman & Weingartner, 1971). Em consonância a essa perspectiva, Botomé (1985) afirma que conteúdos ou informações não são objetivos de ensino. Os conteúdos podem ser, nesse caso, meios de se alcançar o objetivo de ensino (atividade de ensino) – o que o aprendiz conseguirá fazer a partir desse conhecimento (Botomé, 1980, 1985).

Em relação ao que constitui a classe de comportamentos ensinar e aprender, na Figura 6 está representada uma breve⁵⁷ análise dos componentes constituintes do comportamento de ensinar e, na Figura 7, do comportamento de quem aprendeu, os quais possuem a função de explicitar a interação entre os componentes contituíntes em cada classe, mas também de auxiliar na compreensão da noção de comportamento como interação entre classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes.

⁵⁶ Um comportamento significativo seria aquele que, ao ser desenvolvido e apresentado pelo aprendiz, poderia auxiliá-lo a lidar ou resolver uma situação-problema com a qual se defronta em sua realidade.

⁵⁷ Utilizou-se aqui a expressão “breve”, pois Kubo e Botomé (2001) mencionam que as análises feitas nessas imagens são genéricas e incompletas, porém suficientes para exemplificar o processo de ensino-aprendizagem.

| COMPORTAMENTO DE ENSINAR | | |
|--|---|---|
| SITUAÇÃO ANTECEDENTE | CLASSE DE RESPOSTAS DO PROFESSOR | SITUAÇÃO CONSEQUENTE |
| <ul style="list-style-type: none"> • Objetivos de ensino definidos (descrição do desempenho final do aprendiz ou de outras concepções de objetivos, do professor) • Características dos aprendizes: <ul style="list-style-type: none"> - capacidade de desempenho inicial dos aprendizes; - interesses; - etc. • Matérias e condições de ensino | <p>Quaisquer classes de respostas do professor</p> <p style="text-align: center;">→</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Desempenho do aprendiz, de acordo com os objetivos definidos pelo professor • Outros desempenhos do aprendiz |

Figura 6: Representação dos componentes constituintes do comportamento "ensinar" para explicitar a relação entre os componentes e exemplificar a noção de comportamento como interação. Reproduzida de Kubo e Botomé (2001, p.6).

Ao considerar a breve análise do comportamento de ensinar, o componente mais relevante é a situação consequente (classe de estímulos consequentes), pois é descrito se o ensinar do professor gerou efeitos, como: alteração do desempenho do aprendiz possibilitando o enfrentamento da sua realidade (Kubo & Botomé, 2001). Outro aspecto importante de observar é que as classes de respostas emitidas pelo professor não definem que ele ensinou, podendo “qualquer” classe de repostas gerar aprendizagem, desde que as classes de respostas emitidas por ele auxiliem o aprendiz a lidar com a realidade que se defronta (Kubo & Botomé, 2001). Além disso, cabe ao professor ensinar o aprendiz a identificar e caracterizar (mesmo que não completamente) o ambiente no qual age (apresenta as respostas de uma classe), para que assim possa agir de maneira mais adequada com as características do ambiente (Kubo & Botomé, 2001). Enquanto na breve análise do comportamento de “quem aprendeu” (Figura 2), uma das características a ser considerada é que a aprendizagem não é “apenas” o que o aprendiz faz em contexto de ensino (por exemplo, em sala de aula), a aprendizagem faz referência também a forma com qual o aprendiz se relaciona com o meio (ambiente) e as transformações que ele é capaz de realizar nesse (Kubo & Botomé, 2001).

| COMPORTAMENTO DE QUEM APRENDEU | | |
|---|--|--|
| Características da situação antecedente | Características das classes de respostas do organismo | Características dos produtos ou resultados das classes de respostas do organismo |
| <ul style="list-style-type: none"> Situação-problema para o organismo ou para a sociedade com a qual o organismo se relaciona Características gerais do organismo: físicas, repertório, interesses... Recursos disponíveis para o organismo lidar com a situação-problema Prejuízos ou sofrimento resultantes da situação-problema e do desempenho do organismo diante da situação-problema | <ul style="list-style-type: none"> Estabelecer as características do problema a ser resolvido Explicitar alternativas de solução apropriadas ao problema Escolher qual a melhor alternativa de solução em função de suas características, dos recursos disponíveis e dos resultados de interesse Apresentar ações precisas correspondentes ao melhor procedimento para solucionar o problema | <ul style="list-style-type: none"> Situação-problema resolvida (desaparece ou diminui) Organismo obtém resultados de interesse (dos quais necessita) Comunidade (ou sociedade) obtém resultados de interesse Pouco desgaste do organismo Experiência acumulada para lidar com novas situações-problema (ou com a mesma) Redução de prejuízos ou de sofrimento Aumento da probabilidade de, em circunstâncias (ou situações) semelhantes, apresentar desempenhos parecidos |
| • (...) | • (...) | • (...) |

Figura 7: Representação dos componentes constituintes do comportamento de quem "aprendeu" para explicitar a relação entre os componentes e exemplificar a noção de comportamento como interação. Reproduzida de Kubo e Botomé (2001, p.8).

O processo ensino-aprendizagem, em resumo, é a relação entre o comportamento de ensinar e o comportamento de “quem aprendeu”, da seguinte maneira: o professor procura ensinar o aluno uma nova maneira de relacionar-se com a sua respectiva realidade ou especificamente com a situação com a qual se defronta (Kubo & Botomé, 2001). Nova, no sentido de ensiná-lo uma maneira diferente da qual ele já costuma agir, apresentando ao aprendiz uma forma de agir que ele, por conta própria, demoraria muito para descobrir ou poderia nem descobrir (Kubo & Botomé, 2001). O processo de ensino, portanto, é um processo deliberado para facilitar a aquisição de comportamento, não deixando o aprendiz entregue à própria sorte ou tendo que aprender por tentativa e erro.

Outro fundamento inicia com um questionamento sobre as práticas “tradicionais” de ensino. Nas práticas tradicionais de ensino o conhecimento é considerado pelos alunos como “aquilo que precisa ser aprendido” e pelos professores como “aquilo que deve ser ensinado” (Botomé & Kubo, 2002). Isso geralmente é sistematizado pelos

professores em duas dimensões: conteúdos ou informações (os “conhecimentos”) e tempo; e apresenta-se em formas de disciplinas, com tempo delimitado pela instituição, na qual também é estabelecido o conhecimento que o professor “apresentará” ou “transmitirá” para o aluno (Botomé & Kubo, 2002). Porém, duas críticas podem ser realizadas a essa prática: 1) a falta de inter ou multidisciplinaridade e 2) não especificação ou preocupação com a capacidade de atuar dos aprendizes nas circunstâncias de suas vidas a partir dos “conhecimentos aprendidos” (Botomé & Kubo, 2002). Ou seja, pode faltar, àqueles que praticam o modelo de ensino tradicional, a compreensão que possuir informações ou aprender conhecimentos não garante atuação prática (Botomé & Kubo, 2002).

Na prática tradicional de ensino, a “grade curricular” considera duas dimensões da formação do aluno: os conhecimentos e o tempo (Botomé & Kubo, 2002; Santos, Kienen, Viecili, Botomé, & Kubo, 2009). Faltando, assim, a inserção da terceira dimensão: a capacidade de atuar do aprendiz (Botomé & Kubo, 2002; Santos et al., 2009). A capacidade de atuar do aprendiz pode variar em cinco graus, desde a reprodução de informações até o máximo grau de perícia, passando pelos graus de aptidão, competência e habilidade (Botomé & Kubo, 2002; Santos et al., 2009). Nessa perspectiva, caberia ao professor desenvolver conteúdos, dentro de seu limite de tempo, e transformá-los em capacidades de atuação⁵⁸, como demonstra a Figura 8.

⁵⁸ De acordo com Botomé e Kubo (2002), as melhores expressões para referir-se a essa “transformação” são: “re-conhecer” ou “reconstruir o conhecimento”. Nesses processos, o aprendiz aprende a agir de maneira coerente com o conhecimento (informação) que teve acesso (Botomé & Kubo, 2002).

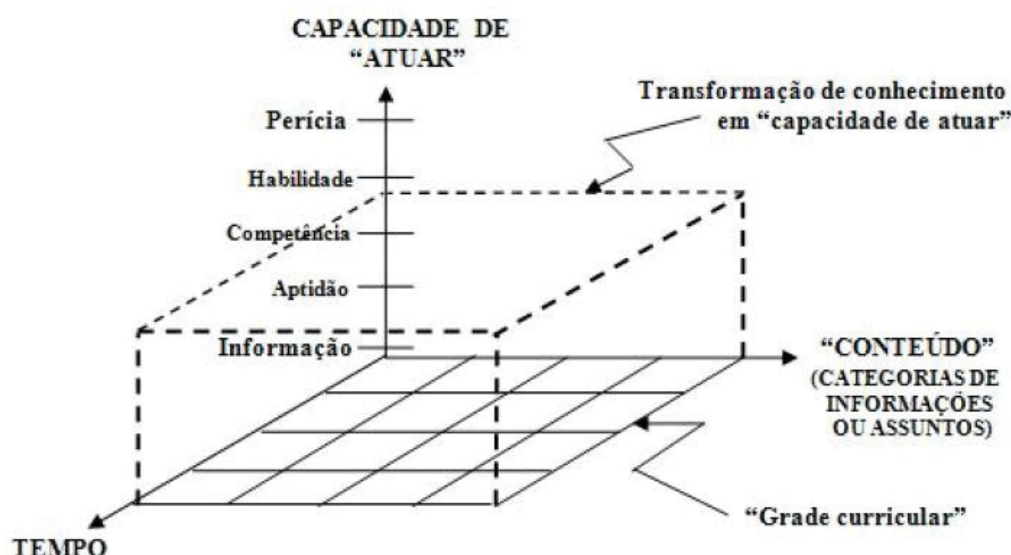


Figura 8: Representação gráfica das três dimensões que podem ser consideradas ao estabelecer objetivos de ensino. Reproduzida de Botomé e Kubo (2002, p.8).

A “grade curricular” representada na Figura 4 faz referência ao ensino por conteúdos, na qual é caracterizada e distribuída conforme os tipos de informação, assuntos ou temas e o tempo disponível para a capacitação dos aprendizes com essas informações (Santos et al., 2009). Enquanto, o eixo da “capacidade de atuar” é constituído pelos comportamentos a serem aprendidos que caracteriza, delimita ou define uma prática ou uma atuação em seus diferentes “graus de perfeição” variando de acordo com: (1) informação, que seria a reprodução do conteúdo; (2) aptidão que é um pouco a mais do que apenas reproduzir a informação; (3) competências e (4) habilidades, nessa perspectiva, também referem-se a diferentes graus de perfeição do comportamento; e, por último, (5) o grau de perícia que refere-se ao sujeito modelo em determinado comportamento ou o *expert* naquele assunto (Santos et al., 2009).

Ao considerar que a formação do aprendiz pode ocorrer em três dimensões - tempo, conteúdos e capacidade de atuação – e seus diferentes graus, constitui-se uma nova prática de ensino que vise transformar os conhecimentos/informações em atuação⁵⁹ (Botomé & Kubo, 2002; Santos et al., 2009). Principalmente ao considerar que o que é realmente ensinado é a interação entre a ação (classe de respostas) e os aspectos do mundo (classe de estímulos antecedentes e consequentes), nas quais o

⁵⁹ Nessa perspectiva a informação serve como um “alicerce” e a capacidade de atuar como o “edifício” que é construído a partir disso (Botomé & Kubo, 2002).

conhecimento é aquilo que ajuda a perceber melhor os aspectos do mundo e ações (Santos et al., 2009). Com isso, as funções do educador, que atua dentro dessa perspectiva, é 1) ensinar comportamentos relevantes para que o aprendiz possa lidar com a sua realidade; 2) planejar o ensino visando, inicialmente, a aquisição desses comportamentos relevantes e, ainda, a manutenção do comportamento sob consequências naturais fora do contexto ensino-aprendizagem e 3) planejar a ampliação das condições sob as quais o aprendiz irá se comportar (Botomé & Kubo, 2002; Juliano & Luna, 2008; Santos et al., 2009).

Em relação a perspectiva histórica da construção da Programação de Contingências para Desenvolvimento de Comportamentos, é considerado que essa iniciou na década de 1950, com o objetivo de Skinner em propor uma tecnologia de ensino embasada no reforçamento positivo⁶⁰, ou seja, oposta ao ensino com base no controle aversivo⁶¹ utilizado por diversas práticas educativas tradicionais⁶² (Cortegoso & Coser, 2011; Juliano & Luna, 2008). Com isso, nessa perspectiva inicial, o educador ao propõe uma aprendizagem eficaz se preocuparia com oito aspectos: 1) especificar completamente o comportamento que deseja ensinar; 2) reforçar imediatamente os comportamentos que são objetivos do ensino; 3) reforçar apenas aquelas respostas efetivamente apresentadas pelo aprendiz; 4) utilizar o princípio de progressão gradual para estabelecer repertórios complexos; 5) escolher as situações antecedentes de ensino-aprendizagem; 6) programar e monitorar as respostas do aluno; 7) evitar programar uma

⁶⁰ O reforçamento positivo, como o próprio nome indica, faz referência a um tipo de reforço. Um reforçador, como mencionado anteriormente, é um estímulo que ocorre quando a resposta do indivíduo de maneira com que essa resposta se repita ou ocorra mais frequentemente (Matos, 2001; Sidman, 2011). Ou seja, o reforçador é aquilo que aumenta a probabilidade de ocorrência da resposta reforçada (Sidman, 2011). Os reforçadores podem ser positivos e negativos. O reforçamento positivo a resposta do indivíduo é seguida pela adição, produção ou aparecimento de um estímulo reforçador, enquanto o reforçamento negativo se dá quando um estímulo com valor aversivo, presente no ambiente antecedente é subtraído, removido ou eliminado (Sidman, 2011).

⁶¹ O controle aversivo é quando o comportamento é controlado por reforçadores negativos e punições negativas e positivas (Sidman, 2011). A punição negativa é a retirada de reforçadores positivos, enquanto a punição positiva é a apresentação de um estímulo com valor aversivo, o que estabelece condições para a ocorrência do reforçamento negativo (Sidman, 2011).

⁶² Alguns exemplos de práticas aversivas encontradas em alguns ensinamentos tradicionais são: submeter os aprendizes a testes que o educador sabe que ele não é capaz de responder; expor publicamente os resultados dos aprendizes para os demais saberem de suas defasagens; destaque de notas baixas com cores chamativas (por exemplo: notas em vermelho no boletim); solicitação de carga de trabalho a mais do que o estudante pode aguentar; criação de mecanismos de privação como castigo, detenção, ficar sem recreio ou horas extras na escola e atribuir tarefas extra-classe de maneira excessiva para alguns alunos compensarem os seus erros (Juliano & Luna, 2008).

aprendizagem que leve o aprendiz ao erro e 8) observar o aluno e elaborar o programa conforme seu ritmo (Matos, 2001). Em resumo, esses aspectos indicam que o educador ao especificar o que ele irá ensinar, ele ficará mais atento se os aprendizes desenvolveram ou estão desenvolvendo os objetivos e, se sim, cabe ao educador consequenciar diferencialmente os comportamentos desejados e, para que isso ocorra de forma eficaz, o educador deve programar as situações antecedentes (situações facilitadoras de ensino) de forma que minimizem a ocorrência de erros⁶³ (Matos, 2001).

Dessa maneira, o educador incentiva o aprendiz a comportar-se de uma nova maneira e reforça positivamente o comportamento desejado logo após a sua emissão (Juliano & Luna, 2008; Matos, 2001). As consequências do comportamento podem ser naturais ou arbitrárias (Matos, 2001). As consequências naturais não fazem referência a algo que é necessariamente biológico ou as consequências arbitrárias a algo necessariamente social (Matos, 2001). As consequências naturais ou arbitárias fazem referência a contingências embutidas (naturais) ou justapostas (arbitárias) à própria atividade (Matos, 2001). Inicialmente utiliza-se um reforço positivo arbitrário, como elogios, reforçamento social, nota etc. (Juliano & Luna, 2008). Por exemplo: quando uma criança lê uma poesia para garantir uma boa nota na escola, ela está sob controle de uma consequência arbitrária, pois é algo extrínseco à leitura da poesia (Matos, 2001). Mas, ao longo do estabelecimento do repertório os reforçadores arbitrários, no contexto de ensino, poderiam ser substituídos pela consequência “natural” que a aprendizagem proporciona (Juliano & Luna, 2008; Matos, 2001). No caso do exemplo anterior, caso a criança lesse a poesia por prazer (Matos, 2001). Com isso, é sugerido que ocorra uma mudança das consequências arbitrárias para as naturais porque as consequências naturais possuem efeitos mais duradouros e fortes sobre o comportamento e, já que são

⁶³ As consequências de errar durante o processo de ensino-aprendizagem são as mais variáveis. Para algumas perspectivas teóricas é “errando que se aprende”, contudo com estudos elaborados com base na Análise do Comportamento é notável as consequências negativas que o erro possui para o aprender, dentre elas: 1) interferir no grau de desempenho de comportamentos já aprendidos, 2) gerar consequências emocionais e 3) estabelecer comportamento de esquiva frente a tarefas e/ou ao professor (Melo, Carmo, & Hanna, 2014; Sidman, 1985). Com isso, dentro da PCDC, trabalha-se com o conceito de *Aprendizagem sem erro*, que refere-se, de maneira ampla, a um conjunto de procedimentos de ensino com contingências elaboradas para que a aprendizagem ocorra de forma gradual que, por consequência, resultam em aprendizagens precisas ou com poucos erros (Melo, Carmo, & Hanna, 2014; Sidman, 1985). Os erros, nesse caso, podem ser compreendidos como respostas que geram desconforto ao indivíduo (Melo, Carmo, & Hanna, 2014). Por isso, a utilização da *Aprendizagem sem erro* tem se mostrado eficaz principalmente com indivíduos com baixa resistência a frustração, com desenvolvimento atípico ou com histórico de fracasso escolar nos métodos tradicionais de ensino (Melo, Carmo, & Hanna, 2014; Sidman, 1985).

inerentes à própria tarefa, substituem a necessidade de uma regra ou um outro indivíduo estabelecendo as contingências arbitrárias (Matos, 2001).

Com esse intuito, uma das possibilidades de atuação desenvolvida por Skinner foi a instrução programada (Cortegoso & Coser, 2011; Kienen, Kubo, & Botomé, 2013; Matos, 2001). Essa consistia na divisão do material a ser ensinado em pequenos segmentos, denominados módulos, de forma com que o primeiro leva ao encadeamento lógico do seguinte, podendo ser aplicada diretamente por professores ou por meio de livros, apostilas ou máquinas de ensinar⁶⁴ (Cortegoso & Coser, 2011; Matos, 2001). Um dos objetivos da instrução programada é que o aprendiz fosse “recompensado” imediatamente depois de responder aos exercícios propostos pelo módulo e assim aumentar a sua produtividade de maneira que esse finalizasse os exercícios do material (Cortegoso & Coser, 2011; Matos, 2001).

A partir dos conhecimentos produzidos na instrução programada, Fred S. Keller começou a publicar sobre programação de ensino, embasada nos pressupostos anteriores e, em 1960, Keller trouxe esse conhecimento para o Brasil ao ministrar aulas no curso de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP (Cândido, 2017; Cortegoso & Coser, 2011). Keller ministrou na USP um curso sobre *self-teaching*, de um ano de duração (Cândido, 2017). Nesse curso, Carolina Martuscelli Bori foi uma de suas alunas e assim iniciou o diálogo entre as duas áreas - a Análise Experimental do Comportamento e a instrução programada (Cândido, 2017). Com essas experiências iniciais da programação de ensino na USP, Carolina M. Bori, Rodolfo Azzi, Keller e Gil Sherman iniciaram seus trabalhos e pesquisas em programação de ensino no curso de Psicologia na Universidade de Brasília - UnB (Cândido, 2017; Cortegoso & Coser, 2011; Kubo & Botomé, 2001; Nale, 1998).

O curso de Psicologia da UnB foi elaborado de acordo com os pressupostos do *PSI – The Personalised System of Instruction*, era coordenado pela Carolina M. Bori e foi ofertado a diversos estudantes de graduação (Cândido, 2017). Porém, por conta da intervenção militar no Brasil, cerca de 90% por professores (mais de 200) se demitiram por não concordar com as perseguições de professores na universidade (Cândido, 2017). Nisso os professores e pesquisadores que estavam com Carolina M. Bori se espalharam

⁶⁴ As máquinas de ensinar ou de aprender, as *teaching machines*, eram dispositivos ou meios mecânicos para a apresentação de sequências de aprendizagens programadas (Matos, 2001). Um exemplo de máquina de ensinar atualmente seria o computador já que, a partir dele, pode se apresentar informações na ordem elaborada pelo programador (Matos, 2001).

pelo Brasil (Cândido, 2017). Carolina M. Bori, por sua vez, assumiu a cadeira de Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FFCL de Rio Claro e foi responsável, junto a Nilce Mejias, Geraldina Witter e Isais Pessotti, pela criação do primeiro laboratório de Psicologia Experimental no Brasil e, nesse mesmo contexto, começou a elaborar o que foi primeiramente chamado de Programação de Ensino (Cândido, 2017).

A Programação de Ensino desenvolvida por eles possuía seis princípios: 1) a aprendizagem deveria ocorrer em etapas pequenas; 2) programar o ensino conforme as características e necessidades do aprendiz, não desejos dos professores; 3) o aprendiz prosseguia nos conteúdos do programa conforme sua aprendizagem; 4) o aprendiz recebia consequências informativas (técnicas e sociais) sobre seu desempenho; 5) não basear o ensino na transmissão de conteúdo e sim de comportamentos significativos para a realidade do aprendiz e 6) os processos de aprendizagem dos alunos e os procedimentos desenvolvidos pelo professor devem ser objetivos constantes de estudo e aprimoramento (Cortegoso & Coser, 2011; Kubo & Botomé, 2001; Nale, 1998). Dessas experiências dos professores no Brasil, sucederam dois resultados: o primeiro, nos Estados Unidos, com a continuidade do *PSI* de Keller e, o segundo, no Brasil com o desenvolvimento da Análise de Contingências em Programação de Ensino de Carolina M. Bori (Cortegoso & Coser, 2011). A diferença entre esses dois resultados são que o *PSI* concentrava-se na análise de temas a serem estudados (“conteúdos”) e na avaliação da aprendizagem (Cortegoso & Coser, 2011; Kienen, Kubo, & Botomé, 2013). Enquanto a Análise de Contingências em Programação de Ensino concentrava-se na análise de comportamentos e conhecimentos necessários para o exercício de determinada atividade final, e para o planejamento de um programa de ensino que auxilie a desenvolver esses comportamentos e conhecimentos (Cortegoso & Coser, 2011; Kienen, Kubo, & Botomé, 2013). A separação do *PSI* da Análise de Contingências em Programação de Ensino é fundamentada no fato de que o *PSI* não estava mais dando conta das demandas apresentadas pela sociedade, uma vez que esse não realizava investigações sobre *o que* ensinar e qual seria o melhor caminho, no sentido de eficácia, para ensinar o que precisa ser ensinado (Carvalho et al., 2014).

Por conseguinte, as ações de Carolina M. Bori desenvolveram uma noção de ensino programado, diferente da noção inicial proposta por Skinner, que focava na elaboração de tecnologias de ensino (Cortegoso & Coser, 2011). Essa nova proposta

passou a se preocupar com processos comportamentais complexos envolvidos no comportamento do professores e na construção de programas de ensino (Cortegoso & Coser, 2011). Também estava preocupada com objetivos de ensino relacionados com a solução de problemas sociais (Nale, 1998). Essa nova tecnologia de ensino desenvolvida por Carolina M. Bori foi nomeada Programação de Ensino (Cândido, 2017; Cortegoso & Coser, 2011). A Programação de Ensino possui como base, de maneira mais flexível e abrangente, pressupostos similares aos existentes na instrução programada e no *PSI*, como: ensino em pequenos passos, respeito ao ritmo do estudante, feedback imediato e ensino voltado para desenvolvimento de comportamentos desejáveis (Juliano & Luna, 2008).

A partir do desenvolvimento do *PSI*, da Programação de Ensino e do início de pesquisas e publicações acerca dessas tecnologias, principalmente por alunos de Carolina M. Bori, essas novas tecnologias constituíram-se como campos de estudo e intervenção profissional, abrindo, assim, um novo espaço para as contribuições da Análise do Comportamento: a educação (Kienen, Kubo & Botomé, 2013; Nale, 1998). O que inicialmente era conhecido como “Ensino Programado”, nomenclatura focada no produto desse processo, passou a ser chamado de “Programação (de condições) de Ensino” que possui foco no comportamento de quem faz ensino, no processo de produção de condições para a aprendizagem e nos comportamentos complexos relacionados a sua elaboração (Botomé, 1980; Carvalho et al., 201; Kienen, Kubo, & Botomé, 2013; Kubo & Botomé, 2001).

Com isso, o diferencial proposto pela Programação de Ensino é a sua preocupação com processos comportamentais que produzem condições apropriadas para a aprendizagem, em vez de aplicar técnicas, regras e princípios (Kienen, Kubo, & Botomé, 2013). Cumprindo, assim, com a proposta inicial de Skinner: criar uma tecnologia de ensino⁶⁵ que permitisse criar condições para o desenvolvimento de comportamentos em concordância com as descobertas da Análise Experimental do Comportamento (Kienen, Kubo, & Botomé, 2013). E, a partir dessa tecnologia, campo

⁶⁵ Nesse sentido, o termo “tecnologia” faz referência ao processo comportamental de construir condições que possibilitam o processo de ensino-aprendizagem de comportamentos relevantes para a sociedade e que, posteriormente a conclusão do programa, o aprendiz consiga transformar suas aprendizagens em outros comportamentos significativos e com alto valor social (Kienen, Kubo, & Botomé, 2013). Para o desenvolvimento de uma tecnologia, aplicável nesse sentido, é necessário o desenvolvimento de uma ciência básica, de procedimentos ou demonstrações de estudos e técnicas de aplicação no campo com base nos conhecimentos e procedimentos relacionados a elaboração dessa tecnologia (Botomé, 1980).

de intervenção e investigação, a Programação de Ensino começou a ser denominada de maneira mais precisa: Programação de Condições para Desenvolvimento de Comportamentos (Carvalho et al., 2014; Kienen, Kubo, & Botomé, 2013).

A Programação de Condições para Desenvolvimento de Comportamentos é estruturada como uma tecnologia de ensino que integra ensino, comportamento e “realidade”, possibilitando a elaboração de programas de contingências cujo objetivo envolve desenvolver repertório comportamental relevante para a realidade do aprendiz por meio de contingências de ensino-aprendizagem (Botomé, 1980, 1985, 1997a; Carvalho et al., 2014; Matos, 2001; Nale, 1998). Programar contingências envolve uma ampla classe de comportamentos⁶⁶ que pode ser dividida em oito etapas: 1) identificação de situações-problemas relevantes para a realidade do aprendiz; 2) formulação de comportamentos-objetivo do programa de contingências; 3) análise dos comportamentos-objetivo e formulação de comportamento-objetivos intermediários do programa de contingências; 4) descrição das partes funcionais dos objetivos intermediários; 5) especificação do repertório de entrada do aprendiz do programa de contingências; 6) estabelecer sequência de comportamentos-objetivo a serem ensinados; 7) planejar as condições de ensino e 8) avaliação da eficiência ou eficácia do programa de contingências (Botomé, 1980; Cortegoso & Coser, 2011; Juliano & Luna, 2008; Kienen, Kubo, & Botomé, 2013; Vettorazzi, Frare, Souza, Queiroz, De Luca, Moskorz, & Kubo, 2005).

A elaboração de um Programa de Condições para Desenvolvimento de Comportamentos inicia com a identificação, observação, descrição e caracterização de uma situação-problema relevante para a realidade do aprendiz, na qual o programa de contingências, com o ensino de comportamentos relevantes e significativos, auxiliará a resolver ou atenuar a situação com a qual o aprendiz se defronta na sociedade que vive (Botomé, 1985; Carvalho et al., 2014; Cortegoso & Coser, 2011; Kubo & Botomé, 2001; Nale, 1998; Vettorazzi et al, 2005). A realização da primeira etapa exige que o programador de condições fique sob controle de três variáveis: a primeira, é decidir se o

⁶⁶ O termo “classe de comportamento” refere-se ao um conjunto de comportamentos que são constituídos por interações funcionais similares (Moraes & De Luca, 2018). Ou seja, as interações que ocorrem entre a classe de estímulos antecedentes, a classe de respostas e classe de estímulos consequentes são semelhantes (Moraes & De Luca, 2018). Enquanto o termo “classe geral de comportamento” faz referência a uma classe de comportamento mais abrangente, ou seja, essa classe geral “mais abrangente” é constituída por outras classes de comportamento menos abrangentes (Moraes & De Luca, 2018).

programa de contingências é necessário ou a maneira mais adequada para resolver a situação problema; a segunda, caso o programa de contingências mostre-se necessário, o que e como irá ensinar os comportamentos relevantes para o repertório do aprendiz ao lidar com a situação-problema; e, por último, identificar as variáveis que interferem na situação-problema e se elas poderam ser alteradas pelo comportamento proposto do programa de contingências (Carvalho et al., 2014; Cortegoso & Coser, 2011).

Após identificada a situação-problema com a qual o aprendiz se defronta são propostos objetivos finais de ensino a serem desenvolvidos pelos aprendizes, ou seja, qual será o repertório comportamental que os aprendizes desenvolverão ao longo da realização do programa de contingências que será responsável em auxiliá-los a enfrentar a situação-problema (Cortegoso & Coser, 2011; Kubo & Botomé, 2001). Esses objetivos finais do programa de contingências são expressos em termos de comportamento e por isso são desenvolvidos comportamentos-objetivo⁶⁷, relevantes para lidar com a situação-problema (Bordignon-Luiz & Botomé, 2017; Botomé, 1985; Carvalho et al., 2014; Cortegoso & Coser, 2011; Matos, 2001).

A proposição de comportamentos-objetivo envolvem aspectos éticos importantes de serem enfatizados. Esses aspectos éticos tomam como base as duas primeiras perguntas que o programador de condições faz ao iniciar a programação: a partir da caracterização da realidade do aprendiz, quais são os comportamentos relevantes a serem ensinados? Quais serão os comportamentos-objetivo selecionados que auxiliarão o aprendiz a enfrentar sua realidade? (Carvalho et al., 2014). Essas perguntas tornam-se fundamentais para os questionamentos éticos, pois (1) a proposição de comportamentos-objetivo é realizada por programadores, provavelmente, externos ao contexto do aprendiz e que decidirão o que deverá ser ensinado a eles; e (2) os comportamentos-objetivo propostos irão afetar a vida dos aprendizes positivamente ou negativamente a partir dessa decisão (Carvalho et al., 2014). Mas como falar de uma decisão ética a

⁶⁷ O primeiro termo a ser utilizado com esse fim foi “objetivo comportamental”, contudo a partir da noção de comportamento como interação entre classe de respostas, classe de estímulos antecedentes e consequentes (não apenas a resposta) todo o fazer pode ser considerado comportamento ou pelo menos um de seus componentes (Botomé, 1980; Kubo & Botomé, 2001). Ou seja, não existiria outra alternativa que não fosse um objetivo e um comportamento, porém chamar os objetivos de ensino apenas de comportamento, não parece ser suficiente (Botomé, 1980). Com isso, o que era primeiramente chamado de objetivo comportamental ou comportamento a ser instalado, passou a ser chamado de comportamento-objetivo, uma vez que trata-se de um comportamento (a ser instalado) que ao mesmo tempo não é qualquer tipo comportamento e sim aquele objetivado pelos programadores de ensino, tornando a expressão comportamento-objetivo mais orientadora (Botomé, 1980).

partir do momento que ela é móvel e depende da cultura na qual se insere? Uma alternativa seria conciliar os conhecimentos do indivíduo, comunidade⁶⁸ e programador, e com isso trabalhar de forma colaborativa, submetendo os critérios éticos aos indivíduos ou comunidade na qual irá intervir (Carvalho et al., 2014). Isso porque o programador não possui o mesmo conhecimento que o indivíduo ou comunidade sobre seu ambiente (Carvalho et al., 2014). Essa estratégia (de colaborar com a comunidade) mostra-se promissora, quando, o indivíduo ou comunidade não aprovaria as proposições do programador se essas fossem opostas ou muito diferentes da ética praticada naquele ambiente (Carvalho et al., 2014).

Posteriormente à indentificação de quais comportamentos-objetivo serão ensinados para auxiliar o aprendiz a lidar, eticamente, com sua realidade, esses são descritos em quatro perspectivas: 1) por se tratar de um comportamento, é descrita a relação comportamental e é analisado de acordo com os componentes do comportamento, visando demonstrar a relação entre a classe de estímulos antecedentes, a classe de respostas e a classe de estímulos subsequentes e ainda com complementos de características do ambiente que influenciam a ocorrência do comportamento; 2) de acordo com sua viabilidade, ou seja, se existe conhecimento e recursos disponíveis; 3) de acordo com sua verificação empírica, isto é propriedades, ocorrência e capacidade de contribuir para a solução da situação-problema; 4) de acordo com a classe de comportamentos da qual esse é derivado ou, ainda, descreve-se a classe geral de comportamentos da qual essa classe de comportamento menos abrangente constitui (Bordignon-Luiz & Botomé, 2017; Botomé, 1980, 1985, 2013; Cortegoso & Coser, 2011; Kubo & Botomé, 2001; Moraes & De Luca, 2018).

Além desses critérios são consideradas outras duas características gerais da proposição de comportamentos-objetivo finais: 1) o grau de clareza dos nomes desses comportamentos e 2) se esses comportamentos se referem ao comportamento do aluno (Bordignon-Luiz & Botomé, 2017; Botomé, 1985). A proposição de comportamentos-objetivo segundo os quatro critérios expostos anteriormente e, ainda, expressos com alto grau de clareza possibilitam ao programador de condições ter visibilidade dos comportamentos a serem desenvolvidos pelos aprendizes, mas também permitem que o

⁶⁸ Integra-se aqui os conhecimentos da comunidade, uma vez que, ao desenvolver comportamentos relevantes no indivíduo para determinado contexto, esse desenvolve também um repertório mais aprimorado para se comportar no grupo social do qual faz parte (Carvalho et al., 2014)

aprendiz tenha clareza dos comportamentos que ele próprio precisa desenvolver e, como consequência, aumenta seu engajamento também (Bordignon-Luiz & Botomé, 2017; Botomé, 1980, 1985). A segunda característica fundamenta-se que, em alguns casos, o comportamento-objetivo proposto não é orientador do que o aluno precisa fazer e sim à atividades de ensino que o programador irá desenvolver, tornando assim, o comportamento-objetivo proposto inadequado ou um falso objetivo de ensino (Bordignon-Luiz & Botomé, 2017; Botomé, 1980, 1985).

Para a avaliação de objetivos dos cursos de História realizada por Bordignon-Luiz e Botomé (2017) foram elaborados cinco critérios para classificar um comportamento-objetivo como inadequado. Os cinco critérios elaborados pelos autores são: a) se tratar de comportamentos ou atividades do programador – o que o torna pouco orientador para os aprendizes, dificulta a avaliação do desenvolvimento dos comportamentos-objetivo e diverge da proposta de propor comportamentos-objetivo em si, já que seu foco é na consequência esperada ao desenvolver esses comportamentos e não na atividade elaborada pelo programador para que isso ocorra⁶⁹; b) por serem metafóricos – considerados inadequados por possibilitar diversas interpretações do que é esperado daquele comportamento-objetivo; c) verbos ou complementos com pouca precisão – não apresentam claramente a interação que ocorre no comportamento-objetivo; d) não descrever o comportamento como interação e sim como uma classe de respostas; e e) apresentar comportamentos-objetivo em forma de negação – que podem ser considerados inadequados, uma vez que deve-se considerar o que o aprendiz poderá ser capaz de desenvolver no curso e não o que ele não será capaz de fazer. Com isso, um comportamento-objetivo adequado seria capaz de responder três questões: O que o aprendiz deve estar apto a fazer? Quais são as situações diante das quais o aprendiz precisará apresentar essas ações propostas como comportamento-objetivo? Quais são os resultados que o aprendiz deveria obter por meio desses comportamentos-objetivo? (Botomé, 1985).

Para a proposição de comportamentos-objetivo relevantes existem diversas fontes de informação que podem ser consultadas (Botomé, 1980; Juliano & Luna, 2008; Moraes & De Luca, 2018; Nale, 1998). Alguns exemplos de fontes de informação são:

⁶⁹ Como discutido anteriormente com base em Kubo e Botomé (2001) e Postman e Weingartner (1971), o que importa não é o fazer do professor, técnica, os recursos ou materiais utilizados em sala de aula e sim o que o aprendiz é capaz de fazer posteriormente àquela aula.

depoimentos observados a partir de entrevistas, por exemplos com professores de disciplinas similares ao programa de contingências e estudantes que passaram por programas anteriores com objetivos similares e que apontam suas dificuldades durante o programa; comportamentos apresentados por diversas pessoas; documentos legais, como legislação, resoluções, ementas etc.; e literatura científica, como artigos e capítulos de livros (Moraes & De Luca, 2018; Nale, 1998). A observação de diversas fontes de informação serve com estudo preparatório para a programação e proposição de comportamentos a serem realizadas pelo programador de condições, mesmo que esse estudo anterior não constitua uma etapa obrigatória para a elaboração de um programa de contingências (Juliano & Luna, 2008; Nale, 1998).

Depois da proposição de comportamentos-objetivo finais, são identificados comportamentos intermediários por meio da decomposição dos comportamentos-objetivo finais (Botomé, 1980, 2011). A análise dos comportamentos-objetivo finais tem a função de auxiliar o programador de condições a: identificar quais são os comportamentos intermediários que o aprendiz desenvolverá para resolver a situação-problema; identificar qual será a abrangência do programa de contingências; identificar quais são os meios mais adequados para a aprendizagem; medir, caracterizar, descrever e avaliar o progresso e o desempenho do aprendiz e do programa de contingências ao longo de seu desenvolvimento; e, por sua vez, auxiliar o aprendiz a identificar o que é esperado dele nas etapas e ao final do programa, aumentando assim o engajamento, motivação e seu controle sob as aprendizagens (Bordignon-Luiz & Botomé, 2017; Botomé, 2011; Juliano & Luna, 2008; Matos, 2001). Com isso, a função dos comportamentos intermediários é indicar o “caminho” a ser percorrido pelo aprendiz até desenvolver o comportamento-objetivo final (Botomé, 2011). Considera-se que o critério para distinguir um objetivo final e um intermediário é a complexidade e não a precedência de um em relação a outro (Botomé, 1977).

Após a análise dos comportamentos-objetivo finais, esses são decompostos⁷⁰ em um ou mais comportamentos-objetivo intermediários de maneira que se forme um

⁷⁰ A decomposição de comportamentos, diferentemente da análise, faz referência a descrição do comportamento em seus componentes, etapas e elementos básicos, com a finalidade de auxiliar o programador de contingências a identificar os comportamentos mais simples que necessitam ser desenvolvidos como condição para o desenvolvimento do comportamento-objetivo final (Botomé & Kubo, 2005; Souza, 2013). Enquanto a análise de comportamentos ocorre pela “divisão” do comportamento em estímulos antecedentes, respostas e estímulos consequentes de maneira com que fique demonstrado a interação que ocorre entre estímulos e resposta (Botomé & Kubo, 2005).

“mapa a ser percorrido pelo aprendiz”, um mapa de ensino (Botomé, 2011). No mapa de ensino os comportamentos são organizados conforme seu grau de abrangência, colocando o comportamento mais abrangente à esquerda e, em ordem decrescente, os menos abrangentes à direita (Cortegoso & Coser, 2011; Kienen, 2008). Organizar os comportamentos-objetivo conforme seus graus de abrangência possibilita ao programador de condições: 1) ter uma visibilidade melhor da complexidade dos comportamentos que pretende auxiliar o aprendiz a desenvolver e 2) identificar o fluxo que as aprendizagens a serão programadas, isto considerando o ritmo individual do aluno e o desenvolvimento gradual do comportamento (Botomé, 1997b; Kienen, 2008; Vettorazzi et al., 2005).

Com isso, Kienen (2008) sistematizou, com base em Mechner (1974) e Botomé (1977b), cinco graus de abrangência nos quais as classes de comportamento podem ser organizadas: 1) O que fazer - delimita o que o aprendiz precisa fazer e qual é a função social deste fazer; 2) Como fazer - é composto pelas classes de comportamento que caracterizaram a maneira da qual o aprendiz precisa fazer; 3) Com que fazer – é composto por classes de comportamentos relacionadas aos instrumentos ou recursos que o aprendiz precisará saber ou utilizar para fazer o que precisa ser feito; 4) Em quais situações fazer - é composta por classes de comportamentos relacionados a situações ou ocasiões nas quais o aprendiz precisará decidir fazer ou deixar de fazer algo e 5) O que precisa decorrer do fazer - é composta pelas razões das quais o aprendiz deverá fazer o que precisa ser feito ou deixar de fazer algo e também é referente aos resultados importantes decorrentes do fazer. Os graus de abrangência e a ordem que geralmente estabelece-se entre eles nos mapas de ensino podem ser observadas na Figura 9.

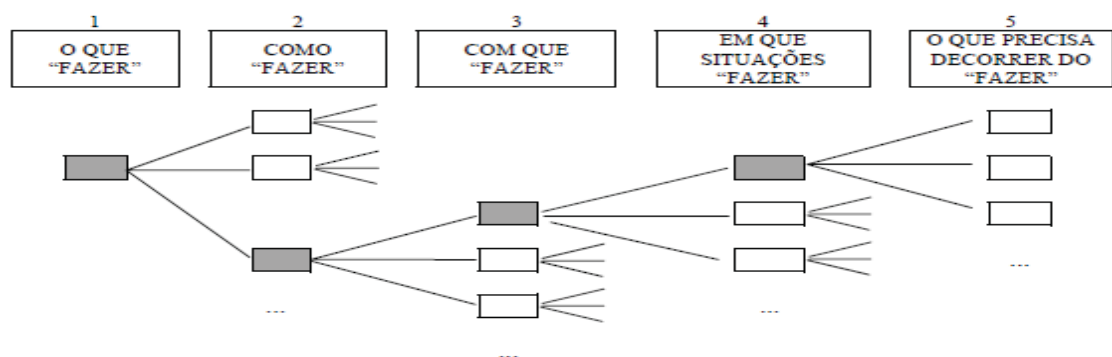


Figura 9: Representação esquemática dos graus de abrangência e suas respectivas posições no mapa de ensino. Reproduzida de Kienen (2008, p.99).

Com isso, o mapa de ensino é estruturado de maneira que, ao longo dele, o aprendiz desenvolva comportamentos intermediários adequados e relevantes e que alcance o objetivo final com a menor dificuldade possível⁷¹ (Botomé, 2011). Esse caminho a ser estruturado pelo programador de condições é decomposto até as aprendizagens mais simples (Botomé, 2011; Vettorazzi et al., 2005). Essas são aprendizagens que o programador de condições considera que o aprendiz já as desenvolveu antes de entrar no programa, ou seja, o comportamento-objetivo final é decomposto até comportamentos que a população-alvo já apresenta (Botomé, 2011). Com isso, o programa iniciará nas aprendizagens mais simples que o aprendiz necessita aprender e que ainda não é capaz (Botomé, 2011).

Os comportamentos devem descritos nas etapas anteriores - os comportamentos-objetivo finais e intermediários - estão descritos como um comportamento com seus componentes (classes de estímulos antecedentes, classe de resposta e classes de estímulos subsequentes) (Botomé, 1980, 2013; Cortegoso & Coser, 2011). Lembrando que a classe de estímulos antecedentes refere-se as condições antecedentes diante das quais a resposta ocorre, a classe de respostas indica o padrão de resposta desejável para que determinado resultados sejam alcançados e a classe de estímulos subsequentes refere-se aos resultados, efeitos ou produtos dessa resposta (Botomé, 1980; Cortegoso & Coser, 2011). A função de analisar os comportamentos-objetivo é possibilitar um sequenciamento de aprendizagens adequado aos objetivos do programa, definir as condições necessárias a serem criadas pelo programador de condições para que a aprendizagem ocorra e manejar as contingências de ensino (Botomé, 1980; Cortegoso & Coser, 2011; Matos, 2001). Da mesma maneira que, ao descrever com clareza a interação entre os componentes de uma classe de comportamento possibilita que o programador identifique, com maior facilidade, a classe de estímulos antecedentes que deve controlar as respostas e as possíveis decorrências (classe de estímulos consequentes) dessa resposta (Botomé, 1980; Matos, 2001; Moraes & De Luca, 2018).

Após analisar e decompor os comportamentos-objetivo que farão parte do programa de contingências é possível identificar nos comportamentos-objetivo do programa o comportamento menos complexo, comportamentos pré-requisitos ou

⁷¹ Outras variáveis que interferem na proposição de comportamentos-objetivo são: o grau de conhecimento que o programador de contingências tem sobre os processos comportamentais alvo do programa e o grau de treino que o programador possui em ensinar cada um dos comportamentos que fazem parte do programa de contingências (Botomé, 2011).

repertório de entrada - repertório comportamental que o aprendiz já deve apresentar para poder ingressar no programa (Cortegoso & Coser, 2011). A partir disso, decide-se quais os comportamentos-objetivo que darão início ao programa de contingências (Cortegoso & Coser, 2011). A decisão de onde começar o ensino pode ser dividida em três partes: 1) descrever o repertório de entrada – comportamentos que já devem estar desenvolvidos no repertório do aprendiz; 2) indicar como será feita a verificação se o aprendiz possui ou não o repertório de entrada desenvolvido; e 3) avaliar se existe defasagem entre aquilo programado e o repertório comportamental observado na população-alvo (Cortegoso & Coser, 2011).

Cada parte possui sua função, respectivamente: 1) identificar o que é necessário para iniciar as aprendizagens do programa; 2) verificar se a população-alvo possui o repertório de entrada necessário já desenvolvido – se possuem os comportamentos pré-requisitos e 3) caso encontre defasagens o programador de condições pode se deparar com duas decisões: a primeira, caso o programador de condições descubra que a população-alvo possui um repertório mais avançado, ele pode deixar de ensinar alguns repertórios iniciais e iniciar o programa a partir do repertório mais desenvolvido da população-alvo; ou, caso o programador de condições descubra que a população-alvo possui um repertório menos desenvolvido, ele pode decompor e analisar mais comportamentos do programa de contingências até o comportamento já desenvolvido da população-alvo (Cortegoso & Coser, 2011). Ao caracterizar o repertório de entrada do aprendiz, o programador de condições segue com o fundamento de ensino-aprendizagem como um processo, ou seja, a função do programador (ou professor) e do “ensinar” é criar contingências para que haja aprendizagens e não deixar por responsabilidade do aprendiz que elas simplesmente ocorram (Cortegoso & Coser, 2011; Kubo & Botomé, 2001; Matos, 2001). Com o repertório de entrada do aprendiz especificado o programador de condições atenta-se ao que deve ser ensinado e não só aos “erros do aprendiz” (Cortegoso & Coser, 2011; Matos, 2001).

De maneira geral, até essa etapa do processo de programação, o programador de condições já organizou grande parte da sequência dos comportamentos por conta das etapas de proposição, decomposição e análise, contudo ainda precisa-se rever a análise dos comportamentos, organizá-los, planejar e preparar as condições de ensino dos comportamentos-objetivo finais e intermediários (Cortegoso & Coser, 2011). A importância de rever a análise e sequenciar os comportamentos-objetivo está em

facilitar a aprendizagem, já que a sequência programada das contingências de ensino pode favorecer ou desfavorecer a aprendizagem (Cortegoso & Coser, 2011). Ao estabelecer uma sequência que favoreça o processo ensino-aprendizagem possibilita o avanço do aprendiz com o menor número de erros (Cortegoso & Coser, 2011; Matos, 2001; Vettorazzi et al., 2005).

Ao sequenciar as aprendizagens o programador de condições pode-se embasar em quatro critérios, segundo Cortegoso e Coser (2011): 1) grau de dificuldade para a aprendizagem de cada objetivo - nesse critério ordena-se os objetivos do mais simples para o mais complexo, reduzindo assim a probabilidade de erros e fracasso do processo de ensino-aprendizagem; 2) o produto de uma classe de resposta compõem a classe de estímulos antecedentes para outra classe de respostas – nesse critério as classes de respostas que compõem a classe de estímulos antecedentes de outra classe de resposta devem se suceder dado o encadeamento existente entre esses comportamentos; 3) classe de respostas que produzem condições para aumentar a probabilidade de ocorrer outra classe de respostas – nesse critério cria-se uma condição a primeira classe de respostas torna mais provável a emissão da classe de respostas sucedentes e 4) motivação dos aprendizes – nesse critério cabe ao programador de condições dosar as condições relacionadas a motivação dos aprendizes.

O programador de condições também pode sequenciar conforme os sete critérios de Botomé (1996): 1) do geral para o específico – ensinar como algo funciona, para depois ensinar o por quê funciona; 2) sequência de interesse – utiliza como base o interesse dos alunos pelas aprendizagens, configurando assim um alto grau de envolvimento e motivação dos alunos; 3) sequência lógica – refere-se a aprendizagens que precisam ocorrer antes de outras; 4) hierarquias de conjuntos de habilidades – nesse critério organiza-se as aprendizagens em grupos significativo para o aprendiz, de maneira com que, caso ele abandone o curso, ele terá pelo menos aprendido um conjunto de habilidade completo; 5) sequência de frequência – refere-se a estabelecer hierarquias de frequências baseadas em aprendizagens que serão mais utilizadas pelo aprendiz; 6) prática do trabalho completo – ensinar atividades que em curto prazo auxiliem o aprendiz a realizar um trabalho completo e 7) simplicidade para realizar ou facilidade para aprender – esse critério baseia-se em duas partes, a primeira é que se o aprendiz possui facilidade em algo, ensine isso primeiro, e a segunda se uma aprendizagem facilita outra, a primeira terá que ser desenvolvida antes da outra. Um

programador de condições não precisa utilizar todos os critérios expostos, podendo selecionar alguns, misturá-los ou ainda usar todos (Botomé, 1996). Porém, cabe ao programador avaliar qual sequência e critério deixa o ensino mais eficaz e agradável para o aprendiz (Botomé, 1996).

A partir de uma sequência estabelecida, são planejadas as contingências de ensino (atividades, materiais, procedimentos e estratégias) que favorecerão, por meio das contingências estabelecidas, a aprendizagem dos objetivos propostos no programa de contingências (Cortegoso & Coser, 2011). Planejar contingências de ensino não envolve somente considerar a classe de respostas, mas também a classe de estímulos antecedentes e subsequentes (Botomé, 1980; Cortegoso & Coser, 2011; Matos, 2001). As classes de estímulos (tanto antecedentes quanto consquents) buscam sustentar o processo de aprendizagem, auxiliar o aprendiz a discriminar quando o comportamento aprendido poderá produzir efeitos positivos e manter comportamentos relevantes dentro do contexto arbitrário de ensino e no contexto natural – nesse caso, o programador de condições pode desenvolver contingências próximas ao ambiente natural do aprendiz de forma com que os comportamentos aprendidos dentro do contexto de ensino generalizem-se para a situação real na qual ele encontra a situação-problema (Cortegoso & Coser, 2011; Matos, 2001).

O planejamento de contingências de ensino pode ser dividido em cinco tarefas: 1) definir o formato geral do programa de contingências - se o programa de contingências, ao considerar os recursos disponíveis, população alvo, facilidade de acesso dos aprendizes e tempo disponível, desenvolverá o programa no formato de curso tradicional (por exemplo, uma disciplina de graduação), treinamento em serviço, conjunto de orientações, oficina, video-aula etc.; 2) propor unidades de ensino – refere-se a organização e agrupamento dos objetivos do programa em unidades de ensino, com o objetivo de auxiliar o programador de condições a verificar que objetivos irá compor cada encontro e para o aluno acompanhar seu desenvolvimento ao longo da passagem das unidades de ensino; 3) especificar condições de ensino para cada comportamento-objetivo – após a descrição comportamental dos objetivos de ensino o programador de condições descreve as condições que irá criar para facilitar a aprendizagem dos comportamentos-objetivo, ressaltando que ao descrever as partes funcionais do ambiente o programador identifica as condições necessárias para que aquele comportamento se desenvolva, possibilitando identificar a necessidade de criação de outras condições

extras de ensino para que facilitem a ocorrência dessa aprendizagem; 4) elaborar os materiais que serão entregues aos aprendizes – além de programar as condições de ensino, o programador de contingência desenvolve os materiais que auxiliarão o processo de aprendizagem do aprendiz, um vez que, nem todos os materiais “prontos” encontrados dentro do contexto de ensino são adequados a proposta do programa ou são eficientes em auxiliar o desenvolvimento do comportamento-objetivo e 5) especifica as condições de ensino para unidades do programa – nessa tarefa é especificado, para cada unidade de ensino, o seu tema, atividades previstas, procedimento de ensino, atividades dos aprendizes, tipos de materiais a serem utilizados e providências a serem tomadas pelo programador para que as contingências de ensino estejam disponíveis (Botomé, 1980; Cortegoso & Coser, 2011).

Por último, planeja-se o sistema de avaliação do programa de contingências (Cortegoso & Coser, 2011). O método de avaliação na PCDC é diferente dos utilizados no modelo tradicional de educação. Nos modelos tradicionais de avaliação é elaborada previamente em um modelo ou critério no qual o aprendiz terá que se adequar, esse podendo ser expresso em forma de notas numéricas (de 0 a 10), notas conceituais (conceito A a F) ou outros, como: parabéns, certo, correto, adequado, verdadeiro, ruim, falso, inadequado, melhor etc. (Botomé & Rizzon, 1997). A partir desses critérios o aprendiz será caracterizado pelo professor como o “aluno bom” ou o “aluno ruim”, posicionando o professor como aquele que decide e é responsável por delimitar “quem sabe” e “quem não sabe” (Botomé & Rizzon, 1997). Ou seja, não se está avaliando o desempenho do aprendiz e sim medindo e conferindo números ao repertório ou capacidade do aprendiz, reduzindo-o, ao final, a aquele valor indicado pela medida (Botomé & Rizzon, 1997).

Ao realizar a avaliação dessa maneira vários problemas se apresentam, como: (1) a inadequação dos meios e procedimentos de avaliação que estão sendo utilizados que, as vezes, não medem com precisão o comportamento a ser desenvolvido; (2) os professores e aprendizes têm pouca clareza do que está sendo avaliado; (3) deixa o aprendiz dependente da avaliação de terceiros, nesse caso do professor, pois ele não foi primeiramente capacitado a realizar a avaliação do seu desempenho; (4) deposita o fracasso escolar como característica do aprendiz, como se o contexto de ensino não fosse o grande responsável por esse resultado; (5) faz com que o aprendiz não considere a avaliação como algo constante e sim como algo para qual ele tem que se preparar de

tempos em tempos; (6) não auxilia o aprendiz a desenvolver autoconfiança e auto-respeito, uma vez que, quem decide se está “bom” ou não é outra pessoa e, como consequência desse modelo, (7) ensina passividade, indeferença e irresponsabilidade (Botomé & Rizzon, 1997; Sidman, 1985).

Uma possível proposta para reverter esse cenário, de acordo com Botomé e Rizzon (1997), seria que todo programa de condição tem que possuir, mesmo que como comportamento-objetivo intermediário, capacitar o aprendiz a avaliar seu desempenho. Uma vez que, no contexto profissional e pessoal, o aprendiz poderá verificar sozinho se as suas respostas estão produzindo os efeitos (classe de estímulos consequentes) considerados adequados para ele e, caso não, conseguirá avaliar o que precisa ser melhorado para alcançar tal consequência (Botomé & Rizzon, 1997; Gusso, 2013).

Com isso, com base na perspectiva de ensino-aprendizagem adotada dentro da PCDC, é função do programador de condições verificar se, no programa elaborado por ele, de fato houve ensino; ou seja, se foi produzida aprendizagem (Botomé & Rizzon, 1997; Cortegoso & Coser, 2001; De Luca, 2013). É por meio dos procedimentos e instrumentos utilizados na avaliação que pode ser verificado: 1) se a aprendizagem ocorreu ou está ocorrendo, 2) a necessidade de alterações e/ou aperfeiçoamentos na programação de contingências, caso o aprendiz não desenvolva os comportamentos-objetivo; 3) se as aprendizagens e o programa de contingências foram eficientes ou eficazes e 4) se os comportamentos-objetivo propostos e desenvolvidos foram pertinentes para alterar a situação-problema (Cortegoso & Coser, 2011; De Luca, 2013; Gusso, 2013). Como pode ser observada na Figura 10, o resultado da avaliação encontra-se dentro de um contínuo de eficácia, no qual a eficiência é uma categoria do contínuo.

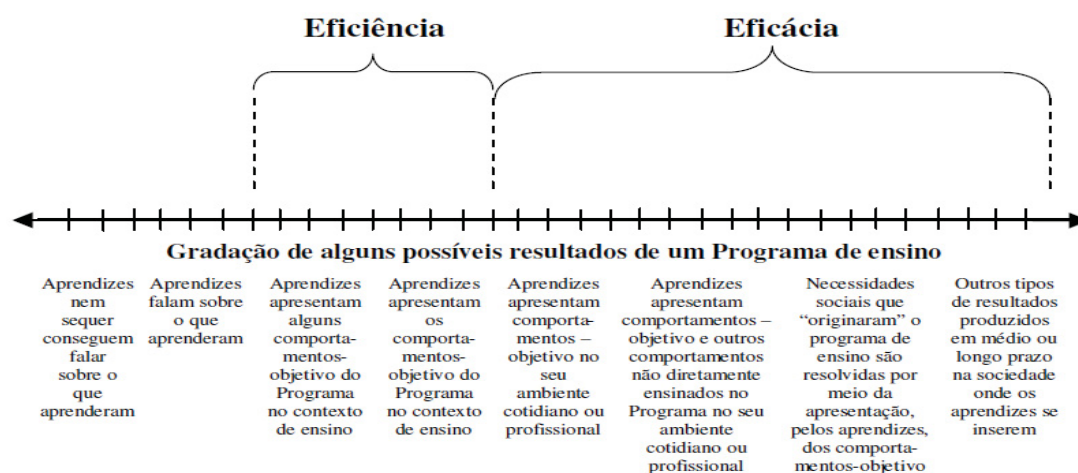


Figura 10: Representação gráfica da distinção entre eficiência e eficácia com base nos possíveis resultados produzidos por um programa de contingências. Reproduzida de De Luca (2013, p. 427).

Conforme o que é exposto na Figura 10, ao avaliar eficiência está sendo avaliando quanto os comportamentos-objetivo foram ou estão sendo apresentados somente dentro do contexto de ensino (De Luca, 2013). A avaliação de eficácia refere-se a quanto os comportamentos-objetivo aprendidos em contexto de ensino foram generalizados para o contexto social, de trabalho e outras esferas da vida do aprendiz, e se, nesses outros contextos, estão auxiliando o aprendiz a solucionar ou lidar com a situação-problema que constituiu o “ponto de partida” do programa de contingências (De Luca, 2013). Com isso, é possível dizer que a avaliação ocorre em dois níveis gerais: avaliação da aprendizagem e a avaliação da eficácia⁷² do programa (Gusso, 2013). A avaliação da aprendizagem faz referência a avaliação do desempenho do aprendiz com base nos comportamentos propostos pelo programa de contingências, porém os resultados encontrados dessa avaliação não dizem respeito apenas ao que o aprendiz foi capaz de fazer, mas o que o programador foi capaz de levá-lo a fazer (Cortegoso & Coser, 2011; De Luca, 2013; Gusso, 2013). A avaliação da eficácia do programa verifica, dentro as possibilidades existentes, se os comportamentos desenvolvidos em contexto de ensino foram generalizadas para a situação natural na qual ocorre a situação-problema; e se esses comportamentos-objetivo generalizados para a situação natural são eficazes para alterar a situação-problema (Cortegoso & Coser, 2011; De Luca, 2013; Gusso, 2013).

⁷² Gusso (2013) utiliza o termo “efetividade”, contudo, para manter a consistência da linguagem, esse termo foi substituído pelos termos eficiência e eficácia.

Em geral, a avaliação pode ocorrer em três momentos do programa de contingências: 1) na entrada do aprendiz, para que assim possa avaliar seu repertório de entrada; 2) sistematicamente ao longo do desenvolvimento do programa de contingências, com fins de avaliar o desempenho do aprendiz e as contingências planejadas e 3) ao final do programa, posteriormente à saída dos aprendizes, com a finalidade de investigar se as aprendizagens desenvolvidas auxiliaram o aprendiz a resolver as situações-problema (Gusso, 2013). Ou seja, a avaliação não ocorre apenas ao final do programa de contingências, ela ocorre de diversas formas ao longo do programa (Botomé & Rizzon, 1997; Cortegoso & Coser, 2011; Gusso, 2013).

Isso porque, o avaliar o ensino ou a aprendizagem não é apenas dar números e rótulos para os resultados finais, mas também uma atividade meio que auxiliará a desenvolver o comportamento de se “auto-avaliar”, uma forma de indicar para o programador e para o aprendiz em que “ponto” está localizado seu desempenho e também de informar a sociedade e agência educativa (se for o caso) sobre a eficiência do programa elaborado (Botomé & Rizzon, 1997; De Luca, 2013; Gusso, 2013). Assim a avaliação auxilia a explicitar e facilitar as novas aprendizagens que o aprendiz irá desenvolver ou aprimorar os comportamentos já desenvolvidos de maneira que esses fiquem corretos e completos (Botomé & Rizzon, 1997; De Luca, 2013). Uma das dificuldades encontradas em realizar esse tipo de avaliação é que, caso o programador perceba que o comportamento não foi aprendido ou não chegou no nível de desempenho esperado, a “responsabilidade” pelo aluno “não ter aprendido” é do programador que não ficou atento ao desenvolvimento das aprendizagens ou por não ter programado adequadamente as contingências de ensino (Sidman, 1985).

A partir disso, outras características compõem a etapa de avaliação dentro da PCDC, como: apresentação de consequências informativas e orientadoras sobre o desempenho do aprendiz de forma imediata; minimização da aversividade das tarefas; progressão gradual para estabelecer repertórios; avaliação condizente ao que foi ensinado; avaliação mais equivalente o possível aos comportamentos-objetivo (falar sobre algo não é a mesma coisa que saber fazê-lo); avaliação em diferentes momentos, formatos e circunstâncias e participação ativa do aprendiz, evidenciando suas aprendizagens e dúvidas em relação ao programa de contingências (Botomé & Rizzon, 1997; Cortegoso & Coser, 2011; De Luca, 2013; Gusso, 2013; Matos, 2001).

Em síntese, a PCDC coloca-se como uma tecnologia de ensino dedicada a ensinar comportamentos relevantes para a realidade do aprendiz, baseada (1) no princípio da resposta ativa – o aprendiz participa das atividades propostas pelo programa de contingências de forma ativa; (2) na escolha de estímulos antecedentes cuidadosamente, para propiciar uma melhor aprendizagem; (3) no princípio dos pequenos passos – o ensino dos comportamentos-objetivo é realizada de forma gradual; (4) no princípio do ritmo individual – já que a aprendizagem é gradual, respeita-se as condições de aprendizagem de cada aprendiz; (5) no princípio da verificação imediata – após cada nova aprendizagem o aprendiz é imediatamente reforçado positivamente e são reforçadas somente aquelas respostas adequadas efetivamente emitidas pelo aprendiz; e (6) enfatiza-se a passagem do contexto arbitrário de ensino para o natural usando consequências arbitrárias semelhantes a classe de estímulos subsequentes que o aprendiz encontrará no contexto natural (Botomé & Rizzon, 1997; Cortegoso & Coser, 2011; Juliano & Luna, 2008; Kienen, Kubo & Botomé, 2013; Matos, 2001; Nale, 1998; Vettorazzi et al., 2005).

* * *

Considera-se, finalmente, que a Programação de Condições para Desenvolvimento de Comportamento é uma tecnologia de ensino que busca desenvolver comportamentos que auxiliem o aprendiz a solucionar ou amenizar as situações-problemas com as quais se defronta (Botomé, 1980, 1985, 1997a; Carvalho et al., 2014; Cortegoso & Coser, 2011; Matos, 2001; Nale, 1998) e que dados estatísticos sistematizados pelo SENAES (2013) e ONESC (2015), somado a produções científicas (Coser & Cortegoso, 2008; Guareschi & Veronese, 2009; Svartman et. al, 2008), indicam que efetivar a autogestão e desenvolver comportamentos autogestionários é umas das principais dificuldades encontradas pelos empreendimentos econômico-solidários e pelos sócio-trabalhadores que os compõem. Com isso, é cientificamente e socialmente relevante identificar as características dos componentes das classes de comportamento constituintes da classe geral “autogerir empreendimento econômico-solidário”.

II

MÉTODO: CARACTERIZAÇÃO DAS CLASSES DE COMPORTAMENTOS CONSTITUINTES DA CLASSE GERAL “AUTOGERIR EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS”

Este método foi baseado naquele elaborado por De Luca (2008, 2013). E visa, resumidamente, identificar, propor, descrever, analisar e organizar em um sistema comportamental possíveis comportamentos-objetivo constituintes para um Programa de Condições para Desenvolvimento de Comportamentos autogestionários em empreendimentos econômico-solidários.

1. Fontes de Informação

Para elaboração do Programa de contingências para desenvolvimento de comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário” foi utilizada como fonte de informação o seguinte artigo:

- (1) Cortegoso, A. L. (2007). Identificação e descrição de relações comportamentais na Economia Solidária. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27 (2), 246-265.

a. Critério de escolha para as fontes de informação

A seleção da obra “Identificação e Descrição de Relações Comportamentais na Economia Solidária” de Cortegoso (2007) refere-se a única obra identificada que possui como objetivo identificar e descrever relações comportamentais dentro do contexto da Economia Solidária. A obra identificou cinco classe de comportamentos gerais relevantes para a trajetória de empreendimentos econômico-solidários em âmbito organizacional e cinco classes de comportamentos gerais relevantes para a trajetória de empreendimentos econômico-solidários em âmbito individual.

Essa obra foi utilizada no procedimento de proposição de classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários.

2. Materiais e instrumentos

Para elaborar o Programa de contingências foram utilizados materiais de escritório básicos, como: papel, caneta, tesoura, computador, impressora, Post-it® e placas de isopor. Foram utilizados também um quadro de apoio desenvolvido por Krzyzanowski (2019)⁷³ (Apêndice I) e quatro protocolos de observação desenvolvidos por De Luca (2008, 2013).

- (1) Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários.

Tabela 10

Representação do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários

| Trecho selecionado da obra selecionada como fonte de informação e página do trecho selecionado | Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes | Classe de comportamentos |
|---|---|----------------------------|---|---------------------------------|
| | | | | |

Fonte: reproduzida de De Luca (2013)

⁷³ Krzyzanowski (2019), por sua vez, elaborou seu quadro de apoio com base em Kienen (2008) e Viecili (2008).

- (2) Protocolo de identificação, proposição e análise de possíveis nomes de classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários.

Tabela 11

Representação do Protocolo de identificação, proposição e análise de possíveis nomes de classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários

| | Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes |
|--------------|----------------------------------|---------------------|----------------------------------|
| Nº do trecho | | | |
| | Nome da classe de comportamento: | | |

Fonte: reproduzida de De Luca (2013)

- (3) Protocolo de distribuição das classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários em níveis de abrangência.

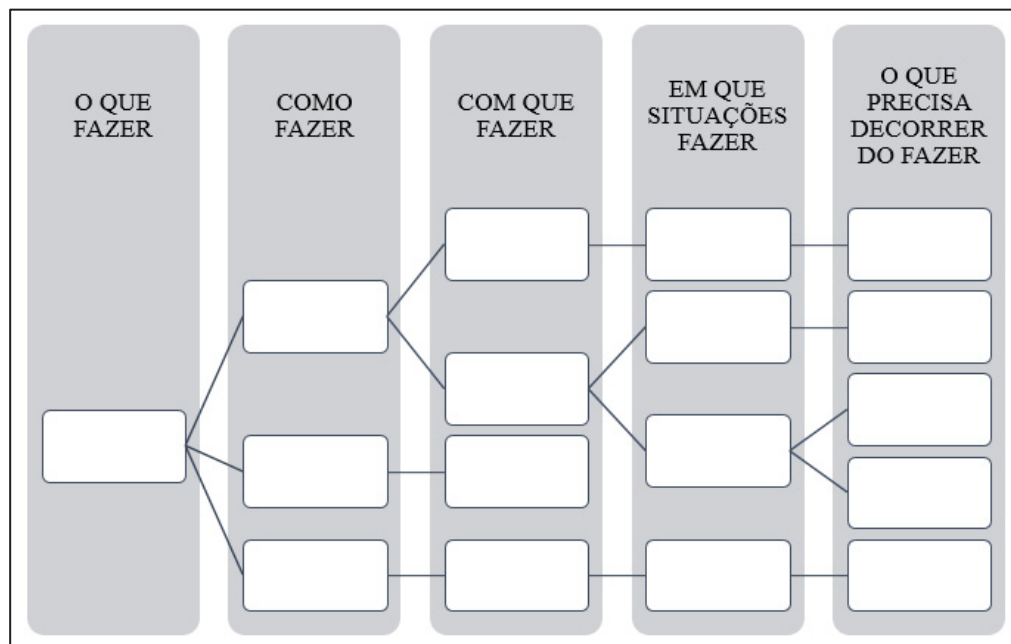


Figura 11: Representação do Protocolo de distribuição das classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários em níveis de abrangência com base nos critérios de abrangência expostos por Kienen (2008)

- (4) Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários obtidos por meio do processo de decomposição a partir da identificação de lacunas no mapa de ensino.

3. Procedimento

a. Proposição de classes de comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário” com base na fonte de informação selecionada

Para proposição das classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários foi utilizado um procedimento constituído pela seleção de cinco etapas descritas por De Luca (2008, 2013)⁷⁴.

Etapa 1: Selecionar e registrar trechos da obra utilizada como fonte de informações que apresentem características de possíveis componentes de classe de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários

As variáveis que foram observadas, selecionadas e registradas na obra utilizada como fonte de informação auxiliou a explicitar componentes dos comportamentos. Ou seja, foram selecionados e registrados trechos da obra escolhida como fonte de informação que apresentem informações sobre possíveis características de um dos componentes da classe de comportamento - classe de estímulos antecedentes, classe de respostas, classe de estímulos subsequentes e nome da classes de comportamentos.

Como critério, as seguintes definições foram adotadas para cada componente: 1) classe de estímulos antecedentes – estímulos discriminativos presentes no ambiente que indicam ao indivíduo que, ao apresentar comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários, é provável que seja reforçado; 2) classe de respostas – possíveis respostas apresentadas pelo indivíduo que constituem a classe geral de comportamentos autogestionários; 3) classe de estímulos subsequentes – possíveis resultados, produtos e efeitos ou aspectos que seguem a resposta emitida pelo indivíduo que apresenta comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários e 4) classe de comportamentos – comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários descritos por um

⁷⁴ De Luca (2008, 2013), por sua vez, baseou-se nos métodos de Mechner (1974 – data aproximada, citado por Kienen & Viecili, 2007), Botomé (1997b), Botomé e Gonçalves (1994), Kienen e Viecili (2007), Kienen (2008), Luiz (2008), Viecili (2008) e Garcia (2009).

verbo mais complemento que indiquem possíveis relações do indivíduo com o meio (De Luca, 2013).

Para registro dos trechos selecionados será preenchida a primeira coluna do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários. Como pode ser observado no seguinte exemplo:

Tabela 12

Exemplo de preenchimento do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários

| Trecho selecionado da obra selecionada como fonte de informação e página do trecho selecionado | Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes | Classe de comportamentos |
|--|---|----------------------------|---|---------------------------------|
| Trecho 42 “Quanto à motivação para o trabalho: promover motivação para o trabalho, motivar a si mesmo e aos outros para trabalhar no empreendimento, enfrentar situações de frustração, identificar causas de erros e fracassos, identificar alternativas” (Cortegoso, 2007, p.261) | | | | |

Etapa 2: Identificar e destacar, nos trechos selecionados, partes que contenham informações acerca das características de possíveis componentes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários

Na segunda etapa foi realizada a identificação e o destaque em negrito, nos trechos selecionados, das partes que contenham informações acerca dos possíveis componentes dos comportamentos. Essa etapa possui a função de auxiliar o programador de condições a identificar quais partes dos trechos selecionados informam possíveis características dos componentes da classe de comportamentos. Nessa etapa é utilizada a primeira coluna do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários com trechos já registrados na etapa anterior. Como pode ser observado no seguinte exemplo.

Tabela 13

Exemplo de preenchimento do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários

| Trecho selecionado da obra selecionada como fonte de informação e página do trecho selecionado | Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes | Classe de comportamentos |
|--|---|----------------------------|---|---------------------------------|
| Trecho 42 “Quanto à motivação para o trabalho: promover motivação para o trabalho, motivar a si mesmo e aos outros para trabalhar no empreendimento, enfrentar situações de frustração, identificar causas de erros e fracassos, identificar alternativas ” (Cortegoso, 2007, p.261) | | | | |

Etapa 3: Identificar e registrar possíveis componentes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários a partir das partes destacadas nos trechos selecionados da obra utilizada como fonte de informação

Na terceira etapa foram identificados e registrados os possíveis componentes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários a partir dos trechos selecionados e destacados na Etapa 1 e 2. Ao identificar os possíveis componentes foi avaliado se esse é referente a uma classe de estímulos antecedentes, classe de respostas, classe de estímulos consequentes ou a uma classe de comportamento. Com isso, é registrado o componente identificado na coluna referente a classe que esse compõe do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários, utilizando como critério as definições dos componentes da classe de comportamentos apresentada na Etapa 1. Como pode ser observado no seguinte exemplo.

Tabela 14

Exemplo de preenchimento do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários

| Trecho selecionado da obra selecionada como fonte de informação e página do trecho selecionado | Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes | Classe de comportamentos |
|--|---|------------------------------------|---|---------------------------------|
| Trecho 42 “Quanto à motivação para o trabalho: promover motivação para o trabalho, motivar a si mesmo e aos outros para trabalhar no empreendimento, enfrentar situações de frustração, identificar causas de erros e fracassos, identificar alternativas ” (Cortegoso, 2007, p.261) | | Promover motivação para o trabalho | | |

Etapa 4: Derivar e registrar possíveis componentes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários a partir das partes destacadas nos trechos da obra utilizada como fonte de informação

Nessa etapa será utilizado o Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários a partir da derivação do trecho identificado e registrado na Etapa 3. A função dessa etapa é auxiliar a proposição de comportamentos-objetivo com base nas obras selecionadas como fonte de informação, por meio de três perguntas orientadoras: 1) Quais são as possíveis classes de respostas envolvidas nesses comportamentos?; 2) Quais são as classes de estímulos antecedentes e consequentes que podem estar relacionados a probabilidade de ocorrência dessas classes de respostas?; 3) Em quais dimensões e valores esse comportamento-objetivo é apresentado?⁷⁵. Foi utilizado também como orientação para o processo de derivar e registrar os possíveis componentes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários as noções de comportamento, ambiente, respostas e cadeia comportamental. E, para a

⁷⁵ Essas perguntas foram elaboradas com base nos questionamentos de Botomé (1980) sobre os comportamentos humanos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

categorização das dimensões e valores será utilizado como base a tabela de variáveis reproduzida por De Luca (2013, p.44)⁷⁶.

Tabela 15

Tabela de variáveis que podem ser consideradas no exame de componentes do comportamento de um organismo reproduzida de De Luca (2013, p.44).

| Tipos de propriedades das classes de estímulos constituintes da situação antecedente (para cada organismo específico) | Propriedades das classes de respostas apresentadas por um organismo (em cada situação específica) | Tipos de propriedades das classes de estímulos constituintes da situação conseqüente (para cada organismo específico) |
|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Quanto às propriedades <ul style="list-style-type: none"> - Do ambiente físico - Sociais - Fisiológicas - Biológicas - Quanto à função <ul style="list-style-type: none"> - Facilitadores - Dificultadores - Impeditivos - Indicadores - Provocadores - Elicidores - Quanto à natureza do próprio estímulo <ul style="list-style-type: none"> - Aversivos - Gratificantes - Quanto à forma de percepção <ul style="list-style-type: none"> - Sonoros - Visuais - Gustativos - Táteis - Olfativos - Proprioceptivos - Quanto à complexidade <ul style="list-style-type: none"> - Simples - Compostos - Relacionais - Quanto à intensidade <ul style="list-style-type: none"> - Fraco - Forte - Muitos - Poucos - Evidente - Pouco evidente | <ul style="list-style-type: none"> - Quanto ao acesso <ul style="list-style-type: none"> - Públicas - Privadas (encobertas) - Quanto à localização predominante ou relevante <ul style="list-style-type: none"> - Motoras - Verbais - Fisiológicas <ul style="list-style-type: none"> - hormonais - musculares - neurológicas - bioquímicas - Quanto à frequência - Quanto à forma - Quanto à força ou intensidade - Quanto à duração - Quanto à latência - (...) | <ul style="list-style-type: none"> - Quanto às propriedades <ul style="list-style-type: none"> - Do ambiente físico - Sociais - Fisiológicas - Biológicas - Quanto à temporalidade <ul style="list-style-type: none"> - Imediatas - A médio prazo - A longo prazo - Quanto à relação de determinação com a resposta <ul style="list-style-type: none"> - Decorrentes - Subseqüentes - Concomitantes - Quanto ao grau de condicionamento <ul style="list-style-type: none"> - Já condicionadas - Não condicionadas - Incondicionadas - Quanto à natureza do próprio estímulo <ul style="list-style-type: none"> - Aversivos - Gratificantes - Quanto à complexidade <ul style="list-style-type: none"> - Simples - Compostos - Relacionais - Quanto à intensidade <ul style="list-style-type: none"> - Fraco - Forte - Muitos - Poucos - Evidente - Pouco evidente |

Com isso, como pode ser observado no exemplo, na etapa anterior o trecho selecionado possuía características da classe de respostas. A partir disso, foi derivado, com base nas perguntas orientadoras, as demais classes faltantes – classe de estímulos antecedentes, classe de estímulos conseqüentes e a classe de comportamento. E, como resultado final, foram caracterizadas as variáveis específicas dos estímulos

⁷⁶ De Luca (2013), por sua vez, reproduziu essa imagem de Kubo e Botomé (2011).

antecedentes, repostas e estímulos consequentes sistematizados conforme a consequência imediata, em médio prazo e ao longo prazo⁷⁷. Exemplo.

Tabela 16

Exemplo de preenchimento do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários

| Trecho selecionado da obra selecionada como fonte de informação e página do trecho selecionado | Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes | Classe de comportamentos |
|--|--|---|--|--------------------------|
| <p>Trecho 42 “Quanto à motivação para o trabalho: promover motivação para o trabalho, motivar a si mesmo e aos outros para trabalhar no empreendimento, enfrentar situações de frustração, identificar causas de erros e fracassos, identificar alternativas” (Cortegoso, 2007, p.261)</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Atividade do empreendimento econômico-solidário - Trabalho em andamento - Necessidades do empreendimento econômico-solidário | <p>Promover motivação para o trabalho</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Motivação para o trabalho promovida - Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico-solidário - Aumento da probabilidade do empreendimento econômico-solidário atender as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores - Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária promover novas relações interpessoais mais humanas e igualitárias - Aumento da probabilidade do empreendimento econômico-solidária se estabelecer como alternativa de trabalho, renda e formação | |

⁷⁷ A elaboração dessas categorias de caracterização do comportamento utilizou como base a dissertação de Sarmento (2013).

Etapa 5: Nomear possíveis classes de comportamentos a partir dos componentes dos comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários identificados ou derivados das partes destacadas nos trechos selecionados das obras utilizadas como fontes de informação, avaliar sua nomenclatura e, se necessário, aperfeiçoar

A partir da descrição dos componentes das classes de comportamentos, propostos ou derivados a partir dos trechos selecionados da fonte de informação, se tem informações suficientes para nomear possíveis classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários. O nome de uma classe de comportamento é composta por um verbo mais complemento que visa indicar a interação da resposta apresentada pelo indivíduo (descrita pelo verbo) com a classe de estímulos antecedentes e consequentes (descrita pelo complemento).

Os critérios que foram utilizados para a avaliação da nomenclatura dos possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários são: (a) Clareza: se as expressões utilizadas deixam o leitor/ouvinte sob o mesmo controle de variáveis que o escritor/falante; (b) Concisão: se o discurso é breve/sem a utilização de expressões desnecessárias desde que tal brevidade não comprometa a compreensão do leitor/ouvinte; (c) Completude: se o discurso apresenta todas as informações necessárias para a compreensão do leitor/ouvinte sobre as características do comportamento; (d) Indicação de interação: se explicita de maneira precisa a interação entre os componentes do comportamento; e (e) Forma: se o comportamento está apresentado no formato “verbo + complemento” (Krzyzanovski, 2019)⁷⁸. Os nomes propostos que não seguissem os critérios descritos, passariam por reformulações.

Para essa etapa foi utilizado o Protocolo de identificação, proposição e análise de possíveis nomes de classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários. Como pode ser visto no exemplo.

⁷⁸ Krzyzanovski (2019), por sua vez, se baseou em De Luca (2013), Kienen (2008) e Viecili (2008).

Tabela 17

Exemplo de preenchimento do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários

| Trecho selecionado da obra selecionada como fonte de informação e página do trecho selecionado | Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes | Classe de comportamentos |
|--|--|------------------------------------|--|--|
| Trecho 42 “Quanto à motivação para o trabalho: promover motivação para o trabalho, motivar a si mesmo e aos outros para trabalhar no empreendimento, enfrentar situações de frustração, identificar causas de erros e fracassos, identificar alternativas ” (Cortegoso, 2007, p.261) | <ul style="list-style-type: none"> - Atividade do empreendimento econômico-solidário - Trabalho em andamento - Necessidades do empreendimento econômico-solidário | Promover motivação para o trabalho | <ul style="list-style-type: none"> - Motivação para o trabalho promovida - Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico-solidário - Aumento da probabilidade do empreendimento econômico-solidário atender as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores - Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária promover novas relações interpessoais mais humanas e igualitárias - Aumento da probabilidade do empreendimento econômico-solidária se estabelecer como alternativa de trabalho, renda e formação | Promover motivação para o trabalho no empreendimento econômico-solidário |

b. Organização das classes de comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário” em um sistema comportamental

O objetivo desse procedimento é identificar, analisar e organizar as possíveis relações de abrangência e dependência entre as classes de comportamento constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários. A função de organizar as classes de comportamentos conforme seu nível de abrangência é ajustá-las ao princípio dos pequenos passos e da aprendizagem gradual, ou seja, essa etapa auxilia o programador de condições a estabelecer uma sequência de aprendizagem gradual, agradável, menos aversiva ao aprendiz e de forma com que diminuia a probabilidade de erros (Botomé,

1997b, 2011; Kienen, 2008; Vettorazzi et al., 2005). Também auxilia o programador de condições a identificar o grau de abrangência do programa, os meios adequados para realizar a aprendizagem, a medir, caracterizar, descrever e avaliar o progresso e o desempenho do aprendiz e do programa de condições ao longo do seu desenvolvimento (Botomé, 1997b, 2011; Kienen, 2008; Vettorazzi et al., 2005).

Etapa 1: Decompor classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários em comportamentos menos abrangentes

A partir da identificação das classes gerais de comportamento constituintes da classe mais geral de comportamentos autogestionários, as classes gerais foram decompostas em comportamentos menos abrangentes. A função dessa etapa é identificar comportamentos intermediários que constituam a sequência de aprendizagem. A organização e decomposição das classes de comportamento ocorreu com base na pergunta de Botomé (1997a, p.15): “O que o aluno necessita aprender para ser capaz de realizar as ações necessárias?”.

Por exemplo, ao organizar a classe “Promover motivação para o trabalho no empreendimento econômico-solidário” essa foi organizada como classe constituinte da classe “Identificar ações individuais desejáveis para o sócio-trabalhador” que, por sua vez, é constituinte da classe “Executar prática econômico-solidária planejada”, uma classe decomposta da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário”. O exemplo a seguir apresenta a organização de classes de comportamentos identificadas por meio de literatura e classes de comportamentos que foram decompostas a partir das lacunas encontradas.

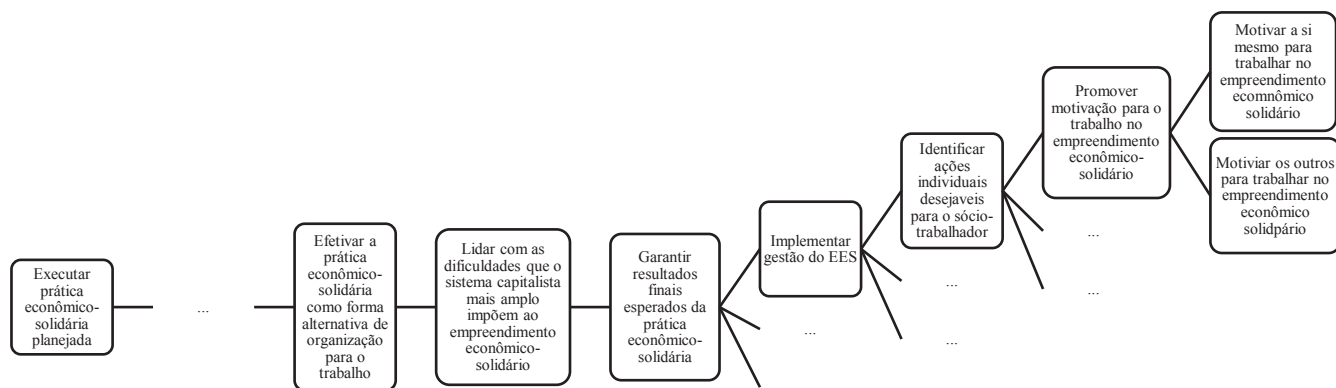


Figura 12: Exemplo de decomposição de classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários em comportamentos menos abrangentes

Etapa 2: Distribuir as classes gerais de comportamentos que constituem a classe geral de comportamentos autogestionários a partir da identificação do nível de abrangência

Para distribuir as classes gerais de comportamentos a partir da identificação do nível de abrangência foi utilizado o Protocolo de distribuição das classes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários em níveis de abrangência com base nos cinco critérios sistematizados por Kienen (2008): 1) o que fazer; 2) como fazer; 3) com o que fazer; 4) em que situações fazer e 5) o que precisa decorrer do fazer. Primeiramente a distribuição dos comportamentos foi realizada à mão, utilizando Post-it® de 5x4cm e uma placa de isopor, para que assim ficasse mais fácil o manuseio e a visualização dos comportamentos que descritos no Post-it®. Posteriormente, após a distribuição das classes gerais de comportamentos, a versão final foi digitalizada por meio do aplicativo Microsoft Office Visio® 2016. Como pode ser visto no exemplo.

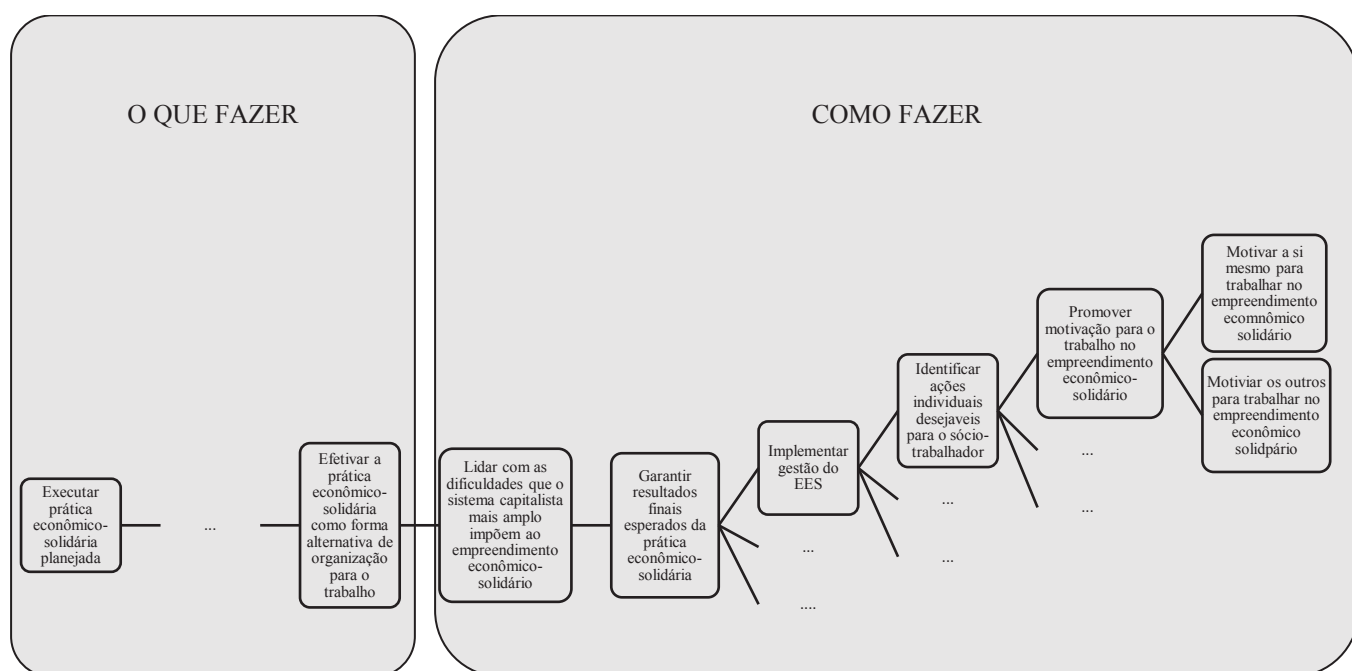


Figura 13: Exemplo de distribuição das classes gerais de comportamentos que constituem a classe geral de comportamentos autogestionários a partir da identificação do nível de abrangência

Etapa 3: Derivar e registrar possíveis componentes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários obtidos por meio do processo de decomposição a partir da identificação de lacunas no mapa de ensino

Nessa etapa será utilizado o Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários obtidos por meio do processo de decomposição a partir da identificação de lacunas no mapa de ensino. A função dessa etapa é auxiliar a proposição de comportamentos-objetivo com base nos comportamentos decompostos das lacunas identificadas no mapa de ensino. Foram utilizadas três perguntas orientadoras: 1) Quais são as possíveis classes de respostas envolvidas nesses comportamentos?; 2) Quais são as classes de estímulos antecedentes e consequentes que podem estar relacionadas a probabilidade de ocorrência destas classes de respostas?; 3) Em quais dimensões e valores esse comportamento-objetivo é apresentado?⁷⁹. Foi utilizado também como orientação para o processo de derivar e registrar os possíveis componentes de comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários as noções de comportamento, ambiente, respostas e cadeia comportamental.

⁷⁹ A elaboração dessas categorias de caracterização do comportamento utilizou como base a dissertação de Sarmiento (2013).

Tabela 18

Exemplo de preenchimento do Protocolo de observação de possíveis comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos autogestionários obtidos por meio do processo de decomposição a partir da identificação de lacunas no mapa de ensino

| Classe de comportamento decomposto a partir da lacuna identificada | Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes |
|---|--|--|--|
| Executar prática econômico-solidária planejada | <ul style="list-style-type: none"> - Planejamento anteriormente realizado para a inauguração do empreendimento econômico-solidário - Estatuto e regulamentações internas do empreendimento econômico-solidário, elaborado de forma democrática ou com a participação da maior quantidade possível de sócio-trabalhadores - Modelo de tomada de decisão (por ex: quantidade e tipos de assembleias) - Possíveis líderes do empreendimento econômico-solidário (por ex: quando um sócio-trabalhador motiva outro sócio-trabalhador a participar dos processos gestonários do empreendimento) - Variáveis relacionadas à saúde dos sócio-trabalhadores (por ex: taxa de taxa de absenteísmo) | <p>Executar prática econômico-solidária planejada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervir, de maneira bem-sucedida, no desenvolvimento da Economia Solidária como prática cultural • Implementar a Economia Solidária como alternativa a lógica capitalista • Implementar novo modo de organização social conforme os princípios da Economia Solidária • Implementar empreendimento econômico-solidário de modo a aumentar a sua probabilidade de sucesso • Implementar empreendimento econômico-solidário de forma compatível com os princípios da Economia Solidária no funcionamento rotineiro • Construir relações potencialmente relevantes para a prática econômico-solidária • Efetivar a prática econômico-solidária como forma alternativa de organização para o trabalho | <ul style="list-style-type: none"> - Empreendimento econômico-solidário autogerido de maneira bem-sucedida - Prática econômico-solidária conforme os princípios da Economia Solidária executada - Necessidades sociais da comunidade na qual o empreendimento econômico-solidário se insere atendidas - Prática econômico-solidária efetivada como prática cultural e movimento social - Prática econômico-solidária efetivada como alternativa a lógica capitalista - Aumento da clareza sobre o funcionamento da prática econômico-solidária - Aumento da probabilidade da produção e divulgação de conhecimento sobre Economia Solidária |

III

CARACTERÍSTICAS DA CLASSE GERAL “AUTOGERIR EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS”

A caracterização dos componentes de comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimentos econômico-solidário” possui como uma de suas decorrências, possibilitar ao programador de condições elaborar uma sequência de aprendizagem mais adequada aos objetivos do programa (Botomé, 1980; Cortegoso & Coser, 2011; Matos, 2001). Para isso, dois procedimentos gerais foram realizados: a) Proposição de classes de comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico solidário” com base nas fontes de informação selecionadas; e b) Organização das classes de comportamentos constituintes da classe geral de “Autogerir empreendimento econômico-solidário” em um sistema comportamental (Apêndice I) .

A proposição de classes de comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário” ocorreu com base em 53 trechos identificados na obra de Cortegoso (2007). Desses 53 trechos foi possível identificar 303 comportamentos (Apêndice II). Do processo de organização das classes de comportamentos foi possível decompor mais 243 comportamentos (Apêndice III). Disso, totalizou 546 classes de comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário”. Esses comportamentos foram distribuídos em níveis de abrangência conforme exposto por Kienen (2008) e organizados em um mapa de ensino.

Os nomes das classes de comportamentos foram agrupados em seis classes mais gerais derivadas da classe “Autogerir empreendimento econômico-solidário”, a saber: 1) Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática do empreendimento econômico-solidário; 2) Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário; 3) Executar prática econômico-solidária planejada; 4) Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário; 5) Produzir conhecimento sobre Economia Solidária; e 6) Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária, conforme é apresentado na Figura 14.

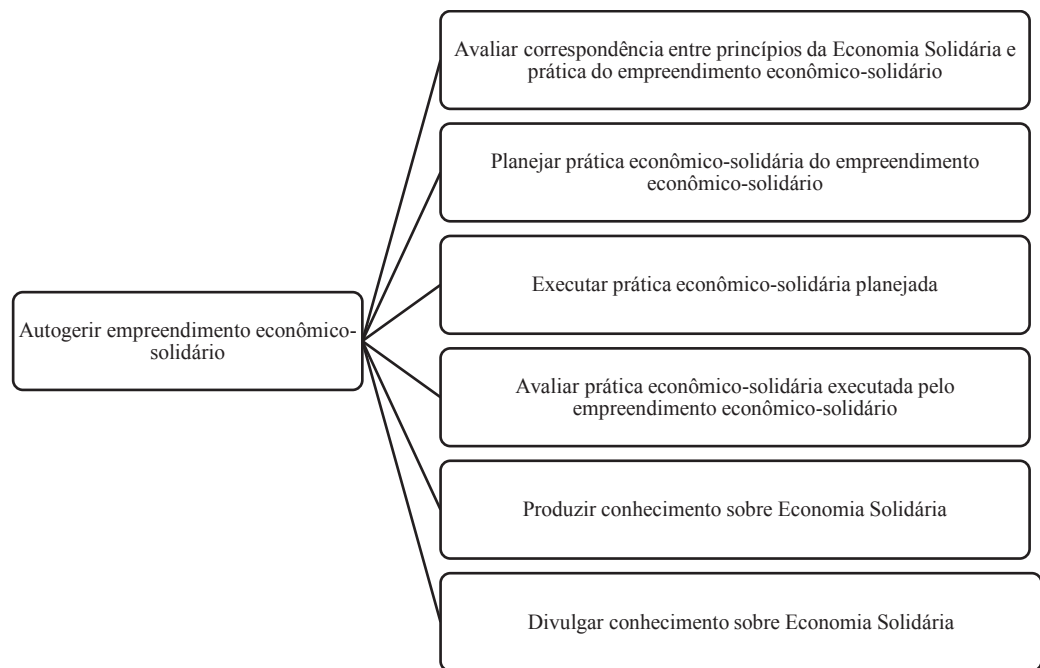


Figura 14: Representação da classe geral "Autogerir empreendimento econômico solidário" e suas seis subclasses mais gerais

Para a caracterização da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário” foi utilizado o conceito de autogestão como um modelo de gestão desenvolvido mediante a cooperação de várias pessoas, na qual lhes é conferido o poder decisório por meio da democracia radical (Carvalho, 2011; Follis, 1998; Lopes & Peixoto, 1999). A função da autogestão é realizar mudanças estruturais na organização e na sociedade na qual se desenvolve, configurando novos sentidos ao trabalho e inovação social (Carvalho, 2011; Follis, 1998; Lopes & Peixoto, 1999). Sua prática é fundamental nos empreendimentos econômico-solidários, no sentido que para ser econômico-solidário é necessário que seja autogestionário (Follis, 1998; Lisboa, 2005). Contudo, a autogestão pode ser desenvolvida fora do contexto autogestionário, ou seja, a Economia Solidária é autogestionária, mas a autogestão não é obrigatoriamente econômico-solidária (Lisboa, 2005).

A caracterização dos componentes da classe de comportamento “Autogerir empreendimento econômico-solidário” obtida por meio da análise e decomposição é apresentada na Tabela 19. Os componentes são: a classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes. A classe de respostas descreve possíveis respostas apresentadas pelo indivíduo que constituem a classe geral de

comportamentos “Autogerir empreendimento econômico-solidário” (De Luca, 2013). Nessa tabela, na coluna de classes de respostas estão apresentadas as classes mais gerais constituintes da classe de “Autogerir empreendimento econômico-solidário” já apresentadas na Figura 10.

A classe de estímulos antecedentes faz referência a estímulos discriminativos presentes no ambiente, os quais indicam ao indivíduo possíveis contingências de reforçamento (De Luca, 2013). Na Tabela 19 são apresentadas 13 classes de estímulos antecedentes, os quais têm sua natureza derivada dos produtos obtidos pelas respostas apresentadas nas classes gerais constituintes da classe geral. Ou seja, os estímulos antecedentes podem ser agrupados, de acordo com sua natureza, nas seguintes categorias: (1) conhecimentos sobre a Economia Solidária tanto em nível teórico como em nível prático; (2) modelos de decisão democráticos possíveis na prática econômico-solidária correspondentes aos conhecimentos obtidos; (3) prática econômico-solidária efetivada correspondendo a autogestão e aos princípios da Economia Solidária; (4) atualização e desenvolvimento constante da prática econômico-solidária; (5) conhecimentos produzidos sobre Economia Solidária que auxiliem a divulgação da prática desenvolvida pelo empreendimento como um modelo para outros empreendimentos.

Tabela 19

Caracterização dos componentes (classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Autogerir empreendimento econômico solidário”

| Autogerir empreendimento econômico-solidário | | |
|--|--|---|
| Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes |
| <p><i>Antecedentes externos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Necessidades sociais de comunidades, dos sócios-trabalhadores e de outros empreendimentos econômico-solidários - Princípios da Economia Solidária (por ex: solidariedade, associativismo, cooperativismo, divisão equitativa dos bens e autogestão) - Legislação, diretrizes e obrigações legais - Atores sociais e instituições de fomento da Economia Solidária - Rede de empreendimentos econômicos solidários - Empreendimentos econômico-solidários externos a Rede de empreendimentos econômico-solidários que influenciam na prática econômico-solidária (por ex: empreendimentos econômico-solidários que atendem a mesma demanda social) <p><i>Antecedentes internos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Sócio-trabalhadores (por ex: quantidade e características) - Processos e exigências administrativas (por ex: diretrizes e metas administrativas gerais – do EES – e de cada sócio-trabalhador, funções e cargos, existência de acordos democráticos sobre carga horária, logística de produtos – matérias primas, por ex –, logística do espaço do trabalho – organização física do EES) | <p>Autogerir empreendimento econômico-solidário</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar correspondência entre Princípios da Economia Solidária e a prática do empreendimento econômico-solidário • Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário • Executar prática econômico-solidária planejada • Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário • Produzir conhecimento sobre Economia Solidária • Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária | <p><i>Consequências políticas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Empreendimento econômico-solidário constituído considerando o estatuto e regulamentações internas do empreendimento econômico-solidário elaborado de forma democrática ou com a maior quantidade possível de sócio-trabalhadores - Princípios da Economia Solidária efetivados na prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário - Variáveis do significado de “trabalho” reinterpretadas pelos os sócio-trabalhadores - Aumento da autonomia do empreendimento econômico-solidário em relação a sua inserção no mercado capitalista <p><i>Consequências sociais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Resultados relevantes produzidos à comunidade, aos sócio-trabalhadores ou a outros empreendimentos econômico-solidários de modo a atender suas respectivas necessidades sociais - Autonomia local aumentada por meio de atribuição de responsabilidades sociais (por ex: quando todos são responsáveis pela produção de resultados significativos para a comunidade na qual se inserem) - Competitividade entre os empreendimentos econômico-solidários diminuída -Relações do empreendimento econômico-solidário com os atores sociais fortalecida |

| | | |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Políticas e aspectos financeiros do EES (por ex: modo de repartição dos excedentes, quantidade de dinheiro que será destinado a investimentos no próprio EES, quantidade de dinheiro que será investido na formação continuada dos sócio-trabalhadores, se o EES adotará a política de 13º) - Estatuto e regulamentações internas do empreendimento econômico-solidário, elaborado de forma democrática ou com a participação da maior quantidade possível de sócio-trabalhadores - Modelo de tomada de decisão (por ex: quantidade e tipos de assembleias) - Possíveis líderes do empreendimento econômico-solidário (por ex: quando um sócio-trabalhador motiva outro sócio-trabalhador a participar dos processos gestonários do empreendimento) - Variáveis relacionadas à saúde dos sócio-trabalhadores (por ex: taxa de absenteísmo) | | <ul style="list-style-type: none"> - Relações entre os empreendimentos econômicos-solidários fortalecidas, tanto internos quanto externos a rede - Redes de consumo solidário internas e externas ao empreendimento econômico-solidário estabelecidas - Sustentabilidade ambiental efetivada como preocupação do empreendimento econômico-solidário <p><i>Consequências individuais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Emancipação do sócio-trabalhador efetivada por meio de apropriação do poder e pela autonomia gerencial do empreendimento econômico-solidário - Aumento do sentimento de autonomia dos sócio-trabalhadores (por meio de, por ex, poder sair do EES para buscar os filhos na escola, ir ao médico, flexibilidade dos horários de entrada e saída, participar das assembleias, consideração às suas opiniões) - Desenvolvimento do repertório de sócio e de trabalhador dos indivíduos que compõem o empreendimento econômico-solidário - Viabilidade econômica do sócio-trabalhador efetivada por meio da prática econômico-solidária (por ex: conseguir, por meio de trabalho e renda no empreendimento, acessar a cidadania, manutenção da vida e sobrevivência) - Produção de resultados voltados a coletividade dos sócio-trabalhadores - Competitividade entre os sócio-trabalhadores diminuída - Relações dos sócio-trabalhadores entre si fortalecidas |
|--|--|---|

As classes de estímulos estão agrupadas em externas ao empreendimento econômico-solidário, enquanto outras são internas a ele. Os estímulos antecedentes externos fazem referência a variáveis externas ao empreendimento econômico-solidário (EES) com as quais o empreendimento deve lidar para efetivar a prática autogestionária,

podendo também auxiliar na elaboração de metas e objetivos do EES (Kaufman, 1977). Por exemplo, o estímulo antecedente externo à organização “necessidades sociais de comunidades, dos sócios-trabalhadores e de outros empreendimentos econômico-solidários”, pode se tornar uma meta ou objetivo quando o EES atua para atenuar as necessidades sociais da comunidade. Os estímulos antecedentes internos fazem referência a variáveis internas do EES e, geralmente, indicam aspectos que precisam ser alterados em sua atuação (Kaufman, 1977). Por exemplo, o estímulo antecedente interno “sócio-trabalhadores (por ex: quantidade e características)”, quando falta capacitação para os sócio-trabalhadores, cabe aos próprios sócio-trabalhadores do EES fornecer capacitação aos sócio-trabalhadores até que esses estejam aptos para realizar o trabalho proposto.

Mas considerando a natureza e externalidade dos estímulos antecedentes, três classes de estímulos antecedentes parecem ser mais relevantes para efetivar a prática autogestionária dentro do empreendimento econômico-solidário (EES). Uma vez que, se o EES não elaborar metas ou objetivos para lidar com esses três estímulos antecedentes, de acordo com as características que se apresentam, não é efetivada a prática autogestionária. O primeiro estímulo antecedente relevante para efetivar a prática autogestionária é “estatuto e regulamentações internas do empreendimento econômico-solidário, elaborado de forma democrática ou com a participação da maior quantidade possível de sócio-trabalhadores”. O estatuto assume um papel importante dentro do empreendimento econômico-solidário, já que é ele quem deve orientar as atividades dos sócio-trabalhadores, aspectos administrativos e financeiros, por exemplo: qual atividade vai ser exercida por cada grupo de sócio-trabalhadores, se haverá rotatividade de função/cargo, qual vai ser a divisão dos lucros e excedentes, qual vai ser o regime de horas de trabalho, quanto tempo é necessário que o sócio-trabalhador fique associado ao empreendimento para conseguir poder de voto nas assembleias, dentre outras decisões. Considerando o papel do estatuto, a sua elaboração por meio de prática democrática ou com a maior quantidade possível de trabalhadores, também é uma variável relevante, pois é um meio de garantir que a opinião de cada trabalhador será considerada, horizontalizando o poder e os aproximando de efetivar a prática autogestionária. Visto que é esperado da prática autogestionária superar a distinção entre quem toma as decisões e quem as executa (Follis, 1998).

O segundo estímulo antecedente relevante para efetivar a prática autogestionária é “modelo de tomada de decisão”. Essa variável é ampla e pode indicar desde o modelo democrático adotado pelo empreendimento, quantidade e periodicidade das assembléias, os indivíduos que participam das assembléias e até como são realizadas pequenas decisões diárias. Contudo, ao se deparar com esse estímulo antecedente interno, é necessário (para concretizar a autogestão) que o EES proponha metas e objetivos para efetivar as condições psicossociais. As “condições psicossociais”, categoria elaborada por Svartman et al. (2008), faz referência a participação democrática (especialmente via democracia radical) e a sensação de pertencimento do sócio-trabalhador ao empreendimento. Considerando que é fundamental a instauração de um espaço de fala e negociação de interesses, de modo que, aumente a sensação de pertencimento ao grupo e o desenvolvimento do papel de sócio-trabalhador (Svartman et al., 2008). O empreendimento econômico-solidário atua (ou deveria atuar) para efetivar as “condições psicossociais”, principalmente porque possuir uma estrutura de assembléias e conselhos não garante que se desenvolva a prática autogestionária.

O terceiro estímulo antecedente relevante para efetivar a prática autogestionária é “possíveis líderes do empreendimento econômico-solidário”. Discutir sobre liderança dentro dos empreendimentos econômico-solidários (EES) causa um estranhamento, já que estamos acostumados a pensar na figura do líder como sendo algo individual, como aquela única pessoa que guia os demais trabalhadores em direção aos objetivos da organização. Contudo, no contexto econômico-solidário autogestionário, é função do líder democrático⁸⁰ diminuir a dicotomia entre aqueles que “sabem” e aqueles que “não sabem”, tanto em nível técnico (de exercer o trabalho) quanto em nível organizacional (de gerir o empreendimento) (Veronese, 2011). A formação desses líderes democráticos ocorre de acordo com a formação continuada dentro do empreendimento econômico-solidário (EES), uma vez que todos os trabalhadores são gestores e desenvolvem comportamentos para gerir EES, mas um “gerir” sem oprimir aqueles que ainda não desenvolveram esses comportamentos de gestão (Veronese, 2011). Com isso, aqueles que assumem o papel de líder democrático dentro do EES devem auxiliar, por meio da prática coletiva descentralizada, a conduzir os rumos da organização/grupo (Veronese,

⁸⁰ Liderança democrática ou liderança solidária compartilhada ocorre, de acordo com Veronese (2011, p.102), quando “(...) cada um e todo o/a trabalhador/a pode ser um líder, incentivando, motivando, persuadindo, tomando decisões, ensinando e aprendendo com os companheiros”.

2011). Ou seja, ao se deparar com os “possíveis líderes do empreendimento econômico-solidário” é possível avaliar que tipo de liderança é exercida por eles, principalmente como um indicativo do desenvolvimento autogestionário do EES. Já que esses líderes podem adotar tanto uma postura heterogestionária quanto autogestionária.

Portanto, quando “estatuto e regulamentações internas do empreendimento econômico-solidário, elaborado de forma democrática ou com a participação da maior quantidade possível de sócio-trabalhadores”, “modelo de tomada de decisão” e “possíveis líderes do empreendimento econômico-solidário” adquirem a função de classe de estímulos antecedentes para o comportamento dos sócio-trabalhadores de um empreendimento econômico-solidário (EES), é possível concluir que é necessário, para efetivar a prática econômico-solidária autogestionária, que os sócio-trabalhadores dos EESs atuem considerando: (1) que o estatuto (elaborado democraticamente) é um indicativo de que os sócio-trabalhadores já estão realizando atuações conjuntas; (2) que a atuação do EES, descrita pelo estatuto, está de acordo com os aspectos administrativos, financeiros e legais acordados entre os sócio-trabalhadores de modo a atender as necessidades internas e externas do EES; (3) que o modelo de tomada decisão é um indicativo do grau de participação que os sócio-trabalhadores possuem no EES; (4) que é durante a tomada de decisão que se efetiva a condição psicossocial; (5) que o modo como os líderes democráticos auxiliam no processo de tomada de decisão, mesmo que fora das assembleias, são indicativos de quanto o repertório autogestionário está desenvolvido nos sócio-trabalhadores; e (6) que essas três classes de estímulos antecedentes juntas, são indicativos do grau que as relações autogestionárias se estabelecem pelos/entre os sócio-trabalhadores. Essas três classes de estímulos antecedentes, e suas respectivas variáveis, sinalizam para os sócio-trabalhadores e para a prática do empreendimento econômico-solidário que, uma vez que o comportamento dos sócio-trabalhadores fique sob controle desses estímulos, será possível obter resultados significativos que reforcem o comportamento de “autogerir empreendimento econômico-solidário”.

As classe de estímulos consequentes constituem possíveis resultados, produtos e efeitos ou aspectos que seguem a resposta emitida pelo indivíduo que apresenta comportamentos constituintes da classe geral de comportamentos “Autogerir empreendimento econômico solidário” (De Luca, 2013). Na Tabela 19 há 18 estímulos consequentes, agrupados em três categorias: consequências políticas, consequências

sociais e consequências individuais. O critério para agrupar as classes de estímulos consequentes nessas categorias foi a natureza e a abrangência dos resultados a serem obtidos. As classes de estímulos consequentes mais relevantes para a prática autogestionária são: 1) Empreendimento econômico-solidário constituído considerando o estatuto e regulamentações internas do empreendimento econômico-solidário elaborado de forma democrática ou com a maior quantidade possível de sócio-trabalhadores; 2) Emancipação do sócio-trabalhador efetivada por meio de apropriação do poder e pela autonomia gerencial do empreendimento econômico-solidário; 3) Aumento do sentimento de autonomia dos sócio-trabalhadores; e 4) Autonomia local aumentada por meio de atribuição de responsabilidades sociais.

Ao se deparar com “estatuto e regulamentações internas do empreendimento econômico-solidário, elaborado de forma democrática ou com a participação da maior quantidade possível de sócio-trabalhadores” (classe estímulo antecedente), o empreendimento econômico-solidário (EES) executa uma prática econômico-solidária correspondente ao que foi formulado no estatuto (classe de resposta), produzindo assim um “empreendimento econômico-solidário constituído considerando o estatuto e regulamentações internas do empreendimento econômico-solidário elaborado de forma democrática ou com a maior quantidade possível de sócio-trabalhadores” (classe de estímulo consequente). Ao obter, por meio da prática econômico-solidária autogestionária, como resultado um “empreendimento econômico-solidário constituído considerando o estatuto e regulamentações internas do empreendimento econômico-solidário elaborado de forma democrática ou com a maior quantidade possível de sócio-trabalhadores” é possível concluir que o EES efetivou a viabilidade econômica, sua capacidade administrativa e as condições psicossociais⁸¹.

Efetivar o empreendimento econômico-solidário (EES) em sua viabilidade econômica, ou seja, garantir minimamente um trabalho e renda satisfatórios aos sócio-trabalhadores pelo qual é possível a eles acessarem a cidadania, é relevante, uma vez que um dos principais motivos para os sócio-trabalhadores aderirem à Economia Solidária é completar ou necessitar de renda, o que causa dificuldades para a adesão de princípios do EES, como a distribuição equitativa de lucros (Coser & Cortegoso, 2008; SENAES, 2013). Garantindo a viabilidade econômica do EES é facilitado o

⁸¹ “Viabilidade econômica, “Capacidade administrativa” e “Condições psicossociais” são categorias elaboradas por Svartman et al. (2008).

desenvolvimento do repertório autogestionário, pois o acesso a cidadania (saúde, moradia, lazer, educação etc.) possibilita que o sócio-trabalhador possa desenvolver comportamentos autogestionários sem se preocupar com consequências financeiras mais diretas a sua renda familiar, por exemplo.

Por sua vez, efetivar o EES em sua capacidade administrativa é elaborar, nesse caso via estatuto e decisões democráticas, o planejamento organizacional do empreendimento no qual são apresentados os objetivos e metas do empreendimento, a linha de produção do empreendimento, de quem o EES irá consumir a matéria-prima, quem são os consumidores, o quanto e como será investido em capacitação e formação dos sócio-trabalhadores, entre outros aspectos. Garantir renda mínima, via viabilidade econômica, e garantir um planejamento organizacional elaborado democraticamente, via capacidade administrativa, propicia que os sócio-trabalhadores do empreendimento econômico-solidário possam apresentar mais comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário”. Como, por exemplo, comportamentos que efetivem as condições psicossociais e obter como consequência a “emancipação do sócio-trabalhador efetivada por meio de apropriação do poder e pela autonomia gerencial do empreendimento econômico-solidário”.

Obter como resultado a “emancipação do sócio-trabalhador efetivada por meio de apropriação do poder e pela autonomia gerencial do empreendimento econômico-solidário” é relevante, uma vez que, é essencial para a efetivação da prática autogestionária que ocorra a superação da distinção entre quem toma as decisões e quem as executa (Follis, 1998). Isso porque, o modelo antagônico à autogestão – a heterogestão – é baseado em poder e hierarquias, ou seja, práticas que perpetuam um modelo de relação no qual o funcionário subordinado a um superior, no qual há competitividade entre os funcionários e a gestão de pessoas ocorre como se essas fossem “recursos materiais” (Baptista, 2012). A superação das hierarquias e modelos de tomada de decisão geralmente impostos pela heterogestão, ou até mesmo pela co-gestão, é essencial para que outros resultados reforçadores sejam alcançados, por exemplo, o “aumento do sentimento de autonomia dos sócio-trabalhadores” e “autonomia local aumentada por meio de atribuição de responsabilidades sociais”.

Essas duas consequências, o “aumento do sentimento de autonomia dos sócio-trabalhadores” e “autonomia local aumentada por meio de atribuição de

responsabilidades sociais” são consequências reforçadoras diretas da efetivação da prática autogestionária. Uma vez que o trabalhador seja emancipado de sua posição de trabalhador e assuma o papel de **sócio-trabalhador**, ele desenvolve seu sentimento de autonomia pessoal, já que, muitas vezes, ele pode escolher seu horário de trabalho, a maneira que quer executá-lo, pode sair para ir ao médico ou levar seus filhos na escola, essa flexibilização do trabalho seguindo os princípios da Economia Solidária e da autogestão possibilitam o aumento do sentimento de autonomia dos sócio-trabalhadores (Dimov & Nóbrega, 2014). O que pode, muitas vezes, extrapolar o ambiente do empreendimento econômico-solidário (EES), fazendo com que o sócio-trabalhador assuma responsabilidades sociais relevantes para a sua comunidade aumentando assim a autonomia local. Na autonomia local a comunidade se vê capaz de solucionar ou amenizar suas situações-problemas por meio de grupos do bairro, ensino da Economia Solidária para demais moradores, participação em grupos sociais que lutam, por exemplo, pelo direito da mulher, LGBTQI+ ou questões raciais.

A caracterização dos componentes do comportamento (classe de estímulo antecedente, classe de resposta e classe de estímulo consequente) auxilia a compreensão da prática econômico-solidária autogestionária em três esferas. A primeira é que ao caracterizar quais são as variáveis que constituem a classe de comportamento “Autogerir empreendimento econômico-solidário” possibilita aproximar de uma definição do que é autogerir um empreendimento econômico-solidário. Principalmente porque uma boa definição é aquela na qual são especificadas as variáveis críticas que compõem o fenômeno, possibilitam eliminar ambiguidades, aclarar o significado, explicar teoricamente o princípio e influenciar as atitudes dos sócio-trabalhadores de modo a efetivarem a prática autogestionária conforme a definição (Copi, 1981; Wilson, 2001).

A segunda esfera das consequências decorrentes da caracterização dos componentes faz referência a uma das dificuldades de efetivar a autogestão sistematizadas por Coser e Cortegoso (2008), que é a prática autogestionária não se efetivar nos empreendimentos econômico-solidários por conta da baixa quantidade de estímulos e reforçadores positivos nas assembleias ou reuniões em grupo. A caracterização dos componentes dos comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário” possibilita, ao serem capacitados para isso e terem clareza de quais são os reforçadores associados a prática

autogestionária, que os sócio-trabalhadores planejem contingências de reforçamento para manter os comportamentos autogestionários no empreendimento, podendo assim solucionar ou amenizar essa dificuldade.

A terceira esfera das consequências decorrentes da caracterização dos componentes faz referência a atuação dos sócio-trabalhadores no empreendimento. Na qual sua atuação profissional é facilitada quando há clareza dos componentes que compõem a classe de comportamento, ou seja, torna possível que o sócio-trabalhador avalie, caracterize e/ou identifique aspectos do ambiente antecedente e posterior a sua ação com a finalidade de determinar as variáveis que influenciam seu comportamento (Kienen & Wolff, 2002; Krzyzanowski, 2019). Fazendo com que a sua atuação ocorra com base: 1) no conhecimento obtido a respeito das variáveis que interferem no comportamento - classe de estímulos antecedentes; 2) nos comportamentos definidos como parte da atuação - classe de respostas; 3) do planejamento das condições que propiciam o desenvolvimento desses comportamentos; e 4) das decorrências obtidas por meio da atuação realizada com base nos comportamentos propostos – classe de estímulos consequentes (Kienen & Wolff, 2002).

Neste capítulo, foi apresentada a caracterização da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário” em seus componentes. Foram apresentados 13 estímulos antecedentes indicativos de possíveis reforçadores, 18 estímulos consequentes que podem reforçar, caso adquiram a função de estímulos reforçadores, em diferentes graus a prática autogestionária na Economia Solidária e cinco classes mais gerais constituintes da classe geral. As classes mais gerais, “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária”, “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário”, “Executar prática econômico-solidária planejada”, “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário”, “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” e “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária”, são descritas mais detalhadamente nos capítulos subsequentes.

IV

CARACTERÍSTICAS DA CLASSE GERAL “AVALIAR CORRESPONDÊNCIA ENTRE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A PRÁTICA ECONÔMICO-SOLIDÁRIA”

A Economia Solidária é um modelo econômico que possui como variáveis críticas a autogestão, os princípios de solidariedade, relações igualitárias, cooperação, democracia, autonomia, distribuição equitativa de riquezas, valorização do atendimento à demandas sociais ao invés da maximização do lucro (Eid, 2004; Gaiger & Laville, 2009; Lisboa, 2005; Souza, 2010). Em 2012 foi proposto o Projeto de Lei nº 4.685/2012 que busca formalizar a prática econômico-solidária no território brasileiro. Esse projeto interpreta a Economia Solidária como uma política pública de estado, que seguiria os seguintes princípios: (1) administração democrática principalmente por meio de assembleias, (2) adesão dos sócios de forma livre e voluntária, (3) promoção de condições decentes de trabalho, (4) ser ambientalmente sustentável, (5) desenvolver atividades de cooperação entre os sócios e com outras cooperativas da rede, (6) inserção comunitária, (7) prática de preços justos, (8) respeito às diferenças e promoção da equidade, (9) exercício e demonstração de um modelo transparente de gestão e de distribuição dos resultados obtidos nas suas atividades e, por último, (10) estímulo a participação ativa de seus associados.

Mas mesmo com o Projeto de Lei nº 4.685/2012 e diversos artigos que buscam sistematizar o que constitui os princípios da Economia Solidária e da sua prática, foi possível observar, no tópico cinco do primeiro capítulo dessa dissertação, que uma grande parte dos artigos sistematizados apontam discordâncias na literatura sobre o que compõe a prática econômico-solidária. E ainda, outro fator que pode contribuir para essa discordância do que constitui a prática econômico-solidária é que alguns conhecimentos, os “saber-fazer”, elaborados nos empreendimentos econômico-solidários (EES), não são divulgados ou caracterizados para/por indivíduos externos ao EES ou sua rede, de modo a dificultar a sistematização do que ocorre de fato na prática econômico-solidária.

Ao somar essas duas variáveis - a discordância teórica do que é Economia Solidária e a falta de clareza do que e como ocorre a prática econômico-solidária dentro do EES - é possível não haver correspondência do que está descrito na teoria e o que

ocorre na prática. Como decorrência disso, levantou-se a possibilidade, que durante o processo de constituição de EES, exista uma etapa na qual os (potenciais) sócio-trabalhadores necessitem avaliar a correspondência entre os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária e a prática que será elaborada por eles. Isso, uma vez que a clareza e apropriação dos pressupostos da Economia Solidária pelos membros do EES é um fator propulsor para a elaboração de metas e desenvolvimento de comportamentos (Veronese, 2011). Por isso, a classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” é uma sistematização de quais comportamentos poderiam ser desenvolvidos no repertório dos sócio-trabalhadores de modo a aumentar a correspondência entre a prática econômico-solidária e o que é conhecido sobre ela.

Com isso, a classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” é a primeira classe intermediária a classe mais geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário”. Ela pode ser considerada como a primeira classe intermediária por ser composta de comportamentos mais conceituais que, geralmente, se desenvolvem antes de comportamentos mais complexos descritos em outras classes. A classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” é composta por 97 classes de comportamentos e a caracterização dos componentes dessa classe geral é apresentada na Tabela 20.

Tabela 20

Caracterização dos componentes (classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária”

| Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária | | |
|---|---|--|
| Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes |
| <ul style="list-style-type: none"> - Princípios da Economia Solidária - Diferentes modelos de prática econômico-solidária conforme regiões (por ex: regiões brasileiras ou em outros países) - Informações sobre o desenvolvimento histórico da Economia Solidária - Conhecimento já produzidos, sistematizados e divulgados sobre Economia Solidária - Existência, orientações e entendimentos dos atores sociais e instituições de fomento da Economia Solidária - Orientações e entendimentos de órgãos e serviços públicos destinados a auxiliar a prática econômico-solidária - Legislações, diretrizes e obrigações legais - Diferenças entre a prática capitalista e a prática econômico-solidária - Indivíduos já envolvidos na prática econômico-solidária que podem auxiliar na consolidação da prática - Conhecimento sobre comportamento e classes de comportamentos constituintes da prática econômico-solidária | <p>Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilizar conhecimento existente de modo criativo • Caracterizar a Economia Solidária • Diferenciar tipos de democracia • Caracterizar desenvolvimento histórico da Economia Solidária • Avaliar informações diversas obtidas sobre empreendimentos econômico-solidários • Adequar os conceitos da Economia Solidária com base nos conceitos utilizados pelos sócio-trabalhadores • Investigar sobre as propriedades das classes de comportamentos estabelecidas na prática econômico-solidária | <p><i>Consequências políticas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da probabilidade de autogerir o empreendimento econômico-solidário conforme os conhecimentos e princípios da Economia Solidária - Diferentes modos de se efetivar a prática econômico-solidária identificados - Influências histórico e geográficas da prática econômico-solidária identificadas <p><i>Consequências Sociais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Lacunas e /ou divergências no conhecimento relacionado a Economia Solidária identificadas - Diferentes conceitos utilizados na teoria e na prática da Economia Solidária identificados |

A classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” possui como as principais classes de estímulo antecedentes variáveis que fazem referência aos conhecimentos produzidos e divulgados por atores sociais, instituições de fomento, universidades e órgãos públicos. Essas instituições, por sua vez, são responsáveis por produzir e sistematizar conhecimentos – que também são estímulos antecedentes para componentes dessa classe – sobre: os diferentes modelos de prática econômica, as divergências entre o modelo capitalista e esses outros modelos econômicos, o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, entre outros. Perante isso, os sócio-trabalhadores apresentam comportamentos constituintes da classe de respostas, com o objetivo de obter, como classe de estímulos consequentes, conhecimento sobre os diferentes modos de efetivar a prática econômico-solidária e sobre as lacunas/divergências existentes no conhecimento sobre Economia Solidária.

As classes de comportamentos que constituem a classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” foram organizados em um mapa de ensino, como é apresentado na Figura 15, e posteriormente agrupados em seis conjuntos: (1) prática econômico-solidária e seus princípios; (2) prática democrática; (3) desenvolvimento histórico; (4) conhecimentos e fontes de informação sobre Economia Solidária; (5) adequar os conceitos da Economia Solidária para a realidade dos sócio-trabalhadores; e (6) investigar propriedades das classes do comportamento que constituem a prática econômico-solidária.



Figura 15: Representação da classe geral "Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária"

O primeiro conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 15 faz referência a caracterização da prática econômico-solidária e seus princípios. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 21. As principais classes de comportamento que compõe o

primeiro conjunto constituinte da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” são: “Diferenciar a prática econômico-solidária da prática capitalista”; “Identificar os princípios da Economia Solidária”; e “Identificar prática da Economia Solidária”.

Tabela 21

Nome das classes de comportamento (1-30) constituintes da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 15

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|---|
| 1 | Utilizar conhecimento existente de modo criativo |
| 2 | Identificar motivos para avaliar correspondência entre Princípios da Economia Solidária e a prática do empreendimento econômico-solidário |
| 3 | Caracterizar a Economia Solidária |
| 4 | Identificar características da Economia Solidária como movimento social |
| 5 | Conceituar movimento social |
| 6 | Identificar motivos para identificar características da Economia Solidária como movimento social |
| 7 | Identificar diferenças entre a prática econômico-solidária e a prática capitalista |
| 8 | Identificar similaridades entre a prática econômico-solidária e a prática capitalista |
| 9 | Identificar motivos para diferenciar a prática econômico-solidária da prática capitalista |
| 10 | Identificar características básicas de organizações |
| 11 | Conceituar organizações independente do contexto |
| 12 | Identificar características básicas da prática capitalista |
| 13 | Conceituar organizações sociais essencialmente competitivas |
| 14 | Conceituar empresas tradicionais |
| 15 | Identificar características básicas da Economia Solidária |
| 16 | Conceituar organizações sociais não essencialmente competitivas |
| 17 | Identificar princípios da Economia Solidária |
| 18 | Identificar motivos para identificar princípios da Economia Solidária |
| 19 | Conceituar adesão livre como um dos princípios da Economia Solidária |
| 20 | Conceituar participação econômica equitativa como um dos princípios da Economia Solidária |
| 21 | Conceituar solidariedade como um dos princípios da Economia Solidária |
| 22 | Conceituar associativismo como um dos princípios da Economia Solidária |
| 23 | Conceituar cooperação como um dos princípios da Economia Solidária |
| 24 | Conceituar autogestão como princípio da Economia Solidária |
| 25 | Descrever apropriadamente aspectos da Economia Solidária |
| 26 | Descrever apropriadamente os fenômenos da Economia Solidária |
| 27 | Identificar fenômenos da Economia Solidária |
| 28 | Descrever apropriadamente prática da Economia Solidária |
| 29 | Identificar prática da Economia Solidária |
| 30 | Identificar conjunto de atuações que contribuem para a prática econômico-solidária |

De acordo com alguns teóricos a lógica da Economia Solidária se opõe à lógica capitalista, uma vez que essa se opõe a exploração do trabalho e dos recursos naturais, considera o ser humano em sua integridade, busca estruturar uma nova perspectiva de

realidade, na qual a prática econômica é um meio de acessar qualidade de vida e sustento e, por último, a lucratividade máxima não é o objetivo da prática econômico-solidária (Cortegoso, Cia, & Lucas, 2008; Eid, 2004; Lisboa, 2005). Ou seja, na Economia Solidária o trabalho é ressignificado de modo que esse não visa o lucro em si, mas sim o acesso a cidadania, saúde e reinserção social (Cortegoso, Cia, & Lucas, 2008; Gaiger & Laville, 2009). Na prática econômico-solidária, o lucro obtido pelo empreendimento econômico-solidário serve como meio de reinvestir, renovar, expandir e sustentar economicamente o empreendimento e aqueles que o compõem, de maneira que o lucro seja subordinado ao atendimento das necessidades definidas pela coletividade de trabalhadores (Eid, 2004; Lisboa, 2005). Na lógica capitalista, por sua vez, um dos objetivos é a lucratividade máxima e isso ocorre, geralmente, por meio da alienação do trabalhador e da organização racional do capital e do trabalho (Lisboa, 2005).

“Diferenciar a prática econômico-solidária da prática capitalista” é essencial para o desenvolvimento do repertório do sócio-trabalhador. O sócio-trabalhador é aquele que assume (1) o papel de sócio - ocorre quando o indivíduo participa dos processos de tomada de decisão e gestão do empreendimento; (2) o de trabalhador - quando ele realiza atividades na organização para auxiliar na produção de bens ou de serviços ofertados pelo EES; e (3) o de indivíduo quando os comportamentos desenvolvidos no EES são generalizados para o âmbito da vida pessoal e também quando o indivíduo desenvolve vínculos de amizade e pertencimento na organização (Esteves, 2008). Contudo, o desenvolvimento desses papéis que o sócio-trabalhador assume pode ficar comprometido, conforme o desenvolvimento da prática econômico-solidária do empreendimento.

Azambuja (2009) ao caracterizar os valores ideológicos de sócio-trabalhadores de duas cooperativas de produção identificou a possibilidade de desenvolvimento de três perfis de sócio-trabalhadores: perfil de solidariedade⁸², perfil de assalariamento⁸³ e perfil de instrumentalização capitalista⁸⁴. O perfil de solidariedade expressa os valores e

⁸² O perfil de solidariedade é orientado pela ação social e pelo cooperativismo autogestionário (Azambuja, 2009).

⁸³ O perfil de assalariamento é orientado para garantir sua continuidade (principalmente financeira) no empreendimento, assume postura individualista e pratica o “coleguismo” (Azambuja, 2009).

⁸⁴ O perfil de instrumentalização capitalista é orientado pela consolidação econômica do empreendimento e pela inserção desse no mercado e atuando de modo meritocrático (Azambuja, 2009).

princípios fundamentais de Economia Solidária e é desenvolvido dentro da experiência autogestionária (Azambuja, 2009). Enquanto o perfil de instrumentalização capitalista apresenta valores opostos aos expressos pela Economia Solidária, uma vez que o objetivo do sócio-trabalhador desse perfil não é a horizontalização do poder, mas sim identificar meio de desenvolver economicamente o empreendimento dentro de uma lógica produtiva e competitiva (Azambuja, 2009). Ou seja, a forma com que o empreendimento desenvolve o modelo de gestão – autogestionário econômico solidário ou heterogestionário capitalista – afeta o desenvolvimento do papel e perfil dos indivíduos que compõem o empreendimento, podendo assim ser encontrado em empreendimentos indivíduos que não se desenvolveram como sócio-trabalhadores e não efetivaram as condições psicossociais associadas a prática econômico-solidária. Com isso, a relevância do comportamento “diferenciar a prática econômico-solidária da prática capitalista” reside em auxiliar não somente na transição do modelo heterogestionário para o autogestionário, mas também no desenvolvimento do papel do sócio-trabalhador.

Azambuja (2009) discute que esse “não desenvolvimento” do papel de sócio-trabalhador com perfil solidário não está diretamente ou somente associado a uma “falha” no repertório do indivíduo, mas que talvez sua prática econômica esteja guiada ou direcionada para executar uma prática econômica diferente da que é proposta teoricamente pela Economia Solidária. Mas será que os empreendimentos econômico-solidários que não propiciam o desenvolvimento de comportamentos referentes aos princípios da prática econômico-solidária podem ser denominados “econômico-solidários”? Ou seria mais adequado elaborar um termo similar ao de “cooperativas fraudulentas” ou “cooperfraudes” que façam referência a todos os tipos de empreendimentos que são fraudulentos, que dizem romper com a lógica capitalista, mas na prática a propagam? Ou ainda seria mais adequado dizer que esses empreendimentos que não desenvolvem a figura do sócio-trabalhador estão, na verdade, associados a outro modelo econômico, podendo esse ser o capitalista?

Para isso torna-se necessário aumentar a clareza do que são os princípios da Economia Solidária, ou seja, é necessário “Identificar os princípios da Economia Solidária” e “Identificar a prática da Economia Solidária”. Com base na organização das classes do comportamento identificadas durante os procedimentos propostos por essa pesquisa foi possível observar que “Identificar os princípios da Economia Solidária”

aumenta a probabilidade de desenvolver comportamentos nos quais se é efetivado os princípios teoricamente estipulados. E, de acordo com Veronese (2011), clareza e apropriação dos pressupostos da Economia Solidária pelos membros do EES é um fator propulsor para elaboração de metas e desenvolvimento de comportamentos.

Quanto a classe de comportamento “Identificar a prática da Economia Solidária” demonstra aumentar a probabilidade de desenvolver comportamentos que possibilitam avaliar a prática do empreendimento econômico-solidário, uma vez que possuindo conhecimento do que deve compor a prática econômico-solidária, é facilitada a identificação se essas variáveis estão presentes ou não no empreendimento. Veronese (2011) sistematiza algumas características que os empreendimentos econômico-solidários podem apresentar quando encontram-se em uma fase de desenvolvimento mais madura. De acordo com a autora, essas características são: (1) clareza e apropriação dos pressupostos da Economia Solidária; (2) participação ativa na rede de empreendimentos econômico-solidários; (3) presença de lideranças democráticas que facilitam o processo de tomada de decisão coletivo; (4) existência de conflitos interpessoais pertinentes ao processo coletivo de produção; (5) carga horária e local apropriado para o trabalho consolidados e decididos por meio do coletivo; (6) participação em eventos sobre Economia Solidária (por exemplo: fóruns municipais/estaduais de Economia Solidária); (7) preocupações com o bem-estar e saúde ocupacional dos sócio-trabalhadores; e (8) construção de perfil condizente com as práticas realizadas pelo empreendimento.

Gaiger, Ferrarini, e Veronese (2018) elaboraram também três critérios gerais que podem auxiliar a identificar o desenvolvimento do empreendimento econômico-solidário. O primeiro atributo geral faz referência a Atividade Econômica e seus cinco critérios de qualificação são: atividade econômica contínua; viabilidade econômica; capital de propriedade comum dos sócio-trabalhadores; envolvimento dos sócio-trabalhadores na gestão; e trabalho coletivo dos sócio-trabalhadores. O segundo atributo geral faz referência ao Compromisso Social e seus cinco critérios de qualificação são: distribuição equitativa dos ganhos e benefícios entre os membros; relações equânimes e colaborativas com terceiros; militância em causas sociais; ações de fortalecimento e transformação institucional; engajamento em movimentos de transformação social. O terceiro atributo geral é o de Gestão Democrática e seus cinco critérios de qualificação são: processo participativo de direção e administração; sócio-trabalhadores com a

mesma “quantidade” de poder; indiscriminação e igualdade social entre os membros; autonomia institucional; e envolvimento cotidiano dos sócio-trabalhadores nas decisões. As sistematizações realizadas por Veronese (2011) e Gaiger, Ferrarini, e Veronese (2018) são exemplos de literatura que podem ser utilizadas para desenvolver os comportamentos de “Identificar os princípios da Economia Solidária” e “Identificar a prática da Economia Solidária” e, por consequência, aumentar a probabilidade de desenvolver outros comportamentos constituintes das classes “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” e das classes gerais “Formular prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidária” e “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário”.

O segundo conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 15 faz referência a prática democrática. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 22. A principal classe de comportamento que compõe o segundo grupo constituinte da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” é: “Diferenciar tipos de democracia”. Cada prática democrática geralmente está associada a um modelo de gestão ou ao nível que é conferido de autonomia aos integrantes dos empreendimentos. A democracia radical, geralmente associada a prática autogestionária, ocorre quando todos os sujeitos interessados na tomada de decisão podem comparecer, debater e votar sobre as regras e leis administrativas, configurando assim poder direto aos sócio-trabalhadores (Monthé, 2009). A democracia participativa, geralmente associada a empreendimentos econômico-solidários ainda em consolidação ou a co-gestão, se dá geralmente em forma de assembleias, nas quais a tomada de decisões ocorre apenas com aqueles sócio-trabalhadores que “ganharam” o direito de participar da decisão (Monthé, 2009). Enquanto, a democracia representativa, geralmente associada a heterogestão e ao sistema capitalista, baseia-se na eleição de sujeitos para representar a comunidade nos processos decisórios (Monthé, 2009). Com isso, o comportamento “diferenciar tipos de democracia” auxilia no desenvolvimento do repertório autogestionário dos sócio-trabalhadores, uma vez que, ao diferenciar os tipos de democracia aumenta-se a probabilidade de escolher o modelo democrático mais condizente com princípios da Economia Solidária e com a prática do empreendimento.

Tabela 22

Nome das classes de comportamento (31-39) constituintes da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 15

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|---|
| 31 | Diferenciar tipos de democracia |
| 32 | Identificar prática democrática |
| 33 | Conceituar democracia |
| 34 | Identificar controle democrático exercido |
| 35 | Conceituar controle democrático |
| 36 | Identificar prática da democracia radical |
| 37 | Conceituar democracia radical |
| 38 | Identificar prática da democracia participativa |
| 39 | Conceituar democracia participativa |

O terceiro conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 15 faz referência ao desenvolvimento histórico da Economia Solidária. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 23. A principal classe de comportamento que compõe o terceiro conjunto constituinte da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” é: “Caracterizar desenvolvimento histórico da Economia Solidária”. Essa classe de comportamento é relevante, uma vez que, a prática econômico-solidária está envolvida em um contexto histórico e geográfico que pode afetar seu desenvolvimento e as variáveis que o compõe.

Tabela 23

Nome das classes de comportamento (40-46) constituintes da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 15

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|--|
| 40 | Caracterizar o desenvolvimento histórico da Economia Solidária |
| 41 | Avaliar o desenvolvimento histórico dos empreendimento econômico-solidário no Brasil |
| 42 | Identificar influência da história na prática econômico-solidária atual |
| 43 | Identificar pontos relevantes da trajetória da Economia Solidária no Brasil |
| 44 | Avaliar o desenvolvimento histórico do cooperativismo no Brasil |
| 45 | Identificar influência da história do cooperativismo nas cooperativas atuais |
| 46 | Identificar pontos relevantes da trajetória do cooperativismo no Brasil |

O desenvolvimento da Economia Solidária e da autogestão são resultados de desenvolvimento histórico e político (Benin & Benin, 2010). Elas estão em constante desenvolvimento tentando superar as limitações impostas pelo sistema capitalista no qual eles se inserem⁸⁵, tanto que, em esfera governamental, foram implantadas políticas públicas de apoio e/ou fomento a iniciativas econômico-solidárias (Benin & Benin, 2010). Contudo, de acordo com Benin e Benin (2010), a prática econômico-solidária ainda enfrenta dificuldades de ser efetivada dentro do sistema capitalista. Os autores discutem que o desenvolvimento da Economia Solidária surgiu como uma necessidade histórica ou como meio de se acumular experiências e projetos divergentes da lógica econômica dominante. O argumento principal dos autores para que a Economia Solidária possa ser interpretada como uma solução a uma necessidade histórica, é que essa, mesmo com desenvolvimento constante, ainda propaga elementos do cooperativismo tradicional, não condizente com o momento histórico-econômico atual. Ou seja, a Economia Solidária teria se desenvolvido para diminuir as crises causadas pela alta taxa de desemprego e para se efetivar como uma alternativa de renda ou trabalho, carecendo de um projeto atualizado para atuar com as novas demandas sociais (Benin & Benin, 2010). Indicando assim a necessidade de formular uma prática econômico-solidária atualizada, envolta do contexto histórico atual, afim de atender essas novas demandas sociais.

Quanto as influências geográficas existentes entre as diferentes práticas econômicas alternativas à lógica capitalista, se têm como exemplo o estudo de Ferrarini, Lavile, Hillenkamp, Gaiger, e Veronese (2018). Esse estudo compara o desenvolvimento de prática econômicas divergentes da prática capitalista desenvolvidas na Europa, América do Norte e no Brasil, e obtiveram como resultado que a Economia Solidária é um tipo de Economia Social com traços distintos da aplicada em outros países do hemisfério norte, como: autogestão, protagonismo dos indivíduos excluídos socialmente etc. Os autores identificaram três grupos de indicadores que diferenciam a prática econômico-solidária desenvolvida no Brasil. O primeiro grupo é de indicadores econômicos, referentes a hibridização da economia com a lógica de solidariedade do compromisso econômico, social e ambiental que os empreendimentos assumem nas comunidades que se inserem e a valorização do trabalho. O segundo grupo é de

⁸⁵ Alguns exemplos de características desenvolvidas ao longo do tempo com o intuito de superar essas limitações são: o desenvolvimento de redes de empreendimentos econômico-solidários, moedas sociais, clubes de troca, entre outros (Benin & Benin, 2010).

indicadores sociais, que fazem referência ao objetivo de transformação e reparação da comunidade na qual o empreendimento se insere, ao desenvolvimento solidário e democrático do empreendimento e aumento do nível de autonomia dos sócio-trabalhadores que compõem o empreendimento. Por último, o terceiro grupo, os indicadores políticos que se referem a dimensão pública do empreendimento, o papel de espaço político que o empreendimento assume para a comunidade e seu respectivo empreendedorismo institucional. É possível identificar as influências que o contexto geográfico possui no desenvolvimento da prática econômico-solidária, uma vez que existem diferentes variáveis identificadas nas práticas dessas “outras economias”. Com isso, “caracterizar desenvolvimento histórico da Economia Solidária” é relevante para a classe geral de “autogerir empreendimento econômico-solidário”, pois a Economia Solidária está em constante alteração por conta da influência das variáveis históricas e geográficas e, uma vez caracterizado o desenvolvimento dessa, aumenta-se a probabilidade de efetivar a prática econômico-solidária conforme as características esperadas para uma prática atualizada e condizente com as necessidades sociais locais.

O quarto conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 15 faz referência a identificação e avaliação de fontes de informação e seus respectivos conhecimentos. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 24. A principal classe de comportamento que compõe o quarto grupo constituinte da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” é: “Avaliar informações diversas obtidas sobre empreendimento econômico-solidário”.

Informações sobre os princípios e a prática econômico-solidária podem ser obtidos de diversas formas. “Avaliar informações diversas obtidas sobre o empreendimento econômico-solidário” auxilia não somente em “avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária”, mas também aumenta a probabilidade de “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário”. Alguns meios de se obter esses conhecimentos são via atividades governamentais, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Atlas da Economia Solidária do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) ou fóruns de grande escala, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Outras possíveis fontes de informação são outros empreendimentos econômico-solidários; instituições de fomento como ONGs,

associações e sindicatos; os Centros Nacionais de Formação e Apoio à Assessoria Técnica (CFES); e as universidades, principalmente via incubadoras.

Tabela 24

Nome das classes de comportamento (47-65) constituintes da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 15

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|---|
| 47 | Avaliar informações diversas obtidas sobre empreendimento econômico-solidário |
| 48 | Examinar fontes de informação sobre Economia Solidária no Brasil |
| 49 | Acessar informações diversas sobre empreendimento econômico-solidário |
| 50 | Avaliar fontes de informação identificadas |
| 51 | Identificar fontes de informação sobre Economia Solidária no Brasil |
| 52 | Avaliar materiais disponíveis na SENAES |
| 53 | Identificar materiais disponíveis na SENAES |
| 54 | Identificar características essenciais de empreendimento econômico-solidário de acordo com o SENAES |
| 55 | Avaliar informações disponíveis no Atlas da Economia Solidária |
| 56 | Identificar informações disponíveis no Atlas da Economia Solidária |
| 57 | Avaliar informações disponíveis do mapeamento da Economia Solidária |
| 58 | Identificar informações disponíveis do mapeamento da Economia Solidária |
| 59 | Avaliar informações disponíveis no FBES |
| 60 | Identificar características essenciais de empreendimento econômico-solidário de acordo com o FBES |
| 61 | Identificar conhecimento disponível sobre Economia Solidária |
| 62 | Avaliar conhecimento disponível sobre Economia Solidária nas ITCs |
| 63 | Identificar conhecimento disponível sobre Economia Solidária nas ITCs |
| 64 | Avaliar conhecimento disponível sobre Economia Solidária em outras instituições de fomento |
| 65 | Identificar conhecimento disponível sobre Economia Solidária em outras instituições de fomento |

Contudo alguns acontecimentos externos a prática do empreendimento-econômico solidário pode ter afetado os meios de acessar os conhecimentos sobre Economia Solidária e a qualidade desses conhecimentos. Um dos acontecimentos externos que pode influenciar em “Avaliar informações diversas obtidas sobre empreendimento econômico-solidário” é o fechamento da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG). Ou ainda a presidência de Jair Bolsonaro e as mudanças decorridas de sua gestão como: a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) sendo rebaixada a departamento; separação da prática econômico-solidária urbana e rural; e a extinção do Cadastro de Empreendimentos Econômico-solidários (CadSol). Essas mudanças são relevantes para a Economia Solidária, uma vez que, existem poucas instituições governamentais e formais fomentando sua prática, e ainda, as poucas que restaram, não atualizam os meios de divulgação de conhecimentos. Com isso, é relevante desenvolver o comportamento de

“Avaliar informações diversas obtidas sobre empreendimento econômico-solidário”, uma vez que as informações obtidas podem não ser representativas da prática econômico-solidária atual.

O quinto conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 15 faz referência adequar os conceitos utilizados nos materiais teóricos da Economia Solidária para a realidade do sócio-trabalhador. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 25. A principal classe de comportamento que compõe o quinto grupo constituinte da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” é: “Adequar os conceitos da Economia Solidária com base nos conceitos utilizados pelos sócio-trabalhadores”.

Tabela 25

Nome das classes de comportamento (66-73) constituintes da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 15

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|----|--|
| 66 | Adequar os conceitos da Economia Solidária com base nos conceitos utilizados pelos sócio-trabalhadores |
| 67 | Conferir conceitos da Economia Solidária no âmbito da coletividade |
| 68 | Avaliar correspondência entre conceituação realizada com base em materiais teóricos e a realizada com base na descrição da coletividade |
| 69 | Identificar motivos para desenvolver uma prática econômico-solidária correspondente a descrição da coletividade e dos materiais teóricos |
| 70 | Conceituar conceitos utilizados na prática econômico-solidária com base na descrição da coletividade |
| 71 | Identificar conceitos utilizados na prática econômico-solidária com base na descrição da coletividade |
| 72 | Conceituar conceitos utilizados na prática econômico-solidária com base em materiais teóricos |
| 73 | Identificar conceitos utilizados na prática econômico-solidária com base em materiais teóricos |

De acordo com Freire e Nogueira (1989) é comum na prática econômico-solidária, principalmente na educação continuada, que os sócio-trabalhadores sistematizem os conceitos utilizados no trabalho, na sua prática cotidiana, em “saber-fazer”. Os “saber-fazer” são conceitos elaborados pelo grupo social conforme esse entra em contato com a sua realidade, sem a necessidade de um instrutor ou professor (Freire & Nogueira, 1989). Contudo, os autores enfatizam que, ao intervir na realidade dos sócio-trabalhadores é necessário que o educador popular (por exemplo) sistematize e interprete cientificamente os saberes produzidos pelo grupo. Isso ocorre porque é provável que os conceitos aprendidos pelo educador popular sejam diferentes dos

conceitos elaborados pelos sócio-trabalhadores. Da mesma maneira que os conceitos podem mudar conforme grupo de sócio-trabalhadores e entre empreendimentos econômico-solidários. A partir dessa possível divergência entre os conceitos utilizados na prática econômico-solidária estipulada teoricamente e a executada na realidade dos sócio-trabalhadores que a classe de comportamento “Adequar os conceitos da Economia Solidária com base nos conceitos utilizados pelos sócio-trabalhadores” é interpretada como relevante.

O sexto conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 15 faz referência identificar as propriedades das classes de comportamento que constituem a prática econômico-solidária. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 26. A principal classe de comportamento que compõe o sexto grupo constituinte da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” é: “Investigar propriedades das classes de comportamento estabelecidas na prática econômico-solidária”.

“Investigar propriedades das classes de comportamento estabelecidas na prática econômico-solidária”, ou seja, caracterizar as classes de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes de classes de comportamento estabelecidas em contexto econômico-solidário é relevante para a classe geral. A relevância da classe de comportamento “Investigar propriedades das classes de comportamento estabelecidas na prática econômico-solidária” reside que, ao fazê-la, é possibilitado um aumento da clareza sobre o que constitui a prática econômico-solidária em si. No sentido que, a caracterização comportamental nesse caso, por exemplo, possibilita identificar os comportamentos esperados que os sócio-trabalhadores apresentem, as contingências de reforçamento presentes na prática econômico-solidária, auxilia a caracterizar o que é ou o que constitui a prática econômico-solidária.

Tabela 26

Nome das classes de comportamento (74-97) constituintes da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 15

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|--|
| 74 | Investigar propriedades das classes de comportamento estabelecidas na prática econômico-solidária |
| 75 | Descrever a prática econômico-solidária de modo comportamental |
| 76 | Descrever comportamentos em termos de relações comportamentais |
| 77 | Identificar especificidades do conceito de comportamento |
| 78 | Conceituar comportamento |
| 79 | Identificar especificidades do conceito de comportamento organizacional |
| 80 | Conceituar comportamento organizacional |
| 81 | Descrever práticas culturais entrelaçadas por meio do conceito de metacontingências |
| 82 | Descrever metacontingências |
| 83 | Identificar aplicabilidade do conceito de metacontingência |
| 84 | Conceituar metacontingência |
| 85 | Identificar classes de comportamentos gerais relevantes para a prática econômico-solidária |
| 86 | Descrever os comportamentos dos indivíduos que fazem parte dos empreendimento econômico-solidário |
| 87 | Identificar os comportamentos dos indivíduos que fazem parte dos empreendimento econômico-solidário |
| 88 | Identificar os comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a prática econômico-solidária |
| 89 | Descrever os comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência de características da Economia Solidária |
| 90 | Identificar os comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência de características da Economia Solidária |
| 91 | Descrever os comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência dos próprios empreendimentos econômico-solidário |
| 92 | Identificar os comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência dos próprios empreendimentos econômico-solidário |
| 93 | Identificar os comportamentos de outras organizações que contribuem para a prática econômico-solidária |
| 94 | Descrever os comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência de características da Economia Solidária |
| 95 | Identificar os comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência de características da Economia Solidária |
| 96 | Descrever os comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência dos próprios empreendimentos econômico-solidário |
| 97 | Identificar os comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência dos próprios empreendimentos econômico-solidário |

Por fim, a classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária” é relevante para “Autogerir empreendimento-econômico-solidário” um vez que a apresentação de comportamentos dessa classe decorre de uma possível discordância (teórico-prática) sobre a prática econômico-solidária e também porque auxilia no desenvolvimento do repertório do sócio-trabalhador, indica (a depender dos resultados obtidos) que a Economia Solidária precisa ser constituída de uma definição clara, precisa e constantemente atualizada, propiciando assim que seja necessário produzir e divulgar mais conhecimento sobre a

prática econômico-solidária. Além de ser um estímulo antecedente para a classe geral
“Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário”.

V
**CARACTERÍSTICAS DA CLASSE GERAL “PLANEJAR PRÁTICA
ECONÔMICO-SOLIDÁRIA DO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO-
SOLIDÁRIO”**

Não existe fórmula exata e correta para elaborar um empreendimento econômico-solidário. Geralmente, ao “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário”, o que têm como ponto de partida são informações sobre a prática econômico-solidária e as características que a compõem. Por isso, considerando a organização do sistema comportamental, o sócio-trabalhador desenvolveu primeiramente os comportamentos constituintes da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária”, viabilizando a possibilidade de desenvolver os comportamentos constituintes da segunda classe geral. Ou seja, formular uma prática econômico-solidária condizente com as necessidades sociais e características do local no qual o empreendimento econômico-solidário irá se inserir (Tabela 25).

Conforme está apresentado na Tabela 25, a classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” possui como as principais classes de estímulo antecedentes variáveis que fazem referência aos resultados obtidos pela classe de geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária”, a caracterização das necessidades sociais, dos possíveis sócio-trabalhadores, de outros empreendimentos econômico-solidários, e variáveis relacionadas a processos administrativos e financeiros. Perante a isso, os sócio-trabalhadores apresentam comportamentos constituintes da classe de respostas, com o objetivo de obter, como classe de estímulos consequentes, um empreendimento econômico-solidário formulado para efetivar os princípios da Economia Solidária, de modo a ser um exemplo para outros empreendimentos que buscam efetivar a Economia Solidária, que atenda ou amenize as necessidades sociais, que seja elaborado de modo democrático com a participação da maior quantidade possível de sócio-trabalhadores e, desse modo, ser bem sucedido na prática autogestionária. Ser “bem-sucedido” na prática autogestionária significa atuar de modo autogestionário, horizontal, democrático nas decisões coletivas configurando caráter ativo aos sócio-trabalhadores, garantir a sobrevivência da organização, dos sócio-trabalhadores e da cultura autogestionária econômico-solidária.

Tabela 27

Caracterização dos componentes (classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário”

| Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário | | |
|---|--|---|
| Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes |
| <p>- Conhecimentos identificados relacionados a prática econômico-solidária</p> <p>- Princípios da Economia Solidária (por ex: solidariedade, associativismo, cooperativismo, divisão equitativa dos bens e autogestão)</p> <p>- Necessidades sociais existentes em comunidades, dos sócios-trabalhadores ou de outros empreendimentos econômico-solidários</p> <p>- Legislação, diretrizes e obrigações legais</p> <p>- Possíveis sócio-trabalhadores que podem se engajar no empreendimento econômico-solidário</p> <p>- Rede de empreendimentos econômicos solidários</p> <p>- Empreendimentos econômico-solidários externos a Rede de empreendimentos econômico-solidários que podem influenciar na prática econômico-solidária (por ex: empreendimentos econômico-solidários que atendem a mesma demanda social)</p> <p>- Processos e exigências administrativas (por ex: diretrizes e metas administrativas gerais do EES e de cada sócio-trabalhador, funções e cargos, existência de acordos democráticos sobre carga horária, logística de produtos – matérias primas –, logística do espaço do trabalho – organização física do EES)</p> <p>- Políticas e aspectos financeiros do</p> | <p>Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário</p> <ul style="list-style-type: none"> • Propor a constituição de um empreendimento econômico-solidário que seja viável, relevante e compatível com os princípios da Economia Solidária • Propor constituição de um empreendimento econômico-solidário compatível com as exigências legais, necessidades sociais, recursos humanos e materiais acessíveis • Derivar propostas práticas de ação para empreendimento econômico-solidário • Planejar empreendimento econômico-solidário em termos de suas características gerais | <p><i>Consequências políticas:</i></p> <p>- Aumento da probabilidade de, quando formulado conforme os princípios da Economia Solidária, o empreendimento econômico-solidário sirva como exemplo para outros empreendimentos</p> <p>- Aumento da probabilidade de autogerir o empreendimento econômico-solidário de maneira bem-sucedida</p> <p>- Aumento da probabilidade de se efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios da Economia Solidária</p> <p>- Empreendimento econômico-solidário formulado conforme legislação, diretrizes e obrigações legais</p> <p><i>Consequências sociais:</i></p> <p>- Aumento da probabilidade de o empreendimento econômico-solidário atender as necessidades sociais da comunidade na qual se insere</p> <p>- Empreendimento econômico-solidário elaborado, por meio de processo democrático, considerando as exigências administrativas, políticas e aspectos financeiros</p> <p>- Empreendimento econômico-solidário formulado de maneira democrática com a participação da maior quantidade de sócio-trabalhadores possível</p> <p>- Empreendimento econômico solidário formulado considerando</p> |

| | | |
|---|--|---|
| <p>EES (por ex: modo de repartição dos excedentes, quantidade de dinheiro que será destinado a investimentos no próprio EES, quantidade de dinheiro que será investido na formação continuada dos sócio-trabalhadores, se o EES adotará a política de 13º)</p> <p>- Estatuto e regulamentações internas do empreendimento econômico-solidário, elaborado de forma democrática ou com a participação da maior quantidade possível de sócio-trabalhadores</p> | | <p>as necessidades sociais da comunidade</p> <p><i>Consequências individuais:</i></p> <p>- Empreendimento econômico solidário formulado considerando as necessidades sociais dos sócio-trabalhadores (por ex: o empreendimento assumir a função de reinserção social, meio de capacitação profissional, meio de acesso a saúde, meio de acesso a renda)</p> |
|---|--|---|

As classes de comportamentos que constituem a classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” foram organizados em mapa de ensino, como é apresentado na Figura 16, e posteriormente agrupados em sete conjuntos: (1) propor constituição do empreendimento econômico-solidário, (2) distinguir tipos de empreendimentos, (3) identificar características que compõem a rede de empreendimentos econômico-solidários, (4) organizar atividades econômicas em forma de autogestão, (5) compromissos assumidos pelo empreendimento econômico-solidário como serviço e meio de atender as necessidades sociais, (6) atender as exigências legais e relevância dos atores sociais, e (7) definir o processo de decisão e de formação dos sócio-trabalhadores.

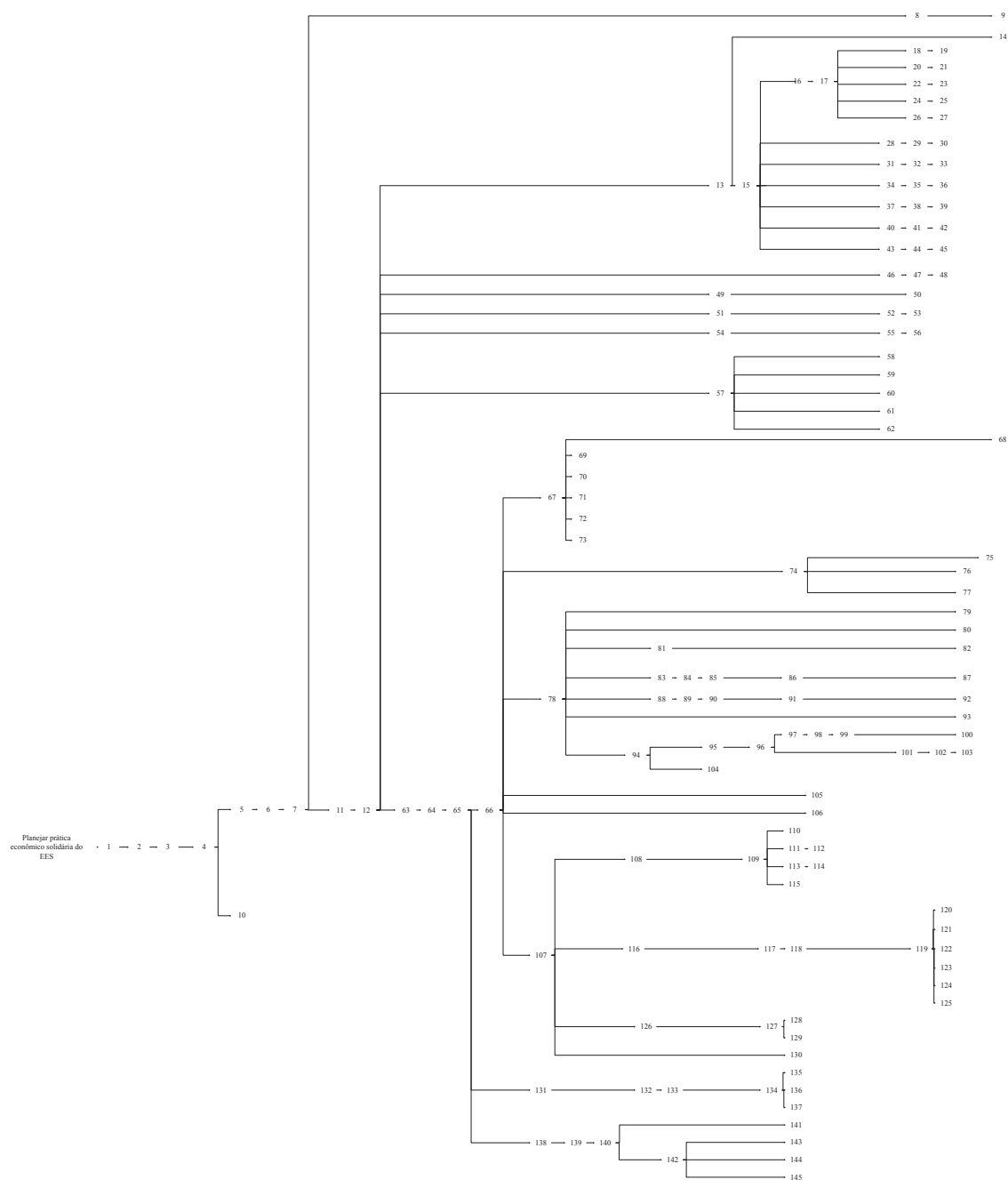


Figura 16: Representação da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário”

O primeiro conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 16 faz referência a proposição do empreendimento econômico-solidário. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse grupo estão descritos na Tabela 26. A principal classe de comportamento que compõe o primeiro conjunto constituinte da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário”, no sentido de que é crucial que ocorra o desenvolvimento de

comportamento para que a classe mais geral se desenvolva, é: “Propor a constituição de um empreendimento econômico-solidário que seja viável, relevante e compatível com os princípios da Economia Solidária” e “Propor a constituição de um empreendimento econômico-solidário compatível com exigências legais, necessidades sociais, recursos humanos e materiais acessíveis”.

Tabela 28

Nome das classes de comportamento (01-10) constituintes da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 16

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|----|--|
| 1 | Propor a constituição de um empreendimento econômico-solidário que seja viável, relevante e compatível com os princípios da Economia Solidária |
| 2 | Propor a constituição de um empreendimento econômico-solidário compatível com exigências legais, necessidades sociais, recursos humanos e materiais acessíveis |
| 3 | Derivar propostas práticas de ação para empreendimento econômico-solidário |
| 4 | Planejar empreendimento econômico-solidário em termos de suas características gerais |
| 5 | Planejar características essenciais do empreendimento econômico-solidário |
| 6 | Implementar novo modo de organização social conforme os princípios da Economia Solidária |
| 7 | Caracterizar perspectiva de mudança cultural a ser produzida por meio da Economia Solidária |
| 8 | Identificar classes de comportamentos relevantes para o processo de apoio, constituição e implementação do empreendimento econômico-solidário |
| 9 | Identificar motivos para formular prática econômico-solidária |
| 10 | Planejar finalidades essenciais do empreendimento econômico-solidário |

A proposição de um empreendimento econômico-solidário geralmente não ocorre de maneira isolada. Nessa etapa possíveis sócio-trabalhadores buscam agências de incubação (ou outros atores sociais de formação) para auxiliá-los no planejamento do empreendimento (Coser & Cortegoso, 2008). Contudo, essa prática também é uma hipótese das variáveis que dificultam efetivar a autogestão nos empreendimentos econômico-solidários (Coser & Cortegoso, 2008). Isso ocorre porque os empreendimentos geralmente buscam apoio, capacitação ou assessoria somente no início do empreendimento ou em casos de extrema necessidade, rompendo assim com a educação continuada, a qual poderia facilitar o desenvolvimento do repertório autogestionário (Coser & Cortegoso, 2008).

No entanto, a proposição de um empreendimento econômico-solidário em aspectos de viabilidade, relevância, compatibilidade com os princípios da Economia

Solidária, com as exigências legais, com as necessidades sociais, com os recursos humanos e materiais acessíveis é uma etapa essencial a ser realizada pelo grupo de sócio-trabalhadores (Cortegoso et al., 2008). Essa atividade de proposição do empreendimento econômico-solidário (EES) ocorre com base, de acordo com a organização do sistema comportamental e em Cortegoso et al. (2008), nos conhecimentos obtidos acerca da prática econômico-solidária e do modo que são utilizados conceitos e linguagem relacionados a esses na comunidade na qual o EES irá se inserir. Isso porque, a partir do desenvolvimento da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária”, é possível que o sócio-trabalhador participe de forma livre e esclarecida dos processos de tomada de decisão e sobre a proposta de elaboração de um EES (Cortegoso et al., 2008).

Ainda é por meio do desenvolvimento das classes de “propor a constituição de um empreendimento econômico-solidário que seja viável, relevante e compatível com os princípios da Economia Solidária” e de “propor a constituição de um empreendimento econômico-solidário compatível com exigências legais, necessidades sociais, recursos humanos e materiais acessíveis”, que os sócio-trabalhadores decidem democraticamente sobre as normas de funcionamento do empreendimento econômico-solidário (EES) (Cortegoso et al., 2008). Nessas classes também possibilitam que os sócio-trabalhadores indiquem os comportamentos esperados dos sócio-trabalhadores que irão compor o EES, as consequências estipuladas para manter esses comportamentos, outras consequências para os sócio-trabalhadores que apresentem comportamentos contrários ou incondizentes as combinações elaboradas no grupo (Cortegoso et al., 2008). E também desenvolvem meios de cumprir a legislação, de minimizar os conflitos e de efetivar os princípios da Economia Solidária (Cortegoso et al., 2008).

Com isso, ao desenvolver as classes de “propor a constituição de um empreendimento econômico-solidário que seja viável, relevante e compatível com os princípios da Economia Solidária” e de “propor a constituição de um empreendimento econômico-solidário compatível com exigências legais, necessidades sociais, recursos humanos e materiais acessíveis”, torna-se possível “executar prática econômico-solidária planejada”, de modo que o empreendimento econômico-solidário (EES) se insira no mercado capitalista sem que sua prática econômico-solidária seja afetada. Ou seja, a proposição e/ou planejamento de um EES aumenta a probabilidade que a prática

econômico-solidária executada por esse atue dentro da lógica capitalista, mas ainda de acordo com os princípios da Economia Solidária, da autogestão e de suas normas internas.

O segundo conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 16 faz referência aos tipos de empreendimentos econômico-solidários. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 27. A principal classe de comportamento que compõe o segundo conjunto constituinte da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” é: “Distinguir tipos de empreendimento econômico-solidário”. Os tipos de empreendimento econômico-solidários geralmente são grupos informais, associações, cooperativas e sociedades mercantis (Projeto de Lei nº 4.685/2012; SENAES, 2013). O modelo de associação e cooperativa são os mais comuns, estes possuindo 11.823 e 1.740 empreendimentos respectivamente (SENAES, 2013). A relevância da classe “distinguir tipos de empreendimento econômico-solidário” provém da especificidade que esses modelos podem adotar, por exemplo, as diretrizes legais para cooperativas propostas na Lei Geral do Cooperativismo nº 5.764/1971.

Tabela 29

Nome das classes de comportamento (11-45) constituintes da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 16

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|---|
| 11 | Analisar viabilidade do empreendimento econômico-solidário |
| 12 | Caracterizar a situação na qual o empreendimento econômico-solidário está envolvido |
| 13 | Distinguir tipos de empreendimento econômico-solidário |
| 14 | Identificar motivos para distinguir os tipos de empreendimento econômico-solidário |
| 15 | Identificar tipos de empreendimento econômico-solidário |
| 16 | Diferenciar empreendimentos cooperativos das práticas tradicionais de hierarquização das relações de trabalho |
| 17 | Diferenciar tipos de cooperativa (cooperativas populares e cooperativas fraudulentas) |
| 18 | Identificar características que compõem uma cooperativa |
| 19 | Conceituar cooperativas |
| 20 | Identificar cooperativas populares |
| 21 | Conceituar cooperativas populares |
| 22 | Identificar cooperativas fraudulentas |
| 23 | Conceituar cooperativas fraudulentas |
| 24 | Identificar empreendimentos do grande cooperativismo |
| 25 | Conceituar o grande cooperativismo |
| 26 | Identificar cooperativas populares como um empreendimento econômico-solidário |
| 27 | Conceituar cooperativas populares como um empreendimento econômico-solidário |
| 28 | Identificar características que compõem uma associação |
| 29 | Identificar associações como um empreendimento econômico-solidário |
| 30 | Conceituar associações como um empreendimento econômico-solidário |
| 31 | Identificar características que compõem um grupo informal |
| 32 | Identificar grupo informal como um empreendimento econômico-solidário |
| 33 | Conceituar grupo informal como um empreendimento econômico-solidário |
| 34 | Identificar características que compõem uma sociedade mercantil |
| 35 | Identificar sociedade mercantil como um empreendimento econômico-solidário |
| 36 | Conceituar sociedade mercantil como um empreendimento econômico-solidário |
| 37 | Identificar características que compõem uma organização de finanças solidárias |
| 38 | Identificar organizações de finanças solidárias como um empreendimento econômico-solidário |
| 39 | Conceituar organizações de finanças solidárias como um empreendimento econômico-solidário |
| 40 | Identificar características que compõem uma empresa autogestionária |
| 41 | Identificar empresas autogestionárias como um empreendimento econômico-solidário |
| 42 | Conceituar empresas autogestionárias como um empreendimento econômico-solidário |
| 43 | Identificar características que compõem um clube de troca |
| 44 | Identificar clubes de troca como um empreendimento econômico-solidário |
| 45 | Conceituar clubes de troca como um empreendimento econômico-solidário |

O terceiro conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 16 faz referência a identificação de redes de empreendimentos econômico-solidários. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 28. A principal classe de comportamento que compõe o terceiro conjunto constituinte da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” é: “Identificar características que compõem as redes de empreendimento econômico-solidário”.

“Identificar características que compõem as redes de empreendimento econômico-solidário” é relevante, pois ao planejar a inserção do empreendimento econômico-solidário (EES) na rede de EES é possível efetivar os princípios da Economia Solidária em grande escala. Ou seja, identificar características de uma rede e planejar a inserção do EES nessa rede, aumenta a probabilidade do EES atuar em diversas iniciativas da Economia Solidária, viabilizando sua atividade produtiva, propagando o consumo solidário em cadeia e aumentando a defesa política da prática econômico-solidária (Cortegoso et al., 2008). Isso porque a rede de empreendimentos econômico-solidários é uma organização política de resistência ao modo de produção capitalista, que permite que os sócio-trabalhadores amenizem dificuldades do EES, que sem a existência da rede seriam mais ameaçadoras (Andrada & Sato, 2014).

Tabela 30

Nome das classes de comportamento (46-56) constituintes da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 16

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|----|---|
| 46 | Identificar características que compõem as redes de empreendimento econômico-solidário |
| 47 | Identificar redes de empreendimento econômico-solidário |
| 48 | Conceituar redes de empreendimento econômico-solidário |
| 49 | Distinguir tipos de organização social |
| 50 | Identificar tipos de organização social |
| 51 | Distingui tipos de organização de trabalho existentes na Economia Solidária |
| 52 | Identificar características das organizações de trabalho existentes na Economia Solidária |
| 53 | Identificar formas de organização de trabalho existentes na Economia Solidária |
| 54 | Diferenciar formas de empreendimento econômico-solidário |
| 55 | Identificar características das formas de empreendimento econômico-solidário |
| 56 | Identificar formas de empreendimento econômico-solidário |

O quarto conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 16 faz referência a organizar as atividades do empreendimento econômico-solidário em forma de autogestão. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 29. A principal classe de comportamento que compõe o quarto conjunto constituinte da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” é: “Organizar atividades econômicas sob forma de autogestão”. Ao “organizar atividades econômicas sob forma de autogestão” é conferido aos sócio-trabalhadores o controle sobre todo o processo econômico (de produção, financeiro e administrativo), tornando-o consciente dos frutos do seu trabalho (Cortegoso et al., 2008). Com o desenvolvimento dessa classe de comportamento, aumenta-se a probabilidade de o empreendimento econômico-solidário efetivar a autogestão e, por consequência, efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados.

Tabela 31

Nome das classes de comportamento (57-77) constituintes da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 16

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|--|
| 57 | Diferenciar tipos de atividade econômica (produção, consumo, poupança, crédito etc.) |
| 58 | Identificar atividades econômicas de distribuição |
| 59 | Identificar atividades econômicas de poupança |
| 60 | Identificar atividades econômicas de crédito |
| 61 | Identificar atividades econômicas de produção |
| 62 | Identificar atividades econômicas de consumo |
| 63 | Construir representação da prática econômico-solidária existente |
| 64 | Definir os objetivos do empreendimento econômico-solidário |
| 65 | Definir o papel do empreendimento econômico-solidário na sociedade |
| 66 | Planejar desenvolvimento do trabalho previsto pelo empreendimento econômico-solidário |
| 67 | Organizar atividades econômicas sob forma de autogestão |
| 68 | Identificar motivos para organizar as atividades econômicas sob forma de autogestão |
| 69 | Organizar atividades econômicas de distribuição sob forma de autogestão |
| 70 | Organizar atividades econômicas de poupança sob forma de autogestão |
| 71 | Organizar atividades econômicas de crédito sob forma de autogestão |
| 72 | Organizar atividades econômicas de produção sob forma de autogestão |
| 73 | Organizar atividades econômicas de consumo sob forma de autogestão |
| 74 | Caracterizar a situação na qual o empreendimento econômico-solidário está envolvido |
| 75 | Identificar motivos para caracterizar a situação na qual o empreendimento econômico-solidário está envolvido |
| 76 | Identificar diferentes situações nas quais o empreendimento econômico-solidário pode estar envolvido |
| 77 | Identificar situação na qual o empreendimento econômico-solidário está envolvido |

O quinto conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 16 faz referência a identificação dos compromissos assumidos pelo empreendimento econômico-solidário. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 30. A principal classe de comportamento que compõe o quinto conjunto constituinte da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” é: “Identificar compromissos assumidos pelo empreendimento econômico-solidário”.

Tabela 32

**Nome das classes de comportamento (78-104) constituintes da classe geral
“Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário”
conforme número atribuído na Figura 16**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|--|
| 78 | Identificar compromissos assumidos pelo empreendimento econômico-solidário |
| 79 | Identificar formas alternativas de geração de trabalho para os segmentos excluídos da população |
| 80 | Identificar formas alternativas de geração de renda para os segmentos excluídos da população |
| 81 | Escolher serviço/produto a ser ofertado pelo empreendimento econômico-solidário |
| 82 | Identificar possibilidades de oferta de produtos/serviços |
| 83 | Escolher produto ofertado pelo empreendimento econômico-solidário a ser consumido |
| 84 | Propor produto a ser oferecido pelo empreendimento econômico-solidário |
| 85 | Identificar possibilidade de oferta de produto |
| 86 | Caracterizar ofertas de produtos disponíveis em relação às necessidades identificadas |
| 87 | Identificar necessidades da comunidade e dos sócio-trabalhadores por produtos |
| 88 | Escolher serviço ofertado pelo empreendimento econômico-solidário a ser consumido |
| 89 | Propor serviço a ser oferecido pelo empreendimento econômico-solidário |
| 90 | Identificar possibilidade de oferta de serviço |
| 91 | Caracterizar ofertas de serviços disponíveis em relação às necessidades identificadas |
| 92 | Identificar necessidades da comunidade e dos sócio-trabalhadores por serviços |
| 93 | Identificar a população que compõem o empreendimento econômico-solidário |
| 94 | Atender necessidades sociais identificadas |
| 95 | Identificar potencial humano disponível para atender as necessidades sociais por meio do empreendimento econômico-solidário |
| 96 | Verificar a existência de outros empreendimentos econômico-solidários que estejam atendendo às necessidades sociais identificadas como possibilidade de atuação do novo empreendimento econômico-solidário |
| 97 | Identificar necessidades sociais como possíveis frentes em relação às quais podem ser ofertados serviços ou produtos |
| 98 | Identificar possibilidades de atendimento às necessidades sociais |
| 99 | Caracterizar o atendimento disponível em relação às necessidades sociais identificadas |
| 100 | Identificar necessidades sociais sem atendimento satisfatório |
| 101 | Identificar fontes de informação sobre empreendimentos econômico-solidários que realizam ou podem realizar atividades em relação às necessidades sociais identificadas na área de atuação do potencial novo empreendimento econômico-solidário |
| 102 | Identificar recursos disponíveis para consultar as fontes de informação sobre outros empreendimentos econômico-solidários que podem estar atuando em relação às necessidades sociais identificadas |
| 103 | Identificar fontes de informações sobre outros empreendimentos econômico-solidários |
| 104 | Identificar recursos disponíveis, que o grupo tem ou pode conseguir acesso, para atendimento às necessidades sociais identificadas |

“Identificar compromissos assumidos pelo empreendimento econômico-solidário”
aumenta a probabilidade do empreendimento econômico-solidário (EES) elaborar
ações para atender esses compromissos. De acordo com a organização dessa classe de

comportamento no sistema comportamental, é possível observar que os compromissos assumidos pelos EES variam em cinco esferas: gerar trabalho e renda para os sócio-trabalhadores; possibilitar acesso a produto ou serviço do qual a comunidade está necessitando; possibilitar acesso a produto ou serviço que a rede de EES está necessitando; atender demais demandas sociais (reinserir socialmente o sócio-trabalhador, ser um meio de formação etc.), e servir com um modelo de organização alternativo ao modelo capitalista. Atender ou amenizar as demandas da rede de EES ou da comunidade na qual o EES se insere, compõe uma das perspectivas de relevância social dos EES.

O sexto conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 16 faz referência ao atendimento das exigências legais e da relevância dos atores sociais para a prática econômico-solidária. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 31. A principal classe de comportamento que compõe o sexto conjunto constituinte da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” é: “Identificar possibilidades de atendimento de exigências legais” e “Avaliar relevância dos atores sociais para a prática econômico-solidária”.

“Identificar possibilidades atendimento de exigências legais” aumenta a probabilidade do empreendimento econômico-solidário (EES) se regularizar de acordo com a definição do seu tipo de EES, quanto a sua natureza jurídica e leis vigentes (Cortegoso et al., 2008). Apesar dessa classe de comportamento fazer parte da segunda classe geral, ela é necessária ao longo da existência do EES, isso porque as exigências legais se alteram ao longo do tempo. Isso torna necessário que haja um sócio-trabalhador, um grupo de sócio-trabalhadores capacitado a esse processo de atendimento a exigências legais ou possuir uma parceria com uma agência de incubação que realize essa atividade (Cortegoso et al., 2008).

Com relação a relevância da classe “Avaliar relevância dos atores sociais para a prática econômico-solidária” está prevista nos princípios da Economia Solidária, a qual indica a necessidade de uma prática articulada, de atuação conjunta ao grupo, para aumentar o potencial de alcance da prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário (Cortegoso et al., 2008). Além de que a associação com os atores

sociais possibilita maior diversidade dos formatos e público-alvo dos empreendimentos econômico-solidários (Veronese, Gaiger, & Ferrarini, 2017).

Tabela 33

**Nome das classes de comportamento (105-130) constituintes da classe geral
“Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário”
conforme número atribuído na Figura 16**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|---|
| 105 | Identificar recursos disponíveis para a implementação do empreendimento econômico-solidário |
| 106 | Identificar recursos disponíveis (materiais, humanos e financeiros) |
| 107 | Definir políticas do empreendimento econômico-solidário |
| 108 | Encaminhar documentos necessários às instâncias responsáveis |
| 109 | Obter informações sobre aspectos burocráticos para constituir um empreendimento econômico-solidário |
| 110 | Identificar direitos associados à prática econômico-solidária |
| 111 | Identificar possibilidades de atendimento as condições trabalhistas do empreendimento econômico-solidário |
| 112 | Identificar quais são as condições trabalhistas do empreendimento econômico-solidário |
| 113 | Identificar possibilidades de atendimento de exigências legais |
| 114 | Identificar exigências legais para constituir um empreendimento econômico-solidário |
| 115 | Identificar documentos necessários para constituir o empreendimento econômico-solidário |
| 116 | Examinar o papel de cada um dos atores sociais relevantes para a produção da prática facilitada da Economia Solidária |
| 117 | Avaliar relevância dos atores sociais para a prática econômico-solidária |
| 118 | Caracterizar a contribuição dos diferentes atores da Economia Solidária para a prática econômico-solidária |
| 119 | Identificar diferentes atores da Economia Solidária |
| 120 | Identificar instâncias governamentais como atores da Economia Solidária |
| 121 | Identificar entidades de apoio como atores da Economia Solidária |
| 122 | Identificar entidades de fomento como atores da Economia Solidária |
| 123 | Identificar ligas como atores da Economia Solidária |
| 124 | Identificar instâncias de organização política como atores da Economia Solidária |
| 125 | Identificar uniões como atores da Economia Solidária |
| 126 | Caracterizar contribuições da participação em fóruns de Economia Solidária |
| 127 | Identificar fóruns de Economia Solidária |
| 128 | Identificar fóruns municipais de Economia Solidária |
| 129 | Identificar fóruns estaduais de Economia Solidária |
| 130 | Identificar ações organizacionais desejáveis para o empreendimento econômico-solidário |

O sétimo conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 16 faz referência a definir o modelo de tomada de decisão e definir o modelo de educação continuada do empreendimento econômico-solidário. Os nomes das classes de

comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 32. A principal classe de comportamento que compõe o sétimo conjunto constituinte da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” é: “Definir processo de tomada de decisão a ser adotado pelo empreendimento econômico-solidário” e “Definir processo de alteração do repertório comportamental dos membros do empreendimento econômico-solidário conforme ‘modelo’ mais adequado”.

Tabela 34

**Nome das classes de comportamento (131-145) constituintes da classe geral
“Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário”
conforme número atribuído na Figura 16**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|--|
| 131 | Definir processo de tomada de decisão a ser adotado pelo empreendimento econômico-solidário |
| 132 | Caracterizar as decorrências dos tipos de meio de acesso a propriedade do empreendimento econômico-solidário |
| 133 | Diferenciar meio de acesso coletivo e associado |
| 134 | Identificar meio de acesso (coletivo ou associado) a propriedade do empreendimento econômico-solidário |
| 135 | Identificar quem são os donos do empreendimento econômico-solidário |
| 136 | Identificar quem são os donos legais do empreendimento econômico-solidário |
| 137 | Identificar quem são os donos do meio de produção |
| 138 | Definir processo de alteração do repertório comportamental dos membros do empreendimento econômico-solidário conforme “modelo” (treinamento, educação e/ou formação) mais adequado |
| 139 | Identificar meio mais adequado para realizar as adaptações necessárias no repertório comportamental dos membros dos empreendimento econômico-solidário |
| 140 | Identificar possibilidade de alteração do repertório comportamental dos membros do empreendimento econômico-solidário |
| 141 | Identificar adaptações necessárias no repertório comportamental dos membros do empreendimento econômico-solidário |
| 142 | Diferenciar “modelos” de treinamento, educação e formação |
| 143 | Identificar características que compõem um treinamento |
| 144 | Identificar características que compõem uma educação |
| 145 | Identificar características que compõem uma formação |

Os processos e ações que envolvem decisões coletivas dentro da classe geral “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário” devem ser realizados de maneira democrática com a participação da maior quantidade de sócio-trabalhadores para que a prática econômico-solidária possa ser considerada autogestionária. A classe de comportamentos “Definir processo de tomada de decisão a

ser adotado pelo empreendimento econômico-solidário” que faz referência a escolha do modelo de tomada de decisão e seu respectivo processo (por exemplo: quem pode participar, vai ser via democracia radical ou representativa, se vai seguir o modelo de assembleias, se sim quantas vezes e qual a periodicidade etc.). Contudo, dentro da classe “Definir processo de tomada de decisão a ser adotado pelo empreendimento econômico-solidário” ocorre os acordos coletivos sobre as responsabilidades, objetivos, metas, prazos, formas de trabalho, conduta dos sócio-trabalhadores, das relações com os atores sociais, das relações entre empreendimentos, entre outras, de modo que essas decisões e seu processo de decisão atenda a necessidade e interesse de todos os envolvidos (Cortegoso et al., 2008). E é, no processo de tomada decisão, de modo autônomo, democrático e esclarecido que os sócio-trabalhadores decidem sobre “Executar prática econômico-solidária planejada” – ou seja, inaugurar o empreendimento econômico-solidário (Cortegoso et al., 2008).

Porém, é no processo de tomada de decisão que a maioria dos empreendimentos econômico-solidários encontram a dificuldade de efetivar a autogestão (ONESC, 2013; SENAES, 2013). Isso ocorre, muito provavelmente, porque ao sair de um sistema heterogestionário para um sistema autogestionário, o sócio-trabalhador tende a reproduzir seu repertório comportamental passado associado ao modelo da heterogestão (Guareschi & Veronese, 2009). O que torna necessário desenvolver o repertório do sócio-trabalhador para que ele atue de maneira autogestionária (Guareschi & Veronese, 2009).

É nessa dificuldade que reside uma das necessidades de “Definir processo de alteração do repertório comportamental dos membros do empreendimento econômico-solidário conforme ‘modelo’ (treinamento, educação e/ou formação) mais adequado”. O processo de alteração do repertório comportamental dos membros, o qual pode ser chamado informalmente de educação continuada, envolve o desenvolvimento de comportamentos relevantes para a prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário (EES). Por exemplo: desenvolvimento para autogestão, aprendizagem técnica sobre o trabalho que será realizado pelo sócio-trabalhador, desenvolvimento de habilidades sociais, educação financeira, educação para os outros ideias da Economia Solidária (cooperação, solidariedade, equidade etc.), entre outros (Cortegoso et al., 2008; Tiriba, 2008). É esperado como resultado final da educação continuada, que por meio do desenvolvimento desses repertórios se obtenha melhores

condições para o EES enfrentar a concorrência, inserir-se no mercado capitalista, efetivar os princípios da Economia Solidária, aumentando assim a autoestima, autonomia e condições de vida dos sócio-trabalhadores (Cortegoso et al., 2008).

Por fim, com base nas informações sobre a prática econômico-solidária e suas características obtidas por meio da apresentação da classe de “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e prática econômico-solidária” aumenta-se a probabilidade de “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário”. De modo a possuir como resultado uma prática econômico-solidária formulada para: efetivar os princípios da Economia Solidária, que amenize ou atenda as necessidades sociais, que seja bem sucedido na autogestão, possua uma planejamento que especifique as normas internas, os comportamentos esperados dos sócio-trabalhadores com suas respectivas consequências, que atenda as exigências legais, que se insira na rede de empreendimentos econômico-solidários de modo cooperativo, que atue de maneira articulada com os atores sociais, que possua um processo de tomada de decisão democrático e que inclua a maior quantidade de sócio-trabalhadores possíveis, que enfatize a relevância da educação continuada e que aumente a probabilidade do empreendimento econômico-solidário se inserir no mercado capitalista propagando a prática econômico-solidária. Com esse planejamento formulado, aumenta-se a propabilidade dos sócio-trabalhadores decidirem em “Executar prática econômico-solidária planejada”.

VI

CARACTERÍSTICAS DA CLASSE GERAL “EXECUTAR PRÁTICA ECONÔMICO-SOLIDÁRIA PLANEJADA”

A partir das informações obtidas por meio da classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e prática econômico-solidária” e com o plano de empreendimento econômico-solidário (EES) desenvolvido pela classe geral “Formular prática econômico-solidária para o empreendimento econômico-solidário”, cabe ao grupo de sócio-trabalhadores “Executar prática econômico-solidária planejada”. A classe geral “Executar prática econômico-solidária planejada” tem a função de inaugurar o EES conforme o que foi planejado democraticamente pelos sócio-trabalhadores, mas também garantir correspondência e prática efetiva dos princípios da Economia Solidária (Tabela 33).

Conforme o que está apresentado na Tabela 33, a classe geral “Executar prática econômico-solidária planejada” possui como classe de estímulos antecedentes os resultados obtidos pelas duas classes gerais anteriores e variáveis relacionadas aos sócio-trabalhadores, ao modelo de tomada de decisão e os possíveis líderes democráticos do empreendimento econômico-solidário. Perante isso, os sócio-trabalhadores apresentam comportamentos constituintes da classe de respostas, com o objetivo de obter, como classe de estímulos consequentes, um empreendimento econômico-solidário autogerido de maneira bem-sucedida, conforme os princípios da Economia Solidária e como um modelo alternativo à lógica capitalista.

Tabela 35

Caracterização dos componentes (classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Executar prática econômico-solidária”

| Executar prática econômico-solidária planejada | | |
|---|--|---|
| Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes |
| <ul style="list-style-type: none"> - Planejamento anteriormente realizado para a inauguração do empreendimento econômico-solidário - Estatuto e regulamentações internas do empreendimento econômico-solidário, elaborado de forma democrática ou com a participação da maior quantidade possível de sócio-trabalhadores - Modelo de tomada de decisão (por ex: quantidade e tipos de assembleias) - Possíveis líderes do empreendimento econômico-solidário (por ex: quando um sócio-trabalhador motiva outro sócio-trabalhador a participar dos processos gerenciais do empreendimento) - Variáveis relacionadas à saúde dos sócio-trabalhadores (por ex: taxa de absenteísmo) | <p>Executar prática econômico-solidária planejada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervir, de maneira bem-sucedida, no desenvolvimento da Economia Solidária como prática cultural • Implementar a Economia Solidária como possibilidade de prática econômica • Implementar novo modo de organização social conforme os princípios da Economia Solidária • Implementar empreendimento econômico-solidário de modo a aumentar a sua probabilidade de sucesso • Implementar empreendimento econômico-solidário de forma compatível com os princípios da Economia Solidária no funcionamento rotineiro • Construir relações potencialmente relevantes para a prática econômico-solidária • Efetivar a prática econômico-solidária como forma alternativa de organização para o trabalho | <p><i>Consequências políticas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Empreendimento econômico-solidário autogerido de maneira bem-sucedida - Prática econômico-solidária executada conforme os princípios da Economia Solidária - Prática econômico-solidária efetivada como prática cultural e movimento social - Prática econômico-solidária efetivada como alternativa a lógica capitalista - Aumento da clareza sobre o funcionamento da prática econômico-solidária - Aumento da probabilidade da produção e divulgação de conhecimento sobre Economia Solidária <p><i>Consequências sociais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Necessidades sociais da comunidade identificadas e acessíveis pela prática do empreendimento econômico-solidário atendidas <p><i>Consequências individuais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Necessidades sociais dos sócio-trabalhadores atendidas (por ex: o empreendimento assumir a função de reinserção social, meio de capacitação profissional, meio de acesso a saúde, meio de acesso a renda) |

As classes de comportamentos que constituem a classe geral “Executar prática econômico-solidária planejada” foram organizadas em mapa de ensino, como é apresentado na Figura 17, e posteriormente agrupados em oito conjuntos: (1)

desenvolver a prática econômico-solidária como uma prática cultural oposta a lógica capitalista; (2) criar oportunidade de trabalho e renda, auxiliar o sócio-trabalhador a se desenvolver profissionalmente e efetivar o consumo solidário; (3) efetivar a prática autogestionária; (4) efetivar o princípio do cooperativismo; (5) informações e ações sobre os sócio-trabalhadores que compõe o empreendimento econômico-solidário; (6) participação dos sócio-trabalhadores na administração do empreendimento econômico-solidário; (7) processo democrático de tomada de decisão; e (8) atender as necessidades individuais, familiares e do grupo.



Figura 17: Representação da classe geral “Executar prática econômico-solidária”

O primeiro conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 17 faz referência a desenvolver a prática econômico-solidária como uma prática cultural oposta a lógica capitalista. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 34. A principal classe de comportamento que compõe o primeiro conjunto constituinte da classe geral “Executar

prática econômico-solidária”, no sentido de que é crucial que ocorra o desenvolvimento desse comportamento para que a classe mais geral se desenvolva, é: “Intervir, de maneira bem sucedida, no desenvolvimento da Economia Solidária como prática cultural” e “Implementar a Economia Solidária como alternativa à lógica capitalista”.

Tabela 36

**Nome das classes de comportamento (01-10) constituintes da classe geral
“Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|---|
| 1 | Intervir, de maneira bem sucedida, no desenvolvimento da Economia Solidária como prática cultural |
| 2 | Implementar a Economia Solidária como alternativa à lógica capitalista |
| 3 | Implementar novo modo de organização social conforme os princípios da Economia Solidária |
| 4 | Implementar empreendimento econômico-solidário de modo a aumentar a sua probabilidade de sucesso |
| 5 | Implementar empreendimento econômico-solidário de forma compatível com os princípios da Economia Solidária no seu funcionamento rotineiro |
| 6 | Construir relações potencialmente relevantes para a prática econômico-solidária |
| 7 | Efetivar a prática econômico-solidária como forma alternativa de organização para o trabalho |
| 8 | Lidar com as dificuldades que o sistema capitalista mais amplo impõe ao empreendimento econômico-solidário |
| 9 | Lidar com as oportunidades que o sistema capitalista mais amplo disponibiliza ao empreendimento econômico-solidário |
| 10 | Garantir resultados finais esperados da prática econômico-solidária |

As classes de “Intervir, de maneira bem sucedida, no desenvolvimento da Economia Solidária como prática cultural” e “Implementar a Economia Solidária como alternativa à lógica capitalista” utilizam como estímulo antecedentes a proposta teórica da Economia Solidária e os resultados obtidos por meio das classes “Propor a constituição de um empreendimento econômico-solidário que seja viável, relevante e compatível com os princípios da Economia Solidária” e de “Propor a constituição de um empreendimento econômico-solidário compatível com exigências legais, necessidades sociais, recursos humanos e materiais acessíveis”.

A proposta teórica da Economia Solidária enfatiza que a prática econômico-solidária se opõe a exploração do trabalho e dos recursos naturais, considera o ser humano em sua integridade, busca estruturar uma nova perspectiva de realidade, na qual a prática econômica é um meio de acessar qualidade de vida e sustento (Cortegoso, Cia, & Lucas, 2008; Eid, 2004; Lisboa, 2005). Enquanto, de acordo com as tabelas em

apêndice (II e III), a proposição e/ou planejamento de um empreendimento econômico-solidário (EES) aumenta a probabilidade que a prática econômico-solidária executada pelo EES atue dentro da lógica capitalista, mas ainda de acordo com os princípios da Economia Solidária, da autogestão e de suas normas internas. Com isso, ao efetivar prática econômico-solidária como uma alternativa a lógica capitalista, aumenta-se a probabilidade de ela se desenvolver como uma prática cultural interna e externa aos EES. E, somente ao executar a prática econômico-solidária em grande escala (em nível cultural, por exemplo), que é possível propor mudanças significativas para indivíduos externos a sua prática (Cortegos et al., 2008). Ou seja, a prática econômico-solidária realizar mudanças em níveis estruturais na própria prática capitalista.

O segundo conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 17 faz referência a criar oportunidades de trabalho e renda, auxiliar o sócio-trabalhador a se desenvolver profissionalmente e efetivar o consumo solidário. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 35. A principal classe de comportamento que compõe o segundo conjunto constituinte da classe geral “Executar prática econômico-solidária” é: “Favorecer a criação de novas oportunidades de trabalho por meio da prática econômico-solidária”, “Favorecer a criação de novas oportunidades de renda por meio da prática econômico-solidária”, “Engajar o sócio-trabalhador em atividades de aquisição de novos conhecimentos conforme as necessidades apresentadas ao empreendimento econômico-solidário” e “Identificar produtos ou serviços a serem consumidos pelos sócio-trabalhadores ou pelo empreendimento econômico-solidário”.

Tabela 37

**Nome das classes de comportamento (11-44) constituintes da classe geral
“Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|---|
| 11 | Identificar motivos para executar prática econômico-solidária planejada |
| 12 | Implementar atividades do empreendimento econômico-solidário |
| 13 | Derivar propostas de ação para empreendimento econômico-solidário |
| 14 | Identificar ações organizacionais desejáveis para empreendimento econômico-solidário |
| 15 | Cumprir os compromissos assumidos pelo empreendimento econômico-solidário |
| 16 | Favorecer a criação de novas oportunidades de trabalho por meio da prática econômico-solidária |
| 17 | Engajar o sócio-trabalhador em atividades de aquisição de novos conhecimentos conforme as necessidades apresentadas ao empreendimento econômico-solidário |
| 18 | Investir na formação dos sócio-trabalhadores em vários níveis necessários |
| 19 | Capacitar os sócio-trabalhadores para usar os equipamentos necessários para o trabalho no empreendimento econômico-solidário |
| 20 | Identificar necessidade de capacitar os sócio-trabalhadores para usar os equipamentos |
| 21 | Identificar equipamentos necessários para o trabalho no empreendimento econômico-solidário |
| 22 | Capacitar os sócio-trabalhadores para usar os recursos necessários para trabalho no empreendimento econômico-solidário |
| 23 | Identificar necessidade de capacitar os sócio-trabalhadores para usar os recursos disponíveis |
| 24 | Identificar recursos necessários para o trabalho no empreendimento econômico-solidário |
| 25 | Manter o sócio-trabalhador atualizado sobre o funcionamento do empreendimento econômico-solidário |
| 26 | Favorecer a criação de novas oportunidades de renda por meio da prática econômico-solidária |
| 27 | Distribuir os resultados do trabalho de maneira equitativa entre os sócio-trabalhadores |
| 28 | Identificar resultados obtidos pelo trabalho dos sócio-trabalhadores |
| 29 | Atuar nas necessidades sociais de modo a se produzir uma prática econômica diferente da produzida pela lógica capitalista |
| 30 | Estabelecer a comunidade na qual o empreendimento econômico-solidário se insere como preocupação dos sócio-trabalhadores |
| 31 | Estabelecer a comunidade na qual o empreendimento econômico-solidário se insere como preocupação do empreendimento econômico-solidário |
| 32 | Consumir produto ou serviço |
| 33 | Identificar produtos ou serviços a serem consumidos pelos sócio-trabalhadores ou pelo empreendimento econômico-solidário |
| 34 | Consumir produto ou serviço de maneira ética |
| 35 | Identificar maneira ética de consumir um produto ou serviço |
| 36 | Consumir produto ou serviço de maneira responsável |
| 37 | Identificar maneira responsável de consumir um produto ou serviço |
| 38 | Consumir produto ou serviços de maneira solidária |
| 39 | Identificar maneira solidária de consumir um produto ou serviço |
| 40 | Propor critérios para avaliar o trabalho que está sendo realizado pelo empreendimento econômico-solidário |
| 41 | Identificar critérios já existentes para avaliar o trabalho que está sendo realizado pelo empreendimento econômico-solidário |
| 42 | Identificar em fontes de informação critérios já existentes para avaliar o trabalho dos empreendimentos econômico-solidários |
| 43 | Identificar com os atores sociais critérios já existentes para avaliar o trabalho dos |

As classes “Favorecer a criação de novas oportunidades de trabalho por meio da prática econômico-solidária” e “Favorecer a criação de novas oportunidades de renda por meio da prática econômico-solidária” surgem da necessidade de renda e trabalho que os indivíduos que engajam na prática solidária, geralmente, possuem. De acordo com o SENAS (2013), ser “uma fonte complementar de renda para os associados” e ser “uma alternativa ao desemprego” são os principais motivos para se criar um empreendimento econômico-solidário (EES). Ou seja, ao favorecer a criação de oportunidades de renda e trabalho o EES estaria cumprindo com um dos compromissos da Economia Solidária - atender as necessidades sociais -, além de favorecer meios desses indivíduos aumentarem seu acesso a cidadania.

Ao possibilitar que o EES apresente a classe “Engajar o sócio-trabalhador em atividades de aquisição de novos conhecimentos conforme as necessidades apresentadas ao empreendimento econômico-solidário” é esperado, como resultado final, que por meio desses novos conhecimentos (ou seja, novos repertórios), se obtenha melhores condições para o EES enfrentar a concorrência, inserir-se no mercado capitalista, efetivar os princípios da Economia Solidária, aumentando assim a autoestima, autonomia e condições de vida dos sócio-trabalhadores (Cortegoso et al., 2008).

Por sua vez, a classe “Identificar produtos ou serviços a serem consumidos pelos sócio-trabalhadores ou pelo empreendimento econômico-solidário” faz referência a efetivar e propagar o consumo solidário. O consumo solidário envolve (1) promover padrão de consumo que corresponda ao mínimo necessário para atender as necessidades humanas, significativas e relevantes, de modo a produzir melhor equilíbrio no acesso a produtos e serviços por todos; (2) promover produção, comercialização e uso de diferentes produtos e serviços necessários ao atendimento de necessidades humanas garantindo melhor qualidade possível; (3) prática de preço justo; (4) não explorar pessoas ou outros seres durante o processo; (5) usar conscientemente recursos materiais, de modo a efetivar a conservação ambiental; (6) promover inclusão social; (7) dar preferência ao consumo de produtos locais desenvolvendo o território; e (8) servir como meio de educação para o consumo (Cortegoso, 2008).

O terceiro conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 17 faz referência a efetivar a prática autogestionária. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 36. A principal classe de comportamento que compõe o terceiro conjunto constituinte da classe geral “Executar prática econômico-solidária” é: “Praticar a autogestão como um dos principais compromissos do empreendimento econômico-solidário” e “Identificar especificidades da prática autogestionária na Economia Solidária”.

Tabela 38

**Nome das classes de comportamento (45-61) constituintes da classe geral
“Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|--|
| 45 | Implementar gestão do empreendimento econômico-solidário |
| 46 | Praticar a autogestão como um dos principais compromissos do empreendimento econômico-solidário |
| 47 | Identificar especificidades da prática autogestionária na Economia Solidária |
| 48 | Identificar características da prática autogestionária |
| 49 | Implementar relações interpessoais de acordo com os princípios da Economia Solidária |
| 50 | Identificar motivos de estabelecer relações interpessoais de acordo com os princípios da Economia Solidária |
| 51 | Promover comunicação entre membros do empreendimento econômico-solidário com rapidez, eficiência e economia |
| 52 | Promover comunicação entre os sócio-trabalhadores |
| 53 | Produzir veículos de comunicação entre os sócio-trabalhadores |
| 54 | Diferenciar as funções dos veículos de comunicação identificados |
| 55 | Identificar veículos de comunicação possíveis para o empreendimento econômico-solidário |
| 56 | Estimular o sócio-trabalhador a expressar sua ideia/opinião para outros |
| 57 | Identificar maneiras adequadas de estimular o sócio-trabalhador a expressar sua ideia/opinião para outros |
| 58 | Identificar situações nas quais os sócio-trabalhadores necessitam ser estimulados para expressar sua ideia/opinião para outros |
| 59 | Avaliar resultados objetivos com a comunicação estabelecida dentro do empreendimento econômico-solidário |
| 60 | Identificar objetivos a serem atingidos com a comunicação dentro do empreendimento econômico-solidário |
| 61 | Identificar necessidade de comunicação entre os membros do empreendimento econômico-solidário |

Diversas classes de comportamento foram desenvolvidas para que esse comportamento possa ser apresentado. Dentre elas as de “Diferenciar a prática econômico-solidária da prática capitalista” e “Organizar atividades econômicas sob

forma de autogestão”. Isso porque a apresentação das classes “Praticar a autogestão como um dos principais compromissos do empreendimento econômico-solidário” e “Identificar especificidades da prática autogestionária na Economia Solidária” são fundamentais para se “Autogerir empreendimento econômico-solidário”. Para autogerir o empreendimento econômico-solidário (EES) como um todo é necessário que a prática autogestionária seja efetivada em suas especificidades, ou seja, desde pequenas decisões individuais até decisões coletivas de grande escala dentro do EES. E, para efetivar a prática autogestionária em suas especificidades, é necessário que os sócio-trabalhadores e o EES assumam como compromisso efetivar a sua prática, dentro do próprio EES quanto na rede.

O quarto conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 17 faz referência efetivar o princípio do cooperativismo. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 37. A principal classe de comportamento que compõe o quarto conjunto constituinte da classe geral “Executar prática econômico-solidária” é: “Fortalecer a Economia Solidária por meio de redes de cooperação, principalmente dentro da mesma cadeia produtiva” e “Cooperar, de modo articulado, entre os comportamentos dos atores sociais, sócio-trabalhadores, grupos e empreendimento econômico-solidário”.

A classe “Fortalecer a Economia Solidária por meio de redes de cooperação, principalmente dentro da mesma cadeia produtiva” faz referência a atuação articulada, cooperativa e autogestionária dos empreendimentos econômico-solidários (EES) com EES da mesma rede. Fortalecer a Economia Solidária e seus princípios dentro da rede de EES possibilita efetivar esses princípios em grande escala. Ou seja, aumenta a probabilidade de o EES atuar em diversas iniciativas da Economia Solidária, viabilizando sua atividade produtiva, propagando o consumo solidário em cadeia e aumentando a defesa política da prática econômico-solidária (Cortegoso et al., 2008). A classe “Cooperar, de modo articulado, entre os comportamentos dos atores sociais, sócio-trabalhadores, grupos e empreendimento econômico-solidário” faz referência a atuação articulada, cooperativa e autogestionária não somente entre a rede de EES, mas também entre os sócio-trabalhadores e desses com os atores sociais. Por exemplo, quando um sócio-trabalhador coopera com outro da mesma cadeia produtiva para que a quantidade de produtos seja produzida dentro do prazo ou quando agentes de incubação

(atores sociais) cooperam no processo de formação técnica dos sócio-trabalhadores para otimizar o trabalho realizado por eles.

Tabela 39

**Nome das classes de comportamento (62-84) constituintes da classe geral
“Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|--|
| 62 | Fortalecer a Economia Solidária por meio de redes de cooperação, principalmente dentro da mesma cadeia produtiva |
| 63 | Cooperar, de modo articulado, entre os comportamentos dos atores sociais, sócio-trabalhadores, grupos e empreendimento econômico-solidário |
| 64 | Articular os comportamentos anteriormente apresentados com a necessidade de cooperação |
| 65 | Cooperar entre os sócio-trabalhadores |
| 66 | Estabelecer redes de relação entre os sócio-trabalhadores |
| 67 | Identificar comportamentos anteriores apresentados por sócio-trabalhadores indicativos de cooperação |
| 68 | Identificar comportamentos anteriores apresentados por grupo de sócio-trabalhadores indicativos de cooperação |
| 69 | Inserir empreendimento econômico-solidário no contexto mais amplo da Economia Solidária de forma consciente |
| 70 | Cooperar entre empreendimentos econômico-solidários |
| 71 | Inserir empreendimento econômico-solidário em redes de relação com outros empreendimento econômico-solidário |
| 72 | Identificar comportamentos organizacionais anteriores indicativos de cooperação |
| 73 | Identificar comportamentos anteriores apresentados por outros empreendimentos econômico-solidários indicativos de cooperação |
| 74 | Avaliar impacto das relações com o mercado capitalista na prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário |
| 75 | Inserir empreendimento econômico-solidário em redes de relação com o mercado capitalista |
| 76 | Identificar possibilidade de relação da prática econômico-solidária com o mercado capitalista |
| 77 | Cooperar entre empreendimento econômico-solidário e atores sociais |
| 78 | Inserir empreendimento econômico-solidário em redes de relação com atores sociais |
| 79 | Identificar comportamentos anteriores dos atores sociais indicativos de cooperação |
| 80 | Ampliar a compreensão mútua de todos os atores sociais envolvidos na prática econômico-solidária |
| 81 | Identificar aspectos a melhorar na comunicação entre os atores sociais da prática econômico-solidária |
| 82 | Ampliar a influência mútua de todos os atores sociais dentro da prática econômico-solidária |
| 83 | Avaliar influência dos atores sociais na prática econômico-solidária |
| 84 | Identificar influência dos atores sociais na prática econômico-solidária |

O quinto conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 17 faz referência a informações e ações sobre os sócio-trabalhadores que compõem o empreendimento econômico-solidário. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 38. A principal classe de

comportamento que compõe o quinto conjunto constituinte da classe geral “Executar prática econômico-solidária” é: “Identificar ações individuais desejáveis para o sócio-trabalhador” e “Sistematizar informações disponíveis sobre o grupo de sócio-trabalhadores que compõe o empreendimento econômico-solidário”.

A classe “Sistematizar informações disponíveis sobre o grupo de sócio-trabalhadores que compõe o empreendimento econômico-solidário” faz referência a variáveis dos sócio-trabalhadores que podem influenciar ou constituir a prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário (EES). Por exemplo: os possíveis líderes do EES que podem auxiliar nos processos democráticos de tomada de decisão; quantidade de mulheres que compõe o EES; se o EES serve como meio de inclusão social daqueles excluídos socialmente; nível de formação dos sócio-trabalhadores; entre outras.

Em relação a “Identificar ações individuais desejáveis para o sócio-trabalhador” a organização em sistema comportamental das classes de comportamento identificados nessa dissertação auxiliam o seu desenvolvimento. Mas os comportamentos identificados na dissertação não compreendem a ação por completo dos sócio-trabalhadores. Os comportamentos esperados dos sócio-trabalhadores, de acordo com o sistema comportamental, variam desde comportamentos técnicos derivados da prática do trabalho (que altera conforme empreendimento e sócio-trabalhador) quanto a comportamentos referentes a gestão do empreendimento econômico-solidário (EES). Identificar esses comportamentos, independente da esfera na qual eles ocorrem, aumenta a probabilidade de elaborar condições para que esses comportamentos sejam desenvolvidos e/ou apresentados. Também auxilia no desenvolvimento da classe “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário”.

Tabela 40

**Nome das classes de comportamento (85-113) constituintes da classe geral
“Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|--|
| 85 | Identificar ações individuais desejáveis para o sócio-trabalhador |
| 86 | Apropriar-se coletivamente do empreendimento econômico-solidário |
| 87 | Apropriar-se coletivamente da prestação de serviços do empreendimento econômico-solidário |
| 88 | Identificar forma de apropriar-se da prestação de serviços do empreendimento econômico-solidário |
| 89 | Identificar prestação de serviços do empreendimento econômico-solidário |
| 90 | Apropriar-se coletivamente dos meios de produção do empreendimento econômico-solidário |
| 91 | Identificar forma de apropriar-se dos meios de produção do empreendimento econômico-solidário |
| 92 | Identificar meios de produção do empreendimento econômico-solidário |
| 93 | Sistematizar informações disponíveis sobre o grupo de sócio-trabalhadores que compõe o empreendimento econômico-solidário |
| 94 | Identificar características dos membros do empreendimento econômico-solidário |
| 95 | Atuar de maneira articulada com cada um dos membros das agências de incubação |
| 96 | Identificar possibilidades de atuação conjunta do empreendimento econômico-solidário com agência de incubação e seus membros |
| 97 | Identificar membros das agências de incubação |
| 98 | Identificar agência de incubação |
| 99 | Aderir empreendimento econômico-solidário |
| 100 | Aderir livremente o empreendimento econômico-solidário |
| 101 | Identificar possibilidade de livre adesão ao empreendimento econômico-solidário |
| 102 | Aderir voluntariamente o empreendimento econômico-solidário |
| 103 | Identificar possibilidade de adesão voluntária ao empreendimento econômico-solidário |
| 104 | Conciliar atividades de trabalho previstas e atividades particulares |
| 105 | Rever expectativas individuais em função das expectativas coletivas |
| 106 | Avaliar pertinência e importância da(s) atividade(s) identificadas |
| 107 | Identificar atividades |
| 108 | Identificar atividades de trabalho previstas |
| 109 | Identificar atividades particulares |
| 110 | Avaliar pertinência e importância da(s) expectativa(s) identificadas |
| 111 | Identificar expectativas |
| 112 | Identificar expectativas individuais |
| 113 | Identificar expectativas coletivas |

O sexto conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 17 faz referência a participação dos sócio-trabalhadores na administração do empreendimento econômico-solidário. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 39. A principal classe de comportamento que compõe o sexto conjunto constituinte da classe geral “Executar

prática econômico-solidária” é: “Participar da administração do empreendimento econômico-solidário”. “Participar da administração do empreendimento econômico-solidário” afeta, de acordo com o sistema comportamental, duas consequências esperadas da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidária”. Pois, ao possibilitar que o sócio-trabalhador participe da administração do empreendimento econômico-solidário, é esperado, via efetivação das condições psicossociais, que ocorra um aumento do sentimento de autonomia dos sócio-trabalhadores e autonomia local aumentada por meio de atribuição de responsabilidades sociais.

Tabela 41

**Nome das classes de comportamento (114-130) constituintes da classe geral
“Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----|--|
| 114 | Participar da administração do empreendimento econômico-solidário |
| 115 | Identificar motivos para o sócio-trabalhador participar da gestão do empreendimento econômico-solidário |
| 116 | Avaliar se os compromissos assumidos estão sendo cumpridos de maneira adequada |
| 117 | Cumprir compromissos assumidos com o empreendimento econômico-solidário |
| 118 | Identificar compromissos assumidos com o empreendimento econômico-solidário |
| 119 | Trabalhar de modo a considerar as necessidades da coletividade do empreendimento econômico-solidário |
| 120 | Avaliar pertinência e viabilidade de atender as necessidades da coletividade |
| 121 | Identificar necessidades da coletividade do empreendimento econômico-solidário |
| 122 | Contribuir para o trabalho em equipe dentro do empreendimento econômico-solidário |
| 123 | Avaliar correspondência entre oportunidades criadas e os princípios da Economia Solidária |
| 124 | Criar oportunidades para que todos os sócio-trabalhadores do grupo participem de processos diversos |
| 125 | Identificar oportunidades para que o grupo de sócio-trabalhadores possa participar dos processos identificados |
| 126 | Identificar sócio-trabalhadores que desejam participar dos processos identificados |
| 127 | Identificar processos que envolvam a participação do grupo de sócio-trabalhadores |
| 128 | Avaliar correspondência entre condições criadas e os princípios da Economia Solidária |
| 129 | Criar condições para que todos os sócio-trabalhadores do grupo participem de processos diversos |
| 130 | Identificar condições para que o grupo de sócio-trabalhadores possa participar dos processos identificados |

O sétimo conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 17 faz referência ao processo democrático de tomada de decisão. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 40.

A principal classe de comportamento que compõe o sétimo conjunto constituinte da classe geral “Executar prática econômico-solidária” é: “Tomar decisões no conjunto de sócio-trabalhadores do empreendimento econômico-solidário” e “Participar democraticamente, como membro, das decisões do empreendimento econômico-solidário”.

Tabela 42

**Nome das classes de comportamento (131-151) constituintes da classe geral
“Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|---|
| 131 | Tomar decisões no conjunto de sócio-trabalhadores do empreendimento econômico-solidário |
| 132 | Participar no processo de decisão do empreendimento econômico-solidário de modo harmonioso |
| 133 | Decidir coletivamente sobre a possibilidade da existência do empreendimento econômico-solidário |
| 134 | Decidir sobre formação do empreendimento econômico-solidário |
| 135 | Avaliar vantagens de decidir coletivamente sobre a possibilidade da existência do empreendimento econômico-solidário |
| 136 | Avaliar desvantagens de decidir coletivamente sobre a possibilidade da existência do empreendimento econômico-solidário |
| 137 | Decidir sobre formação de empreendimento econômico-solidário de forma presencial |
| 138 | Identificar sócio-trabalhadores que desejam participar do processo de tomada de decisão presencialmente |
| 139 | Decidir sobre formação de empreendimento econômico-solidário de forma democrática |
| 140 | Caracterizar processo de tomada de decisão democrático |
| 141 | Participar de situações de tomada de decisão no empreendimento econômico-solidário |
| 142 | Participar democraticamente, como membro, das decisões do empreendimento econômico-solidário |
| 143 | Participar democraticamente, como membro, das decisões da organização |
| 144 | Participar de eleições no empreendimento econômico-solidário |
| 145 | Participar das eleições para cargos no empreendimento econômico-solidário |
| 146 | Identificar cargos disponíveis no empreendimento econômico-solidário |
| 147 | Participar das eleições para funções no empreendimento econômico-solidário |
| 148 | Identificar funções disponíveis no empreendimento econômico-solidário |
| 149 | Controlar democraticamente o empreendimento econômico-solidário |
| 150 | Conviver com as diferenças entre os sócio-trabalhadores |
| 151 | Identificar diferenças entre os sócio-trabalhadores |

As classes “Tomar decisões no conjunto de sócio-trabalhadores do empreendimento econômico-solidário” e “Participar democraticamente, como membro, das decisões do empreendimento econômico-solidário” possuem como estímulo antecedente os resultados obtidos pela classe “Definir processo de tomada de decisão a

ser adotado pelo empreendimento econômico-solidário”. Ao apresentar essas classes que o sócio-trabalhador efetiva as condições psicossociais e participa de acordos coletivos sobre as responsabilidades, objetivos, metas, prazos, formas de trabalho, contida dos sócio-trabalhadores, das relações com os atores sociais, das relações entre empreendimentos, entre outras (Cortegoso et al., 2008). E, como variável crítica, essas classes precisam ocorrer de modo que essas decisões e seu processo de decisão atendam as necessidades e interesses de todos os envolvidos e de modo democrático (Cortegoso et al., 2008).

O oitavo conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 17 faz referência a atender as necessidades individuais, familiares e do grupo. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 41. A principal classe de comportamento que compõe o oitavo conjunto constituinte da classe geral “Executar prática econômico-solidária” é: “Identificar possibilidade de atender as próprias necessidades”, “Identificar possibilidade de atender as necessidades familiares” e “Identificar possibilidade de atender as necessidades do grupo”.

As classes “Identificar possibilidade de atender as próprias necessidades”, “Identificar possibilidade de atender as necessidades familiares” e “Identificar possibilidade de atender as necessidades do grupo” também estão associadas ao grau de autonomia desenvolvido pelos sócio-trabalhadores e ao grau de autonomia local. Uma vez que, o sócio-trabalhador desenvolva alto grau de autonomia, esse torna-se capaz de atuar ou amenizar as situações-problema que ele, seus familiares e seu grupo enfrentam. Por exemplo, Barboza-Lacerda, e Veronese (2011) observaram que a prática econômico-solidária aumentava a autonomia e independência das mulheres do empreendimento econômico-solidário (EES) e também diminuiu, por meio da prática do consumo solidário, a quantidade de pessoas da comunidade doentes por conta dos agrotóxicos utilizados no plantio de algodão do EES. Girelli e Dal Magro (2017) observaram também que a prática econômico-solidária aumenta a sensação de autonomia do sócio-trabalhador, aumenta a sensação de reconhecimento (uma vez que eles conseguem compreender seu papel no EES), aumenta a clareza que a participação deles importa no funcionamento do EES e, por sua vez, aumenta a sensação de segurança e de permanência que esses têm em relação ao seu trabalho no EES.

Tabela 43

**Nome das classes de comportamento (152-178) constituintes da classe geral
“Executar prática econômico-solidária” conforme número atribuído na Figura 17**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|--|
| 152 | Avaliar se as decisões individuais tomadas são correspondentes a prática do empreendimento econômico-solidário e da Economia Solidária |
| 153 | Tomar decisões individualmente referente a atuação do empreendimento econômico-solidário |
| 154 | Identificar situações nas quais é possível tomar decisões individualmente |
| 155 | Prover necessidades próprias, familiares ou do grupo |
| 156 | Identificar possibilidade de atender as próprias necessidades |
| 157 | Identificar necessidades próprias |
| 158 | Identificar possibilidade de atender as necessidades familiares |
| 159 | Identificar necessidades familiares dos sócio-trabalhadores |
| 160 | Identificar possibilidade de atender as necessidades do grupo |
| 161 | Identificar necessidades do grupo |
| 162 | Participar de modo equitativo na economia do empreendimento econômico-solidário |
| 163 | Estabelecer relações humanas diversas |
| 164 | Estabelecer relações de igualdade |
| 165 | Identificar indicativos de relação de igualdade |
| 166 | Estabelecer relações de cooperação |
| 167 | Identificar identificativos de relações de cooperação |
| 168 | Estabelecer relações de preocupação com o bem-estar do ser humano |
| 169 | Identificar indicativos de relações de preocupação com o bem-estar do ser humano |
| 170 | Expressar-se adequadamente |
| 171 | Desenvolver meios de se expressar dentro do empreendimento econômico-solidário |
| 172 | Comunicar-se com outro sócio-trabalhador de forma mais direta possível |
| 173 | Comunicar-se com outros sócio-trabalhadores |
| 174 | Adequar os comportamentos às características do sócio-trabalhador que é o interlocutor da conversa |
| 175 | Identificar características do sócio-trabalhador que é o interlocutor da conversa |
| 176 | Promover motivação para o trabalho no empreendimento econômico-solidário |
| 177 | Motivar a si mesmo para trabalhar no empreendimento econômico-solidário |
| 178 | Motivar aos outros para trabalhar no empreendimento econômico-solidário |

Por fim, com base nas informações sobre a prática econômico-solidária e suas características obtidas por meio da apresentação da classe de “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e prática econômico-solidária” e o plano do empreendimento econômico-solidário (EES) obtido por meio da classe “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário”, cabe ao sócio-trabalhador “Executar prática econômico-solidária formulada”. Ao “Executar prática econômico-solidária” é esperado, como estímulo consequente, um EES autogerido de

maneira bem-sucedida conforme os princípios da Economia Solidária e como um modelo alternativo a lógica capitalista. E que, por meio da prática econômico-solidária desse EES, sejam atendidas ou atenuadas as necessidades sociais – de renda, trabalho, cidadania, formação, convivência social e resinserção social – da comunidade, que seja propagado o consumo solidário, que seja desenvolvida a autonomia do sócio-trabalhador, aumentada a autonomia local e que efetive as condições psicossociais dos sócio-trabalhadores. Isso de modo que ao “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidária” encontre um EES correspondente ao que é teoricamente (às vezes, utopicamente) esperado.

VII

CARACTERÍSTICAS DA CLASSE GERAL “AVALIAR PRÁTICA ECONÔMICO-SOLIDÁRIA EXECUTADA PELO EMPREENDIMENTO ECONÔMICO-SOLIDÁRIO”

A partir dos resultados obtidos por meio da classe “Executar prática econômico-solidária”, cabe aos sócio-trabalhadores, a rede de empreendimentos econômico-solidários (EES) e aos atores sociais “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário”. Avaliar a atuação do EES possibilita identificar se os resultados propostos foram atingidos; se as mudanças sociais observadas correspondem as ações do EES; se as necessidades sociais da comunidade foram atendidas; se é necessário realizar mudanças na atuação do EES; se a atuação do EES obteve resultados e quais; e aumenta a probabilidade (por meio de resultados positivos) que outros indivíduos e atores sociais se interessem pela prática econômico-solidária (Borges-Andrade & Zanelli, 2014; Krzyzanovski, 2019; Zanelli, Bastos, & Rodrigues, 2014).

Conforme ao que está apresentado na Tabela 42, a classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário” possui como classe de estímulo antecedente os resultados obtidos por meio da classe “Executar prática econômico-solidária planejada” e variáveis relacionadas aos resultados, impactos e relações estabelecidas pelo empreendimento econômico-solidário (EES). Perante isso, os sócio-trabalhadores, outros EES da rede ou/e atores sociais apresentam comportamentos constituintes da classe de respostas com o objetivo de obter, como classe de estímulos consequentes, uma prática econômico-solidária atualizada ao contexto atual, efetiva como modelo alternativo a lógica capitalista e servindo como exemplo de prática para outros indivíduos, atores sociais e EES.

Tabela 44

Caracterização dos componentes (classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário”

| Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário | | |
|--|---|--|
| Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes |
| <ul style="list-style-type: none"> - Prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário inaugurado - Prática econômico-solidária do sócio-trabalhador - Impacto da prática econômico-solidária na rede de empreendimentos econômico-solidários - Impacto da prática econômico-solidária nas necessidades sociais da comunidade - Impacto da prática econômico-solidária no sócio-trabalhador como meio de formação, convivência e bem-estar - Impacto da prática econômico-solidária como alternativa à lógica capitalista - Relações estabelecidas entre o empreendimento econômico-solidário e as organizações sociais, atores sociais e instituições de fomento - Relações estabelecidas entre o empreendimento econômico-solidário e outros empreendimentos dentro e fora da rede | <p>Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário</p> <ul style="list-style-type: none"> • Distinguir resultados da Economia Solidária em diferentes períodos • Relacionar resultados da Economia Solidária • Promover mudanças necessárias no trabalho realizado pelo empreendimento econômico-solidário • Avaliar a efetividade dos impactos causados pelos comportamentos constituintes da prática econômico-solidária | <p><i>Consequências políticas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Prática econômico-solidária efetivada como modo de organização e trabalho diferente a lógica capitalista - Prática econômico-solidária aprimorada conforme os resultados encontrados pela avaliação - Aumento da probabilidade da produção e divulgação de conhecimento sobre Economia Solidária - Aumento da probabilidade de indivíduos externos a Economia Solidária interessarem-se por sua prática, uma vez alcançados os resultados esperados pelo empreendimento econômico-solidário <p><i>Consequências sociais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Prática econômico-solidária atualizada (por ex: novas necessidades sociais, contexto histórico etc.) <p><i>Consequências individuais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumento da probabilidade de outros indivíduos optarem pela prática econômico-solidária como meio de atender as necessidades sociais |

As classes de comportamentos que constituem a classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário” foram

organizados em mapa de ensino, como é apresentado na Figura 18, e posteriormente agrupados em três conjuntos: (1) resultados alcançados pela prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário (EES); (2) grau de bem-estar dos sócio-trabalhadores e mudanças necessárias no trabalho realizado pelo EES; e (3) grau de satisfação individual com o EES como fonte de renda, trabalho e convivência social.

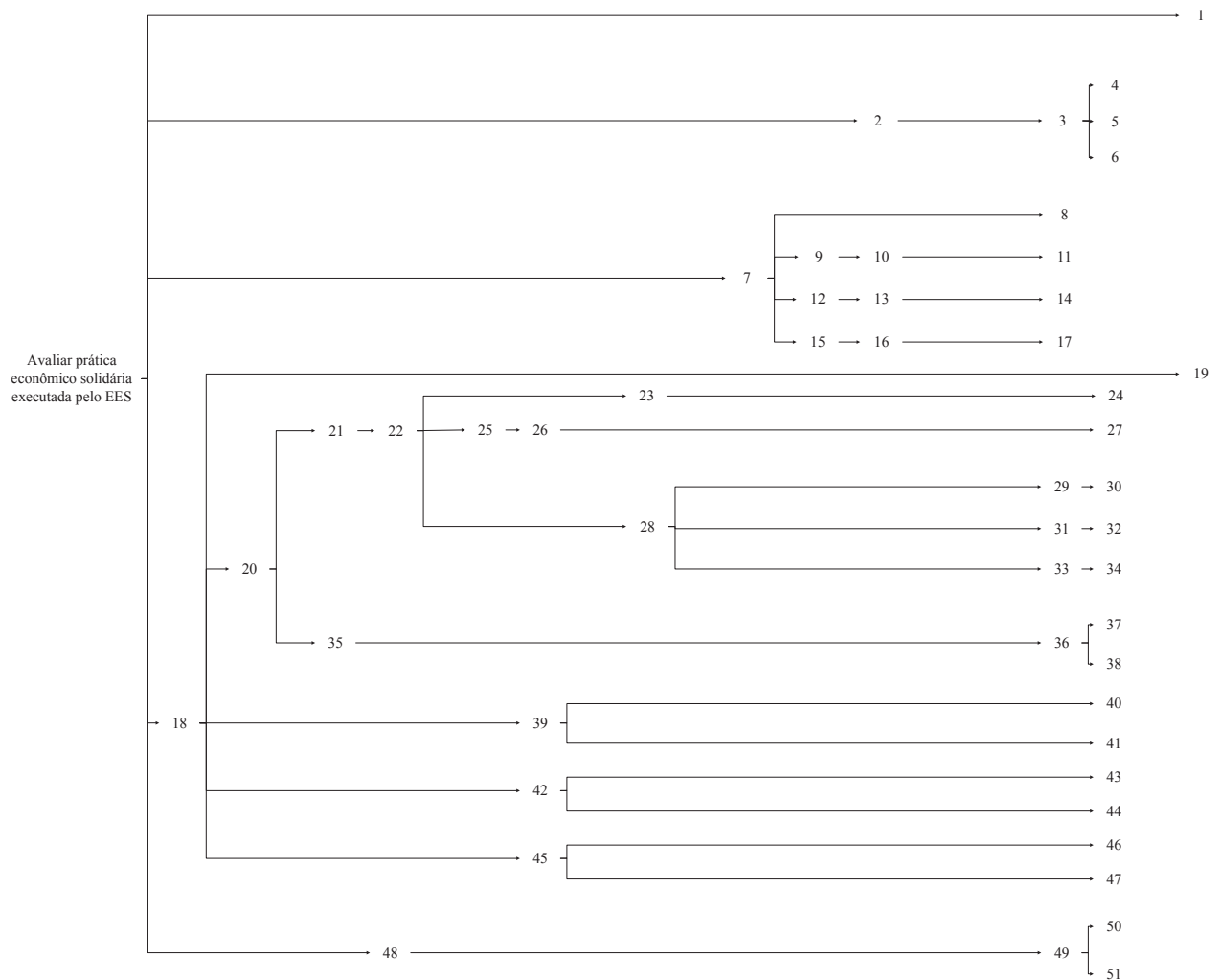


Figura 18: Representação da classe geral "Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidária"

O primeiro conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 18 faz referência resultados alcançados pela prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 43. A principal classe de

comportamento que compõe o primeiro conjunto constituinte da classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário” é: “Distinguir resultados da Economia Solidária em diferentes períodos (curto, médio e longo prazo)”.

Tabela 45

Nome das classes de comportamento (01-17) constituintes da classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 18

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|--|
| 1 | Identificar motivos para avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário |
| 2 | Distinguir resultados da Economia Solidária em diferentes períodos (curto, médio e longo prazo) |
| 3 | Identificar resultados da Economia Solidária |
| 4 | Identificar resultados a curto prazo da Economia Solidária |
| 5 | Identificar resultados a médio prazo da Economia Solidária |
| 6 | Identificar resultados a longo prazo da Economia Solidária |
| 7 | Relacionar resultados alcançados pela Economia Solidária |
| 8 | Identificar resultados gerais alcançados pela Economia Solidária |
| 9 | Relacionar resultados alcançados pela Economia Solidária com a atuação de diferentes tipos de instituições |
| 10 | Avaliar influência da atuação de diferentes tipos de instituições na prática da Economia Solidária |
| 11 | Identificar diferentes tipos de instituições que influenciaram na prática da Economia Solidária |
| 12 | Relacionar resultados alcançados pela Economia Solidária com a atuação de diferentes pessoas |
| 13 | Avaliar a influência da atuação de diferentes pessoas na prática da Economia Solidária |
| 14 | Identificar diferentes pessoas que influenciaram na prática da Economia Solidária |
| 15 | Relacionar resultados alcançados pela Economia Solidária com a atuação de diferentes atores sociais |
| 16 | Avaliar a influência da atuação de diferentes atores sociais na prática da Economia Solidária |
| 17 | Identificar diferentes atores sociais que influenciaram na prática da Economia Solidária |

A classe “Distinguir resultados da Economia Solidária em diferentes períodos (curto, médio e longo prazo)” foi elaborada com base na dificuldade sistematizada por Coser e Cortegoso (2008) que a baixa efetividade dos princípios da Economia Solidária poderia estar associada a baixas quantidades de estímulos e reforçadores positivos nos processos de tomada de decisão dos empreendimentos econômico-solidários (EES). A prática econômico-solidária é mantida por contingências entrelaçadas, no sentido que

ações individuais isoladas não conseguiram atingir os resultados alcançados pelas ações grupais (Souza & Carrara, 2013). Nesse caso, a prática econômico-solidária, por meio de uma leitura analítico comportamental, seria uma prática cultural que assegura consequências compartilháveis ao grupo, tanto em curto ou longo prazo, de modo que os indivíduos constituintes dessa prática cultural são afetados por essas consequências (Souza & Carrara, 2013). Ou seja, o que garante as consequências reforçadoras (aquelas que aumentam a probabilidade da ação continuar acontecendo) e a manutenção da prática é coerência entre as práticas individuais (Souza & Carrara, 2013).

Essas ações individuais e grupais são mantidas por consequências reforçadoras de curto prazo (RCP), reforçadoras de longo prazo (RLP), reforçadoras naturais (RN) e/ou reforçadoras arbitrárias (RA) (Souza & Carrara, 2013). O que diferencia as RCP e as RLP é o tempo entre a resposta e a consequência (Souza & Carrara, 2013). Os RCP ocorreram em uma dimensão temporal próxima ao responder, enquanto os RLP não envolvem contiguidade e ocorrem em uma dimensão temporal mais distante do responder, de modo que as consequências só irão ocorrer depois de um intervalo “longo” de tempo (Souza & Carrara, 2013). O que auxilia a identificar que uma das possíveis dificuldades de se estabelecer o repertório econômico-solidário nos sócio-trabalhadores é que (1) RCPs são mais efetivos em manter comportamentos e (2) que quanto maior o tempo decorrido entre a emissão da resposta e uma consequência, maior a probabilidade de que outras respostas se apresentem nesse intervalo, prejudicando o grau de dependência entre a resposta e a RLP obtida (Souza & Carrara, 2013). Ou seja, é possível que os sócio-trabalhadores apresentem comportamentos associados à lógica capitalista e a prática heterogestionária por obterem RCPs, uma vez que os reforçadores da prática econômico-solidária encontram-se distantes do seu responder.

Por conta dessas dificuldades relacionadas aos reforçadores de curto prazo (RCP) e aos reforçadores de longo prazo (RLP), torna-se interessante identificar possibilidades de controlar os comportamentos dos praticantes da Economia Solidária por regras. As regras podem sinalizar dois tipos de contingências: de curto prazo com reforço arbitrário (RA), na qual o comportamento é mantido pela comunidade verbal; e de longo prazo, que determina a regra de curto prazo, possibilitando ao indivíduo acesso a possíveis RLPs como saúde e bem-estar (Souza & Carrara, 2013). Mas quando são elaboradas contingências reforçadoras arbitrárias é possível transicionar para reforçadores naturais, isso pode ocorrer conforme a clareza dos RLPs é aumentada ou quando o repertório

econômico-solidário já está suficientemente desenvolvido a ponto de conseguir se manter via RLPs (Souza & Carrara, 2013). É essa transição de RA para RN e de RCP para RLP que consolidam repertórios de práticas culturais (Souza & Carrara, 2013).

Com isso, a classe “Distinguir resultados da Economia Solidária em diferentes períodos (curto, médio e longo prazo)” serve como meio de diferenciar e identificar os reforçadores obtidos pela prática econômico-solidária, de modo a possibilitar (caso necessário) que sejam elaboradas mais contingências reforçadoras arbitrárias para manter a prática econômico-solidária e também ressaltar os reforçadores de longo prazo obtidos por meio da prática econômico-solidária. Para que, a longo prazo, possibilite-se a consolidação da prática econômico-solidária como prática cultural.

O segundo conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 18 faz referência resultados alcançados pela prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 44. As principais classes de comportamento que compõe o segundo conjunto constituinte da classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário” são: “Promover mudanças necessárias no trabalho realizado pelo empreendimento econômico-solidário” e “Avaliar o grau de bem-estar dos indivíduos posteriormente a inauguração do empreendimento econômico-solidário”.

A classe “Promover mudanças necessárias no trabalho realizado pelo empreendimento econômico-solidário” é relevante para obter os resultados finais esperados da classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário”. Ao “Promover mudanças necessárias no trabalho realizado pelo empreendimento econômico-solidário” é aumentada a possibilidade de obter como resultado uma prática econômico-solidária atualizada. Além do que é, ao apresentar essa classe, que os sócio-trabalhadores podem realizar alterações na prática do empreendimento econômico-solidário (EES) para que ele obtenha os resultados esperados (tabelas do anexo I e II).

A classe “Avaliar o grau de bem-estar dos indivíduos posteriormente a inauguração do empreendimento econômico-solidário” faz referência ao quanto a prática econômico-solidária afeta o grau de bem-estar ou da saúde do trabalhador. No caso de EES que efetivam (ou buscam efetivar) a prática autogestionária, esses

possibilitam que o coletivo de sócio-trabalhadores decidam e alterem a forma de trabalho com o intuito de aumentar o grau de bem-estar dos sócio-trabalhadores (Dimov & Nóbrega, 2014). Na prática autogestionária o “pensar” na saúde dos sócio-trabalhadores não ocorre somente nas assembleias, mas também quando é conferido aos sócio-trabalhadores autonomia para decidir sobre, por exemplo, momento de pausas, turno de trabalho, quais atividades serão desempenhadas etc. (Dimov & Nóbrega, 2014). Essas decisões possibilitam que o sócio-trabalhador escolha seu próprio ritmo de trabalho, aumentando a probabilidade de obter resultados positivos ao avaliar o grau de satisfação individual com o EES (Dimov & Nóbrega, 2014).

Tabela 46

Nome das classes de comportamento (18-38) constituintes da classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 18

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|--|
| 18 | Promover mudanças necessárias no trabalho realizado pelo empreendimento econômico-solidário |
| 19 | Identificar motivos para promover mudanças necessárias no trabalho realizado pelo empreendimento econômico-solidário |
| 20 | Avaliar o trabalho do empreendimento econômico-solidário em andamento |
| 21 | Propor critérios para avaliar o trabalho que está sendo realizado pelo empreendimento econômico-solidário |
| 22 | Identificar mudanças a serem feitas na atuação do empreendimento econômico-solidário |
| 23 | Identificar grau de satisfação com os serviços/produtos ofertados pelo empreendimento econômico-solidário |
| 24 | Identificar indivíduos que são “clientes” do empreendimento econômico-solidário |
| 25 | Identificar necessidade de alterar o bem-estar dos indivíduos |
| 26 | Avaliar o grau de bem-estar dos indivíduos posteriormente a inauguração do empreendimento econômico-solidário |
| 27 | Identificar grau de bem-estar dos indivíduos |
| 28 | Identificar comportamentos a serem alterados nas relações econômicas atuais |
| 29 | Identificar necessidade de alterar tipo de relação econômica |
| 30 | Identificar tipo de relação econômica estabelecida |
| 31 | Identificar necessidade de alterar o grau de igualdade da relação econômica |
| 32 | Identificar grau de qualidade da relação econômica estabelecida |
| 33 | Identificar necessidade de alterar o grau de qualidade da relação econômica |
| 34 | Identificar grau de igualdade da relação econômica estabelecida |
| 35 | Enfrentar situações de frustrações derivadas da prática econômico-solidária |
| 36 | Identificar alternativas para frustrações, erros e fracassos |
| 37 | Identificar causas de fracassos nas atividades do empreendimento econômico-solidário |
| 38 | Identificar causas de erros nas atividades do empreendimento econômico-solidário |

O terceiro conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 18 faz referência resultados alcançados pela prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 45. A principal classe de comportamento que compõe o terceiro conjunto constituinte da classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário” é: “Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento econômico-solidário como fonte de renda”, “Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento econômico-solidário como trabalho” e “Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento econômico-solidário como convivência social”.

Tabela 47

Nome das classes de comportamento (39-51) constituintes da classe geral “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário” conforme número atribuído na Figura 18

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|----|--|
| 39 | Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento econômico-solidário como fonte de renda |
| 40 | Identificar aspectos negativos em relação ao empreendimento econômico-solidário como fonte de renda |
| 41 | Identificar aspectos positivos em relação ao empreendimento econômico-solidário como fonte de renda |
| 42 | Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento econômico-solidário como trabalho |
| 43 | Identificar aspectos negativos em relação ao trabalho que está sendo realizado pelo empreendimento econômico-solidário |
| 44 | Identificar aspectos positivos em relação ao trabalho que está sendo realizado pelo empreendimento econômico-solidário |
| 45 | Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento econômico-solidário como convivência social |
| 46 | Identificar aspectos negativos em relação ao empreendimento econômico-solidário como convivência social |
| 47 | Identificar aspectos positivos em relação ao empreendimento econômico-solidário como convivência social |
| 48 | Avaliar a efetividade dos impactos causados pelos comportamentos constituintes da prática econômico-solidária |
| 49 | Identificar adaptações necessárias no repertório comportamental dos membros do empreendimento econômico-solidário |
| 50 | Identificar comportamentos a serem alterados nas relações econômicas atuais |
| 51 | Identificar comportamentos a serem alterados na perspectiva atual de ser humano |

As classes “Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento econômico-solidário como fonte de renda”, “Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento econômico-solidário como trabalho” e “Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento econômico-solidário como convivência social” fazem referência ao atendimento das necessidades sociais da comunidade e dos sócio-trabalhadores. Um dos objetivos da Economia Solidária é atender as necessidades sociais e, de acordo com o SENAES (2013), ser “uma fonte complementar de renda para os associados” e ser “uma alternativa ao desemprego” são os principais motivos e necessidades sociais que levem os sócio-trabalhadores a se engajarem na prática econômico-solidária. O empreendimento econômico-solidário se desenvolve como meio de convivência social, por exemplo, nos casos de articulação entre Economia Solidária e Saúde Mental. Nos quais os usuários de serviços de Saúde Mental não interpretam a prática econômico-solidária apenas como uma meio de obter renda e trabalho, mas também como meio de resignificar seu papel no grupo, na família e na sociedade (Alves dos Santos & Carnut, 2018; Andrade, Buralli, Vida, Fransozio, & Santos, 2013; Bonadio & Silveira, 2013; Campos, Magalhães, Kikuchi, Jabur, Rebouças, & Pinheiro, 2015).

Por fim, a partir da apresentação da classe de comportamentos “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário” é esperado que se obtenha informações sobre os resultados atingidos pelo empreendimento econômico-solidário (EES), se o EES conseguiu atender as necessidades sociais e se é necessário ou indicado realizar alterações na atuação do EES. A classe também permite aumentar a clareza sobre as contingências que mantém a prática econômico-solidária, da mesma maneira que aumenta a probabilidade de se “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” e “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” como um meio de propaga-la como prática cultural.

VIII

CARACTERÍSTICAS DAS CLASSES GERAIS “PRODUZIR CONHECIMENTO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA” E “DIVULGAR CONHECIMENTO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA”

As classes gerais “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” e “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” não dependem do desenvolvimento de todas as outras classes gerais, ou seja, essa classe não faz parte da cadeia comportamental⁸⁶ de “Autogerir empreendimento econômico-solidário”. Por exemplo, não é necessário “Planejar prática econômico-solidário do empreendimento econômico-solidário” para “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” ou “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária”. O que ocorre é que classes de comportamento constituintes das classes gerais aumentam a probabilidade de “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” e “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” (apêndices I, II, III). Por exemplo, ao “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e prática econômico-solidária” é possível identificar lacunas ou divergências no conhecimento sobre Economia Solidária, o qual poderia aumentar a probabilidade de “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária”, em específico sobre essa lacuna ou divergência. Além de que, da mesma maneira que a classe “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário”, a classe “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” ou “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” não precisa ser necessariamente apresentada pelos sócio-trabalhadores que compõe o empreendimento econômico-solidário (EES). Essas duas classes podem ser apresentadas pelos sócio-trabalhadores, atores sociais, agências de fomento e outros indivíduos externos a prática econômico-solidária.

A partir disso, a classe “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária”, conforme apresentado na Tabela 46, possui como estímulo antecedente a prática dos EESs, princípios da Economia Solidária, impacto da prática econômico-solidária nos sócio-trabalhadores e na comunidade, o desenvolvimento histórico e territorial proporcionado pelo EES. Perante isso, os sócio-trabalhadores, agências de fomento e atores sociais apresentam comportamentos constituintes da classe de respostas, com o

⁸⁶ O termo “cadeia comportamental” faz referência a sequências de respostas, nas quais uma resposta produz, como estímulo consequente, um estímulo antecedente para a resposta seguinte (Borges & Todorov, 1985).

objetivo de obter, como classe de estímulos consequente, um meio de divulgar a prática econômico-solidária como modelo alternativo à lógica capitalista, de aumentar a probabilidade de outros indivíduos e instituições se interessarem pela Economia Solidária e de aumentar a probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar como política pública.

Tabela 48

Caracterização dos componentes (classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária”

| Produzir conhecimento sobre Economia Solidária | | |
|---|--|--|
| Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes |
| <ul style="list-style-type: none"> - Prática econômico-solidária avaliada - Especificidades e inovações realizadas pelo empreendimento econômico-solidário - Impacto da prática econômico dos/nos sócio-trabalhadores - Impacto da prática econômico-solidária nas necessidades sociais da comunidade - Desenvolvimento histórico e territorial proporcionado pelo empreendimento econômico-solidário - Formação, treinamento e educação realizada pelo empreendimento econômico-solidária - Relação do empreendimento econômico-solidário com instituições de fomento, atores sociais e organizações sociais - Relação do empreendimento econômico-solidário com outros empreendimentos dentro ou fora da rede | <p>Produzir conhecimento sobre Economia Solidária</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a efetividade dos impactos causados pelos comportamentos constituintes da prática econômico-solidária • Sistematizar conhecimentos desenvolvidos por indivíduos e organizações próximas e abrangentes da Economia Solidária sobre a prática econômico-solidária • Socializar concepções da Economia Solidária • Aplicar conhecimentos e tecnologias desenvolvidas pelas universidades na prática econômico-solidária | <p><i>Consequências políticas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Prática econômico-solidária divulgada como alternativa econômica - Desenvolvimento contínuo da Economia Solidária propagado - Aumento da probabilidade de outros indivíduos, organizações e instituições se interessarem pela prática econômico-solidária - Aumento da probabilidade de desenvolver outros atores sociais e instituições de fomento - Aumento da probabilidade da Economia Solidária se desenvolver como política pública |

As classes de comportamentos que constituem a classe geral “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” foram organizados em mapa de ensino, como é apresentado na Figura 19, e posteriormente agrupados em três conjuntos: (1) conhecimentos já existentes sobre Economia Solidária, (2) conceitos da Economia Solidária e (3) relação entre Economia Solidária e as Universidades.

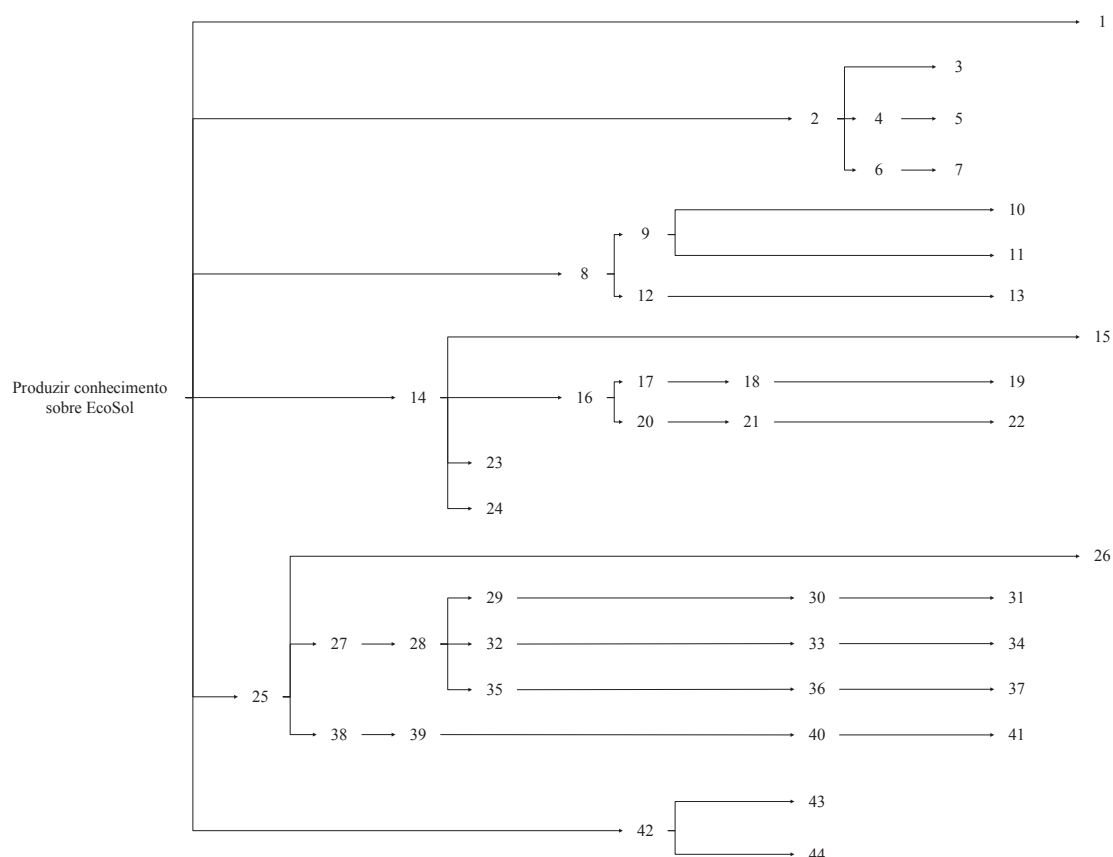


Figura 19: Representação da classe geral “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária”

O primeiro conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 19 faz referência aos conhecimentos já existentes sobre Economia Solidária. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 47. A principal classe de comportamento que compõe o primeiro conjunto constituinte da classe geral “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” é: “Descrever comportamentos humanos no contexto da Economia Solidária” e “Sistematizar conhecimentos desenvolvidos, por indivíduos e organizações próximas e abrangentes da Economia Solidária, sobre a prática econômico-solidária”.

A classe “Descrever comportamentos humanos no contexto da Economia Solidária” faz referência a aplicar os conhecimentos da Análise do Comportamento (AC) na prática econômico-solidária. A relevância disso decorre da possibilidade de o analista do comportamento atuar na Economia Solidária com a finalidade de modificar repertórios comportamentais (Souza & Carrara, 2013). Sob a ótica da AC também é possível descrever as partes funcionais dos comportamentos e auxiliar a promover a manutenção, a longo prazo, da prática econômico-solidária como uma prática cultural (Souza & Carrara, 2013).

A classe “Sistematizar conhecimentos desenvolvidos, por indivíduos e organizações próximas e abrangentes da Economia Solidária, sobre a prática econômico-solidária” é uma classe próxima as classes apresentadas na classe geral “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática econômico-solidária”. Isso porque são classes que dependem da produção de conhecimento sobre Economia Solidária. Para produzir conhecimento é necessário sistematizar os conhecimentos, não necessariamente ou somente os científicos sobre a Economia Solidária, mas também os conhecimentos oriundos do “saber-fazer” da comunidade que abrange o empreendimento econômico-solidário (apêndices II e III).

Tabela 49

**Nome das classes de comportamento (01-13) constituintes da classe geral
“Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” conforme número atribuído
na Figura 19**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|---|
| 1 | Identificar motivos para produzir conhecimento sobre Economia Solidária |
| 2 | Avaliar a efetividade dos impactos causados pelos comportamentos constituintes da prática econômico-solidária |
| 3 | Identificar meio de avaliar a efetividade dos impactos causados pelos comportamentos humanos e organizacionais na prática da Economia Solidária |
| 4 | Descrever comportamentos humanos no contexto da Economia Solidária |
| 5 | Identificar comportamentos humanos no contexto da Economia Solidária |
| 6 | Descrever comportamentos organizacionais no contexto da Economia Solidária |
| 7 | Identificar comportamentos organizacionais no contexto da Economia Solidária |
| 8 | Sistematizar conhecimentos desenvolvidos, por indivíduos e organizações próximas e abrangentes da Economia Solidária, sobre a prática econômico-solidária |
| 9 | Sistematizar conhecimento sobre a prática econômico-solidária |
| 10 | Identificar conhecimento desenvolvido por indivíduos que praticam a Economia Solidária |
| 11 | Identificar conhecimento desenvolvido por organizações que praticam a Economia Solidária |
| 12 | Sistematizar novo conhecimento sobre a prática econômico-solidária |

O segundo conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 19 faz referência aos conceitos da Economia Solidária. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 48. A principal classe de comportamento que compõe o segundo conjunto constituinte da classe geral “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” é: “Aprimorar conceitualmente a prática econômico-solidária”.

A classe “Aprimorar conceitualmente a prática econômico-solidária” faz referência a dois objetivos. O primeiro é aumentar a correspondência entre os conceitos utilizados na pesquisa científica e os conceitos utilizados e sistematizados pelo “saber-fazer” dos sócio-trabalhadores. Isso porque, ao produzir conhecimento utilizando termos correspondentes a prática dos sócio-trabalhadores, aumenta-se a probabilidade dos sócio-trabalhadores utilizarem os conhecimentos produzidos para planejar a prática econômico-solidária (apêndices II e III). O segundo faz referência a aumentar a clareza e a precisão dos conceitos utilizados, por meio de especificação das variáveis críticas que os compõe, com a finalidade de aumentar a probabilidade que esse conceito influencie as ações dos sócio-trabalhadores (Copi, 1981; Wilson, 2001).

Tabela 50

**Nome das classes de comportamento (14-24) constituintes da classe geral
“Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” conforme número atribuído
na Figura 19**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|--|
| 14 | Socializar concepções da Economia Solidária |
| 15 | Identificar motivos para socializar concepções da Economia Solidária |
| 16 | Adequar os conceitos para a realidade da prática econômico-solidária |
| 17 | Aprimorar conceitualmente a prática econômico-solidária |
| 18 | Avaliar necessidade de aprimorar conceitualmente a prática econômico-solidária |
| 19 | Identificar conceitos da prática econômico-solidária |
| 20 | Aprimorar instrumentalmente a prática econômico-solidária |
| 21 | Avaliar necessidade de aprimorar instrumentalmente a prática econômico-solidária |
| 22 | Identificar instrumentos da prática econômico-solidária |
| 23 | Elaborar propostas conceituais no campo da Economia Solidária |
| 24 | Elaborar propostas políticas no campo da Economia Solidária |

O terceiro conjunto de comportamentos apresentado no mapa de ensino exposto na Figura 19 faz referência a relação da Economia Solidária com as universidades. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte desse conjunto estão descritos na Tabela 49. A principal classe de comportamento que compõe o terceiro conjunto constituinte da classe geral “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” é: “Aplicar conhecimentos e tecnologias desenvolvidas pela Universidade na prática econômico-solidária”, “Garantir acesso do empreendimento econômico-solidário aos conhecimentos produzidos pelas Universidades” e “Garantir acesso do empreendimento econômico-solidário a tecnologias produzidas pelas Universidades”.

As classes “Aplicar conhecimentos e tecnologias desenvolvidas pela Universidade na prática econômico-solidária”, “Garantir acesso do empreendimento econômico-solidário aos conhecimentos produzidos pelas Universidades” e “Garantir acesso do empreendimento econômico-solidário a tecnologias produzidas pelas Universidades” fazem referência as possíveis relações que o empreendimento econômico-solidário (EES) pode desenvolver com as Universidades. Um exemplo de relação estabelecida entre EES e a Universidade é via incubadoras de empreendimentos, essas podendo ser Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares ou UNITRABALHO (Oliveira Filho, 2016; UNITRABALHO, 2018).

Tabela 51

**Nome das classes de comportamento (25-44) constituintes da classe geral
“Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” conforme número atribuído
na Figura 19**

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|--|
| 25 | Aplicar conhecimentos e tecnologias desenvolvidas pela Universidade na prática econômico-solidária |
| 26 | Identificar motivos para aplicar conhecimento e tecnologias desenvolvidas pela Universidade na prática econômico-solidária |
| 27 | Garantir acesso do empreendimento econômico-solidário aos conhecimentos produzidos pelas Universidades |
| 28 | Produzir conhecimento sobre Economia Solidária |
| 29 | Produzir conhecimento sobre a autogestão administrativa dos empreendimento econômico-solidário |
| 30 | Avaliar conhecimento disponível sobre a autogestão administrativa dos empreendimento econômico-solidário |
| 31 | Identificar conhecimento disponível sobre a autogestão administrativa dos empreendimento econômico-solidário |
| 32 | Produzir conhecimento sobre as cadeias produtivas dos empreendimento econômico-solidário |

- 33 Avaliar conhecimento disponível sobre as cadeias produtivas dos empreendimento econômico-solidário
 - 34 Identificar conhecimento disponível sobre as cadeias produtivas dos empreendimento econômico-solidário
 - 35 Produzir conhecimento sobre cooperativismo dos empreendimento econômico-solidário
 - 36 Avaliar conhecimento disponível sobre cooperativismo dos empreendimento econômico-solidário
 - 37 Identificar conhecimento disponível sobre cooperativismo dos empreendimento econômico-solidário
 - 38 Garantir acesso dos empreendimento econômico-solidário a tecnologias produzidas pelas Universidades
 - 39 Produzir tecnologia que auxilie o desenvolvimento da Economia Solidária
 - 40 Avaliar tecnologia disponível que auxilia o desenvolvimento da Economia Solidária
 - 41 Identificar tecnologia disponível que auxilia o desenvolvimento da Economia Solidária
 - 42 Criar incubadoras universitárias de empreendimento econômico-solidário
 - 43 Avaliar a importância das incubadoras para a prática econômico-solidária
 - 44 Avaliar a necessidade de criar nova incubadora universitária
-

Estabelecer relação entre o EES e a Universidade é relevante porque as universidades são instituições (1) capazes de reunir condições para evitar a descontinuidade do processo de incubação; (2) de desenvolver conhecimento interdisciplinar visto que diversas áreas do conhecimento podem auxiliar a incubação dos empreendimentos; (3) aprender e propagar os novos conhecimentos elaborados nos processos de incubação colaborando para a dissiminação das práticas econômico-solidárias; e (4) por serem constituídas por três vertentes: pesquisa, ensino e extensão (Cortegoso & Lussi, 2016; Oliveira Filho, 2016). E também, por conta do contexto histórico atual influenciado pelo governo do presidente Jair Bolsonaro e as mudanças decorridas de sua gestão, é aumentada a responsabilidade das Universidades e dos pesquisadores a continuar, por meio de pesquisa e de incubação, a fomentar e apoiar a prática econômico-solidária.

Por sua vez, a classe geral “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” é composta por 27 comportamentos. Esses são muitos similares a algumas classes de comportamentos descritas de “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” e também não precisam do desenvolvimento das outras classes gerais para ocorrer. Conforme apresentado na Tabela 52 a classe “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” possui como estímulo antecedente principal os conhecimentos e tecnologias desenvolvidos por e para a Economia Solidária, os meios de divulgação de conhecimentos, as especificidades e inovações realizadas no campo da Economia

Solidária e também a relação do empreendimento econômico-solidário com outros empreendimentos e instituições. Perante a isso, os sócio-trabalhadores, agências de fomento e atores sociais apresentam comportamentos constituintes da classe de repostas, com o objetivo de obter como resultado que a prática econômico-solidária seja divulgada como prática econômica alternativa, que a Economia Solidária consiga se desenvolver e que outros indivíduos ou instituições se interessem por ela.

Tabela 52

Caracterização dos componentes (classe de estímulos antecedentes, classe de respostas e classe de estímulos consequentes) da classe geral “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária”

| Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária | | |
|---|--|--|
| Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes |
| <ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento ou tecnologias produzidas por e para a prática econômico-solidária - Meios de divulgação de conhecimentos - Especificidades e inovações realizadas pelo empreendimento econômico-solidário - Impacto da prática econômico dos/nos sócio-trabalhadores - Impacto da prática econômico-solidária nas necessidades sociais da comunidade - Relação do empreendimento econômico-solidário com instituições de fomento, atores sociais e organizações sociais - Relação do empreendimento econômico-solidário com outros empreendimentos dentro ou fora da rede | <p>Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistematizar conhecimentos desenvolvidos por indivíduos e organizações próximas e abrangentes da Economia Solidária sobre a prática econômico-solidária • Avaliar conhecimentos produzidos sobre Economia Solidária • Identificar meios de divulgar a prática econômico-solidária | <p><i>Consequências políticas:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Prática econômico-solidária divulgada como prática econômica alternativa - Desenvolvimento contínuo da Economia Solidária propagado - Aumento da probabilidade de outros indivíduos, organizações e instituições se interessarem pela prática econômico-solidária |

As classes de comportamento que constituem a classe geral “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” foram organizados em mapa de ensino, como é apresentado na Figura 20:

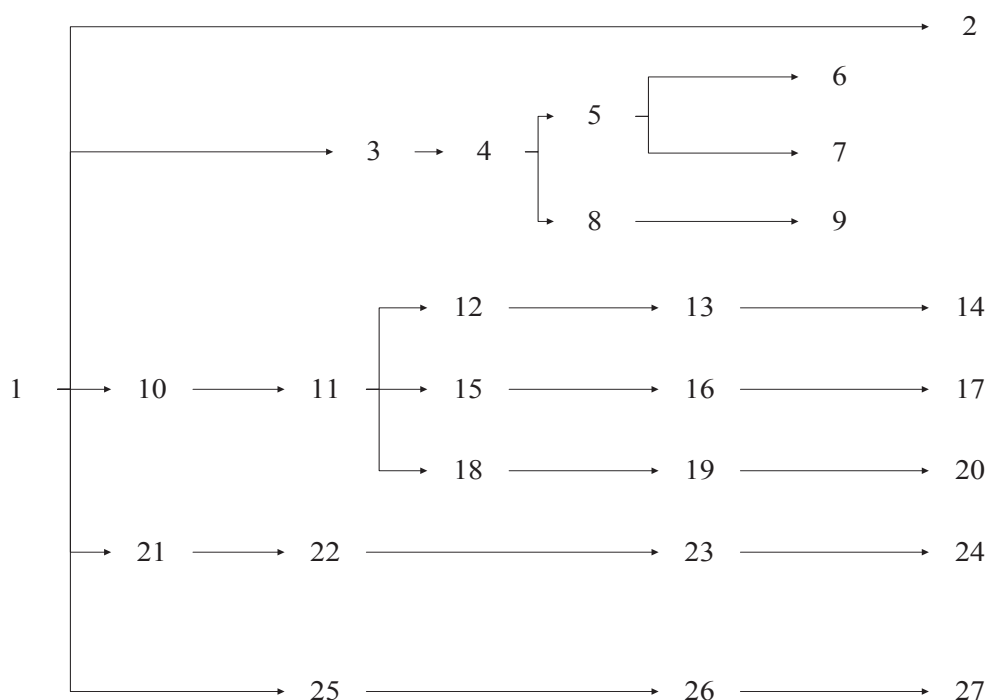


Figura 20: Representação da classe geral “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária”

Os comportamentos apresentados no mapa de ensino exposto na Figura 20 fazem referência aos conhecimentos já existentes sobre Economia Solidária e sua divulgação. Os nomes das classes de comportamento que fazem parte da classe geral “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” estão descritos na Tabela 53.

Os comportamentos que compõe a classe geral “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” são similares aos comportamentos apresentados na classe “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária”. Mas, por serem duas classes distintas e que podem ocorrer sem a obrigatoriedade de desenvolver a outra, os comportamentos foram novamente listados nessa classe. Os principais comportamentos que constituem essa classe são relacionados a: (1) sistematizar conhecimento científico e do saber-fazer para poder divulgar essas informações; (2) a relação que é estabelecida entre Economia Solidária e as Universidades, tanto no processo de desenvolver a prática

econômico-solidária, mas especialmente também como um meio de divulgação da prática via aulas, congressos, palestras, estágios etc.; e (3) comportamentos relacionados a escolher os meios de divulgação (acadêmicos e não-acadêmicos), por exemplo, internet, redes sociais, ONGs e cartilhas.

Tabela 53

Nome das classes de comportamento (1-27) constituintes da classe geral “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” conforme número atribuído na Figura 20

| Nº | Nome da classe de comportamento |
|-----------|---|
| 1 | Divulgar conhecimento sobre EcoSol |
| 2 | Identificar motivos para divulgar conhecimento sobre EcoSol |
| 3 | Avaliar conhecimentos sistematizados sobre Economia Solidária |
| 4 | Sistematizar conhecimentos desenvolvidos, por indivíduos e organizações próximas e abrangentes da EcoSol, sobre a prática econômico solidária |
| 5 | Sistematizar conhecimento sobre a prática econômico solidária |
| 6 | Identificar conhecimento desenvolvido por indivíduos que praticam a EcoSol |
| 7 | Identificar conhecimento desenvolvido por organizações que praticam a EcoSol |
| 8 | Sistematizar novo conhecimento sobre a prática econômico solidária |
| 9 | Identificar conhecimentos novos sobre a prática econômico solidária |
| 10 | Garantir acesso dos EES aos conhecimentos produzidos pelas Universidades |
| 11 | Divulgar conhecimento sobre EcoSol |
| 12 | Divulgar conhecimento sobre a autogestão administrativa dos EES |
| 13 | Avaliar conhecimento disponível sobre a autogestão administrativa dos EES |
| 14 | Identificar conhecimento disponível sobre a autogestão administrativa dos EES |
| 15 | Divulgar conhecimento sobre as cadeias produtivas dos EES |
| 16 | Avaliar conhecimento disponível sobre as cadeias produtivas dos EES |
| 17 | Identificar conhecimento disponível sobre as cadeias produtivas dos EES |
| 18 | Divulgar conhecimento sobre cooperativismo dos EES |
| 19 | Avaliar conhecimento disponível sobre cooperativismo dos EES |
| 20 | Identificar conhecimento disponível sobre cooperativismo dos EES |
| 21 | Garantir acesso dos EES a tecnologias produzidas pelas Universidades |
| 22 | Divulgar tecnologia que auxilie o desenvolvimento da EcoSol |
| 23 | Avaliar tecnologia disponível que auxilia o desenvolvimento da EcoSol |
| 24 | Identificar tecnologia disponível que auxilia o desenvolvimento da EcoSol |
| 25 | Escolher meios de divulgar informações sobre EcoSol |
| 26 | Avaliar meios de divulgar informações sobre EcoSol |
| 27 | Identificar meios de divulgar informações sobre EcoSol |

Em síntese, as classes “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” e “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária” não precisam ser apresentadas

pelos sócio-trabalhadores do empreendimento econômico-solidário e também não precisa que o indivíduo que as realizam desenvolvam necessariamente as classes gerais anteriores. Os objetivos dessas classes são produzir um meio de divulgar a prática econômico-solidária como um modelo alternativo a lógica capitalista, identificar lacunas e formas de atualizar a prática econômico-solidária, aumentar a probabilidade de outros indivíduos e instituições se interessarem pela Economia Solidária e aumentar a probabilidade da Economia Solidária se efetivar como política pública.

IX

IMPLICAÇÕES DE ORGANIZAR A CLASSE “AUTOGERIR EMPREENHIMENTO ECONÔMICO-SOLIDÁRIO” EM UM SISTEMA COMPORTAMENTAL

De 2009 à 2013 foram realizados 4.179 cursos de formação voltados para a prática autogestionária em empreendimentos econômico-solidários (ESS) (ONESC, 2013). A terceira maior dificuldade encontrada pelos EES é efetivar a autogestão (SENAES, 2013). Guareschi e Veronese (2009) apontam que um dos motivos para psicólogos trabalharem com Economia Solidária é tentar diminuir o alto custo psicológico decorrente da mudança do sistema heterogestionário para o autogestionário. Há pouca clareza na literatura do que constitui a prática econômico-solidária, quais são suas variáveis críticas e características (tópico cinco, primeiro capítulo). Essas dificuldades e lacunas encontradas na prática econômico-solidária e no conhecimento produzido sobre ela residem na perspectiva de que a prática autogestionária é o ideal orientador e variável crítica da Economia Solidária, uma vez que, é o seu desenvolvimento que diferencia a prática econômico-solidária de outros modelos econômicos.

Com o objetivo de aproximar uma solução desses aspectos, é cientificamente e socialmente relevante identificar as características dos componentes das classes de comportamento constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário”. Para tanto, foi utilizada a Programação de Condições para Desenvolvimento de Comportamentos (PCDC), tecnologia desenvolvida pela Análise do Comportamento (AC), para identificar as características da classe geral e de suas respectivas subclasses. A utilização da PCDC, por completo (no sentido de elaborar, executar e avaliar o programa de condições e seus respectivos resultados), possibilita a elaborar condições de ensino que buscam desenvolver no aprendiz um repertório comportamental suficiente para solucionar ou amenizar as situações-problema com as quais ele se depara (Juliano & Luna, 2008; Cortegoso & Coser, 2011; Santos et al., 2009).

A partir disso, foi possível desenvolver as quatro primeiras etapas da PCDC, obtendo como resultado a caracterização da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário”, a caracterização de cinco subclasses gerais, a análise das 546

classes de comportamentos constituintes das classes gerais e a organização dessas classes de comportamento em um sistema comportamental (apêndices I, II e III).

A primeira subclasse geral, “Avaliar correspondência entre princípios da Economia Solidária e a prática do empreendimento econômico-solidário”, é composta por 96 comportamentos que objetivam sistematizar o conhecimento sobre os diferentes modos de efetivar a prática econômico-solidária e sobre as lacunas/divergências existentes no conhecimento sobre Economia Solidária. A segunda subclasse geral, “Planejar prática econômico-solidária do empreendimento econômico-solidário”, é composta por 145 comportamentos que objetivam obter um empreendimento econômico-solidário (EES) formulado para efetivar os princípios da Economia Solidária, de modo a ser um exemplo para outros EES, que atenda ou amenize as necessidades sociais, elaborado de modo democrático com a participação da maior quantidade possível de sócio-trabalhadores e que seja bem sucedido na autogestão. A terceira subclasse geral, “Executar prática econômico-solidária planejada”, é composta por 176 comportamentos que objetivam obter um EES autogerido de maneira bem sucedida, conforme os princípios da Economia Solidária e como um modelo alternativo à lógica capitalista. A quarta subclasse geral, “Avaliar prática econômico-solidária executada pelo empreendimento econômico-solidário”, é composta por 51 comportamentos que objetivam manter atualizada a prática econômico-solidária, auxiliar que o modelo da Economia Solidária se efetive como um modelo alternativo à lógica capitalista e que a prática do EES sirva como exemplo para outros indivíduos, atores sociais e EES. Por último, a quinta e a sexta subclasse geral, “Produzir conhecimento sobre Economia Solidária” e “Divulgar conhecimento sobre Economia Solidária”, são compostas por 44 e 27 comportamentos respectivamente que objetivam divulgar a prática econômico-solidária como um modelo alternativo à lógica capitalista, de fazer indivíduos externos à Economia Solidária se interessarem por sua prática e de auxiliar a Economia Solidária a ser efetivada como política pública.

A caracterização da classe geral, de modo a identificar os componentes dos comportamentos que a constitui, aumenta a clareza acerca da prática autogestionária dentro do empreendimento econômico-solidário (Tabela 19). Caracterizar a natureza comportamental permite a investigação de alguns aspectos essenciais referentes à prática econômico-solidária, como, por exemplo, identificar variáveis ambientais e as contingências de reforçamento envolvidas (Souza & Carrara, 2013). A caracterização da

classe geral e de sua natureza comportamental, por sua vez, permitem auxiliar a (1) desenvolver um termo claro e preciso do que constitui a prática autogestionária na Economia Solidária, (2) a compreender como ocorre o desenvolvimento do repertório do sócio-trabalhador que transiciona da prática heterogestionária para a autogestionária, (3) esclarecer possíveis comportamentos-objetivo de atuações profissionais, (4) aumentar a probabilidade de elaborar um programa de condições que desenvolva, em curto e longo prazo, o repertório autogestionário dos sócio-trabalhadores e (5) auxiliar o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas e abrangentes a Economia Solidária.

Ou seja, a pesquisa aumentou a probabilidade de responder ou solucionar essas lacunas e divergências existentes na prática autogestionária na Economia Solidária. Contudo, não foi capaz de elaborar um termo claro e preciso, da mesma maneira que não elaborou um programa de condições que possibilitasse o desenvolvimento, em curto e longo prazo, do repertório autogestionário. Dessa maneira, seria interessante que pesquisas futuras investiguem conceitualmente a Economia Solidária e a autogestão, desenvolvam um programa de condições para desenvolver comportamentos autogestionários e investiguem ou elaborem o planejamento cultural da Economia Solidária, considerando a transferência de controle do comportamento de reforçadores arbitrários de curto prazo para naturais de longo prazo, junto a meios de consolidação de repertórios em nível de prática cultural.

A análise dos componentes consituíntes da classe geral de comportamento “Autogerir empreendimento econômico-solidário” (Tabela 19) possibilitou identificar algumas variáveis críticas do fenômeno. Por exemplo, processo de tomada de decisão democrático com a maior quantidade de sócio-trabalhadores participando, aumento do sentimento de autonomia individual e local, entre outras (Tabela 19). E, como decorrência, auxiliar a desenvolver um termo claro e preciso do que constitui a prática autogestionária na Economia Solidária. As variáveis críticas para efetivar a prática autogestionária no EES observadas são referentes a atuação dos sócio-trabalhadores a partir de um estatuto elaborado democraticamente; de acordos sob aspectos financeiros, administrativos, legais e necessidades sociais (internas e externas) elaborados democraticamente; e de um modelo de tomada de decisão horizontal que possibilite o desenvolvimento da condição psicossocial e do papel de sócio-trabalhador. Obtendo como resultado um EES constituído considerando o estatuto e regulamentações internas

elaboradas de forma democrática; a emancipação do sócio-trabalhador efetivada por meio de apropriação do poder e pela autonomia gerencial do EES; sentimento de autonomia desenvolvido nos sócio-trabalhadores; e aumento da autonomia local. Visto que é esperado da prática autogestionária superar a distinção entre quem toma as decisões e quem as executa (Follis, 1998).

Por sua vez, a decorrência de aumentar a probabilidade de elaborar um programa de condições que desenvolva o repertório autogestionário dos sócio-trabalhadores provém da caracterização dos componentes de comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimentos econômico-solidário”. Isso viabiliza que o programador de condições elabore uma sequência de aprendizagem mais adequada aos objetivos do programa (Botomé, 1980; Cortegoso & Coser, 2011; Matos, 2001). Auxiliando no funcionamento pleno da Economia Solidária, o qual está relacionado a educação continuada e ao desenvolvimento dos comportamentos autogestionários mantidos sob controle de reforçadores naturais e de longo prazo (Motta, 2003; Souza & Carrara, 2013).

Mas quais são as implicações da proposição de classes de comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário” para a sociedade? A proposição dessas classes proporciona maior visibilidade da Economia Solidária como alternativa de organização e modelo de trabalho, aumenta a probabilidade da Economia Solidária ser desenvolvida como política pública, demonstra que a prática econômico-solidária desenvolve os territórios na qual é efetivada, que a Economia Solidária é um meio de atender as necessidades sociais da comunidade, que proporciona uma nova perspectiva de consumo e que aumenta a sustentabilidade ambiental. A proposição das classes também aumenta, para pesquisas futuras, o grau de clareza sobre o funcionamento da Economia Solidária e das contingências que mantém a prática econômico-solidária.

Para os sócio-trabalhadores as implicações da proposição de classes de comportamentos constituintes da classe geral “Autogerir empreendimento econômico-solidário” envolvem maior visibilidade da importância da educação continuada como meio de desenvolver o repertório autogestionário, aumenta a clareza dos comportamentos que o sócio-trabalhador deve apresentar, demonstra que para efetivar a Economia Solidária é necessário que o sócio-trabalhador seja emancipado e tenha um

maior grau de autonomia, da mesma maneira que o sócio-trabalhador perceba o empreendimento econômico-solidário como um meio de acessar renda, trabalho, cidadania e convivência social. Para os empreendimentos econômico-solidários (EESs) as implicações da proposição dessas classes são o aumento da probabilidade da prática econômico-solidária ser constantemente avaliada e atualizada, aumento da clareza de quais são as variáveis relevantes para efetivar a prática autogestionária e a econômico-solidária.

REFERÊNCIAS

- Adriano, P. L. (2010). Educar para a autogestão: uma nova metodologia e seus desafios. In N. M. Dal Ri (Org.). *Trabalho associado, Economia Solidária e mudança social na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS.
- Almeida, A. P. (2007). *Manual das sociedades comerciais: direito de empresa* (16a ed.). São Paulo: Saraiva.
- *Andrada, C.; & Esteves, E. (2018). Paul Singer: uma vida de luta e de trabalho pelo socialismo e pela participação democrática. *Estudos Avançados*, 32 (93), 373-399. DOI: 10.5935/0103-4014.20180051
- *Andrada, C. F.; & Sato, L. (2014). Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede Justatrama. *Psicologia & Sociedade*, 26, 3-13. DOI: 10.1590/S0102-71822014000500002.
- *Andrade, M. C. (2008). O nascimento de uma associação de catadores de material reciclável: um estudo de caso. *Psicologia para América Latina*, (14).
- *Andrade, M. C.; Burali, M. A. M.; Vida, A.; Fransozio, M. B. B.; & Santos, R. Z. (2013). Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e Economia Solidária. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 33 (1), 174-191. DOI: 10.1590/S1414-98932013000100014.
- *Andrade, M. C.; & Costa-Rosa, A. (2014). O encontro da loucura com o trabalho: concepções e práticas no transcurso da história. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 7 (1), 27-41.
- Arndt, A.; De Andrade, E. T.; Prim, L. F.; & Schmitz, P. G. (2008). A rede de Economia Solidária do vale do Itajaí (RESVI): uma forma de potencialização dos sujeitos excluídos/incluídos no mundo do trabalho. In A. L. Cortegoso, M. G. Lucas (Org.). *Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão. (2008). *Página inicial da ANTEAG*. Recuperado em 18 de Julho de 2018 de <<http://cirandas.net/anteag>>.
- *Azambuja, L. R. (2009). Os Valores da Economia Solidária. *Sociologias*, 11 (21), 282-317. DOI: 10.1590/S1517-45222009000100012.
- Baptista, L. L. (2012). Capítulo 3: O capitalismo e suas fases. In: _____. *A qualidade de vida no trabalho na fronteira entre autogestão e heterogestão: um estudo de caso qualitativo na cooperativa Cotravic*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP.
- Barrichello, A.; Irigaray, H. A. R.; Morin, E. M.; Rodrigues, A. L.; & Soares, D. R. (2017). O trabalho e seus sentidos: um estudo com peritos criminais da Polícia Federal. *Revista de Administração Pública*, 51 (6), 1058-1084. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612159318>.

- *Baratieri, I. L. R.; & Beatriz, M. Z. (2013) Campo de atuação do(a) psicólogo(a) no movimento da Economia Solidária no Brasil. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16 (1), 71-86. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v16i1p71-86
- *Barboza Lacerda, L.; & Veronese, M. V. (2011). Governar-se para quê? Construções subjetivas dos trabalhadores de Empreendimentos Econômicos Solidários. *Política & Trabalho*, (35), 53-80.
- *Barreto, R. O.; Lopes, F. T.; & Paula, A. P. P. (2013). A Economia Solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16 (1), 41-56. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v16i1p41-56
- *Benini, E. A.; & Benini, E. G. (2010). As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela Economia Solidária. *Organizações & Sociedade*, 17 (55), 605-619.
- Bezerra Neto, L. (1999). *Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais*. Campinas, SP: Editora Autores Associados.
- *Bonadio, A. N.; & Silveira, C. (2013). Economia Solidária e reabilitação vocacional no campo da drogadição: possibilidades e limites das práticas atuais. *Saúde Soc.*, 22 (1), 99-108. DOI: 10.1590/S0104-12902013000100010
- Bordignon-Luiz, F.; & Botomé, S. P. (2017). Avaliação de objetivos de História a partir da contribuição da Análise do Comportamento. *Acta Comportamentalia*, 25, 329-346.
- Borges, M. M.; Todorov, T. C. (1985). Aprendizagem de cadeias comportamentais: uma comparação entre dois procedimentos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1 (3), 237-248.
- Borges-Andrade, J. E.; & Zanelli, J. C. (2014) Psicologia e produção de conhecimento em organizações e trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade, A.V. B. Bastos (Org.). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. (p. 583-608). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Botomé, S. P. (1977). Atividades de ensino e objetivos comportamentais: no que diferem?. In A. L. Cortegoso; D. S. Coser (Org.). *Elaboração de programas de ensino: material autoinstrutivo*. São Carlos: EdUFSCar.
- _____. (1977). Texto didático utilizado no curso de Psicologia para ensinar Programação de Ensino. Texto não publicado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
- _____. (1980). *Objetivos comportamentais no ensino: a contribuição da Análise Experimental do Comportamento*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Paulo (USP), São Paulo, SP.
- _____. (1981). Serviço à população ou submissão ao poder: o exercício do controle na intervenção social do psicólogo. No prelo.

- _____. (1985). O problema dos falsos “objetivos de ensino”. In: S. P. Botomé. *Objetivos de ensino, necessidades sociais e tecnologia educacional*. 102-122.
- _____. (1996). Sequenciar comportamentos de um conjunto para ensiná-los de maneira gradativa: alguns critérios. No prelo.
- _____. (1997a). Educação, conhecimento, comportamento humanos e necessidades sociais. In: _____. *Como decidir o que ensinar: objetivos de ensino, necessidades sociais e tecnologia educacional*. Não publicado.
- _____. (1997b). Um procedimento para encontrar os comportamentos que constituem as aprendizagens envolvidas em um objetivo de ensino. Não publicado.
- _____. (2001) Sobre a noção de comportamento. In: H. P. M. F. Feltes; U. Zilles. *Filosofia: diálogo de horizontes*. (697-708). Caxias do Sul: EDUCS.
- _____. (2011). Análise de objetivos terminais: uma proposta de procedimento. In A. L. Cortegoso; D. S. Coser (Org.). *Elaboração de programas de ensino: material autoinstrutivo*. São Carlos: EdUFSCar.
- _____. (2013). O conceito de comportamento operante como problema. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9 (1), 19-46. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v9i1.2130>
- Botomé, S. P.; & Gonçalves, C. M. C. (1994). Análise do comportamento de escrever uma dissertação. Não publicado.
- Botomé, S. P.; & Kubo, O. M. (2002). Responsabilidade social dos programas de Pós-graduação e formação de novos cientistas e professores de nível superior. *Interação em Psicologia*, 6 (1), 81-110. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v6i1.3196>
- Botomé, S. P.; & Kubo, O. M. (2005). Como proceder para caracterizar os componentes de um comportamento de interesse. Não publicado.
- Botomé, S. P.; & Rizzon, L. A. (1997). Medida de desempenho ou avaliação da aprendizagem em um processo de ensino: práticas usuais e possibilidades de renovação. *Chronos*, 30 (1), 7-34.
- *Calil, S. D. B. W.; & Szymanski, H. (2010). A constituição de uma cooperativa e o processo identitário. *PSICO*, 41 (3), 356-365.
- Cammillis, M. (1998). Autogoverno. In: Bobbio, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G. (Ed). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Campos, L. F. L. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa em Psicologia*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- *Campos, I. O.; Magalhães, Y. B.; Kikuchi, P.; Jabur, P. A. C.; Rebouças, F.; & Pinheiro, G. M. (2015). Saúde mental e Economia Solidária: a experiência de usuários e trabalhadores de um CAPS II. *Caderno de Terapia Ocupacional UFSCar*, 23 (2), 411-415. DOI: 10.4322/0104-4931.ctoRE0523

- Cândido, G. V. (2017). Introdução da Análise do Comportamento no Brasil: a Cadeira de Psicologia de Rio Claro (1962-1963). *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8 (01), 135-143. DOI: <http://dx.doi.org/10.18761/PAC.2016.027>
- *Cardozo, B. D. A.; Araújo, G. C.; & Mariani, M. A. P. (2017). Comprometimento organizacional em uma cooperativa de reciclagem. *Interações*, 18 (3), 107-120. DOI: 10.20435/inter.v18i3.1438
- *Carrion, R. M. (2009). Competição e conflito em redes de Economia Solidária: análise do projeto de implantação da Central de Comercialização de Resíduos Sólidos de Porto Alegre (Brasil). *CADERNOS EBAPE*, 7 (4), 548-557. DOI: 10.1590/S1679-39512009000400002.
- Carvalho, G. S.; Silva, S. Z.; Kienen, N.; & Melo, C. M. (2014). Implicações éticas na proposição de comportamentos-objetivo a partir da perspectiva behaviorista radical. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 5 (01), 93-105.
- Carvalho, K. L. (2011, setembro). A Flaskô é do povo, é por nós ocupada: um olhar sociológico sobre a autogestão nos dias atuais. *XXVII Congresso Internacional de ALAS*. Grupo de Trabalho: Reestructuración productiva, trabajo y dominación social (GT 18). Recife, PE: UFPE. Recuperado em 7 de Julho de 2017 em <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_LucioDeCarvalho.pdf>.
- Carvalho, M. C. (2012). *Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG.
- *Carvalho, V. D.; Villas Boas, E. M.; Guerra, A. C.; & Freitas, T. A. (2014). Valores do trabalho e incubação de empreendimentos solidários: a experiência da associação Terra do Marolo. *Psicologia & Sociedade*, 26 (2), 449-460. DOI: 10.1590/S0102-71822014000200021.
- Castro, T. C. (2016). Capítulo 2: Marxismo. In: _____. *Análise do Comportamento e Marxismo: (im)possibilidades de diálogo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO.
- *Cavero-Arguedas, D.; Cruzado de La Vega, V.; Cuadra-Carrasco, G. (2017). Los efectos de los programas sociales en la salud de la población en condición de pobreza: evidencias a partir de las evaluaciones de impacto del presupuesto por resultados a programas sociales en Perú. *Rev Peru Med Exp Salud Publica*, 34 (3), 528-537. DOI: 10.17843/rpmesp.2017.343.3063
- Centro Nacional de Formação e Apoio à Assessoria Técnica (2009). *Sobre o CFES*. Recuperado em 28 de Setembro de 2018 em <<http://cirandas.net/rede-cfes/sobre-a-rede-cfes>>.
- _____. (2013). *Sobre o projeto Centros de Formação em Economia Solidária – Etapa 1*. Recuperado em 28 de Setembro de 2018 em <<http://cirandas.net/rede>>.

cfes/cfes-etapa-1/sobre-o-projeto-centros-de-formacao-em-economia-solidaria-etapa-1>.

- *Cezar, L. C.; & Fantinel, L. D. (2018). Entre um Bom Papo e um Café se Vende o Artesanato: representações sociais em um centro de comercialização da Economia Solidária. *Brazilian Business Review*, 15 (5), 475-483. DOI: 10.15728/bbr.2018.15.5.5
- Chanial, P; & Laville, J. (2009). Associativismo. In P. Hespanha (Org). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.
- *Cherfem, C. O.; & García Montrone, A. V. (2009). Aspectos transformadores y obstáculos a superar: práctica social y educativa de mujeres en la economía solidaria. *Revista de Estudios y Experiencias en Educación*, 8 (15), 11-29.
- Christoffoli, P. I. (2010). Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST. In N. M. Dal Ri (Org.). *Trabalho associado, Economia Solidária e mudança social na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS.
- *Coelho, D. B.; & Godoy, A. S. (2011). De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. *Revista de Administração Pública*, 45 (3), 721-749.
- *Colomé, F. L.; & Mayer, R. (2016). Gramáticas da ação na Economia Solidária e a justificação das práticas de consumo. *Análise Social*, (220), 566-597.
- Copi, I. M. (1981). Definição. In _____. *Introdução à lógica*. (pp 105-135). São Paulo: Editora Mestre Jou.
- Coutinho, M. C.; Beiras, A.; Picinin, D.; & Luckmann, G. L. (2005). Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a Psicologia em Empreendimentos Solidários. *Psicologia & Sociedade*, 17 (1), 17-28. DOI: 10.1590/S0102-71822005000100002.
- *Córdoba Torres, M. (2016). Consumismo y economía solidaria. *Revista Kavilando*, 8 (2), 229-232.
- Cortegoso, A. L. (2007). Identificação e descrição de relações comportamentais na Economia Solidária. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27 (2), 246-265. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000200007>
- _____. (2008). Consumo ético e responsável na Economia Solidária: compreensão e mudanças nas práticas culturais. In A. L. Cortegoso, M. G. Lucas (Org.). *Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cortegoso, A. L.; Cia, F.; & Lucas, M. G. (2008). Economia Solidária: o que é e como se relaciona com a psicologia. In A. L. Cortegoso, M. G. Lucas (Org.). *Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Cortegoso, A. L.; & Coser, D. S. (2011). *Elaboração de programas de ensino: material autoinstrutivo*. São Carlos: EdUFSCar.
- Cortegoso, A. L.; & Lussi, I. A. O. (2016). Condições institucionais favorecedoras para atividades articuladas de ensino, pesquisa e extensão da INCOOP. In A. L. Cortegoso, H. M. Pompermaier, M. A. M. B. de Oliveira Filho (Org.). *Economia Solidária: a experiência da UFSCar em uma década de ensino, pesquisa e extensão*. São Carlos, SP: Editora UFSCar.
- Cortegoso, A. L.; Shimbo, I.; Zanin, M.; Amorim, D. F.; Fontes, N.; Jesus, V. M. B.; Cherfem, C. O.; Mascio, C. C.; Costa, A. A. V.; Nardini, T.; & Lucas, M. G. (2008). Comportamentos ao incubar empreendimentos solidários: a descrição do fazer coletivo como referencial para o fazer de cada um. In A. L. Cortegoso, M. G. Lucas (Org.). *Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Coser, D. S.; & Cortegoso, A. L. (2008). Sistematização e análise do processo de constituição, consolidação e aspectos da evolução de uma cooperativa popular de limpeza. In A. L. Cortegoso, M. G. Lucas (Org.). *Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- *Costa, J.C. (2011). Mulheres e Economia Solidária: hora de discutir a relação. *Sociedade e Cultura*, 14 (1), 19-27. DOI: 10.5243/sec.v14i1.15649
- Culti, M. N. (2007). Economia Solidária: incubadoras universitárias e processo educativo. *Revista Proposta*, 31 (111). Recuperado em 08 de Fevereiro de 2019 de <<http://www.unitrabalho.uem.br/unitrabalho-artigo>>.
- *Cruz-Souza, F.; Cortegoso, A.L.; Zanin, M.; & Shimo, I. (2011). Las incubadoras universitarias de economía solidaria en Brasil: un estudio de casos. *REVESCO*, 106, 74-94. DOI: 10.5209/rev_REVE.2011.v106.37373
- *Dal Magro, M. L. P.; & Coutinho, M. C. (2008). Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em "empreendimentos solidários". *Psicologia em Estudo*, 13 (4), 703-711. DOI: 10.1590/S1413-73722008000400008
- D'Alimonte, R. (1998). Decisões coletivas, teoria das. In: N. Bobbio; N. Matteucci; G. Pasquino (Ed). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- *Dantas, V. L. A.; Linhares, A. M. B.; Silva, E. J.; Lima, R. F.; Silva, M. R. F.; & Andrade, L. O. M. (2012). Cirandas da Vida: dialogismo e arte na gestão em saúde. *Saúde Soc.*, 21 (1), 46-58. DOI: 10.1590/S0104-12902012000500004
- De Luca, G. G. (2008). *Características de componentes de comportamentos básicos constituintes da classe geral de comportamentos denominada "avaliar confiabilidade de informações"*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.
- _____. (2013). *Avaliação da eficácia de um programa de contingências para desenvolver comportamentos constituintes da classe geral "avaliar confiabilidade*

de informações”. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.

- *Dimov, T.; & Nóbrega, J. S. (2014). A questão da Saúde do Trabalhador em empreendimentos autogestionários. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17 (1), 129-142. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v17n1p129-142
- *Dourado, I. P.; Fachinetto, C.; De Quadros, A. M. M.; & Dos Santos, A. M. (2016). Gênero e trabalho: Reflexão necessária na incubação em Economia Solidária. *Diálogo*, (32), 103-117. DOI: 10.18316/2238-9024.16.34
- Eid, F. (2004). Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologia de incubação de empreendimentos de Economia Solidária. In: I. Picanço; L. Tiriba. (Org.). *Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida: Ideais & Letras.
- Esteves, E. G. (2008). Sócio-trabalhador: uma identidade psicossocial em construção? In A. L. Cortegoso, M. G. Lucas (Org.). *Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- *Esteves, E. G. (2013). "Todos são iguais", "todos são responsáveis" e "todos estão no mesmo barco": os (des)entendimentos da autogestão cooperativa. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16 (1), 135-148.
- *Fagali, E. Q.; & Oliveira, M. M. V. (2014). Os desafios da aprendizagem em projetos sociais: reflexões sobre incubadoras universitárias de empreendimentos solidários com enfoque multidisciplinar. *Construção Psicopedagógica*, 22 (23), 34-50.
- Favero, E.; & Eidelwein, K. (2004). Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros. *Psicologia & Sociedade*, 16 (3), 35-40. DOI: 10.1590/S0102-71822004000300005
- *Ferrarini, A. V.; Laville, J. L.; Hillenkamp, I.; Gaiger, L. I. G.; & Veronese, M. V. (2018). Empreendimento econômico-solidário e empresa social: ampliando abordagens e integrando conceitos no diálogo Norte-Sul. *Polis*, 17 (49), 299-322. DOI: 10.4067/S0718-65682018000100299.
- *Filizola, C. L. A.; Teixeira, I. M. C.; Milioni, D. B.; & Pavarini, S. C. I. (2011). Saúde mental e Economia Solidária: a família na inclusão pelo trabalho. *Rev. Esc. Enferm.*, 45 (2), 418-425. DOI: 10.1590/S0080-62342011000200017.
- Freire, P.; & Nogueira, A. (1989). *Que fazer: Teoria e Prática em educação popular*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Follis, M. (1998). Autogestão. In: N. Bobbio; N. Matteucci; G. Pasquino. (Ed). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- *Fournier, M. (2017). La labor de las trabajadoras comunitarias de cuidado infantil en el conurbano bonaerense ¿Una forma de subsidio de "abajo hacia arriba"? *Trabajo y Sociedad*, (28).

- *Frota, L. A. A.; & De Sousa Andrade, A. G. (2015). A influência dos patriarcalismo, personalismo e do “jeitinho” na gestão dos empreendimentos econômicos solidários. *Diálogo*, 25, 105-124. DOI: 10.18316/1903
- Gaiger, L. I. (2009). Empreendimento Econômico-solidário. In P. Hespanha (Org). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.
- *Gaiger, L. I.; Ferrarini, A.; & Veronese, M. (2018). O Conceito de Empreendimento Econômico-solidário: Por uma Abordagem Gradualista. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 61 (1), 137-169. DOI: 10.1590/001152582018149
- Gaiger, L. I.; & Laville, J. (2009). Economia Solidária. In P. Hespanha (Org). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Garcia, M. P. (2009). *Classe de comportamentos constituintes de intervenções de psicólogos no subcampo de atuação profissional de Psicoterapia com apoio de cães*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.
- *Girelli, S.; Coutinho, M. C.; & Prado Filho, K. (2014). Relações de saber/poder no discurso de trabalhadoras cooperadas: relato do percurso metodológico. *Psicologia Argumento*, 32 (79), 187-199. DOI: 10.7213/psicol.argum.32.S01.AO17
- *Girelli, S.; & Dal Magro, M. L. P. (2017). Saúde do trabalhador e Economia Solidária: estudo de uma cooperativa de construção civil. *Fractal: Revista de Psicologia*, 29 (1), 9-16. DOI: 10.22409/1984-0292/v29i1/1184
- *Gorni Felicio, R.; & José Benelli, S. (2014). A Análise Institucional como ferramenta para a atuação no campo do trabalho cooperado na Economia Solidária. *Diálogo*, 27, 25-37. DOI: 10.18316/1807
- *Grando, A.; & Dal Magro, M. L. P. (2011). "Consumo, logo existo": os sentidos do consumo na Economia Solidária. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63 (2), 2-13.
- *Guareschi, P. A.; & Veronese, M. V. (2009). Porque trabalhar com Economia Solidária na Psicologia Social. *PSICO*, 40 (1), 94-101.
- Gusso, H. L. (2013). *Avaliação da eficiência de um procedimento de apresentação semanal de consequências informativas ao desempenho de alunos em nível superior*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.
- Gusso, H. L.; & De Luca, G. G. (2017). Organizações como sistemas comportamentais: considerações para delimitação do campo de atuação. In: Boas, D. L. O. V.; Cassas, F.; Gusso, H. L. (Org.). *Comportamento em Foco – Vol. V* (5ª ed.). São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental – ABPMC, p. 28-40.
- Gutierrez, G. L. (1996). A autogestão de empresas no leste europeu: Iugoslávia e Bulgária. *Revista Perspectivas*, 19, 57-68.

- *Hoinle, B.; Rothfuss, R.; & Gotto, D. (2013). Empoderamiento espacial de las mujeres mediante la Economía Solidaria. *Caud. Desarro. Rural*, 10 (72), 117-139.
- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Universidade Federal do Paraná (2018). *Projetos*. Recuperado em 22 de Agosto de 2018 de <http://www.itcp.ufpr.br/?page_id=237>.
- Jesus, P.; & Tiriba, L. (2009). Cooperação. In P. Hespanha (Org). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Juliano, M. C.; & Luna, S. V. (2008). Programação de ensino como uma tecnologia para a educação. In: Silva, W. C. M. P. (Org.) *Sobre comportamento e cognição*. Santo André: ESETec Editores Associados, 21, 219-234.
- *Kanan, L. A. (2011). Consumo sustentável & Economia Solidária: alguns conceitos e contribuições da Psicologia. *Fractal: Revista de Psicologia*, 23 (3), 607-624. DOI: 10.1590/S1984-02922011000300011.
- Kaufman, R. (1977). Evaluaciones de necesidades: internas y externas. *Revista de Tecnología Educativa*, 3 (1), 84-91.
- Kienen, N. (2008). *Classes de comportamentos profissionais para intervir, por meio de ensino, sobre fenômenos e processos psicológicos, derivadas das diretrizes curriculares, da formação e de um procedimento de decomposição de comportamentos complexos*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.
- Kienen, N.; Kubo, O. M.; & Botomé, S. P. (2013). Ensino programado e programação de condições para o desenvolvimento de comportamentos: alguns aspectos no desenvolvimento de um campo de atuação do psicólogo. *Acta Comportamentalia*, 21 (4), 481-494.
- Kienen, N.; & Viecili, J. (2007). Método. In: _____. *Organização de um sistema para identificar e organizar classes de comportamentos profissionais específicas ou intermediárias em relação a uma classe geral de comportamentos*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.
- Kienen, N.; & Wolff, S. (2002). Administrar comportamento humano em contextos organizacionais. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 2 (2), 11-37.
- Kleimann, F. (2005). A Economia Solidaria como política pública no governo Lula. In L. L. Zart; J. C. dos Santos (Org.). *Educação e Sócio-Economia Solidária: interação universidade – movimentos sociais*. (pp. 73- 81). Cáceres, MT: Editora Unemat.
- Krzyzanovski, A. S. (2019). *Classes de comportamentos básicos constituintes da intervenção do analista do comportamento sobre processos comportamentais em organizações*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR.
- Kubo, O. M. (1993). *Identificação de variáveis*. Não publicado.

- Kubo, O. M.; & Botomé, S. P. (2001). Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais. *Interação em Psicologia*, 5, 133-171. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v5i1.3321>
- Kubo, O. M.; & Botomé, S. P. (2011). Aspectos cuja variação precisa ser considerada no exame dos componentes de um comportamento de um organismo. Não publicado.
- Laville, J. (2009). Solidariedade. In P. Hespanha (Org). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Lei Nº5.764, de 16 de Dezembro de 1971. Lei Geral do Cooperativismo. Brasília, DF. Recuperado de <<http://mncr.org.br/biblioteca/legislacao/leis-e-decretos-federais/lei-no-5-764-de-16-de-dezembro-de-1971-lei-geral-do-cooperativismo/view>> em 16 de Outubro de 2019
- *Lima, I. B.; Silva, J. E.; & Cruz, S. S. (2013). Políticas públicas de saúde mental e Economia Solidária: construção de uma nova concepção. *Revista de Enfermagem*, 7, 1008-115. DOI: 10.5205/reuol.3934-31164-1-SM.0703esp201333
- *Lima, S. M.; & Gomez, C. M. (2008). Construtores de casa e artífices de cidadania: modos cooperativos de trabalhar e viver. *Trab. educ. saúde*, 6 (2), 321-340. DOI: 10.1590/S1981-77462008000200007
- Lisboa, A. M. (2005). Economia Solidária e Autogestão: imprecisão e limites. *Revista de Administração de Empresas*, 45 (3), 109-115. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902005000300006>
- *Loch, C. L.; Amorim, L. M.; & Schmidt, L. L. (2008). Economia Solidária: possibilidade de (re)humanização do trabalho. *Revista de Ciências da Administração*, 10 (20), 59-71. DOI: 10.5007/2175-8069.2008v10n20p57
- *Lourenço, M. L. (2010). O tempo de trabalho em sua dimensão subjetiva. *Psicologia USP*, 21 (1), 199-215. DOI: 10.1590/S0103-65642010000100011
- Lopes, V. F. M.; & Peixoto, J. A. A. (1999). A reestruturação produtiva no Brasil e o caso de empresas industriais sob o regime de Autogestão ou Co-gestão. Recuperado em 23 de Agosto de 2017 em <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1999_A0079.PDF>.
- Luiz, E. C. (2008). *Classe de comportamentos componentes da classe geral “projetar vida profissional”, organizadas em um sistema comportamental*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.
- *Lussi, I. A. O.; & Morato, G. G. (2012). O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da Economia Solidária. *Caderno de Terapia Ocupacional UFSCar*, 20 (3), 369-380. DOI: /10.4322/cto.2012.037
- *Lussi, I. A. O.; & Pereira, M. A. O. (2011). Empresa social e Economia Solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental.

Rev. Esc. Enferm. USP, 45 (2), 515-521. DOI: 10.1590/S0080-62342011000200030.

- *Lussi, I. A. O.; Ricci, T. E.; & Pereira, L. M. (2018). Fomento à iniciativas de Economia Solidária com usuários de álcool e outras drogas em situação de rua: relato de experiência. *Actas de Saúde Coletiva*, 11 (3), 259-272. DOI: 10.18569/tempus.v11i3.2425
- *Maia, C. M.; & Germano, I. M. P. (2014). Economia Solidária e o novo espírito do capitalismo: uma análise do discurso dos trabalhadores do assentamento Couqueirinhos. *Revista de Psicologia*, 5 (2), 39-52.
- Mance, E. A. (2009). Consumo Solidário. In P. Hespanha (Org). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Martins, P. H. (2009). Cidadania. In P. Hespanha (Org). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Marx, K. (1987). Capítulo V: Processo de trabalho e processo de produzir mais valia. In: _____. *O Capital: crítica da economia política* (vol. 1, 11ª ed, 201-223). São Paulo: Editora Bertrand Brasil.
- Matos, M. A. (2001). Análise de contingências no aprender e no ensinar. In: E. M. S. S. de Alencar (Org.). *Novas contribuições da Psicologia aos processos de ensino aprendizagem* (4ªEd.) Editora Cortez: São Paulo, SP.
- *Mattos, R. M.; Heloani, R.; & Ferreira, R. F. (2008). O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. *Mental*, 6 (10), 103-122.
- Mechner, F. (1974). *Análise comportamental de tarefas*. EDUTEC – Tecnologia da Educação S/C Ltda. 1-53.
- *Meira, F. B. (2012). "Grupos minoritários": forma e organicidade dos empreendimentos (ditos) solidários. *Psicologia Política*, 12 (23), 121-137.
- *Melgarejo-MolinaI, Z.; Vera-ColinaII, M. V.; & Mora-Riapira, E. H. (2012). La supervivencia de las Cooperativas de Trabajo Asociado en Colombia: una aproximación teórica. *Innovar*, 22 (45), 5 -16.
- Mello, S. L. (2008). Prefácio. In A. L. Cortegoso, M. G. Lucas (Org.). *Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas*. (pp. 13-22). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Melo, R. M.; Carmo, J. S.; & Hanna, E. S. (2014). Ensino sem erro e aprendizagem de discriminação. *Temas em Psicologia*, 22 (1), 207-222. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.1-16>
- *Meneghetti, R. C. G.; & Barrofaldis, R. C. Z. (2015). Práticas Efetivas em Educação Matemática no contexto de um banco comunitário. *Bolema*, 29 (53), 809-827. DOI: 10.1590/1980-4415v29n53a02

- Ministério do Trabalho. (2015). *O que é Economia Solidária*. Recuperado em 23 de Abril de 2018 em < <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/o-que-e>>.
- Miyatake, A. K.; Takana, T. Y.; Ono, M. E.; Rocha, C. S.; Munhoz, T. R.; Okadi, K. L.; Iguchi, M. M.; Canezin, J. C. (2008). *Autogestão de empreendimentos solidários: relatos de experiência de incubação e soluções encontradas pela UNITRABALHO/UEM*. Recuperado em 08 de Fevereiro de 2019 de <<http://www.unitrabalho.uem.br/unitrabalho-artigo>>.
- *Monares, A. (2016). La solidaridad imposible: Economía y naturaliza egoísta del ser humano. *Polis [En línea]*, (45).
- Monthé, D. (2009). Autogestão. In P. Hespanha (Org). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina.
- Moraes, P. E. H.; & De Luca, G. G. (2018). Classe de comportamentos da atuação analítico-comportamental sobre comportamentos depressivos, identificados na literatura. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 20, 1-23. DOI: <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v20i2.1025>
- *Moraes, R. C. P.; & Castro-Silva, C. R. (2016). Sentidos e processos psicossociais envolvidos na inclusão pelo trabalho na saúde mental. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36 (3), 748-762. DOI: 10.1590/1982-3703002372015
- Motta, F. C. P. (2003). Administração e participação: reflexões para a educação. *Educação e Pesquisa*, 29 (2), 369-373.
- Murad, E. P.; & Abreu, J. C. A. (2016). Incubadoras universitárias de Economia Solidária: metodologias em perspectiva. *Revista GUAL*, 9 (3), 108-130. DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2016v9n3p108>
- Nale, N. (1998). Programação de Ensino no Brasil: o papel de Carolina Bori. *Psicologia USP*, 9 (1), 275-301.
- *Nardi, H. C.; & Rodrigues, M. C. (2009). Solidariedade, competitividade e reflexão ética nos contextos da nova economia e da Economia Solidária. *PSICO*, 40 (4), 458-466.
- Núcleo/Incubadora UNITRABALHO - Programa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre trabalho e movimentos sociais (2019). *Institucional*. Recuperado 09 de Fevereiro de 2019 de < <http://www.unitrabalho.uem.br/sobre-34#1>>.
- Observatório Nacional de Economias Solidária e Cooperativismo. (2015). *Temas tratados em curso de formação nos EES por Condição de Formalização*. Recuperado em 07 de Maio de 2018 em <<http://ecosol.dieese.org.br/indicadores.php>>.
- *Oliveira, F.; & Leirner, A. N. (2009). Relações de trabalho, processos cotidianos e empreendimentos de Economia Solidária: duas experiências do Programa Oportunidade Solidária. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12 (2), 243-256.

- *Oliveira, J. A.; & Beatriz, M. Z. (2015). Fortalecimento do Fórum Municipal de Economia Solidária: um estudo de caso. *Psicologia Argumento*, 33 (80), 242-254. DOI: 10.7213/psicol.argum.33.080.AO02
- Oliveira, M. C. S. B.; Zanin, M. (2011). Economia Solidária: uma temática em evolução nas dissertações e teses brasileiras. *Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, 2 (1), 181-193.
- Oliveira Filho, M. A. M. B. (2016). Contexto de surgimento das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: da crise do capitalismo ao movimento de Economia Solidária. In A. L. Cortegoso, H. M. Pompermaier, M. A. M. B. de Oliveira Filho (Org.). *Economia Solidária: a experiência da UFSCar em uma década de ensino, pesquisa e extensão*. São Carlos, SP: Editora UFSCar.
- Onuma, F. M. S.; Mafra, F. L. N.; Moreira, L. B. (2012). Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. *Cadernos EBAPE.BR*, 10 (1), 65-81. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512012000100006>
- *Osorio-Cabrera, D. (2013). De la división sexual del trabajo hacia la redefinición de las prácticas de cuidado: una experiencia de Economía Solidaria en Cataluña. *Summa Psicológica UST*, 10 (1), 37-47.
- *Paula, A. P. P.; Calbino, D.; Toledo, D.; Tarabal, F.; Mascarenhas, L.; & Barreto, R. (2011). A Economia Solidária e a questão do imaginário: em busca de novas perspectivas. *Organização & Sociedade*, 18 (57), 323-333. DOI: 10.1590/S1984-92302011000200007
- *Pauli, J. (2013). Ação concertada ou disciplinamento? O debate entre teorias voluntaristas e sistêmicas para a compreensão das relações de poder em redes de Economia Solidária. *RACE*, 13 (1), 79-96.
- *Pedroza, A. P.; Oliveira, F. B.; Fortunato, M. L.; & Soares, P. F. C. (2012). Articulação saúde mental e Economia Solidária: relato de projeto de inclusão social. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, 13 (2), 454-562.
- Pereira, A. C. L.; Carvalho, A. M. R.; & Ladeia, C. R. (2008). Círculo de cultura: um espaço de educação na cooperativa. In A. L. Cortegoso, M. G. Lucas (Org.). *Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- *Pereira, A. C. L.; Secco, L. D. P. D.; & Carvalho, A. M. R. (2014). A participação das cooperativas de catadores na cadeia produtiva dos materiais recicláveis: perspectivas e desafios. *Psicologia Política*, 14, (29), 171-186.
- *Petersen, F.; Souza, T. G.; & Lopes, A. A. (2014). Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão. *Psicologia & Sociedade*, 26 (2), 483-495. DOI: 10.1590/S0102-71822014000200024.

- Piketty, T. (2014). Terceira Parte: a estrutura da desigualdade. In: _____. *O Capital no século XX* (1ªed., 231-456). Rio Janeiro: Intrínseca.
- *Pisicchio, R. J. (2017). Os sentidos do trabalho e o papel das incubadoras de empreendimentos solidários do Paraná. *Revista de Psicologia da UNESP*, 15 (1), 1-16.
- Postman, N.; & Weingartner, C. (1971). O meio é a mensagem, evidentemente. In: _____. *Contestação: Nova fórmula de ensino* (1ª Ed.). Editora Expressão e Cultura.
- Projeto de Lei nº4685, de 08 de Novembro de 2012. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 07 de Maio de 2018 em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>.
- *Rebello, R. A.; Bussarello, F. R.; & Prim, L. F. (2018). Economia Solidária e feiras: uma questão da qualidade. *Brazilian Journal of Development*, 4 (1), 221-237.
- *Roa, F. A. C.; & Hur, D. U. (2010). Grupos de geração de renda no Curso Pré-Vestibular Psico-USP: uma experiência de autogestão em um cursinho popular. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13 (2), 163-175. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v13i2p163-175
- *Rodrigues, A. C.; & Yasui, S. (2016). Oficinas de geração de trabalho e renda na atenção psicossocial: reflexões sobre um equipamento e suas produções de cuidado. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 8 (20), 1-23.
- Rodrigues, A. L. (2007). Modelos de Gestão e Inovação Social em Organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre Nonprofit e Economia Social. *Organização e Sociedade*, 14 (43), 111-128. DOI: [dx.doi.org/10.1590/S1984-92302007000400006](https://doi.org/10.1590/S1984-92302007000400006)
- Sampaio, A. A. S.; Azevedo, F. H. B.; Cardoso, L. R. D.; Lima, C.; Pereira, M. B. R.; & Andrey, M. A. P. A. (2008). Uma introdução aos delineamentos experimentais de sujeito único. *Interação em Psicologia*, 12 (1), 151-164. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v12i1.9537>
- *Santiago, E.; & Yasui, S. (2015). Saúde mental e Economia Solidária: cartografias do seu discurso político. *Psicologia & Sociedade*, 27 (3), 700-711. DOI: 10.1590/1807-03102015v27n3p700.
- *Santos, A. M. M.; & Deluiz, N. (2009). Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro. *Trab. Educ. Saúde*, 7 (2), 329-353. DOI: 10.1590/S1981-77462009000200008
- *Santos, C. S.; Monteiro, É. E.; Possamai, H.; Giombelli, J. P.; Pilati, L. H.; [...] (2015). Psicologia & Economia Solidária: possíveis intervenções. *Diálogo*, 31, 47-57. DOI: 10.18316/2238-9024.16.23

- Santos, G. C. V.; Kienen, N.; Viecili, J.; Botomé, S. P.; & Kubo, O. M. (2009). “Habilidades” e “Competências” a desenvolver na capacitação de psicólogos: uma contribuição da Análise do Comportamento para o exame das Diretrizes Curriculares. *Interação em Psicologia*, 13 (1), 131-145. DOI: [dx.doi.org/10.5380/psi.v13i1.12279](https://doi.org/10.5380/psi.v13i1.12279)
- *Santos, J. C.; & Oliveira, B. A. M. (2015). Possibilidades para a Psicologia na Economia Solidária: atuação numa ITCP. *Psicologia e Sociedade*, 27 (2), 372-382. DOI: [10.1590/1807-03102015v27n2p372](https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p372)
- *Santos, S.; & Carnut, L. (2018). Trabalho, sentidos e saúde mental: percepção de participantes em um projeto para geração de renda. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 39 (2), 159-180. DOI: [10.5433/1679-0383.2018v39n2p159](https://doi.org/10.5433/1679-0383.2018v39n2p159)
- Sarmiento, F. (2013). *Componentes das classes de comportamentos intermediários integrantes da classe de comportamentos formular problemas de pesquisa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.
- Secretária Nacional de Economias Solidárias. (2013). *Atlas digital da Economia Solidária*. Recuperado em 24 de Abril de 2018 em <<http://atlas.sies.org.br/>>.
- *Seron, P. C. (2008). Cultura solidária. *Revista de Psicologia da UNESP*, 7 (1), 70-85.
- Sidman, M. (1985). Aprendizagem-sem-erros e sua importância para o ensino do deficiente mental. *Psicologia*, 11 (3), 1-15.
- Sidman, M. (2011). *Coerção e suas implicações*. Campinas: Livro Pleno.
- *Silva, R. A.; Oliveira, V. M.; & Correia, S. E. N. (2018). Impactos da participação de mulheres em iniciativas de Economia Solidária no Cariri Paraibano. *RACE*, 17 (3), 851-866. DOI: [10.18593/race.v17i3.16527](https://doi.org/10.18593/race.v17i3.16527)
- Singer, P. (2001). *Globalização e desemprego: diagnostico e alternativa* (5ªed). São Paulo: Contexto.
- _____. (2004). A Economia Solidária no governo federal. *Mercado de Trabalho*, 24, 3-5.
- _____. (2008). Prefácio. In A. L. Cortegoso, M. G. Lucas (Org.). *Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (2018). *SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária*. Recuperado em 25 de Julho de 2018 em <<http://sies.ecosol.org.br/sies>>.
- Souza, A. R. (2010). O ideal da autogestão como movimento social, política pública e objeto científico. In N. M. Dal Ri (Org.). *Trabalho associado, Economia Solidária e mudança social na América Latina*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS.

- Souza, A. R. (2017). O estado da produção de conhecimento científico sobre Economia Solidária no Brasil. In A. R. Souza, M. Zanin (Org.). *A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho*. (pp. 97-102). São Carlos: EduUFSCar.
- Souza, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, 8 (16), 20-45.
- Souza, E. J. (2013). *Os conceitos de comportamento operante e de contingência de reforçamento como bases e orientação da intervenção profissional do psicólogo: da caracterização de necessidades sociais à avaliação da intervenção*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC.
- Souza, V. B.; & Carrara, K. (2013). Delineamentos culturais: transferência de controle de reforçadores arbitrários a naturais e de imediatos a atrasados. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 15 (1), 83-98.
- Svartman, B. P.; Esteves, E. G.; Barbosa, M. A.; & Schmidt, V. L. (2008). Reflexões sobre as condições psicossociais do exercício da autogestão. In A. L. Cortegoso, M. G. Lucas (Org.). *Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Teixeira, F. C. (2006). *Processos comportamentais constituintes de interações profissionais de professores e de alunos com jovens com Síndrome de Down no sistema das organizações de ensino regular*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC.
- Tiriba, L. (2008). Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. *Perspectiva*, 26 (1), 69-94. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795x.2008v26n1p69>
- *Tiriba, L.; & Fischer, M. C. B. (2011). Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14 (1), 13-29. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v14i1p13-29
- Tiriba, L.; & Fischer, M. C. B. (2013). Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. *Perspectiva*, 31 (2), 527-551. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2013v31n2p527>
- Veronese, M. V. (2008). A contribuição da Psicologia na potencialização do coletivo em empreendimentos econômicos solidários. In A. L. Cortegoso, M. G. Lucas (Org.). *Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- *Veronese, M. V. (2009). Subjetividade, trabalho e Economia Solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 153-167. DOI: 10.4000/rccs.416
- *Veronese, M. V. (2011). A Economia Solidária e a formação de lideranças democráticas. *Diálogo*, 18, 97-114. DOI: 10.18316/105

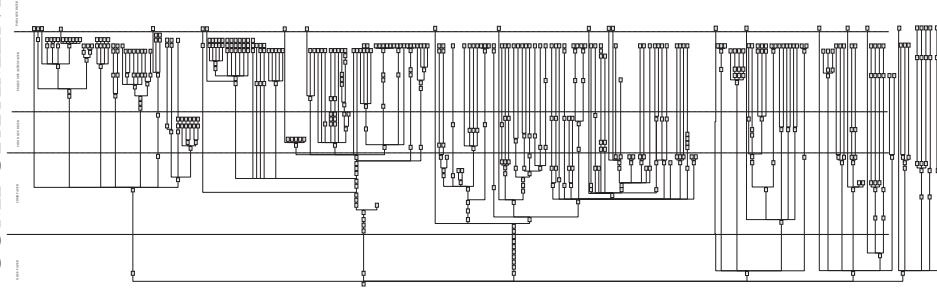
- *Veronese, M. V.; Gaiger, L. I.; & Ferrarini, A. V. (2017). Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da Economia Solidária. *Caderno CRH*, 30 (79), 89-104. DOI: 10.1590/S0103-49792017000100006
- Vettorazzi, A.; Frare, E.; Souza, F. C.; Queiroz, F. P.; De Luca, G. G.; Moskorz, L.; & Kubo, O. M. (2005). Avaliação de um programa para ensinar comportamento empático para crianças em contexto clínico. *Interação em Psicologia*, 9 (2), 355-369. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v9i2.4780>
- Vieçeli, J. (2008). *Classes de comportamentos que compõem a formação do psicólogo para intervir por meio de pesquisa sobre fenômenos psicológicos, derivadas a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia e da formação desse profissional*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.
- Wilson, J. (2001). *Pensar com conceitos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Zanelli, J. C.; Bastos, A. V. B.; & Rodrigues, A. C. A. (2014) Campo profissional do psicólogo(a) em organizações e no trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade, A.V. B. Bastos (Org.). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. (p. 549-582). Porto Alegre, RS: Artmed.
- *Zucchetti, D. T.; Moura, E. P. G.; & Menezes, M. M. (2011). Há espaço para a Economia Solidária no campo da Educação? *Diálogo*, (18), 37-51. DOI: 10.18316/102

ANEXO I
QUADRO DE APOIO DESENVOLVIDO POR KRZYZANOVSKI (2019)

| Ocupação geral (OG) | Ocupação específica (OE) | Tarefas componentes de uma ocupação (TA) | Ocupações envolvidas em uma tarefa (OP) | Ações constituintes de uma operação (AC) | Cpto imediatamente relacionado a maneira de fazer algo (A) | Cpto relacionado ao conhecimento sobre a maneira de fazer (B) | Cpto relacionados a ocasião apropriada para fazer algo (C) | Cpto relacionado a conhecimento sobre instrumentos e recursos para fazer algo (D) | Cptos relacionados a razões para fazer algo (RA) |
|---|---|--|---|--|---|--|--|---|---|
| Cptos mais abrangentes de um sistema comportamental que servem para delimitar uma profissão | Cptos que delimitam o que o profissional deve fazer em relação a seu campo de atuação | cptos profissionais inerentes a especificidade de uma ocupação | modo que as tarefas precisam ser realizadas | passos que compõe os comportamentos anteriores | modo de executar as ações anteriores englobando recursos e instrumentos | cptos relacionados ao conhecimento necessário ao que precisa ser feito | momento adequado para realizar o comportamento | conhecimento sobre o uso de instrumentos e recursos | motivos pelos quais os profissionais devem fazer algo |
| O que fazer | | Como fazer | | | Com o que fazer | | Quando fazer | | |
| Variáveis relativas a aspectos do ambiente organizacional / estrutura/objetivos | | Variáveis relativas a processos e procedimentos Regras de conduta | | | Variáveis relativas a recursos e instrumentos | | Variáveis relativas a conceitos e conhecimentos necessários para atuar | | |
| | | | | | | | | | |
| Possíveis verbos (compilação dos verbos utilizados por Kienen, 2008 e Viçeli, 2008 em suas decomposições) | | | | | | | | | |
| Avaliar | | Analisar | Identificar | Alterar | Explicitar | Analisar | Estabelecer | Avaliar | |
| Caracterizar | | Aperfeiçoar | Interpretar | Analisar | Formular | Aplicar | Examinar | Caracterizar | |
| Delimitar | | Aplicar | Localizar | Aplicar | Garantir | Articular | Executar | Conceituar | |
| Demonstrar | | Avaliar | Organizar | Avaliar | Identificar | Identificar | Explicitar | Especificar | |
| Formular | | Caracterizar | Orientar | Caracterizar | Interpretar | Interpretar | Hierarquizar | Selecionar | |
| Intervir | | Coletar | Planejar | Coletar | Listar | Comparar | Comparar | | |
| Operacionalizar | | Decidir | Problematizar | Comparar | Localizar | Conceituar | Conceituar | | |
| Produzir | | Delimitar | Redigir | Comunicar | Minimizar | Contextualizar | Contextualizar | | |
| | | Delinear | Registrar | Contatar | Obter | Decidir | Decidir | | |
| | | Demonstrar | Relacionar | Controlar | Operacionalizar | Decompor | Decompor | | |
| | | Diferenciar | Revisar | Decidir | Organizar | Definir | Definir | | |
| | | Distinguir | Selecionar | Decompor | Planejar | Delimitar | Delimitar | | |
| | | Elaborar | Sequenciar | Definir | Realizar | Derivar | Derivar | | |
| | | Especificar | Sintetizar | Descrever | Redigir | Descrever | Descrever | | |
| | | Explicitar | Sistematizar | Diferenciar | Registrar | Registrar | Organizar | | |
| | | Garantir | Testar | Discriminar | Relacionar | Discriminar | Planejar | | |
| | | Hierarquizar | Transformar | Distinguir | Restringir | Dispor | Realizar | | |
| | | | | Elaborar | Retirar | Distinguir | Registrar | | |
| | | | | Especificar | Selecionar | Elaborar | Relacionar | | |
| | | | | Estabelecer | Sequenciar | Escolher | Respeitar | | |
| | | | | Estudar | Transformar | Especificar | Sequenciar | | |
| | | | | Examinar | | | | | |

CLASSE GERAL “AUTOGERIR EMPREENDIMENTO ECONÔMICO-SOLIDÁRIO” ORGANIZADA EM UM SISTEMA COMPORTAMENTAL

APÊNDICE I



APÊNDICE II
RESULTADOS: CLASSES DE COMPORTAMENTOS IDENTIFICADAS POR MEIO DOS TRECHOS IDENTIFICADOS EM
CORTEGOSO (2007)

| Trecho selecionado da obra selecionada como fonte de informação e página do trecho selecionado | Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes | Classe de comportamentos |
|---|--|---|---|---|
| <p>01</p> <p>“De acordo com documento da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES, 2004), esse movimento corresponde a um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo e poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços, pela participação democrática nas decisões do membro da organização ou empreendimento e pela distribuição equitativa dos resultados do trabalho” (Cortegoso, 2007, p.248)</p> | Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) | Identificar materiais disponíveis da SENAES | <p>Materiais disponíveis da SENAES identificados</p> <p>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer de acordo com o conhecimento disponível nos materiais da SENAES</p> <p>Aumento da probabilidade de prática econômico solidária efetiva</p> | Identificar materiais disponíveis da SENAES |
| | Movimento Economia Solidária | Identificar características da Economia Solidária como movimento social | <p>Características da Economia Solidária como movimento social identificadas</p> <p>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer de acordo com as características identificadas</p> <p>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como movimento social</p> | Identificar características da Economia Solidária como movimento social |
| | Conceito de participação democrática | Participar democraticamente, como membro, das decisões da organização | Participação democrática, como membro, das decisões da organização efetivada | Participar democraticamente, como membro, das decisões da organização |
| | | | | |
| | | | | |

| | |
|--|---|
| <i>Membros da organização econômico solidária</i> | <i>Aumento da probabilidade da ocorrência da mesma resposta em situações similares</i> |
| <i>Organização econômico solidária</i> | <i>Aumento da probabilidade de ocorrer efetiva prática econômico solidária dentro da organização</i> |
| <i>Conceito de participação democrática</i> | <i>Participação democrática, como membro, das decisões do empreendimento efetivada</i> |
| <i>Membros do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Participar democraticamente, como membro, das decisões do empreendimento</i> <i>Aumento da probabilidade da ocorrência da mesma resposta em situações similares</i> |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <i>Participar democraticamente, como membro, das decisões do empreendimento</i> <i>Aumento da probabilidade de ocorrer efetiva prática econômico solidária dentro do empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Conjunto de atividades econômicas</i> | <i>Diferenciar tipos de atividades econômicas (produção, consumo, poupança, crédito)</i> <i>Tipos de atividades econômicas diferenciadas</i> <i>Diferenciar tipos de atividades econômicas (produção, consumo, poupança, crédito)</i> |

| | |
|--|---|
| <p><i>etc.)</i></p> <p><i>Empreendimento econômico solidário</i></p> | <p><i>etc.)</i></p> <p><i>Aumento da clareza sobre os diferentes tipos de atividades econômicas</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de desenvolvimento de atividade econômica adequada para o empreendimento econômico solidário</i></p> |
| <p><i>Conjunto de atividades econômicas de produção</i></p> <p><i>Empreendimento econômico solidário</i></p> | <p><i>Atividades econômicas de produção organizadas sob forma de autogestão</i></p> <p><i>Organizar atividades econômicas de produção sob forma de autogestão</i></p> <p><i>Aumento da clareza sobre as atividades econômicas de produção que estão organizadas sob forma de autogestão</i></p> <p><i>Organizar atividades econômicas de produção sob forma de autogestão</i></p> |

| | |
|--|---|
| <p><i>Conceito de autogestão</i></p> <p><i>Aumento de probabilidade do empreendimento econômico solidário desenvolver atividades econômicas de produção organizadas sob forma de autogestão</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer conforme os princípios da Economia Solidária identificados</i></p> | <p><i>Conjunto de atividades econômicas de distribuição</i></p> <p><i>Organizar atividades econômicas de distribuição sob forma de autogestão</i></p> <p><i>Atividades econômicas de distribuição organizadas sob forma de autogestão</i></p> <p><i>Organizar atividades econômicas de distribuição sob forma de autogestão</i></p> |
|--|---|

| | | | |
|--|---|--|--|
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da clareza sobre as atividades econômicas de distribuição que estão organizadas sob forma de autogestão</i> | | |
| <i>Conceito de autogestão</i> | <i>Aumento de probabilidade do empreendimento econômico solidário desenvolver atividades econômicas de distribuição organizadas sob forma de autogestão</i> | | |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer conforme os princípios da Economia Solidária identificados</i> | | |
| Conjunto de atividades econômicas de consumo | Organizar atividades econômicas de consumo sob forma de autogestão | Atividades econômicas de consumo organizadas sob forma de autogestão | Organizar atividades econômicas de consumo sob forma de autogestão |

| | |
|---|---|
| <p><i>Empreendimento econômico solidário</i></p> | <p><i>Aumento da clareza sobre as atividades econômicas de consumo que estão organizadas sob forma de autogestão</i></p> |
| <p><i>Conceito de autogestão</i></p> | <p><i>Aumento de probabilidade do empreendimento econômico solidário desenvolver atividades econômicas de consumo organizadas sob forma de autogestão</i></p> |
| <p><i>Conjunto de atividades econômicas de poupança</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer conforme os princípios da Economia Solidária identificados</i></p> |
| <p><i>Organizar atividades econômicas de poupança sob forma de autogestão</i></p> | <p><i>Organizar atividades econômicas de poupança organizadas sob forma de autogestão</i></p> |
| <p><i>Organizar atividades econômicas de poupança sob forma de autogestão</i></p> | <p><i>Organizar atividades econômicas de poupança sob forma de autogestão</i></p> |

| | | |
|--|---|--|
| | <p><i>Empreendimento econômico solidário</i></p> | <p><i>Aumento da clareza sobre as atividades econômicas de poupança que estão organizadas sob forma de autogestão</i></p> |
| | <p><i>Conceito de autogestão</i></p> | <p><i>Aumento de probabilidade do empreendimento econômico solidário desenvolver atividades econômicas de poupança organizadas sob forma de autogestão</i></p> |
| | | <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer conforme os princípios da Economia Solidária identificados</i></p> |
| | <p>Conjunto de atividades econômicas de crédito</p> | <p>Organizar atividades econômicas de crédito sob forma de autogestão</p> |
| | | <p>Atividades econômicas de crédito organizadas sob forma de autogestão</p> |
| | | <p>Organizar atividades econômicas de crédito sob forma de autogestão</p> |
| | | <p>Organizar atividades econômicas de crédito sob forma de autogestão</p> |

| | | | |
|--|--|--|--|
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | | <i>Aumento da clareza sobre as atividades econômicas de crédito que estão organizadas sob forma de autogestão</i> | |
| <i>Conceito de autogestão</i> | | <i>Aumento de probabilidade do empreendimento econômico solidário desenvolver atividades econômicas de crédito organizadas sob forma de autogestão</i> | |
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer conforme os princípios da Economia Solidária identificados</i> | |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | | <i>Distribuir os resultados do trabalho de maneira equitativa</i> | <i>Distribuir os resultados do trabalho de maneira equitativa entre os sócio-trabalhadores</i> |

| | |
|---|--|
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumenta a clareza dos sócio-trabalhadores sobre as atividades financeiras do empreendimento</i> |
| <i>Princípios da Economia Solidária</i> | <i>Diminuição da a probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade de efetivação da prática econômico solidária</i> |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <i>Prestação de serviços coletivamente apropriada</i> |
| <i>Princípios da Economia Solidária</i> | <i>Apropriar-se coletivamente da prestação de serviços</i> |
| | <i>Aumenta a clareza dos sócio-trabalhadores sobre o processo de prestação de serviço</i> |
| | <i>Apropriar-se coletivamente da prestação de serviços do empreendimento econômico solidário</i> |

| | |
|--|---|
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> |
| <i>Serviço prestado pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> |
| <i>Processo de prestação de serviço</i> | <i>Aumento da probabilidade de efetivação da prática econômico solidária</i> |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <i>Meios de produção coletivamente apropriados</i> |
| <i>Princípios da Economia Solidária</i> | <i>Aumenta a clareza dos sócio-trabalhadores sobre os meios de produção</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Apropriar-se coletivamente dos meios de produção</i> <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> <i>Apropriar-se coletivamente dos meios de produção do empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Produto oferecido pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> |

| <i>Meios de produção do produto</i> | | <i>Aumento da probabilidade de efetivação da prática econômico solidária</i> | |
|--|----------------------------|--|---|
| <p>02</p> <p>“Empreendimentos solidários são, assim, organizações de trabalho cujas características básicas são a propriedade coletiva ou associada ao capital e o direito à liberdade individual, nos quais os trabalhadores são, simultaneamente, donos do seu próprio negócio, sendo as cooperativas as formas mais conhecidas desse tipo de empreendimento” (Cortegoso, 2007, p.248)</p> | Empreendimentos solidários | Tipos de empreendimentos solidários identificados | |
| | Necessidades sociais | Aumento da probabilidade de escolher tipo de empreendimento econômico solidário condizente com as necessidades sociais do contexto | Identificar tipos de empreendimentos econômicos solidário |
| | Sócio-trabalhadores | Aumento da probabilidade de escolher tipo de empreendimento econômico solidário condizente com a intenção dos sócio-trabalhadores que irão compor o empreendimento | |

Diminuição da a probabilidade de falência do empreendimento e/ou má efetivação da prática econômico solidária considerando as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores

Organizações de trabalho

Tipos de organizações de trabalho identificadas

Identificar tipos de organizações de trabalho

Identificar tipos de organizações de trabalho

Necessidades sociais

Aumento da probabilidade de escolher tipo de organização de trabalho condizente com as necessidades sociais do contexto

| | | | |
|---|--|---|---|
| | | | |
| | | | |
| Sócio-trabalhadores | Aumento da probabilidade de escolher tipo de organização de trabalho condizente com a intenção dos sócio-trabalhadores que irão compor a organização | | |
| | | | |
| Princípios da Economia Solidária | Aumento da probabilidade de escolher tipo de organização de trabalho condizente com os princípios da Economia Solidária | | |
| | | | |
| Lógica capitalista de organizações | Diminuição da a probabilidade de escolher tipo de organização de trabalho condizente com a lógica capitalista | | |
| | | | |
| Características básicas da Economia Solidária | Identificar quais são as características básicas da Economia Solidária | Características básicas da Economia Solidária identificadas | Identificar características básicas da Economia Solidária |

| | | |
|---|---|---|
| | | |
| <i>Princípios da Economia Solidária</i> | <i>Aumento da clareza quanto as diferenças entre as características básicas da Economia Solidária e da prática capitalista</i> | |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da probabilidade que a prática do empreendimento econômico solidário ou do sócio-trabalhador ocorra de acordo com as características básicas da Economia Solidária identificadas</i> | |
| <i>Prática capitalista</i> | <i>Aumento da probabilidade da efetivação da prática econômico solidária como alternativa as práticas de lógica capitalista</i> | |
| <i>Prática capitalista</i> | <i>Identificar quais são as características básicas da prática capitalista</i> | <i>Identificar características básicas da prática capitalista identificadas</i> |
| | | <i>Identificar características básicas da prática capitalista</i> |

| | |
|--|---|
| <hr/> | <hr/> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da clareza quanto as diferenças entre as características básicas da Economia Solidária e da prática capitalista</i> |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Aumento da probabilidade que a prática do empreendimento econômico solidário ou do sócio-trabalhador não ocorra conforme as características básicas identificadas na prática capitalista</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da probabilidade da efetivação da prática econômico solidária como alternativa as práticas de lógica capitalista</i> |
| <hr/> <i>Cooperativas</i> | <div> <i>Identificar características que compõem uma cooperativa</i> </div> <div> <i>Características que compõem uma cooperativa identificadas</i> </div> <div> <i>Identificar características que compõem uma cooperativa</i> </div> |

*Tipos de empreendimntos
solidários identificados*

*Aumento da clareza das
diferenças entre as cooperativas e
os outros tipos de
empreendimentos econômico
solidários*

*Aumento da probabilidade de
diferenciar uma cooperativa
econômico solidária e uma
cooperativa fraudulenta*

*Aumento da probabilidade de, ao
escolher as cooperativas como
tipo de empreendimento
econômico solidário, sua
organização e estruturação
ocorra conforme as
características identificadas*

*Tipos de empreendimento da
Economia Solidária identificados*

*Distinguir tipos de
empreendimento da Economia
Solidária*

*Tipos de empreendimentos
econômico solidários distinguidos*

*Distinguir tipos de
empreendimento da Economia
Solidária*

| | | | |
|--|--|--|---|
| <hr/> | | <hr/> | |
| <i>Tipos de organizações de trabalho identificadas</i> | <i>Aumento da clareza das diferenças entre os tipos de empreendimentos econômico solidários</i> | | |
| <i>Características básicas da Economia Solidária identificadas</i> | <i>Aumento da probabilidade de escolher tipo de empreendimento econômico solidário condizente com a intenção dos sócio-trabalhadores que irão compor o empreendimento</i> | | |
| <i>Características que compõem uma cooperativa identificadas</i> | <i>Aumento da probabilidade de, ao escolher o tipo de empreendimento econômico solidário, sua organização e estruturação ocorra de modo que auxilie na efetivação da prática econômico solidária</i> | | |
| <i>Diferentes meios de acesso a propriedade</i> | <i>Identificar meio de acesso a propriedade</i> | <i>Meios de acesso a propriedade identificados</i> | <i>Identificar meio de acesso (coletivo ou associado) a propriedade do empreendimento</i> |

| | | |
|--|---|--|
| | | <i>econômico solidário</i> |
| | <i>Diminuição da probabilidade de adoecimento por parte dos sócio-trabalhadores, uma vez que acessam a propriedade de modo "emancipado"</i> | |
| | <i>Aumenta a probabilidade de engajamento do sócio-trabalhador nas atividades desempenhadas pelo empreendimento econômico solidário</i> | |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | | |
| | <i>Aumento da clareza quanto a compatibilidade, do empreendimento em questão, aos princípios da Economia Solidária</i> | |
| <i>Direitos associados a prática econômico solidária</i> | <i>Identificar direitos associados a prática econômico solidária</i> | <i>Identificar direitos associados a prática econômico solidária</i> |

*Direito à liberdade individual
identificado como um dos direitos
associados a prática econômico
solidária*

*Diminuição da probabilidade de
adocimento por parte dos sócio-
trabalhadores, uma vez que pode
possuir acesso a todos os seus
direitos*

*Aumento da clareza do sócio-
trabalhador quanto a seus
direitos e deveres*

Sócio-trabalhadores

*Aumento da autonomia do sócio-
trabalhador em relação ao seu
papel no empreendimento
econômico solidário*

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | | | <i>Aumento da probabilidade de engajamento do sócio-trabalhador na prática econômico solidária</i> | |
| | | | | |
| | | | <i>Donos do empreendimento econômico solidário identificados</i> | |
| | | | | |
| <i>Donos de negócios</i> | | <i>Identificar donos do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Trabalhadores identificados como donos do seu próprio negócio</i> | <i>Identificar donos do empreendimento econômico solidário</i> |
| | | | | |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | | | <i>Diminuição da a probabilidade de adoecimento por parte dos sócio-trabalhadores, uma vez que são donos de seus empreendimentos</i> | |
| | | | | |

*Aumento da probabilidade de
engajamento do sócio-
trabalhador nas atividades
desempenhadas pelo
empreendimento econômico
solidário*

Aumento da autonomia do sócio-trabalhador em relação ao seu papel no empreendimento econômico solidário

Aumento da clareza quanto a compatibilidade, do entendimento em questão, aos princípios da Economia Solidária

Sócio-trabalhadores

03

“Sob a orientação de um conjunto de princípios (adesão livre e voluntária,

Princípios da Economia Solidária

Identificar princípios da Economia Solidária

Princípios da identificação

Identificar princípios da Economia Solidária

| | |
|--|---|
| <p>participação econômica equitativa dos sócios, controle democrático, pelos sócios, na definição das políticas do empreendimento e no processos de tomada de decisão, educação, treinamento e formação para os sócios, intercooperação e preocupação com a comunidade), esses empreendimentos têm surgido, no Brasil, a partir da década de 1990, como forma alternativa de geração de trabalho e renda para segmentos excluídos da população” (Cortegoso, 2007, p.248)</p> <p><i>Prática econômico solidária</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade da efetivação da prática econômico solidária como alternativa as práticas de lógica capitalista</i></p> <p><i>Aumento da clareza quanto aos princípios que devem ser seguidos pela organização ou empreendimento que se insere na proposta da Economia Solidária</i></p> |
| <p>Adesão livre</p> <p><i>Princípios da Economia Solidária identificados</i></p> | <p><i>Adesão livre conceituada</i></p> <p><i>Conceituar adesão livre como um dos princípios da Economia Solidária</i></p> <p><i>Aumento da clareza quanto aos princípios que devem ser seguidos pela organização ou empreendimento que se insere na proposta da Economia Solidária</i></p> |

| | | |
|------------------------------------|---|--|
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador identificar quanto a organização ou empreendimento está aderindo a esse princípio, adesão livre, da prática econômica solidária | |
| Adesão livre conceituada | Empreendimento aderido livremente | |
| Empreendimento econômico solidário | Diminuição da probabilidade de adoecimento por parte dos sócio-trabalhadores, uma vez que aderiram livremente o empreendimento | Aderir livremente o empreendimento econômico solidário |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de engajamento do sócio-trabalhador nas atividades desempenhadas pelo empreendimento econômico solidário | Aderir livremente o empreendimento econômico solidário |

| | |
|---|---|
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da probabilidade da efetivação da prática econômico solidária como alternativa as práticas de lógica capitalista</i> |
| <i>Adesão livre conceituada</i> | <i>Empreendimento aderido voluntariamente</i> |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <p><i>Diminuição da probabilidade de adoecimento por parte dos sócio-trabalhadores, uma vez que aderiram voluntariamente o empreendimento</i></p> <p><i>Aderir voluntariamente o empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Aderir voluntariamente o empreendimento econômico solidário</i></p> |
| <i>Sócio-trabalhador</i> | <i>Aumento da probabilidade de engajamento do sócio-trabalhador nas atividades desempenhadas pelo empreendimento econômico solidário</i> |

| | |
|---|--|
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da probabilidade da efetivação da prática econômico solidária como alternativa as práticas de lógica capitalista</i> |
| Participação econômica equitativa dos sócio-trabalhadores | Participação econômica equitativa conceituada |
| Empreendimento econômico solidário | <p>Conceituar participação econômica equitativa</p> <p>Aumento da clareza quanto aos princípios que devem ser seguidos pela organização ou empreendimento que se insere na proposta da Economia Solidária</p> <p>Conceituar participação econômica equitativa como um dos princípios da Economia Solidária</p> |

| | |
|--------------------------------------|---|
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da probabilidade de engajamento do sócio-trabalhador nas atividades desempenhadas pelo empreendimento econômico solidário</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade da efetivação da prática econômico solidária como alternativa as práticas de lógica capitalista</i> |
| <i>Processo de tomada de decisão</i> | <i>Democracia conceituada</i> |
| <i>Grupo de sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da probabilidade de diferenciar os tipos de democracia</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Conceituar democracia</i> <i>Aumento da clareza quanto aos princípios que devem ser seguidos pela organização ou empreendimento que se insere na proposta da Economia Solidária</i> <i>Conceituar democracia</i> |

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador identificar quanto a organização ou empreendimento está aderindo a esse princípio da prática econômico solidária

Democracia conceituada

Tipos de democracia diferenciados

Diferentes processo de tomada de decisão

Aumento da clareza das diferenças entre os tipos de democracia

Diferenciar tipos de democracia

Diferenciar tipos de democracia

Sócio-trabalhador

Aumento da probabilidade de escolher tipo de democracia condizente com a intenção e interação dos sócio-trabalhadores que irão compor o empreendimento

| | |
|------------------------------------|---|
| Empreendimento econômico solidário | Aumento da probabilidade de, ao escolher o tipo de democracia, a organização do processo de tomada de decisão do empreendimento econômico solidário ocorra de modo a auxiliar a efetivação da prática econômico solidária |
| Tipos de democracia diferenciados | Controle democrático conceituado |
| Controle democrático | <p>Aumento da probabilidade de identificar quem possui o controle democrático</p> <p>Conceituar controle democrático</p> |
| Políticas do empreendimento | <p>Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador se engajar no controle democrático do empreendimento econômico solidário</p> |

Sócio-trabalhador

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador identificar quanto a organização ou empreendimento está aderindo a prática econômica solidária

*Controle democrático
conceituado*

*Empreendimento controlado
democraticamente*

*Controlar democraticamente o
empreendimento*

Políticas do empreendimento

*Controlar democraticamente o
empreendimento econômico
solidário*

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador participar efetivamente na definição dos processos de tomada de decisão sobre as políticas do empreendimento

| | | |
|---|---|--|
| <i>Sócio-trabalhador</i> | <i>Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador identificar quanto a organização ou empreendimento está aderindo a prática econômico solidária</i> | |
| <i>Empreendimento controlado democraticamente</i> | <i>Políticas do empreendimento definidas</i> | <i>Políticas do empreendimento definidas</i> |
| <i>Políticas do empreendimento</i> | <i>Definir as políticas do empreendimento</i> | <i>Diminuição da probabilidade de adoecimento por parte dos sócio-trabalhadores, uma vez que ele influencia na definição das políticas do empreendimento</i> |
| <i>Necessidades sociais</i> | <i>Aumento da probabilidade das necessidades sociais e/ou dos sócio-trabalhadores serem atendidas</i> | <i>Definir políticas do empreendimento econômico solidário</i> |

| | |
|---|--|
| <i>Sócio-trabalhador</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário efetivar os princípios da Economia Solidária</i> |
| <i>Empreendimento controlado democraticamente</i> | <i>Processo de tomada de decisão definido</i> |
| <i>Processo de tomada de decisão</i> | <p><i>Definir o processo de tomada de decisão</i></p> <p><i>Diminuição da probabilidade de adoecimento por parte dos sócio-trabalhadores, uma vez que eles participam dos processos de tomada de decisão</i></p> <p><i>Definir o processo de tomada de decisão a ser adotado pelo empreendimento econômico solidário</i></p> |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade que os sócio-trabalhados estejam envolvidos no processo de tomada de decisão</i> |

| | | | |
|---|---|---|---|
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumenta a probabilidade do empreendimento econômico solidário efetivar os princípios da Economia Solidária</i> | | |
| <i>Educação dos sócios</i> | <i>Educação dos sócios definida</i> | | |
| <i>Demandas sociais</i> | <i>Definir educação para os sócios</i> | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Definir educação para os sócio-trabalhadores</i> |
| <i>Demandas do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade de sucesso do empreendimento econômico solidário em relação as demandas</i> | | |
| <i>Demandas do mercado</i> | | | |
| <i>Educação dos sócios definida</i> | <i>Definir treinamentos para os sócios</i> | <i>Treinamentos dos sócios definidos</i> | <i>Definir treinamentos para os sócio-trabalhadores</i> |

| | |
|---|--|
| <i>Demandas sociais</i> | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Demandas do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade de sucesso do empreendimento econômico solidário em relação as demandas</i> |
| <i>Demandas do mercado</i> | |
| <i>Educação dos sócios definida</i> | <i>Formação dos sócios definidos</i> |
| <i>Demandas sociais</i> | <i>Definir formação para os sócios</i> <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> <i>Definir formação para os sócio-trabalhadores</i> |

| | |
|---|--|
| <i>Demandas do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade de sucesso do empreendimento econômico solidário em relação as demandas</i> |
| <i>Demandas do mercado</i> | |
| <i>Princípio da cooperação</i> | <i>Cooperação entre os sócio-trabalhadores efetivadas</i> |
| <i>sócio-trabalhadores</i> | <i>Cooperar entre sócios</i> <i>Diminuição da probabilidade de adoecimento por parte dos sócio-trabalhadores, uma vez que estabelecem relações de cooperação</i> <i>Cooperar entre sócio-trabalhadores</i> |
| | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> |

| | | |
|---|---|---|
| | | <p><i>Aumento da probabilidade que os sócio-trabalhados estejam envolvidos no processo de tomada de decisão</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário efetivar os princípios da Economia Solidária</i></p> |
| <p><i>Princípio da cooperação</i></p> <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> | <p><i>Cooperação entre empreendimentos econômicos solidários efetivada</i></p> <p><i>Cooperar entre empreendimentos</i></p> | <p><i>Cooperar entre empreendimentos econômicos solidários</i></p> <p><i>Diminuição da probabilidade de competição entre os empreendimentos econômico solidários</i></p> |

| | |
|--|---|
| <p><i>Rede de empreendimentos solidários</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade que os empreendimentos econômico solidários estejam envolvidos na rede de empreendimentos econômicos solidários</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade dos sócio-trabalhadores consumirem serviços/produtos de outros empreendimentos econômico solidários</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário efetivar os princípios da Economia Solidária</i></p> |
| <p>Comunidade na qual o empreendimento se insere</p> | <p><i>Estabelecer a comunidade como preocupação dos sócios</i></p> <p><i>Comunidade estabelecida como preocupação do sócio</i></p> <p><i>Estabelecer a comunidade na qual o empreendimento econômico solidário se insere como preocupação dos sócio-trabalhadores</i></p> |

| | |
|---|--|
| <p><i>Sócio-trabalhadores</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade do empreendimento atender as necessidades apresentadas pela comunidade</i></p> |
| <p><i>Necessidades sociais</i></p> | <p><i>Aumento da clareza sobre as necessidades sociais da comunidade na qual o empreendimento se insere</i></p> |
| <p><i>Comunidade na qual o empreendimento se insere</i></p> | <p><i>Comunidade estabelecida como preocupação do empreendimento</i></p> |
| <p><i>Sócio-trabalhadores</i></p> | <p><i>Estabelecer a comunidade na qual o empreendimento econômico solidário se insere como preocupação do empreendimento</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade do empreendimento atender as necessidades apresentadas pela comunidade</i></p> |

| | | |
|--|---|--|
| <i>Necessidades sociais</i> | <i>Aumento da clareza sobre as necessidades sociais da comunidade na qual o empreendimento se insere</i> | |
| <i>Surgimento, no Brasil, de empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Desenvolvimento histórico dos empreendimentos solidários no Brasil avaliado</i> | |
| <i>Prática econômica solidária</i> | <i>Avaliar o desenvolvimento histórico dos empreendimentos econômico solidários no Brasil</i> <i>Aumento da probabilidade de identificar a diferença entre a prática econômica solidária realizada no Brasil e outros países</i> | <i>Avaliar o desenvolvimento histórico dos empreendimentos econômico solidários no Brasil</i> <i>Aumento da probabilidade de identificar a diferença entre a prática econômico solidária realizada em diferentes partes do Brasil</i> |

Aumento da probabilidade de identificar os princípios da Economia Solidária

*Aumenta a probabilidade do
empreendimento econômico
solidário efetivar os princípios da
Economia Solidária*

Forma alternativa de geração de trabalho para segmentos excluídos da população

Formas alternativas de geração de trabalho identificadas

Identificar formas alternativas de geração de trabalho

Identificar formas alternativas de geração de trabalho para os segmentos excluídos da população

Necessidades sociais

Aumento da probabilidade de atender as necessidades de trabalho dos sócio-trabalhadores

| | |
|--|---|
| <i>Necessidades dos sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da clareza quanto as possibilidades de trabalhos que a Economia Solidária pode proporcionar</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômica solidária ser efetivada como alternativa a prática capitalista de trabalho</i> |
| <i>Forma alternativa de geração de renda para segmentos excluídos da população</i> | <i>Formas alternativas de geração de renda identificadas</i> |
| <i>Necessidades sociais</i> | <i>Identificar formas alternativas de geração de renda</i> <i>Aumento da probabilidade de atender as necessidades de geração de renda dos sócio-trabalhadores</i> <i>Identificar formas alternativas de geração de renda para os segmentos excluídos da população</i> |

| | |
|---|---|
| <div data-bbox="292 1319 379 1581"> <p><i>Necessidades dos sócio-trabalhadores</i></p> </div> <div data-bbox="608 1274 635 1581"> <p><i>Prática econômico solidária</i></p> </div> | <p><i>Aumento da clareza quanto as possibilidades de geração de renda que a Economia Solidária pode proporcionar</i></p> |
| | <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômica solidária ser efetivada como alternativa a prática capitalista de geração de renda</i></p> |
| <div data-bbox="855 1818 877 1848"> <p>04</p> </div> <p>“São, também, e talvez fundamentalmente, organizações dentro das quais são esperadas relações humanas muito diversas daquelas promovidas por uma organização social essencialmente competitiva: relações de igualdade, colaboração e preocupação com o bem-estar do ser humano como valor essencial” (Cortegoso, 2007, p.249)</p> | <div data-bbox="836 1258 863 1581"> <p><i>Tipos de organizações sociais</i></p> </div> <div data-bbox="978 974 1037 1198"> <p><i>Distinguir tipos de organizações sociais</i></p> </div> <div data-bbox="1074 1355 1099 1581"> <p><i>Necessidades sociais</i></p> </div> <div data-bbox="821 526 879 848"> <p><i>Tipos de organizações sociais diferenciadas</i></p> </div> <div data-bbox="1026 495 1145 848"> <p><i>Aumento da probabilidade de escolher tipo de organização social condizente com as necessidades sociais do contexto</i></p> </div> <div data-bbox="978 96 1037 461"> <p><i>Distinguir tipos de organizações sociais</i></p> </div> |

| | | |
|---|--|--|
| | | |
| <i>Sócio-trabalhador</i> | <i>Aumento da probabilidade de escolher tipo de organização social condizente com a intenção dos sócio-trabalhadores que irão compor a organização</i> | |
| | <i>Diminuição da a probabilidade de falência da organização e/ou má efetivação da prática econômico solidária</i> | |
| <i>Organizações sociais não essencialmente competitivas</i> | <i>Organização social não essencialmente competitiva conceituada</i> | |
| <i>Lógica capitalista de organizações</i> | <i>Conceituar organizações sociais não essencialmente competitivas</i> | <i>Conceituar organizações sociais não essencialmente competitivas</i> |
| | <i>Aumento da clareza sobre os comportamentos a serem esperados desse tipo de organização social</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> | |

| | | |
|---|--|---|
| | | |
| Sócio-trabalhadores | Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores | |
| | Aumento da clareza quanto aos critérios e características que a tornam uma organização social essencialmente não competitiva | |
| Princípios da Economia Solidária | | |
| | Aumento da probabilidade da efetivação da prática econômico solidária como alternativa as práticas de lógica capitalista | |
| Organizações sociais essencialmente competitivas | Conceituar organizações sociais essencialmente competitivas | Conceituar organizações sociais essencialmente competitivas |
| Organização social essencialmente competitiva conceituada | | |

| | | |
|---|--|---|
| <i>Lógica capitalista de organizações</i> | | <i>Aumento da clareza sobre os comportamentos a serem esperados desse tipo de organização social</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | | <i>Aumento da clareza quanto aos critérios e características que a tornam uma organização social essencialmente competitiva</i> |
| <i>Princípios da Economia Solidária</i> | | <i>Aumento da probabilidade da efetivação da prática econômico solidária como alternativa as práticas de lógica capitalista</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Estabelecer relações humanas diversas</i> | <i>Relações humanas diversas estabelecidas</i> |
| | | <i>Estabelecer relações humanas diversas</i> |

| | | |
|---|--|---|
| <i>Rede de empreendimentos solidários</i> | | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> |
| | | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> |
| | | <i>Aumento da probabilidade dos sócio-trabalhadores e dos empreendimentos atuarem em rede</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Relações de igualdade estabelecidas</i> | |
| <i>Rede de empreendimentos solidários</i> | <i>Estabelecer relações de igualdade</i> | <i>Estabelecer relações de igualdade</i> |
| | | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> |

| | | | |
|---|--|---|--|
| | | <i>Aumento da probabilidade dos sócio-trabalhadores e dos empreendimentos atuarem em rede</i> | |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | | Relações de preocupação com o bem-estar do ser humano estabelecida | |
| <i>Necessidades Sociais</i> | | <i>Aumento da probabilidade que as necessidades sociais e do empreendimento sejam atendidas</i> | <i>Estabelecer relações de preocupação com o bem-estar do ser humano</i> |
| | <i>Estabelecer relações de preocupação com o bem-estar do ser humano</i> | | |
| <i>Necessidades do empreendimento</i> | | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> | |
| <i>Princípios da Economia Solidária identificados</i> | | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> | |

Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer conforme os princípios da Economia Solidária identificados

| | | |
|---|---|---|
| <p>05</p> <p>“Ainda que seja a cooperativa a forma mais conhecida de empreendimento solidário, nem todas as cooperativas fazem parte ou são consideradas de Economia Solidária” (Cortegoso, 2007, p.249)</p> | <p>Formas de empreendimento solidário</p> <p><i>Prática econômico solidária</i></p> | <p>Formas de empreendimentos solidários diferenciados</p> <p><i>Aumento da clareza das diferenças entre as formas de empreendimentos econômico solidários</i></p> <p><i>Diferenciar formas de empreendimentos econômicos solidários</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de escolher forma de empreendimento econômico solidário condizente com a intenção dos sócio-trabalhadores que irão compor o empreendimento</i></p> |
|---|---|---|

Aumento da probabilidade de, ao escolher a forma de empreendimento econômico solidário, sua organização e estruturação ocorra de modo que auxilie a efetivação da prática econômico solidária

Cooperativas

Cooperativas conceituada

Características que compõem uma cooperativa identificadas

Aumento da clareza das diferenças entre as cooperativas e os outros tipos de empreendimentos econômico solidários

Conceituar cooperativas

Conceituar cooperativas

Aumento da probabilidade de diferenciar cooperativas populares de cooperativas fraudulentas

Aumento da probabilidade de, ao escolher as cooperativas como tipo de empreendimento econômico solidário, sua organização e estruturação ocorra conforme as características identificadas

Tipos de cooperativas

Formas de cooperativas diferenciadas

Características que compõem uma cooperativa identificadas

Aumento da clareza das diferenças entre as cooperativas e os outros tipos de empreendimentos econômico solidários

Diferenciar os tipos de cooperativa

Diferenciar os tipos de cooperativa

Princípios da Economia Solidária

Aumento da probabilidade de diferenciar cooperativas que atuam de maneira econômico solidária e cooperfraudes

“A trajetória do cooperativismo no Brasil levou ao surgimento de dois tipos de iniciativas econômicas, além daquelas indicadas como atores principais na Economia Solidária: o primeiro deles, relativo a empreendimentos que, inseridos no que pode ser chamado de grande cooperativismo, na prática, pouco se diferenciam das empresas tradicionais em termos da hierarquização das relações no trabalho; o segundo, a cooperativas fraudulentas, nas quais os trabalhadores apenas aparentemente são donos dos meios de produção e do poder de decisão, e são submetidos a uma condição de precariedade trabalhista, já que, como donos legais desses empreendimentos, não têm acesso garantido aos direitos trabalhistas. Por

Aumento da probabilidade de, ao escolher as cooperativas como tipo de empreendimento econômico solidário, sua organização e estruturação ocorra conforme as características identificadas

Trajatória do cooperativismo no Brasil

Pontos relevantes da trajetória do cooperativismo no Brasil identificados

Princípios da Economia Solidária da trajetória do cooperativismo no Brasil

Aumento da probabilidade de identificar a diferença entre o cooperativismo realizado no Brasil e outros países

Identificar pontos relevantes da trajetória do cooperativismo no Brasil

Aumento da probabilidade de identificar a diferença entre o cooperativismo realizado em diferentes partes do Brasil

essas razões, da Economia Solidária, fazem parte cooperativas denominadas populares, como indicação não só da população que as compõem mas também dos compromissos que assumem seus membros com princípios consagrados pelo movimento, podendo a autogestão ser considerada o principal deles”
(Cortegoso, 2007, p.249)

| | | | | | |
|--|--|--|--|---|---|
| | | | | | <i>Aumento da probabilidade de identificar os princípios da Economia Solidária relacionados ao cooperativismo</i> |
| | | | | | <i>Aumenta a probabilidade de cooperativas efetivarem os princípios da Economia Solidária</i> |
| Empreendimentos do grande cooperativismo | | | | | <i>Grande cooperativismo conceituado</i> |
| <i>Economia Solidária</i> | | | | <i>Conceituar o grande cooperativismo</i> | <i>Aumento da clareza quanto o papel do grande cooperativismo dentro do desenvolvimento da Economia Solidária</i> |
| | | | | | |
| <i>Cooperativas</i> | | | | <i>Conceituar o grande cooperativismo</i> | <i>Aumento da clareza quanto aos critérios e características das cooperativas que compõem o grande cooperativismo</i> |

| | |
|---|--|
| | |
| <p>Empreendimentos do grande cooperativismo</p> | <p>Empreendimentos do grande cooperativismo identificados</p> <p><i>Aumento da clareza quanto o papel do grande cooperativismo dentro do desenvolvimento da Economia Solidária</i></p> |
| <p>Economia Solidária</p> | <p><i>Identificar empreendimentos do grande cooperativismo</i></p> <p><i>Aumento da clareza quanto aos critérios e características das cooperativas que compõem o grande cooperativismo</i></p> <p><i>Identificar empreendimentos do grande cooperativismo</i></p> |
| <p>Cooperativas</p> | <p><i>Aumento da probabilidade, de ao escolher cooperativas como tipo de empreendimento econômico solidário, essa se desenvolva conforme os princípios da Economia Solidária e que se encaixe dentro do grande cooperativismo</i></p> |
| | |

| | | |
|----------------------------------|--|---|
| <i>Empresas tradicionais</i> | <i>Empresas tradicionais conceituadas</i> | |
| | <i>Aumento da clareza quanto a diferença entre as empresas tradicionais e outros modelos de empresas</i> | <i>Conceituar empresas tradicionais</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade de escolher, dentro da prática econômico solidária, modelos alternativos de empresas</i> | |
| <i>Cooperativas fraudulentas</i> | <i>Cooperativas fraudulentas conceituadas</i> | |
| | <i>Aumento da clareza quanto as características que compõem as cooperativas fraudulentas</i> | <i>Conceituar cooperativas fraudulentas</i> |
| | <i>Aumento da clareza quanto a diferença entre cooperativas populares e cooperativas fraudulentas</i> | |

| | | |
|---|--|---|
| <i>Cooperativas populares</i> | <i>Cooperativas populares conceituadas</i> | |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da clareza quanto as características que compõem as cooperativas populares</i> | |
| <i>Princípios da Economia Solidária</i> | <i>Conceituar cooperativas populares</i> | <i>Conceituar cooperativas populares</i> |
| | <i>Aumento da clareza quanto a diferença entre cooperativas populares e cooperativas fraudulentas</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade de, dentro da prática econômico solidário, escolher cooperativas populares como tipo de empreendimento econômico solidário</i> | |
| <i>Cooperativas populares</i> | <i>Cooperativas populares identificadas</i> | |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Identificar cooperativas populares</i> | <i>Identificar cooperativas populares</i> |
| | <i>Aumento da clareza quanto as características que compõem as cooperativas populares</i> | |

Princípios da Economia Solidária

*Aumento da clareza quanto a
diferença entre cooperativas
populares e cooperativas
fraudulentas*

*Aumento da probabilidade de,
dentro da prática econômico
solidário, escolher cooperativas
populares como tipo de
empreendimento econômico
solidário*

*Prática tradicional de
hierarquização das relações no
trabalho*

*Diferenciar empreendimentos
cooperativos das práticas
tradicionais de hierarquização
das relações no trabalho*

*Empreendimentos cooperativos
diferenciados das práticas
tradicionais de hierarquização
das relações no trabalho*

*Diferenciar empreendimentos
cooperativos das práticas
tradicionais de hierarquização
das relações no trabalho*

*Aumento da clareza quanto as
consequências, dentro dos
princípios da Economia
Solidária, de se escolher
cooperativas populares ou
modelos com práticas
tradicionais de hierarquização
das relações no trabalho*

Empreendimentos Cooperativos

*Aumento da clareza quanto a
diferença entre as relações de
trabalho estabelecidas em
empreendimentos cooperativos e
nas práticas tradicionais de
hierarquização das relações de
trabalho*

Lógica capitalista

Aumento da probabilidade de, dentro da prática econômico solidário, escolher empreendimentos cooperativos como tipo de empreendimento econômico solidários ao invés de modelos de práticas tradicionais de hierarquização

Princípios da Economia Solidária

População que compõem o empreendimento identificada

População que compõem o empreendimento

Aumento da probabilidade de identificar comportamentos específicos que a população desenvolveu por conta do tipo de empreendimento

Identificar a população que compõem o empreendimento

Identificar a população que compõem o empreendimento econômico solidário

Tipos de empreendimentos econômicos solidários

Aumento da probabilidade de identificar modelo de gestão e organização idela para o empreendimento

| | |
|--|--|
| <p><i>Lógica capitalista</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade que os compromissos assumidos pelo empreendimento auxiliem a efetivar a prática econômico solidária como uma alternativa a lógica capitalista</i></p> |
| <p><i>Compromissos assumidos pelo empreendimento identificados</i></p> | <p><i>Prática da autogestão como um dos principais compromissos do empreendimento econômico solidário</i></p> |
| <p><i>Princípios da Economia Solidária identificados</i></p> | <p><i>Aumento da sensação de pertencimento ao empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Praticar a autogestão como um dos principais compromissos do empreendimento</i></p> <p><i>Praticar a autogestão como um dos principais compromissos do empreendimento econômico solidário</i></p> |
| <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i></p> <p><i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i></p> |

| | |
|---|--|
| Trabalhadores [que] são donos do poder de decisão | Donos do poder de decisão identificados |
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade da prática do empreendimento econômico solidário atender a necessidades sociais |
| Empreendimentos econômicos solidários | <p>Aumento da sensação de pertencimento ao empreendimento econômico solidário</p> <p>Identificar quem são os donos do poder de decisão</p> |
| Princípios da Economia Solidária | <p>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</p> <p>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</p> |

Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer conforme os princípios da Economia Solidária identificados

Condições trabalhistas

Condições trabalhistas identificadas

Sócio-trabalhador

Diminuição da probabilidade de adoecimento por parte dos sócio-trabalhadores, uma vez que as condições trabalhistas são cumpridas

Empreendimento econômico solidário

Identificar quais são as condições trabalhistas do empreendimento

Identificar quais são as condições trabalhistas do empreendimento econômico solidário

Aumenta a clareza do sócio-trabalhador quanto as condições trabalhistas que envolvem seu trabalho

Prática econômico solidária

Aumento da autonomia do sócio-trabalhador em relação ao seu papel no empreendimento econômico solidário

| | | | |
|---|--|--|--|
| | | | <i>Aumento da probabilidade de engajamento do sócio-trabalhador na prática econômico solidária</i> |
| Donos legais dos empreendimentos | <i>Donos legais do empreendimento identificados</i> | | |
| Sócio-trabalhadores | <i>Aumento da probabilidade de engajamento do sócio-trabalhador na prática econômico solidária</i> | | |
| Empreendimento econômico solidário | <i>Aumento do grau de autonomia dos sócio-trabalhador em relação os processos de tomada de decisão</i> | <i>Identificar quem são os donos legais do empreendimento</i> | <i>Identificar quem são os donos legais do empreendimento econômico solidário</i> |
| Prática econômico solidária | <i>Aumento da autonomia do sócio-trabalhador em relação ao seu papel no empreendimento econômico solidário</i> | | |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais</i> | | |
| 07 | <i>Fontes de informação sobre Economia Solidária no Brasil</i> | <i>Fontes de informação sobre Economia Solidária no Brasil</i> | <i>Identificar fontes de informação sobre Economia Solidária no Brasil</i> |
| “De acordo com os dados apresentados no Atlas da Economia Solidária no Brasil - | SENAES | | |

2005 (BRASIL, 2006), a partir de trabalho de **mapeamento da Economia Solidária** que alcançou 2274 Municípios brasileiros (41% do total), 14 954 empreendimentos econômicos solidários foram visitados, e sobre eles foram **obtidas informações diversas**” (Cortegoso, 2007, p.249)

FBES

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador recorrer a essas fontes identificadas quando em dívida sobre a prática econômico solidária

CAMPS

Aumento da clareza quanto a prática econômico solidária no Brasil

Materiais acadêmicos

Aumento da clareza quanto a diferença entre a prática econômico solidária no Brasil e outros países

Materias não acadêmicos

Aumento da clareza quanto a diferença entre a prática econômico solidária entre as regiões brasileiras

| | |
|--|---|
| <i>Necessidades dos sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer conforme os princípios da Economia Solidária identificados</i> |
| <i>Demandas de formação dos sócio-trabalhadores</i> | |
| <i>Fontes de informação sobre Economia Solidária no Brasil identificadas</i> | <i>Fontes de informação sobre Economia Solidária no Brasil examinadas</i> |
| <i>Necessidades dos sócio-trabalhadores</i> | <i>Examinar fontes de informação sobre Economia Solidária no Brasil</i> <i>Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador recorrer a essas fontes identificadas quando em dívida sobre a prática econômico solidária</i> <i>Examinar fontes de informação sobre Economia Solidária no Brasil</i> |
| <i>Demandas de formação dos sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da clareza do sócio-trabalhador quanto a qualidade e pertinência das fontes de informação identificadas</i> |

*Aumento da clareza quanto a
prática econômico solidária no
Brasil*

*Aumento da clareza quanto a
diferença entre a prática
econômico solidária no Brasil e
outros países*

*Aumento da clareza quanto a
diferença entre a prática
econômico solidária entre as
regiões brasileiras*

*Aumento da probabilidade da
prática econômico solidária
ocorrer conforme os princípios da
Economia Solidária identificados*

| | |
|--|--|
| Dados do Atlas da Economia Solidária no Brasil | Informações disponíveis no Atlas da Economia Solidária identificadas |
| Fontes de informação sobre Economia Solidária no Brasil identificadas e examinadas | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador recorrer a essas fontes identificadas quando em dúvida sobre a prática econômico solidária |
| Sócio-trabalhadores | Identificar informações disponíveis no Atlas da Economia Solidária Aumento da clareza quanto a prática econômico solidária no Brasil |
| Empreendimentos econômicos solidários | Aumento da clareza quanto a diferença entre a prática econômico solidária entre as regiões brasileiras |
| Prática econômico solidária | Aumento da sensação de pertencimento a Economia Solidária como movimento social |

Informações disponíveis no Atlas da Economia Solidária identificadas

Informações disponíveis no Atlas da Economia Solidária avaliadas

Sócio-trabalhadores

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador recorrer a essas fontes identificadas quando em dúvida sobre a prática econômico solidária

Avaliar informações disponíveis no Atlas da Economia Solidária

Avaliar informações disponíveis no Atlas da Economia Solidária

Empreendimentos econômicos solidários

Aumento da clareza do sócio-trabalhador quanto a qualidade e pertinência das fontes de informação identificadas

Prática econômico solidária

Aumento da clareza quanto a prática econômico solidária no Brasil

| | | |
|---|---|--|
| | <i>Aumento da clareza quanto a diferença entre a prática econômico solidária entre as regiões brasileiras</i> | |
| | <i>Aumento da sensação de pertencimento a Economia Solidária como movimento social</i> | |
| | | |
| Mapeamento da Economia Solidária | <i>Informações disponíveis do mapeamento da Economia Solidária identificadas</i> | |
| | | |
| <i>Fontes de informação sobre Economia Solidária no Brasil identificadas e examinadas</i> | <i>Identificar informações disponíveis do mapeamento da Economia Solidária</i> | <i>Identificar informações disponíveis do mapeamento da Economia Solidária</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador recorrer a essas fontes identificadas quando em dúvida sobre a prática econômico solidária</i> | |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da clareza quanto a prática econômico solidária no Brasil</i> | |

| | |
|--|---|
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Aumento da clareza quanto a diferença entre a prática econômico solidária entre as regiões brasileiras</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da sensação de pertencimento a Economia Solidária como movimento social</i> |
| <i>Informações disponíveis do mapeamento da Economia Solidária identificadas</i> | <i>Informações disponíveis do mapeamento da Economia Solidária avaliadas</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Avaliar informações disponíveis do mapeamento da Economia Solidária</i> <i>Avaliar informações disponíveis do mapeamento da Economia Solidária</i> <i>Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador recorrer a essas fontes identificadas quando em dívida sobre a prática econômico solidária</i> |

*Empreendimentos econômicos
solidários*

*Aumento da clareza do sócio-
trabalhador quanto a qualidade e
pertinência das fontes de
informação identificadas*

Prática econômico solidária

*Aumento da clareza quanto a
prática econômico solidária no
Brasil*

*Aumento da clareza quanto a
diferença entre a prática
econômico solidária entre as
regiões brasileiras*

*Aumento da sensação de
pertencimento a Economia
Solidária como movimento social*

| | |
|--|--|
| Informações diversas sobre empreendimentos econômicos solidários | Informações diversas sobre empreendimentos econômicos solidários obtidas |
| Sócio-trabalhadores | <p>Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador recorrer a essas informações obtidas quando em dúvida sobre a prática econômico solidária</p> <p>Acessar informações diversas sobre empreendimentos econômicos solidários</p> <p>Acessar informações diversas sobre empreendimentos econômicos solidários</p> |
| Empreendimentos econômicos solidários | Aumento da clareza quanto a diferença entre a prática econômico solidária no Brasil e outros países |
| Prática econômico solidária | Aumento da clareza quanto a prática econômico solidária no Brasil |

| | | | |
|---|---|--|---|
| | | <i>Aumento da clareza quanto a diferença entre a prática econômico solidária entre as regiões brasileiras</i> | |
| <i>Informações diversas sobre empreendimentos econômicos solidários obtidas</i> | <i>Informações diversas sobre empreendimentos econômicos solidários avaliados</i> | | |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Avaliar informações diversas obtidas sobre empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador recorrer a essas informações obtidas quando em dúvida sobre a prática econômico solidária</i> | <i>Avaliar informações diversas obtidas sobre empreendimentos econômicos solidários</i> |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | | <i>Aumento da clareza do sócio-trabalhador quanto a qualidade e pertinência das informações obtidas</i> | |

| | |
|--|---|
| <p>popular, redes de empreendimento, associações, clube de trocas) fazem parte da Economia Solidária, no Brasil, diferentes atores, como: instâncias governamentais (em nível federal, estadual e municipal), entidades de apoio e fomento (universidades, ongs, organizações de natureza religiosa, movimento sindical), ligas e uniões, instâncias de organização política do movimento, como os fóruns de Economia Solidária (municipais, estaduais e brasileiro), redes (de gestores públicos, por exemplo) e outros” (Cortegoso, 2007, p.249)</p> | <p><i>Prática econômico solidária</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de, ao escolher organização de finanças solidárias como tipo de empreendimento econômico solidário, esse efetive-se dentro dos princípios e características identificados</i></p> <p><i>Aumento da clareza sobre a diversidade de atuação da prática econômico solidária</i></p> |
| <p>Organizações de finanças solidárias como EES</p> | <p><i>Identificar organizações de finanças solidárias como EES</i></p> <p><i>Organizações de finanças solidárias como EES identificada</i></p> <p><i>Identificar organizações de finanças solidárias como um empreendimento econômico solidário</i></p> |

| | |
|--|--|
| <p><i>Prática econômico solidária</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade de, ao escolher cooperativas populares como tipo de empreendimento econômico solidário, esse efetive-se dentro dos princípios e características identificados</i></p> <p><i>Aumento da clareza sobre a diversidade de atuação da prática econômico solidária</i></p> |
| <p>Cooperativas popular como EES</p> <p><i>Prática econômico solidária</i></p> | <p><i>Cooperativas populares como EES identificadas</i></p> <p><i>Identificar cooperativas populares como EES</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de, ao escolher cooperativas populares como tipo de empreendimento econômico solidário, esse efetive-se dentro dos princípios e características identificados</i></p> <p><i>Identificar cooperativas populares como um empreendimento econômico solidário</i></p> |

Aumento da clareza sobre a diversidade de atuação da prática econômico solidária

Redes de EES

Redes de EES conceituadas

Princípios da Economia Solidária

Aumento da probabilidade de incluir o empreendimento econômico solidário na Rede de empreendimentos

Conceituar redes de EES

Conceituar redes de empreendimentos econômicos solidários

*Aumento da probabilidade da
atuação do empreendimento
ocorrer conforme os princípios da
Economia Solidária*

*Aumento da probabilidade de
cooperação entre os
empreendimentos*

Prática econômico solidária

Aumento da probabilidade de, ao escolher associações como tipo de empreendimento econômico solidário, esse efetive-se dentro dos princípios e características identificados

Aumento da clareza sobre a diversidade de atuação da prática econômico solidária

| | | | |
|--------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|--|
| Clube de trocas como EES | Conceituar clubes de troca como EES | Clubes de troca como EES conceituados | Conceituar clubes de troca como um empreendimentos econômicos solidários |
|--------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|--|

| | |
|------------------------------------|--|
| | |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da probabilidade de, ao escolher clubes de troca como tipo de empreendimento econômico solidário, esse efetive-se dentro dos princípios e características identificados</i> |
| | <i>Aumento da clareza sobre a diversidade de atuação da prática econômico solidária</i> |
| | |
| <i>Clube de trocas como EES</i> | <i>Clubes de troca como EES identificados</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Identificar clubes de troca como EES</i> |
| | <i>Identificar clubes de troca como EES</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade de, ao escolher clubes de troca como tipo de empreendimento econômico solidário, esse efetive-se dentro dos princípios e características identificados</i> |
| | <i>Identificar clubes de troca como um empreendimento econômico solidário</i> |

| | | | | | |
|--|--|---|--|--|---|
| | | | | | |
| | | | | | <i>Aumento da clareza sobre a diversidade de atuação da prática econômico solidária</i> |
| Diferentes atores da Economia Solidária | | <i>Diferentes atores da EcoSol identificados</i> | | | |
| <i>Prática econômico solidária</i> | | <i>Aumento da clareza quanto as instituições que apoiam a prática econômico solidária</i> | | | |
| | <i>Identificar diferentes atores da EcoSol</i> | | <i>Identificar diferentes atores da Economia Solidária</i> | | |
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer de modo articulado com diversos atores da Economia Solidária</i> | | | |
| Instâncias governamentais (em nível federal, estadual e municipal) como atores da EcoSol | <i>Identificar instancias governamentais como atores da EcoSol</i> | <i>Instâncias governamentais como atores da EcoSol identificadas</i> | <i>Identificar instâncias governamentais como atores da Economia Solidária</i> | | |

| | | |
|--|---|---|
| <i>Prática econômico solidária</i> | | <i>Aumento da clareza quanto as instituições que apoiam a prática econômico solidária</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer de modo articulado com diversos atores da Economia Solidária</i> |
| Entidades de apoio como atores da EcoSol | <i>Identificar entidades de apoio como atores da Ecosol</i> | <i>Entidades de apoio como atores da EcoSol identificadas</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Identificar entidades de apoio como atores da Ecosol</i> | <i>Identificar entidades de apoio como atores da Economia Solidária</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | | <i>Aumento da clareza quanto as instituições que apoiam a prática econômico solidária</i> |

| | | |
|------------------------------------|---|---|
| | | |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da clareza quanto as instituições que apoiam a prática econômico solidária</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer de modo articulado com diversos atores da Economia Solidária</i> | |
| | | |
| <i>Unões como atores da EcoSol</i> | <i>Unões como atores da EcoSol identificados</i> | |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da clareza quanto as instituições que apoiam a prática econômico solidária</i> | <i>Identificar uniões como atores da Economia Solidária</i> |
| | <i>Identificar uniões como atores da EcoSol</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer de modo articulado com diversos atores da Economia Solidária</i> | |

| | | |
|---|---|--|
| Instâncias de organização política como atores da EcoSol | Instâncias de organização política como atores da EcoSol identificados | |
| Prática econômico solidária | <p>Aumento da clareza quanto as instituições que apoiam a prática econômico solidária</p> <p>Identificar instâncias de organização política como atores da EcoSol</p> <p>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer de modo articulado com diversos atores da Economia Solidária</p> | Identificar instâncias de organização política como atores da Economia Solidária |
| Fóruns de Economia Solidária (municipais, estaduais e brasileiro) | Fóruns de Economia Solidária identificados | Identificar fóruns de Economia Solidária |
| Prática econômico solidária | <p>Identificar fóruns de Economia Solidária</p> <p>Aumento da clareza quanto as instituições que apoiam a prática econômico solidária</p> | Identificar fóruns de Economia Solidária |

| | | | |
|---|----------------------------------|--|---|
| | | <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer de modo articulado com diversos atores da Economia Solidária</i></p> | |
| <p>09</p> <p>“A implementação da Economia Solidária, com características indicadas, pode ser entendida como resultado, a longo prazo, da atuação de diferentes atores sociais, pessoas e instituições de diferentes tipos” (Cortegoso, 2007, p.249)</p> | <p>Características da EcoSol</p> | <p><i>EcoSol caracterizada</i></p> <p><i>Aumento da clareza quanto as características que a prática econômico solidária tem que assumir</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer conforme os princípios da Economia Solidária identificados</i></p> | <p><i>Caracterizar Economia Solidária</i></p> <p><i>Caracterizar EcoSol</i></p> <p><i>Implementar Economia Solidária</i></p> <p><i>Implementar Economia Solidária como alternativa a lógica capitalista</i></p> |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

| | | |
|---|--|--|
| <i>Lógica capitalista</i> | <i>Aumento da probabilidade das necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores serem atendidas</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> |
| <i>Resultados da Economia Solidária</i> | <i>Resultados da EcoSol em diferentes períodos (curto, médio e longo prazo) distinguidos</i> | <i>Distinguir resultados da Economia Solidária em diferentes períodos (curto, médio e longo prazo)</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da clareza quanto aos diferentes níveis de impacto que a prática econômico solidária podem alcançar</i> | |

| | | |
|--|---|---|
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> | |
| <i>Prática econômico solidário</i> | <i>Resultados da EcoSol identificados</i> | |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da clareza quanto aos diferentes níveis de impacto que a prática econômico solidária podem alcançar</i> <i>Identificar resultados da Economia Solidária</i> | <i>Identificar resultados da Economia Solidária</i> |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> | |
| <i>Prática econômico solidário</i> | <i>Identificar resultados a longo prazo da EcoSol</i> <i>Resultados da EcoSol a longo prazo identificados</i> | <i>Identificar resultados a longo prazo da Economia Solidária</i> |

| | |
|--|--|
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da clareza quanto aos diferentes níveis de impacto que a prática econômico solidária podem alcançar</i> |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> |
| <i>Prática econômico solidário</i> | <i>Resultados da EcoSol a médio prazo identificados</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Identificar resultados a médio prazo da EcoSol</i> <i>Aumento da clareza quanto aos diferentes níveis de impacto que a prática econômico solidária podem alcançar</i> <i>Identificar resultados a médio prazo da Economia Solidária</i> |

| | |
|--|--|
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> |
| <i>Prática econômico solidário</i> | <i>Resultados da EcoSol a curto prazo identificados</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da clareza quanto aos diferentes níveis de impacto que a prática econômico solidária podem alcançar</i> <i>Identificar resultados a curto prazo da EcoSol</i> <i>Identificar resultados a curto prazo da Economia Solidária</i> |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> |

| | |
|---|--|
| <p>Atuação de diferentes atores sociais</p> <p><i>Prática econômico solidária</i></p> | <p>Resultados alcançados pela Economia Solidária relacionados com a atuação de diferentes atores sociais</p> <p>Relacionar resultados alcançados pela Economia Solidária com a atuação de diferentes atores sociais</p> <p>Aumento da clareza de como a atuação de diferentes atores sociais impactam na prática econômico solidária</p> <p>Relacionar resultados alcançados pela Economia Solidária com a atuação de diferentes atores sociais</p> <p>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer de maneira articulada</p> |
| <p>Atuação de diferentes pessoas</p> <p><i>Prática econômico solidária</i></p> | <p>Resultados alcançados pela Economia Solidária relacionados com a atuação de diferentes pessoas</p> <p>Relacionar resultados alcançados pela Economia Solidária com a atuação de diferentes pessoas</p> <p>Aumento da clareza de como a atuação de diferentes pessoas impactam na prática econômico solidária</p> <p>Relacionar resultados alcançados pela Economia Solidária com a atuação de diferentes pessoas</p> |

| | | | |
|---|---|---|---|
| <p>10</p> <p>“O conceito de metacontingência (Glenn, 1992, entre outros), como uma unidade de análise que descreve relações funcionais entre práticas culturais resultantes de contingências comportamentais</p> | <p>Aumenta a probabilidade da prática econômico solidária ocorrer de maneira articulada</p> | <p>Resultados alcançados pela Economia Solidária relacionados com a atuação de diferentes tipos de instituições</p> | <p>Relacionar resultados alcançados pela Economia Solidária com a atuação de diferentes tipos de instituições</p> |
| | <p>Atuação de instituições de diferentes tipos</p> | <p>Relacionar resultados alcançados pela Economia Solidária com a atuação de diferentes tipos de instituições</p> | <p>Aumento da clareza de como a atuação de diferentes tipos de instituições impactam na prática econômico solidária</p> |
| | <p>Prática econômico solidária</p> | <p>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer de maneira articulada</p> | |
| | <p>Fenômenos da Economia Solidária</p> | <p>Fenômenos da Economia Solidária identificados</p> | <p>Identificar fenômenos da Economia Solidária</p> |

Atuação de instituições de diferentes tipos

Prática econômico solidária

*Resultados alcançados pela
Economia Solidária relacionados
com a atuação de diferentes tipos
de instituições*

Relacionar resultados alcançados pela Economia Solidária com a atuação de diferentes tipos de instituições

Relacionar resultados alcançados pela Economia Solidária com a atuação de diferentes tipos de instituições

Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer de maneira articulada

10

“O conceito de **metacontingência** (Glenn, 1992, entre outros), como uma unidade de análise que descreve relações funcionais entre práticas culturais resultantes de contingências comportamentais

Fenômenos da Economia Solidária

Identificar fenômenos da Economia Solidária

Fenômenos da Economia
Solidária identificados

Identificar fenômenos da Economia Solidária

| | |
|---|---|
| <p>entrelaçadas e de seus produtos agregados, permite descrever apropriadamente os fenômenos da Economia Solidária” (Cortegoso, 2007, p.249)</p> | <div> <div> <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> </div> <div> <p><i>Aumento da clareza quanto a abrangência dos fenômenos que podem ser produzidos pela prática econômico solidária</i></p> </div> </div> <div> <div> <p><i>Sócio-trabalhadores</i></p> </div> <div> <p><i>Aumento da probabilidade de, ao se inserir na Economia Solidária, a atuação dos sócio-trabalhadores e empreendimentos econômico solidários ocorra conforme as características dos fenômenos da Economia Solidária identificados</i></p> </div> </div> |
| <p>Conceito de metacontingência</p> | <p><i>Aplicabilidade do conceito de metacontingência identificada</i></p> |
| <p>Conceito de comportamento</p> | <div> <div> <p><i>Identificar aplicabilidade do conceito de metacontingência</i></p> </div> <div> <p><i>Identificar aplicabilidade do conceito de metacontingência</i></p> </div> </div> <div> <div> <p><i>Aumento da clareza sobre as relações comportamentais estabelecidas dentro da Economia Solidária</i></p> </div> </div> |

Aumento da probabilidade de utilizar os conceitos de metacontingências em intervenções na Economia Solidária

Comportamento dos empreendimentos

Comportamentos dos sócio-trabalhadores

Fenômenos da Economia Solidária identificados

Fenômenos da Economia Solidária descritos apropriadamente

Aplicabilidade do conceito de metacontingência identificado

Descrever apropriadamente os fenômenos da Economia Solidária

Aumento da clareza sobre os fenômenos da Economia Solidária

Descrever apropriadamente os fenômenos da Economia Solidária

Empreendimentos econômicos solidários

Aumento da clareza sobre as relações comportamentais estabelecidas dentro da Economia Solidária

Aumento da probabilidade de, ao se inserir na Economia Solidária, a atuação dos sócio-trabalhadores e empreendimentos econômico solidários ocorra conforme as características dos fenômenos da Economia Solidária identificados

Sócio-trabalhadores

Número considerável de iniciativas nesse campo

Fenômeno da Economia Solidária

11

“Este [o fenômeno da Economia Solidária] resulta dos esforços de um número considerável de iniciativas nesse campo, com a perspectiva de mudança cultural na direção de relações econômicas mais igualitárias e humanas de melhor qualidade, do ponto de vista do bem-estar dos indivíduos, do que as predominantes, em que o ser humano é, em geral, um meio para o acúmulo de capital” (Cortegoso, 2007, p.249)

Necessidades sociais

Aumentar nas necessidades sociais de modo a se produzir uma prática econômica diferente da produzida pela lógica capitalista

Aumentar a probabilidade de outras pessoas e empreendimentos considerarem a prática econômico solidária como alternativa

Atuar nas necessidades sociais de modo a se produzir uma prática econômica diferente da produzida pela lógica capitalista

Aumentar a probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista

Lógica capitalista

Perspectiva de mudança cultural
(estabelecimento de relações
econômicas igualitárias e
humanas de melhor qualidade)

*Perspectiva de mudança cultural
a ser produzida por meio da
Economia Solidária
caracterizada*

*Aumento da probabilidade de se
estabelecer novas relações
econômicas e de trabalho*

*Caracterizar perspectiva de
mudança cultural a ser
produzida por meio da
Economia Solidária*

*Aumento da probabilidade de,
por meio da prática econômico
solidário, as necessidades sociais
e dos sócio-trabalhadores sejam
atendidas*

*Caracterizar perspectiva de
mudança cultural a ser
produzida por meio da
Economia Solidária*

Necessidades sociais

*Aumento da probabilidade de
outras pessoas e
empreendimentos considerem a
prática econômico solidária como
alternativa*

Lógica capitalista

*Aumento da probabilidade da
prática econômico solidária se
efetivar como alternativa a lógica
capitalista*

| | |
|---|--|
| Perspectiva de ser humano como meio de acúmulo de capital | Comportamentos a serem alterados na perspectiva atual de ser humano identificados |
| Trajetória de mudança cultural a ser seguida identificada | Aumento da clareza sobre a nova perspectiva de ser humano a ser seguida |
| Prática econômico solidária | <p>Identificar comportamentos a serem alterados na perspectiva atual de ser humano</p> <p>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se aprimorar constantemente</p> <p>Identificar comportamentos a serem alterados na perspectiva atual de ser humano</p> |
| Sócio-trabalhadores | <p>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</p> <p>Diminuição da probabilidade de competição entre os empreendimentos</p> |

| | | |
|-------------------------------------|--|--|
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> |
| <i>Tipos de relações econômicas</i> | <i>Tipo de relação econômica estabelecida identificada</i> | <i>Aumento da probabilidade de se estabelecer novas relações econômicas e de trabalho</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Identificar tipo de relação econômica estabelecida</i> | <i>Identificar tipo de relação econômica estabelecida</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os empreendimentos</i> |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> | |
| <i>Diferentes graus de qualidade das relações econômicas</i> | | <i>Grau de qualidade da relação econômica estabelecida identificada</i> | |
| <i>Tipo de relação econômica estabelecida identificada</i> | <i>Identificar grau de qualidade da relação econômica estabelecida</i> | <i>Aumento da probabilidade de se estabelecer novas relações econômicas e de trabalho</i> | <i>Identificar grau de qualidade da relação econômica estabelecida</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> | |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os empreendimentos</i> | |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> | |
| <i>Diferentes graus de igualdade das relações econômicas</i> | | <i>Grau de igualdade da relação econômica estabelecida identificada</i> | |
| <i>Tipo de relação econômica estabelecida identificada</i> | <i>Identificar grau de igualdade da relação econômica estabelecida</i> | <i>Aumento da probabilidade de se estabelecer novas relações econômicas e de trabalho</i> | <i>Identificar grau de igualdade da relação econômica estabelecida</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> | |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os empreendimentos</i> | |

| | | | |
|--|---|--|---|
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> | |
| <i>Tipo de relação econômica estebelecida identificada</i> | | <i>Necessidade de alterar tipo de relação econômica identificada</i> | |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Identificar necessidade de alterar tipo de relação econômica</i> | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> | <i>Identificar necessidade de alterar tipo de relação econômica</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os empreendimentos</i> | |
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ser constantemente aprimorada</i> | |

| | | | |
|---|--|--|--|
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> | |
| <i>Grau de qualidade da relação econômica estabelecida identificada</i> | | <i>Necessidade de alterar grau da qualidade das relações econômicas identificada</i> | |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Identificar necessidade de alterar grau da qualidade da relação econômica</i> | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> | <i>Identificar necessidade de alterar grau da qualidade da relação econômica</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os empreendimentos</i> | |
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ser constantemente aprimorada</i> | |

| | | | |
|---|--|--|--|
| | | <i>Diminuição da probabilidade de adoecimento dos sócio-trabalhadores</i> | |
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> | |
| | | | |
| <i>Grau de igualdade da relação econômica estebelecida identificada</i> | <i>Necessidade de alterar grau de igualdade das relações econômicas identificada</i> | | |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Identificar necessidade de alterar grau de igualdade da relação econômica</i> | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> | <i>Identificar necessidade de alterar grau de igualdade da relação econômica</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os empreendimentos</i> | |

| | |
|---|--|
| <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ser constantemente aprimorada</i></p> | |
| <p><i>Diminuição da probabilidade de adoecimento dos sócio-trabalhadores</i></p> | |
| <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i></p> | |
| | |
| <p><i>Necessidade de alterar tipo de relação econômica identificada</i></p> | <p><i>Comportamentos a serem alterados nas relações econômicas atuais identificados</i></p> |
| <p><i>Necessidade de alterar grau da qualidade das relações econômicas identificada</i></p> | <p><i>Identificar comportamentos a serem alterados nas relações econômicas atuais</i></p> |
| | <p><i>Aumento da probabilidade de relações econômicas de melhor qualidade, independente do tipo, sejam estabelecidas</i></p> |
| | <p><i>Identificar comportamentos a serem alterados nas relações econômicas atuais</i></p> |

Prática econômico solidária

*Diminuição da probabilidade de
competição entre os
empreendimentos*

Sócio-trabalhadores

*Aumento da probabilidade de
cooperação entre os sócio-
trabalhadores*

*Aumento da probabilidade da
prática econômico solidária ser
constantemente aprimorada*

*Diminuição da probabilidade de
adocimento dos sócio-
trabalhadores*

*Aumento da probabilidade da
prática econômico solidária se
efetivar como alternativa a lógica
capitalista*

| | | | |
|-----------------------------|--|---|---|
| Bem-estar dos indivíduos | Necessidade de alterar o bem-estar dos indivíduos identificada | | |
| Prática econômico solidária | Identificar necessidade de alterar o bem-estar dos indivíduos | Diminuição da probabilidade de adoecimento dos sócio-trabalhadores | Identificar necessidade de alterar o bem-estar dos indivíduos |
| Sócio-trabalhadores | | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa econômica preocupada com o bem-estar dos sócio-trabalhadores | |

12

“A perspectiva de compreensão da Economia Solidária como resultado de um conjunto de práticas culturais entrelaçadas, cujas relações podem ser descritas por meio de metacontingências,

Práticas culturais entrelaçadas

Descrever práticas culturais entrelaçadas por meio do conceito de metacontingência

Práticas culturais entrelaçadas descritas por meio do conceito de metacontingência

Descrever práticas culturais entrelaçadas por meio do conceito de metacontingência

| | | |
|--|--|---|
| <p>requer e facilita melhor examinar o papel de cada um dos atores relevantes para a produção desse resultado” (Cortegoso, 2007, p.250).</p> | <p>Conceito de metacontingência</p> | <p><i>Aumento da clareza sobre as relações comportamentais estabelecidas dentro da Economia Solidária</i></p> |
| <p><i>Aplicabilidade do conceito de metacontingência identificada</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade de, ao se inserir na Economia Solidária, a atuação dos sócio-trabalhadores e empreendimentos econômico solidários ocorra conforme as práticas culturais descritas</i></p> | <p><i>Aumento da clareza sobre as relações comportamentais estabelecidas dentro da Economia Solidária</i></p> |
| <p>Prática da Economia Solidária</p> | <p><i>Prática da Economia Solidária identificada</i></p> | <p><i>Prática da Economia Solidária identificada</i></p> |
| <p><i>Demandas sociais</i></p> | <p><i>Identificar prática da Economia Solidária</i></p> | <p><i>Identificar prática da Economia Solidária</i></p> |
| | <p><i>Aumento da clareza quanto as características da prática econômico solidária</i></p> | <p><i>Aumento da clareza quanto as características da prática econômico solidária</i></p> |

| | | | |
|---|--|--|---|
| | | | |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> | |
| | | | |
| <i>Prática da Economia Solidária identificada</i> | <i>Relevância dos atores sociais para a prática econômico solidária avaliada</i> | | <i>Avaliar relevância dos atores sociais para a prática econômico solidária</i> |
| | | <i>Avaliar relevância dos atores sociais para a prática econômico solidária</i> | |
| <i>Atores sociais identificados</i> | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se estabelecer de modo articulado com os atores sociais</i> | |
| | | | |

“Mais do que uma opção ideológica relacionada à **cooperação** entre esses atores, a Economia Solidária é um fenômeno que só poderá **resultar da ação de muitos atores, pessoas, grupos e organizações, articuladas na mesma direção**, ainda que as práticas de cada um deles apresentem especificidades e **sejam mantidas por consequências imediatas e específicas**” (Cortegoso, 2007, p.250)

| | |
|--|--|
| Comportamentos anteriores apresentados por sócio-trabalhadores | Comportamentos anteriores apresentados por pessoas indicativos de cooperação identificados |
| | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> |
| | <i>Identificar comportamentos anteriores apresentados por sócio-trabalhadores</i> |
| <i>Cooperação como um dos princípios básicos para o real funcionamento da EcoSol</i> | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> |
| | <i>Aumento da clareza sobre os indicativos de cooperação das relações econômico solidárias</i> |
| <i>Prática econômico solidário</i> | Demais consequências imediatas e específicas da relação de cooperação estabelecida |

| | | |
|---|---|---|
| Comportamentos anteriores apresentados por um grupo de sócio-trabalhadores | Comportamentos anteriores apresentados por um grupo de sócio-trabalhadores indicativos de cooperação identificados | |
| Cooperação como um dos princípios básicos para o real funcionamento da EcoSol | <p>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</p> <p>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</p> <p>Aumento da clareza sobre os indicativos de cooperação das relações económico solidárias</p> <p>Demais consequências imediatas e específicas da relação de cooperação estabelecida</p> | <p>Identificar comportamentos anteriores apresentados por grupo de sócio-trabalhadores indicativo de cooperação</p> <p>Identificar comportamentos anteriores apresentados por grupo de sócio-trabalhadores indicativo de cooperação</p> |
| Prática económico solidário | | |
| Ações organizacionais | <p>Identificar comportamentos organizacionais anteriores indicativos de cooperação</p> <p>Ações organizacionais anteriores indicativas de cooperação identificadas</p> | Identificar comportamentos organizacionais anteriores indicativos de cooperação |

| | | |
|---|---|--|
| Cooperação como um dos princípios básicos para o real funcionamento da EcoSol | Aumento da probabilidade de cooperação entre os empreendimentos e/ou organizações | |
| | Diminuição da probabilidade de competição entre os empreendimentos e/ou organizações | |
| | Aumento da clareza sobre os indicativos de cooperação das relações econômico solidárias | |
| | Demais consequências imediatas e especificias da relação de cooperação estabelecida | |
| Pratica econômico solidário | | |

| | | |
|--------------------------|---|---|
| Ações dos atores sociais | Ações anteriores dos atores sociais indicativas de cooperação identificadas | Identificar ações anteriores dos atores sociais indicativas de cooperação |
| | Identificar ações anteriores dos atores sociais indicativas de cooperação | Identificar ações anteriores dos atores sociais indicativas de cooperação |
| | Aumento da probabilidade de cooperação entre os empreendimentos e/ou organizações com os atores sociais | Aumento da probabilidade de cooperação entre os empreendimentos e/ou organizações com os atores sociais |

| | | | |
|--|---|--|---|
| <i>Cooperação como um dos princípios básicos para o real funcionamento da EcoSol</i> | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os empreendimentos e/ou organizações com os atores sociais</i> | <i>Aumento da clareza sobre os indicativos de cooperação das relações econômico solidárias</i> | <i>Demais consequências imediatas e especificias da relação de cooperação estabelecida</i> |
| <i>Pratica econômico solidário</i> | <i>Ações anteriores dos atores sociais indicativas de cooperação identificadas</i> <i>Ações organizacionais anteriores indicativas de cooperação identificadas</i> | <i>Articular os comportamentos anteriormente apresentados com a necessidade de cooperação</i> | <i>Ações e comportamentos dos atores, sócio-trabalhadores, grupos e organizações articulados</i> <i>Aumento da probabilidade de cooperação</i> |
| | | <i>Articular os comportamentos anteriormente apresentados com a necessidade de cooperação</i> | |

| | |
|---|--|
| <i>Comportamentos anteriores apresentados por um grupo de sócio-trabalhadores indicativos de cooperação identificados</i> | <i>Diminuição da probabilidade de competição</i> |
| <i>Comportamentos anteriores apresentados por sócio-trabalhadores indicativos de cooperação identificados</i> | <i>Aumento da clareza sobre os indicativos de cooperação das relações econômico solidárias</i> |
| <i>Cooperação como um dos princípios básicos para o real funcionamento da EcoSol</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> |
| <i>Ações e comportamentos dos atores, pessoas, grupos e organizações articulados</i> | Cooperar |
| | <i>Cooperação efetivada</i> |
| | <i>Cooperar, de modo articulado, entre comportamentos dos atores sociais, sócio-trabalhadores, grupos e EES</i> |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | <p><i>Cooperação como um dos princípios básicos para o real funcionamento da EcoSol</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade de cooperação se estabelecer como um dos princípios básicos para o real funcionamento da EcoSol apresentado</i></p> | |
| | <p><i>Situação antecedente indicativa de cooperação</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i></p> | |
| <p>14</p> <p>“De acordo com Glenn e Mallot (2004), ‘organizações consistem da interação dinâmica entre o comportamento de seres humanos e seus produtos’, e a expressão ‘comportamento organizacional’ refere-se também, ao comportamento das organizações como entidades funcionais” (Cortegoso, 2007, p.251)</p> | <p>Comportamento organizacional</p> | <p>Comportamento organizacional conceituado</p> | <p>Conceituar comportamento organizacional</p> |
| | <p>Conceito de comportamento</p> | <p>Aumento da clareza sobre as relações comportamentais estabelecidas dentro da Economia Solidária</p> | |

| | | |
|---------------------------|----------------------------------|--|
| <i>Economia Solidária</i> | | <i>Aumento da probabilidade de intervenções comportamentais ocorrerem no contexto econômico solidário</i> |
| <i>Organizações</i> | <i>Organizações conceituadas</i> | |
| <i>Economia Solidária</i> | <i>Conceituar organizações</i> | <i>Aumento da clareza quanto as características que compõem uma organização independente do contexto no qual ela se insere</i> |
| <i>Lógica capitalista</i> | | <i>Conceituar organizações independente do contexto na qual elas se inserem</i> |
| | | <i>Aumento da probabilidade de diferenciar as características que compõem as organizações conforme seus contextos econômicos</i> |

Aumento da probabilidade de diferenciar os impactos causados por organizações econômico solidárias

| | | | | |
|---|---|--------------------------------------|--|--|
| <p>15</p> <p>“Nessas condições, descrições comportamentais, entendidas como especificações de relações entre aspectos do ambiente e da atuação dos organismos, daquilo que é ou pode ser esperado de organizações que desempenham importante papel em relação à implementação da Economia Solidária, podem trazer contribuições relevantes para a compreensão e para o exercício desses papéis” (Cortegoso, 2007, p.251)</p> | <p>Descrições comportamentais anteriores</p> <p>Relações entre aspectos do ambiente e da atuação do organismo</p> <p>Organizações com papéis importantes quanto a implementação da EcoSol</p> | <p>Descrever comportamentalmente</p> | <p><i>Ações descritas de modo comportamental</i></p> <p><i>Aumento do grau de compreensão das relações comportamentais estabelecidas na prática econômico solidária</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade que as relações comportamentais importantes para a prática econômico solidária realmente se estabeleçam</i></p> | <p><i>Descrever a prática econômico solidária de modo comportamental</i></p> |
|---|---|--------------------------------------|--|--|

“No conjunto de atuações que contribuem para a constituição do resultado de interesse social, ao menos no contexto brasileiro atual, denominado Economia Solidária, cabe à instituição Universidade, como agência de fomento desse campo, desenvolver, de acordo com Cortegoso e Shimbo (2005), especificamente, a ‘produção de conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento da Economia Solidária, tanto em relação ao estudo de cadeias produtivas quanto no que se refere ao cooperativismo e à autogestão administrativa dos empreendimentos, assim como garantia de acesso, por parte dos empreendimentos, a tais conhecimentos e tecnologias” (Cortegoso, 2007, p. 251).

Conjunto de atuações que contribuem para a prática econômico solidária

Conjunto de atuações que contribuem para a prática econômico solidária identificados

Aumento da clareza sobre a multideterminação da prática econômico solidária

Identificar conjunto de atuações que contribuem para a prática econômico solidária

Identificar conjunto de atuações que contribuem para a prática econômico solidária

Aumento da probabilidade de se criar redes de apoio a prática econômico solidária

Aumento da probabilidade que a prática econômico solidária ocorra de modo articulado com as diferentes atuações identificadas

| | |
|---|---|
| <p>Universidade como agência de fomento</p> | <p><i>Tecnologias que auxiliam o desenvolvimento da prática econômico solidária desenvolvidas</i></p> |
| <p><i>Prática econômico solidária</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade de se criar redes de apoio a prática econômico solidária</i></p> |
| | <p>Produzir tecnologia que auxilie o desenvolvimento da Economia Solidária</p> |
| | <p><i>Aumento da probabilidade que a Universidade cumpra com o seu papel de interlocutora do conhecimento acadêmico e a sociedade</i></p> |
| | <p><i>Aumento da probabilidade da Economia Solidária se tornar um tema de interesse de estudos acadêmicos</i></p> |

Universidade como agência de fomento

Conhecimento sobre a autogestão administrativa dos empreendimentos produzida

Prática econômico solidária

Produzir conhecimento sobre a autogestão administrativa dos empreendimentos

Aumento da probabilidade de se criar redes de apoio a prática econômico solidária

Produzir conhecimento sobre a autogestão administrativa dos empreendimentos econômicos solidários

Princípios da Economia Solidária

Aumento da probabilidade que a Universidade cumpra com o seu papel de interlocutora do conhecimento acadêmico e a sociedade

| | |
|---|--|
| <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> | <p><i>Aumento da clareza quanto a autogestão administrativa dos empreendimentos econômicos solidários é uma variável crítica para sua prática conforme os princípios da Economia Solidária</i></p> |
| <p>Universidade como agência de fomento</p> <p><i>Prática econômico solidária</i></p> | <p>Conhecimento sobre as cadeias produtivas dos empreendimentos produzida</p> <p>Produzir conhecimento sobre as cadeias produtivas dos empreendimentos</p> <p>Produzir conhecimento sobre as cadeias produtivas dos empreendimentos econômicos solidários</p> <p>Aumento da probabilidade de se criar redes de apoio a prática econômico solidária</p> |

| | | |
|--|--|---|
| | | |
| <i>Princípios da Economia Solidária</i> | <i>Aumento da probabilidade que a Universidade cumpra com o seu papel de interlocutora do conhecimento acadêmico e a sociedade</i> | |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Aumento da clareza sobre os processos complexos envolvidos na prática econômico solidária</i> | |
| <i>Universidade como agência de fomento</i> | <i>Conhecimento sobre cooperativismo dos empreendimentos produzido</i> | <i>Produzir conhecimento sobre cooperativismo dos empreendimentos econômicos solidários</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Produzir conhecimento sobre cooperativismo dos empreendimentos</i> | <i>Aumento da probabilidade de se criar redes de apoio a prática econômico solidária</i> |

| | |
|---|---|
| <p><i>Aumento da probabilidade que a Universidade cumpra com o seu papel de interlectura do conhecimento acadêmico e a sociedade</i></p> | <p><i>Princípios da Economia Solidária</i></p> |
| <p><i>Aumento da clareza quanto o cooperativismo dos empreendimentos econômicos solidários é uma variável crítica para sua prática conforme os princípios da Economia Solidária</i></p> | <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> |
| <p><i>Garantir acesso dos empreendimentos econômico solidários aos conhecimentos produzidos pelas Universidades</i></p> | <p><i>Tecnologias que auxiliam o desenvolvimento da prática econômico solidária desenvolvidas</i></p> |
| <p><i>Acesso dos empreendimentos a tais conhecimentos garantido</i></p> | <p><i>Garantir acesso dos empreendimentos a tais conhecimentos</i></p> |

| | |
|---|--|
| <i>Conhecimento sobre Economia Solidária produzido</i> | <i>Aumento da probabilidade de se criar redes de apoio a prática econômico solidária</i> |
| <i>Conhecimento sobre a autogestão administrativa dos empreendimentos produzida</i> | <i>Aumento da probabilidade que a Universidade cumpra com o seu papel de interlocutora do conhecimento acadêmico e a sociedade</i> |
| <i>Conhecimento sobre as cadeias produtivas dos empreendimentos produzida</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar</i> |
| <i>Conhecimento sobre cooperativos dos empreendimentos produzido</i> | <i>Aumento da clareza sobre os processos complexos envolvidos na prática econômico solidária</i> |

| | |
|--|--|
| <i>Tecnologias que auxiliam o desenvolvimento da prática econômico solidária desenvolvidas</i> | <i>Acesso dos empreendimentos a tais tecnologias garantido</i> |
| <i>Conhecimento sobre Economia Solidária produzido</i> | <i>Aumento da probabilidade de se criar redes de apoio a prática econômico solidária</i> |
| <i>Conhecimento sobre a autogestão administrativa dos empreendimentos produzida</i> | <i>Garantir acesso dos empreendimentos econômico solidários a tecnologias produzidas pelas Universidades</i> <i>Aumento da probabilidade que a Universidade cumpra com o seu papel de interlocutora do conhecimento acadêmico e a sociedade</i> |
| <i>Conhecimento sobre as cadeias produtivas dos empreendimentos produzida</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar</i> |

| | | | |
|--|--|--|--|
| <hr/> | <hr/> | <i>Conhecimento sobre cooperativos dos empreendimentos produzido</i> | <i>Aumento da clareza sobre os processos complexos envolvidos na prática econômico solidária</i> |
| <hr/> | <hr/> | <i>Universidade como agência de fomento</i> | <i>Conhecimento e tecnologias desenvolvidos pelas Universidades aplicados na prática econômico solidária</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aplicar conhecimentos e tecnologias desenvolvidas pela a Universidade na prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da probabilidade de se criar redes de apoio a prática econômico solidária</i> | <i>Aplicar conhecimentos e tecnologias desenvolvidas pela a Universidade na prática econômico solidária</i> |
| <i>Acesso dos empreendimentos a tais tecnologias garantido</i> | <i>Aumento da probabilidade que a Universidade cumpra com o seu papel de interlocutora do conhecimento acadêmico e a sociedade</i> | | |

| | | | |
|--|---|---|---|
| | | <p><i>Acesso dos empreendimentos a tais conhecimentos garantido</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar</i></p> |
| <p>17</p> <p>“Uma das formas por meio das quais universidades brasileiras têm buscado cumprir esse papel é pela criação das denominas incubadoras universitárias de cooperativas (ou, mais amplamente, empreendimentos solidários), a partir de meados da década de 1990” (Cortegoso, 2007, p.251)</p> | <p>Universidade brasileiras</p> | <p>Incubadoras universitárias de empreendimentos solidários criadas</p> | <p><i>Criar incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários</i></p> |
| <p><i>Conhecimentos e tecnologias produzidas pelas Universidades</i></p> | <p>Criar incubadoras universitárias de empreendimentos solidários</p> | <p><i>Aumento da probabilidade de se criar redes de apoio a prática econômico solidária</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade da Economia Solidária se tornar um tema de interesse de estudos acadêmicos</i></p> |

| | | | |
|--|---|---|---|
| <p><i>Necessidade social</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade que a Universidade cumpra com o seu papel de interlectura do conhecimento acadêmico e a sociedade</i></p> | | | |
| <p>18</p> <p>“Com ações destinadas à incubação de cooperativas populares, tendo como público-alvo os desempregados historicamente excluídos ou aqueles expulsos do mercado formal de trabalho em virtude dos processos tecnológicos, da privatização de empresas estatais ou de terceirização de serviços, com a presença de populações mais empobrecidas e pessoas com deficiências, essas agências surgiram e se organizaram buscando favorecer a criação de novas oportunidades de trabalho e renda, por meio de empreendimentos coletivos, solidários e autogestionários” (Cortegoso, 2007, p.251)</p> | <p>Desempregados historicamente excluídos</p> <p>Indivíduos expulsos do mercado formal de trabalho em virtude de processos tecnológicos</p> <p>Indivíduos expulsos do mercado formal de trabalho em virtude de privatização</p> | <p>Favorecer a criação de novas oportunidades de trabalho</p> | <p><i>Criação de novas oportunidades de trabalho favorecida</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade dessas oportunidades de trabalho gerarem renda significativa para os sujeitos que apresentam essa necessidade</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de inserção social dos sujeitos que apresentam essa necessidade</i></p> |
| | | | <p><i>Favorecer a criação de novas oportunidades de trabalho por meio da prática econômico solidário</i></p> |

Indivíduos expulsos do mercado
formal de trabalho em virtude de
terceirização

*Aumento da probabilidade do
contexto econômico solidária
servir como meio de formação
continuada aos sujeitos que
apresentam essa necessidade*

Pessoas com deficiência

*Aumento da clareza quanto as
populações que são atendidas
pela prática econômico solidária*

População mais empobrecida

*Aumento da probabilidade da
prática econômico solidária se
efetivar como prática oposta a
lógica capitalista de trabalho*

Empreendimentos solidários

*Aumento da probabilidade da
prática econômico solidária se
efetivar conforme os princípios
teoricamente estipulados para a
Economia Solidária*

| | | |
|--|---|---|
| Empreendimentos autogestionários | | <i>Aumento da probabilidade das necessidades sociais sejam atendidas</i> |
| Empreendimentos coletivos | | |
| Desempregados historicamente excluídos | | <i>Criação de novas oportunidades de renda favorecida</i> |
| Indivíduos expulsos do mercado formal de trabalho em virtude de processos tecnológicos | Favorecer a criação de novas oportunidades de renda | <i>Aumento da probabilidade dessas oportunidades de trabalho gerarem renda significativa para os sujeitos que apresentam essa necessidade</i> |
| Indivíduos expulsos do mercado formal de trabalho em virtude de privatização | | <i>Aumento da probabilidade de inserção social dos sujeitos que apresentam essa necessidade</i> |
| | | <i>Favorecer a criação de novas oportunidades de renda por meio da prática econômico solidária</i> |

| | |
|---|--|
| Indivíduos expulsos do mercado formal de trabalho em virtude de terceirização | <i>Aumento da probabilidade do contexto econômico solidária servir como meio de formação continuada aos sujeitos que apresentam essa necessidade</i> |
| Pessoas com deficiência | <i>Aumento da clareza quanto as populações que são atendidas pela prática econômico solidária</i> |
| População mais empobrecida | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como prática oposta a lógica capitalista de trabalho</i> |
| Empreendimentos solidários | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária</i> |

| | |
|---|--|
| | |
| Empreendimentos autogestionários | <i>Aumento da probabilidade das necessidades sociais sejam atendidas</i> |
| Empreendimentos coletivos | |
| <p>19</p> <p>“De acordo com Cortegoso et al. (2005a), ‘um dos desafios enfrentados por esses núcleos de ensino, pesquisa e extensão que se dedicam à Economia Solidária é desenvolver métodos de incubação capazes de viabilizar não apenas a existência de outros coletivos organizados para o trabalho mas também seu funcionamento como células efetivamente autogestionárias e comprometidas com os princípios orientadores da Economia Solidária e a inserção dessas células em complexas redes de relações que envolvem outros empreendimentos solidários, outros atores sociais da Economia Solidária, e mesmo no mercado capitalista, pouco amistoso a essa forma de organização do</p> | <p><i>Empreendimentos econômicos solidários inseridos em redes de relação com outros empreendimentos</i></p> <p><i>Inserir empreendimentos econômicos solidários em redes de relação com outros empreendimentos</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os empreendimentos</i></p> <p><i>Diminuição da probabilidade de competição entre os empreendimentos</i></p> |

*Aumento da probabilidade da
prática econômico solidária
ocorrer de modo articulado com
diversos empreendimentos da
Economia Solidária*

*Empreendimentos econômicos
solidários inseridos em redes de
relação com atores sociais*

*Aumento da probabilidade de
aprimoramento constante da
prática econômico solidária*

*Inserir empreendimentos
solidários em redes de relação
com atores sociais*

*Inserir empreendimentos
econômicos solidários em redes
de relação com atores sociais*

*Aumento da probabilidade de
integração de conhecimentos
sobre Economia Solidária*

Prática econômico solidária

| | | |
|---------------------------------------|--|--|
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer de modo articulado com diversos atores sociais da Economia Solidária</i> |
| Empreendimentos econômicos solidários | | <i>Empreendimentos econômicos solidários inseridos em redes de relação com o mercado capitalista</i> |
| Mercado capitalista | Inserir empreendimentos solidários em redes de relação com mercado capitalista | <i>Aumento da clareza sobre as diferenças entre a lógica econômico solidária e a lógica capitalista de mercado</i> <i>Inserir empreendimentos econômicos solidários em redes de relação com mercado capitalista</i> |
| <i>Lógica capitalista</i> | | <i>Aumento da probabilidade dos empreendimentos econômicos solidários sobreviverem no contexto social mais geral</i> |

Aumento da probabilidade de criação de novas formas de relação entre os empreendimentos econômicos solidários e o mercado capitalista

20

“Tal sistematização representa tanto referencial para produção de conhecimento novo, a partir de investigações sobre propriedades das classes de comportamentos e sua relação com os resultados finais pretendidos, quanto condição para intervenção no processo de desenvolvimento dessa prática cultural, em relação à qual parece existir interesse social dos diferentes envolvidos” (Cortegoso, 2007, p.251-252).

Conceito de comportamento

Investigar propriedades das classes de comportamentos

Resultados finais pretendidos

Propriedades das classes de comportamento investigadas

Investigar propriedades das classes de comportamentos estabelecidas na prática econômico solidária

Aumento do grau de compreensão das relações comportamentais estabelecidas na prática econômico solidária

| | | | |
|---------------------------------------|---|---|---|
| <hr/> | <hr/> | <i>Aumento da probabilidade que as relações comportamentais importantes para a prática econômico solidária realmente se estabeleçam</i> | <i>Prática econômico solidária</i> |
| <hr/> | <hr/> | <i>Conhecimento novo sistematizado</i> | <i>Propriedades das classes de comportamento investigadas</i> |
| <i>Sistematizar conhecimento novo</i> | <i>Aumento do grau de compreensão das relações comportamentais estabelecidas na prática econômico solidária</i> | <i>Sistematizar novo conhecimento sobre a prática econômico solidária</i> | <i>Prática econômico solidária</i> |
| <i>Resultados finais pretendidos</i> | <i>Aumento da probabilidade que as relações comportamentais importantes para a prática econômico solidária realmente se estabeleçam</i> | | |

Aumento da probabilidade, uma vez sistematizado, que esse conhecimento seja comunicado para diversos sócio-trabalhadores, empreendimentos, organizações e/ou instituições que pratiquem, incentivem ou fomentem a Economia Solidária

Resultados finais pretendidos

Intervir, de maneira bem sucedida, no desenvolvimento da Economia Solidária como prática cultural

Intervenções no desenvolvimento da Economia Solidária como prática cultural realizadas de maneira bem sucedida

Intervir, de maneira bem sucedida, no desenvolvimento da Economia Solidária como prática cultural

Conhecimento novo sistematizado

Aumento da probabilidade das necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores serem atendidas

Aumento da clareza sobre a efetividade de intervenções que utilizaram os conhecimentos sistematizados

Interesse social de diferentes envolvidos

Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como prática cultural alternativa as prática capitalistas

Lógica capitalista

| | | | | |
|--|---|---|--|---|
| <div>21</div> <div> <p>“Em relação ao que é esperado de uma incubadora universitária de cooperativas populares (classes de comportamentos da incubadora), constituíram fontes de informação: documentos norteadores da Economia Solidária, elaborados no período da coleta de dados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária; documentos descritivos de atividades previstas e desenvolvidas nos processos de incubação de grupos atendidos pela equipe da incubadora, produzidos no decorrer desse processo por seus responsáveis (relatórios</p> </div> | <div>Documentos norteadores da Economia Solidária</div> <div>Dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária</div> | <div>Identificar conhecimento disponível sobre Economia Solidária</div> <div>Identificar conhecimento disponível sobre Economia Solidária</div> | <div>Conhecimento disponível sobre Economia Solidária identificado</div> <div> <p>Aumento da probabilidade dos sócio-trabalhadores desenvolverem seus empreendimentos econômicos solidários conforme os conhecimentos identificados</p> </div> | <div>Identificar conhecimento disponível sobre Economia Solidária</div> |
|--|---|---|--|---|

| | |
|--|---|
| <p>de projetos de incubação, relatórios de estágio de alunos de graduação que realizaram intervenções junto a grupos incubados, atas de reuniões da equipe em situações, rotineiras ou específicas, para monitoramento e avaliação de projetos de incubação implementados, anotações em cadernos de campo sobre atividades realizadas, problemas encontrados, resultados alcançados nesses processos e possibilidades de atuação alternativa ou complementar); observação direta de situações de trabalho da equipe da incubadora, como reuniões internas (da incubadora, de equipes responsáveis por projetos de incubação específica) e de interação de membros da equipe com os grupos assessorados, com registro de comportamentos apresentados por esses membros e suas decorrências, efetivas ou potenciais, em termos de referenciais da Economia Solidária (autogestão, autonomia, etc.), para o processo de incubação” (Cortegoso, 2007, p.252)</p> | <div data-bbox="229 94 630 851"> <p>Dados do Fórum Brasileiro de Economia Solidária</p> <p>Documentos elaborados pelas ITCPs</p> </div> <div data-bbox="229 851 630 1736"> <p><i>Aumento da clareza quanto as lacunas do conhecimento existente sobre Economia Solidária</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar</i></p> </div> <div data-bbox="630 94 1236 851"> <p>Incubadora universitária de cooperativas populares (ITCP)</p> <p>Documentos elaborados pelas ITCPs sobre Economia Solidária identificados</p> </div> <div data-bbox="630 851 1236 1736"> <p><i>Identificar conhecimento disponível sobre Economia Solidária nas ITCPs</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade dos sócio-trabalhadores desenvolverem seus empreendimentos econômicos solidários conforme os conhecimentos identificados</i></p> </div> <div data-bbox="630 1736 1236 2078"> <p><i>Identificar conhecimento disponível sobre Economia Solidária nas ITCPs</i></p> <p><i>Identificar conhecimento disponível sobre Economia Solidária nas ITCPs</i></p> </div> |
|--|---|

| | | |
|---|--|---|
| <div data-bbox="774 1818 798 1848" data-label="Page-Header">22</div> <div data-bbox="805 1599 1171 2078" data-label="Text"> <p>“A expressão método de incubação, frequentemente utilizada para indicar o que cabe (ou define) agências que dão apoio direto para a formação e a implementação de empreendimento solidários, dificulta evidenciar que o fenômeno de interesse, considerando aquilo que é pretendido como produtos social, refere-se ao que essas agências, por meio da atuação de cada um de seus membros, articuladamente, devem fazer” (Cortegoso, 2007, p.253)</p> </div> | <div data-bbox="335 1252 391 1581" data-label="Text"> <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> </div> | <div data-bbox="288 517 435 846" data-label="Text"> <p><i>Aumento da probabilidade das ITCs criarem vínculos de incubação com os empreendimentos econômicos solidários</i></p> </div> <div data-bbox="560 517 647 846" data-label="Text"> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar</i></p> </div> |
| | <div data-bbox="786 1332 810 1581" data-label="Text"> <p>Agências de incubação</p> </div> <div data-bbox="1031 1223 1086 1581" data-label="Text"> <p><i>Características dos membros das agências de incubação</i></p> </div> | <div data-bbox="770 566 826 846" data-label="Text"> <p><i>Membros das agências de incubação identificados</i></p> </div> <div data-bbox="946 936 1002 1198" data-label="Text"> <p><i>Identificar membros das agências de incubação</i></p> </div> <div data-bbox="970 517 1149 846" data-label="Text"> <p><i>Aumento da clareza quanto as demandas que podem ser atendidas pela agência de incubação conforme as características de formação de seus membros</i></p> </div> <div data-bbox="946 197 1002 461" data-label="Text"> <p><i>Identificar membros das agências de incubação</i></p> </div> |

*Aumento da probabilidade de se
criar um vínculo mais humano e
igualitário entre os agentes de
incubação e os sócio-
trabalhadores*

*Atuação de maneira articulada
com cada um dos membros das
agências de incubação realizada*

*Aumento da probabilidade de se
criar um vínculo mais humano e
igualitário entre os agentes de
incubação e os sócio-
trabalhadores*

*Atuar de maneira articulada
com cada um dos membros das
agências de incubação*

*Atuar de maneira articulada
com cada um dos membros das
agências de incubação*

*Aumento da clareza quanto as
características da relação entre
os agentes de incubação e os
sócio-trabalhadores*

| | |
|--|---|
| <p>Método de incubação sistematizado</p> | <p>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar</p> |
| <p>Conceito de comportamento</p> <p>23</p> <p>“Isso envolve um processo comportamental complexo, descrito inicialmente por uma classe ampla e complexa de comportamentos organizacionais que, de forma articulada, ou pelo menos somada a todas as outras que compõem a especificidade social de cada um dos diferentes atores da Economia Solidária, pode influir na existência dessa forma de organização para o trabalho e nas suas características, denominada sinteticamente incubar empreendimentos solidários” (Cortegoso, 2007, p.253)</p> | <p>Especificidades do conceito de comportamento identificadas</p> <p>O fundamento de que comportamento tem que ser descrito como "verbo+ complemento" identificado como especificidade do conceito de comportamento</p> <p>Identificar especificidades do conceito de comportamento</p> <p>Identificar especificidades do conceito de comportamento</p> <p>Aumento da probabilidade de se descrever as relações comportamentais estabelecidas na prática econômico solidária conforme as especificidades do conceito de comportamento</p> |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | <i>Aumento da clareza quanto as variáveis que constituem as relações comportamentais estabelecidas na prática econômico solidário</i> | |
| <i>Princípios da Economia Solidária</i> | <i>Formas de organização de trabalho existentes na Economia Solidária identificadas</i> | | <i>Identificar formas de organização de trabalho existentes na Economia Solidária</i> |
| <i>Lógica capitalista</i> | <i>Identificar formas de organização de trabalho existentes na EcoSol</i> | <i>Aumento da clareza quanto a complexidade das relações de trabalho que podem ser assumidas na prática econômico solidária</i> | |

| | |
|---|---|
| <p><i>Prática econômico solidária</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade de se identificar se uma forma específica de organização de trabalho pode ser considerada como parte da Economia Solidária</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista de organização de trabalho</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme os princípios da Economia Solidária</i></p> |
| <p><i>Prática econômico solidária</i></p> | <p><i>Identificar características das organizações de trabalho existentes na EcoSol</i></p> <p><i>Características das organizações de trabalho existentes na Economia Solidária identificadas</i></p> <p><i>Identificar características das organizações de trabalho existentes na Economia Solidária</i></p> |

*Formas de organização de
trabalho existentes na EcoSol
identificadas*

*Aumento da probabilidade de se
identificar se uma forma
específica de organização de
trabalho pode ser considerada
como parte da Economia
Solidária*

Princípios da Economia Solidária

*Aumento da probabilidade da
prática econômico solidária se
efeitivar como alternativa a lógica
capitalista de organização de
trabalho*

*Empreendimentos econômicos
solidários*

*Aumento da probabilidade da
prática econômico solidária se
efeitivar conforme os princípios da
Economia Solidária*

“A construção de representações da prática existente, bem como daquilo que já é possível projetar como desejável em termos de ações individuais e organizacionais, para alcançar alguns produtos sobre os quais existe um certo consenso, como, por exemplo, características essenciais de empreendimentos de Economia Solidária tal como sintetizada pela Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2004) e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2005), em termos de classes de comportamentos, não significa criar modelos estáticos ou universais de atuação a serem seguidos, nem mesmo no âmbito de agência específica em que essa construção se dá” (Cortegoso, 2007, p.253-254)

| | | |
|--|---|--|
| <p><i>Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES)</i></p> | <p>Características essenciais de empreendimentos econômico solidários, de acordo com a SENAES, identificados</p> | |
| <p><i>Conhecimento já sistematizado sobre Economia Solidária disponibilizado pela SENAES</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade dos empreendimentos econômicos solidários sejam desenvolvidos conforme as características essenciais identificadas</i></p> | <p><i>Identificar características essenciais de empreendimentos econômicos solidários de acordo com a SENAES</i></p> |
| <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> | <p><i>Aumento da clareza quanto as possíveis diferenças e semelhanças que os empreendimentos econômico solidários podem assumir</i></p> | |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>Características essenciais de empreendimentos solidários, de acordo com a FBES, identificados</p> <p><i>Aumento da clareza quanto as responsabilidades do sócio-trabalhor dentro da prática econômico solidária</i></p> |
| | <p><i>sócio-trabalhadores</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade de se criar relações mais humanas e igualitárias dentro da empreendimento econômico solidário</i></p> |
| | <p>Características essenciais de empreendimentos solidários, de acordo com a SENAES, identificados</p> | <p>Identificar ações organizacionais desejáveis</p> <p><i>Identificar ações organizacionais desejáveis para os empreendimentos econômicos solidários</i></p> <p><i>Ações organizacionais desejáveis identificadas</i></p> |

| | | |
|--|---|---|
| | | <p><i>Aumento da clareza quanto as responsabilidades do empreendimento econômico solidário dentro da prática econômico solidária</i></p> |
| <p>Características essenciais de empreendimentos solidários, de acordo com a FBES, identificados</p> | | |
| <p>Empreendimentos econômicos solidários</p> | | <p><i>Aumento da probabilidade das necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores serem atendidas</i></p> |
| <p>Ações individuais desejáveis identificadas</p> | <p>Construir representação da prática econômico solidária existente</p> | <p><i>Representação da prática econômico solidária existente construída</i></p> |
| <p>Ações organizacionais desejáveis identificadas</p> | <p>Construir representação da prática econômico solidária existente</p> | <p><i>Construir representação da prática econômico solidária existente</i></p> <p><i>Aumento da clareza quanto aos fenômenos que constituem a prática econômico solidária</i></p> |

| | |
|---|---|
| <p><i>Prática econômico solidária</i></p> | <p>Aumento da probabilidade que as características essenciais da prática econômico solidária sejam alcançadas</p> |
| <p><i>Aumento da probabilidade de que, quando efetivada, a prática econômico solidária de um empreendimento sirva como exemplo para estudos e para outros empreendimentos</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade de que, quando efetivada, a prática econômico solidária de um empreendimento sirva como exemplo para estudos e para outros empreendimentos</i></p> |

Aumento da probabilidade, uma vez que compatíveis os conceitos com a prática, que o conhecimento sobre a prática econômico solidária se propague sem erros de interpretação desses conceitos

Instrumentos já utilizados na EcoSol

Atuação econômico solidária instrumentalmente aprimorada

Aprimorar instrumentalmente a prática econômico solidária

Aprimorar instrumentalmente a prática econômico solidária

Prática econômico solidária

Aumento da probabilidade de desenvolvimento constante do entendimento econômico solidário e dos sócio-trabalhadores

| | |
|--|--|
| <p><i>Empreendimento econômico solidário</i></p> | <p><i>Aumento da clareza quanto a efetividade dos instrumentos utilizados na prática econômico solidária</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar</i></p> |
| <p>Conceitos</p> <p>Realidade</p> | <p>Conceitos adequados para a realidade</p> <p>Adequar os conceitos para a realidade</p> <p>Aumento da probabilidade da formação dos sócio-trabalhadores ocorrer conforme os conceitos adequados a sua realidade</p> <p>Adequar os conceitos para a realidade da prática econômico solidária</p> |

Aumento da probabilidade, uma vez que compatíveis os conceitos com a prática, que o conhecimento sobre a prática econômico solidária se propague sem erros de interpretação desses conceitos

Prática econômico solidária

26

“Neste estudo, como resultado de sistematização de práticas que vêm sendo desenvolvidas em incubadora universitária a partir do trabalho com **diferentes situações (populações, atividades produtivas, regiões, tipos de demandas, parcerias, referenciais teóricos, etc.)**, com importante **variabilidade comportamental por parte de seus membros ao responder às condições concretas em que atuam**, e de reflexão sobre essas práticas à luz de **propostas conceituas e políticas no campo da Economia Solidária**, foram **identificadas classes de comportamentos** considerada relevantes no **processo de apoio à constituição e à implementação de empreendimentos solidários**”

Diferentes situações (populações, atividades produtivas, regiões, tipos de demandas, parcerias, referenciais teóricos, etc.)

Empreendimentos econômicos solidários

Identificar diferentes situações nas quais o empreendimento econômico solidário pode estar envolvido

Situações diferentes nas quais os empreendimentos econômicos solidários pode estar envolvidos identificadas

Aumento da clareza quanto a complexidade de situações e relações que o empreendimento econômico solidário pode assumir

Identificar diferentes situações nas quais o empreendimento econômico solidário pode estar envolvido

Aumento da probabilidade do empreendimento atender as necessidades apresentadas pela comunidade e pelos sócio-trabalhadores

Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar em diversos contextos

(Cortegoso, 2007, p.254)

| | | |
|---|---|--|
| <p>Situações diferentes nas quais os empreendimentos solidários pode estar envolvidos identificadas</p> | <p>Situação na qual o empreendimento econômico solidário envolvido caracterizada</p> | |
| <p>Empreendimentos econômicos solidários</p> | <p>Aumento da clareza quanto a complexidade de situações e relações que o empreendimento econômico solidário pode assumir</p> | |
| <p>Lógica capitalista</p> | <p>Caracterizar a situação na qual o empreendimento econômico solidário está envolvido</p> | <p>Caracterizar a situação na qual o empreendimento econômico solidário está envolvido</p> |
| | <p>Aumento da probabilidade do empreendimento atender as necessidades apresentadas pela comunidade e pelos sócio-trabalhadores</p> <p>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</p> | |
| <p>Diferentes situações (populações, atividades produtivas, regiões, tipos de demandas, parcerias, referenciais teóricos, etc.)</p> | <p>Adaptações necessárias no repertório comportamental dos membros dos empreendimentos solidários identificadas</p> | <p>Identificar adaptações necessárias no repertório comportamental dos membros dos empreendimentos econômicos solidários</p> |
| <p>Situação na qual o empreendimento solidário está envolvido</p> | <p>Aumento da variabilidade comportamental por parte dos membros do empreendimento econômico solidário ao responder às condições concretas em que atuam</p> | |

| | |
|--|---|
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Aumento da clareza quanto ao repertório comportamental necessário para atuar na Economia Solidária</i> |
| <i>sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da probabilidade dos empreendimentos econômico solidários desenvolverem espaços de formação continuada para seus membros</i> |
| <i>Propostas conceituais anteriormente elaboradas</i> | <i>Aumento da probabilidade da Economia Solidária se efetivar a longo prazo</i> |
| <i>Elaborar propostas conceituais no campo da Economia Solidária</i> | <i>Propostas conceituais no campo da Economia Solidária elaboradas</i> |
| <i>Propostas conceituais anteriormente elaboradas</i> | <i>Elaborar propostas conceituais no campo da Economia Solidária</i> |

| | |
|---|---|
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da probabilidade da Economia Solidária se tornar um tema de interesse de estudos acadêmicos</i> |
| Diferentes situações (populações, atividades produtivas, regiões, tipos de demandas, parcerias, referenciais teóricos, etc.) | <i>Aumento da probabilidade da Economia Solidária se estruturar com uma base conceitual e teórica mais concreta e efetiva</i> |
| <i>Propostas políticas anteriormente elaboradas</i> | Propostas políticas no campo da Economia Solidária elaboradas |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da probabilidade da Economia Solidária se tornar um vies de política pública consolidado</i> |
| | <i>Elaborar propostas políticas no campo da Economia Solidária</i> |
| | <i>Elaborar propostas políticas no campo da Economia Solidária</i> |

| | | | |
|---|---|--|--|
| Diferentes situações (populações, atividades produtivas, regiões, tipos de demandas, parcerias, referenciais teóricos, etc.) | Aumento da probabilidade da Economia Solidária se efetivar como modelo político alternativo | | |
| | Classes de comportamentos relevantes identificadas | | |
| | Ações dos sócio-trabalhadores | Identificar classes de comportamentos relevantes | Aumento da probabilidade que as classes de comportamentos relevantes identificadas auxiliem no processo de apoio, constituição e implementação do empreendimento econômico solidário |
| | | | Identificar classes de comportamentos relevantes para o processo de apoio, constituição e implementação do empreendimento econômico solidário |
| Princípios da Economia Solidária | | | |
| 27 “Que sejam tomadas decisões sobre formação ou não de empreendimento solidário e forma preferencial de organização, de forma democrática, com participação de todos, e de modo mais harmonioso e compatível com as | Prática econômico solidária | Decidir sobre formação de empreendimento solidário de forma presencial | Decidir sobre formação de empreendimento econômico solidário de forma presencial |
| | Grupo que compõem o empreendimento | Aumento da probabilidade de participação dos membros interessados em formar o empreendimento | |
| | Formação de empreendimento solidário decidida de forma presencial | | |
| | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar | | |

informações disponíveis do grupo na condução desses processos de decisão” (Cortegoso, 2007, p.256)

| | |
|---|---|
| <i>Aumento da probabilidade que as demandas sociais e dos sócio-trabalhadores sejam atendidas</i> | |
| <i>Prática econômico solidária</i> <i>Grupo que compõem o empreendimento</i> | <i>Formação de empreendimento econômico solidário decidida de forma democrática</i> <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> <i>Aumento da probabilidade de participação dos membros interessados em formar o empreendimento</i> <i>Aumenta a sensação de pertencimento, do sócio-trabalhador, ao empreendimento</i> <i>Aumento da probabilidade que as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores sejam atendidas</i> |
| | <i>Decidir sobre formação de empreendimento solidário de forma democrática</i> <i>Decidir sobre formação de empreendimento econômico solidário de forma democrática</i> |
| | |
| <i>Informações disponíveis sobre o grupo que compõem o empreendimento</i> | <i>Sistematizar informações disponíveis sobre o grupo de sócio-trabalhadores que compõem o empreendimento econômico solidário</i> <i>Aumento da clareza quanto as características dos sócio-trabalhadores e da abrangência de categorias de sujeitos que a Economia Solidária consegue envolver</i> |
| | <i>Sistematizar informações disponíveis sobre o grupo de compõem o empreendimento</i> <i>Sistematizar informações disponíveis sobre o grupo de sócio-trabalhadores que compõem o empreendimento econômico solidário</i> |

| | | | |
|--|-----------|---|--|
| <p>“A descrição de comportamentos, em termos de relações comportamentais, torna claros os objetivos a serem atingidos, tanto para a avaliação da atuação da agência em relação a esses</p> | <p>28</p> | <p><i>Aumento da probabilidade de integração entre os sócio-trabalhadores</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade de se criar espaços efetivos para os processos de tomada de decisão</i></p> |
| | | <p><i>Participação no processo de decisão de modo harmonioso efetivado</i></p> | <p><i>Participar no processo de decisão do empreendimento econômico solidário de modo harmonioso</i></p> |
| | | <p><i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i></p> | |
| | | <p><i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i></p> | |
| | | <p><i>Diminuição do nível de estresse e adoecimento dos sócio-trabalhadores</i></p> | |
| | | <p><i>Aumento da probabilidade desses modelos de tomada de decisão se propaguem dentro do próprio empreendimento e para outros também</i></p> | |
| | | <p>Comportamentos descritos em termos de relações comportamentais</p> | <p>Descrever comportamentos em termos de relações comportamentais</p> |
| | | <p>Aumento da clareza dos objetivos a serem atingidos pela prática econômico solidária</p> | <p>Descrever comportamentos em termos de relações comportamentais</p> |
| | | | |
| | | | |

| | | |
|---|--|--|
| <p>objetivos quanto para orientar a ação futura dos indivíduos cujos comportamentos compõem a agência, não por meio da prescrição de respostas automáticas ou padronizadas, mas pela construção de relações potencialmente relevantes e pela utilização tanto do conhecimento quanto da criatividade existentes” (Cortegoso, 2007, p.257)</p> | Aumento da probabilidade, uma vez que os objetivos a serem atingidos estejam mais claros, que se estabeleça planos de intervenção mais efetivos | |
| | Aumento da clareza sobre as variáveis que controlam as relações comportamentais da prática econômico solidária | |
| | <p><i>Relações já existentes</i></p> <p><i>Relações potencialmente relevantes contruídas</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de se estabelecer novas relações econômicas e de trabalho</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de se estabelecer relações mais cooperativas entre os sócio-trabalhadores e entre os empreendimentos</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de se estabelecer relações menos competitivas entre os sócio-trabalhadores e entre os empreendimentos</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade das relações estabelecidas dentro da prática econômico solidária sejam alternativas efetivas contra a lógica capitalista de relações</i></p> | |
| | <p>Construir relações potencialmente relevantes</p> <p>Construir relações potencialmente relevantes para a prática econômico solidária</p> | |
| <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> <p><i>sócio-trabalhadores</i></p> <p><i>Lógica capitalista</i></p> | <p><i>Relações já existentes</i></p> <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> <p><i>sócio-trabalhadores</i></p> <p><i>Lógica capitalista</i></p> | |
| | <p>Construir relações potencialmente relevantes</p> <p>Construir relações potencialmente relevantes para a prática econômico solidária</p> | |
| | <p>Construir relações potencialmente relevantes</p> <p>Construir relações potencialmente relevantes para a prática econômico solidária</p> | |
| | <p>Construir relações potencialmente relevantes</p> <p>Construir relações potencialmente relevantes para a prática econômico solidária</p> | |
| Conhecimento | Utilizar conhecimento existente de modo criativo | Utilizar conhecimento existente de modo criativo |

| | |
|---|---|
| <p><i>Criatividade</i></p> <p><i>Princípios da Economia Solidária</i></p> <p><i>Prática econômico solidária</i></p> | <p>Aumento da clareza sobre as lacunas existentes nesse conhecimento</p> <p>Aumento da probabilidade dos empreendimentos econômico solidários e dos sócio-trabalhadores se desenvolver constantemente</p> <p>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária</p> |
| <p>“Tanto quanto o exame da prática de agências que assumem o papel de incubar empreendimentos solidários, e particularmente para aquelas que consideram como centralidade de sua ação o processo educativo (no mínimo para a autogestão, para a atividade produtiva e para a Economia Solidária, tal como indicado em Cortegoso et al, 2005a)”, são essenciais a identificação e descrição dos comportamentos de outros indivíduos e organizações que contribuem para a existência (ou não) de características (desejáveis ou não) da Economia Solidária, dos próprios empreendimentos econômicos (nascidos ou consolidados a partir de assessoramento externo ou não) e dos indivíduos que fazem parte desses empreendimentos, bem como aqueles que</p> | <p>Comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência de características da Economia Solidária identificados</p> <p>Aumento da clareza sobre as variáveis que controlam as relações comportamentais da prática econômico solidária</p> <p>Aumento da probabilidade que o conhecimento elaborado sobre Economia Solidária seja comunicado para outros indivíduos</p> <p>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar de modo articulado com outros indivíduos</p> |

são responsáveis pela atuação de agências como as incubadoras” (Cortegoso, 2007, p.258)

| | | | |
|--|--|--|---|
| <p><i>Conceito de comportamento</i></p> <p><i>Indivíduos que contribuem para a prática econômico solidária</i></p> <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> | <p>Identificar os comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência econômica solidária</p> <p>Identificar os comportamentos dos próprios empreendimentos econômico solidários</p> | <p>Comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência dos próprios empreendimentos econômico solidários</p> <p>Aumento da clareza sobre as variáveis que controlam as relações comportamentais da prática econômico solidária</p> <p>Aumento da probabilidade que o conhecimento elaborado sobre Economia Solidária seja comunicado para outros indivíduos</p> <p>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar de modo articulado com outros indivíduos</p> | <p>Identificar os comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência dos próprios empreendimentos econômicos solidários</p> |
| | | | |
| | | | |
| <p><i>Conceito de comportamento</i></p> <p><i>Indivíduos que fazem parte do empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> | <p>Identificar os comportamentos dos indivíduos que fazem parte desses empreendimentos</p> <p>Identificar os comportamentos dos indivíduos que fazem parte dos empreendimentos econômicos solidários</p> | <p>Comportamentos dos indivíduos que fazem parte desses empreendimentos indetificados</p> <p>Aumento da clareza sobre as variáveis que controlam as relações comportamentais da prática econômico solidária</p> <p>Aumento da clareza sobre o repertório comportamental que precisa ser desenvolvido nos indivíduos que participam da Economia Solidária</p> | <p>Identificar os comportamentos dos indivíduos que fazem parte dos empreendimentos econômicos solidários</p> |
| | | | |
| | | | |

| | | |
|---|--|--|
| | <i>Aumento da probabilidade que a prática econômico solidária ocorra conforme os princípios e características identificados</i> | |
| | <i>Comportamento de outras organizações que contribuem para a existência de características da Economia Solidária identificados</i> | |
| <i>Conceito de comportamento</i> | <i>Aumento da clareza sobre as variáveis que controlam as relações comportamentais da prática econômico solidária</i> | |
| <i>Organizações que contribuem para a prática econômico solidária</i> | Identificar os comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência de características da Economia Solidária | Identificar os comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência de características da Economia Solidária |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Aumento da probabilidade que o conhecimento elaborado sobre Economia Solidária seja comunicado em outras instâncias</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar de modo articulado com outras organizações</i> | |
| | <i>Comportamento de outras organizações que contribuem para existência dos próprios empreendimentos econômicos solidários</i> | |
| <i>Conceito de comportamento</i> | Identificar os comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência dos próprios empreendimentos econômicos solidários | Identificar os comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência dos próprios empreendimentos econômicos solidários |
| <i>Organizações que contribuem para a prática econômico solidária</i> | <i>Aumento da clareza sobre as variáveis que controlam as relações comportamentais da prática econômico solidária</i> | |

| | | |
|---|---|---|
| | <p><i>Aumento da probabilidade que o conhecimento elaborado sobre Economia Solidária seja comunicado em outras instâncias</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar de modo articulado com outras organizações</i></p> | |
| <i>Conceito de comportamento</i> | <p><i>Comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência de características da Economia Solidária descritos</i></p> <p><i>Aumento da clareza sobre as variáveis que controlam as relações comportamentais da prática econômico solidária</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade que o conhecimento elaborado sobre Economia Solidária seja comunicado para outros indivíduos</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar de modo articulado com outros indivíduos</i></p> | |
| <i>Indivíduos que contribuem para a prática econômico solidária</i> | <p>Descrever os comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência de características da Economia Solidária</p> | <p>Descrever os comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência de características da Economia Solidária</p> |
| <i>Conceito de comportamento</i> | <p>Descrever os comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência dos próprios empreendimentos econômicos solidários</p> | <p>Descrever os comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência dos próprios empreendimentos econômicos solidários</p> |

| | |
|--|---|
| <p><i>Indivíduos que contribuem para a prática econômico solidária</i></p> | <p><i>Aumento da clareza sobre as variáveis que controlam as relações comportamentais da prática econômico solidária</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade que o conhecimento elaborado sobre Economia Solidária seja comunicado para outros indivíduos</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar de modo articulado com outros indivíduos</i></p> |
| <p><i>Conceito de comportamento</i></p> <p><i>Indivíduos que fazem parte do empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> | <p><i>Comportamentos dos indivíduos que fazem parte desses empreendimentos descritos</i></p> <p><i>Aumento da clareza sobre as variáveis que controlam as relações comportamentais da prática econômico solidária</i></p> <p><i>Descrever os comportamentos dos indivíduos que fazem parte dos empreendimentos econômico solidários</i></p> <p><i>Aumento da clareza sobre o repertório comportamental que precisa ser desenvolvido nos indivíduos que praticam a Economia Solidária</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade que a prática econômico solidária ocorra conforme os princípios e características identificados</i></p> <p><i>Descrever os comportamentos dos indivíduos que fazem parte dos empreendimentos econômico solidários</i></p> |

| | | | |
|---------------------------|---|---|--|
| Conceito de comportamento | Comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência de características da Economia Solidária descritas | | Descrever os comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência de características da Economia Solidária |
| | Organizações que contribuem para a prática econômico solidária | Aumento da clareza sobre as variáveis que controlam as relações comportamentais da prática econômico solidária | |
| | | Aumento da probabilidade que o conhecimento elaborado sobre Economia Solidária seja comunicado em outras instâncias | |
| | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar de modo articulado com outras organizações | | |
| Conceito de comportamento | Comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência dos próprios empreendimentos econômicos descritas | | Descrever os comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência dos próprios empreendimentos econômicos solidários |
| | Organizações que contribuem para a prática econômico solidária | Aumento da clareza sobre as variáveis que controlam as relações comportamentais da prática econômico solidária | |
| | | Aumento da probabilidade que o conhecimento elaborado sobre Economia Solidária seja comunicado em outras instâncias | |

| Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar de modo articulado com outras organizações | |
|---|--|
| <p>30</p> <p>“São evidenciadas, no quadro 4, as classes de comportamentos gerais que podem ser consideradas relevantes na trajetória de qualquer organização, não apenas dos empreendimentos solidários, servindo essas classes como indicação da importância da dedicação dos participantes do empreendimento a algumas atividades fundamentais e complexas, para que ocorra uma adequada decisão sobre a conveniência e a possibilidade de que o empreendimento venha a existir (propor), que sejam definidas suas finalidades e características essenciais (planejar), que este inicie suas atividades (implementar), seja gerido (implementar) e que seja inserido no contexto mais amplo da Economia Solidária, de forma consciente e proposital” (Cortegoso, 2007, p.258)</p> | <p>Trajetória da organização</p> <p>Trajetória do empreendimento econômico solidário</p> <p><i>Ações do sócio-trabalhador</i></p> <p><i>Ações organizacionais</i></p> <p><i>Princípios da Economia Solidária</i></p> |
| | <p>Classes de comportamentos gerais relevantes identificadas</p> <p>Aumento da clareza quanto aos comportamentos envolvidos na prática econômico solidária</p> <p>Aumento da clareza quanto aos comportamentos necessários para que a prática do empreendimento possa ser considerada econômico solidária</p> <p>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária</p> |
| | <p>Identificar classes de comportamentos gerais relevantes</p> <p>Identificar classes de comportamentos gerais relevantes para o empreendimento econômico solidário</p> |
| | <p>Possibilidade da existência do empreendimento econômico solidário decidida coletivamente</p> <p>Aumento da probabilidade que as necessidades dos sócio-trabalhadores sejam atendidas</p> <p>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</p> |
| | <p>Decidir coletivamente sobre a possibilidade da existência do empreendimento</p> <p>Decidir coletivamente sobre a possibilidade da existência do empreendimento econômico solidário</p> |

| | | |
|--|--|--|
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio- trabalhadores</i> | |
| | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores nas atividades do empreendimento</i> | |
| | <i>Aumento do sentimento de pertencimento ao empreendimento</i> | |
| | | |
| <i>Existência do empreendimento proposta</i> | <i>Finalidades essenciais do empreendimento planejadas</i> | |
| <i>Necessidades sociais</i> | <i>Aumento da probabilidade que as necessidades dos sócio- trabalhadores sejam atendidas</i> | |
| <i>Necessidades dos sócio- trabalhadores</i> | <i>Planejar finalidades essenciais do empreendimento</i> | <i>Planejar finalidades essenciais do empreendimento econômico solidário</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade que uma das finalidades essenciais do empreendimento seja efetivar a prática econômico solidária como modelo alternativo a prática capitalista</i> | |
| <i>Existência do empreendimento proposta</i> | <i>Características essenciais do empreendimento planejadas</i> | |
| <i>Necessidades sociais</i> | <i>Planejar características essenciais do empreendimento</i> | <i>Planejar características essenciais do empreendimento econômico solidário</i> |
| | <i>Aumento da clareza quanto o processo de se planejar a constituição/desenvolvimento de um empreendimento econômico solidário</i> | |

| | | |
|--|---|--|
| | | <i>Aumento da probabilidade, de uma vez proposto, o empreendimento sirva como meio de divulgação da prática econômico solidária</i> |
| | | <i>Aumento da probabilidade que empreendimento efetive a prática econômico solidária como modelo alternativo a prática capitalista</i> |
| <i>Finalidades essenciais do empreendimento planejadas</i> | <i>Atividades do empreendimento implantadas</i> | |
| <i>Características essenciais do empreendimento planejadas</i> | <i>Aumento da probabilidade que as demandas dos sócio-trabalhadores sejam atendidas</i> | |
| <i>Demandas sociais</i> | <i>Aumento da probabilidade que as demandas sociais da comunidade sejam atendidas</i> | <i>Implementar atividades do empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Demandas dos sócio-trabalhadores</i> | <i>Implementar atividades do empreendimento</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento ser um meio de acesso a trabalho, renda e formação</i> |
| | | <i>Aumento da probabilidade das atividades implantadas no empreendimento sejam diferentes de outros empreendimentos da mesma rede</i> |
| <i>Finalidades essenciais do empreendimento planejadas</i> | <i>Implementar gestão do empreendimento</i> | <i>Gestão do empreendimento implementada</i> |
| | | <i>Implementar gestão do empreendimento econômico</i> |

| | | | |
|--|--|---|--|
| <i>Características essenciais do empreendimento planejadas</i> | | <i>Aumento da probabilidade de se criar relações mais humanas e igualitárias dentro da empreendimento econômico solidário</i> | <i>solidário</i> |
| | | <i>Aumento da probabilidade de se identificar modelos de gestão mais compatíveis com a prática econômico solidária</i> | |
| <i>Empreendimento econômico solidário estruturado</i> | | <i>Empreendimento inserido, de forma consciente, no contexto mais amplo da Economia Solidária</i> | |
| <i>Economia Solidária</i> | | <i>Aumento da probabilidade das atividades implantadas no empreendimento sejam diferentes de outros empreendimentos da mesma rede</i> | |
| | <i>Inserir empreendimento no contexto mais amplo da Economia Solidária de forma consciente</i> | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os empreendimentos</i> | <i>Inserir empreendimento econômico solidário no contexto mais amplo da Economia Solidária de forma consciente</i> |
| | | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os empreendimentos</i> | |
| | | <i>Aumento da probabilidade de comunicação entre os saberes desenvolvidos no empreendimento com outros empreendimentos/ organizações/ instituições/ agências interessadas na prática econômico solidária e vice-versa</i> | |

“Propor a constituição de um empreendimento solidário que seja viável, relevante e compatível com princípios da Economia Solidária: identificar necessidades e demandas por serviços e produtos, caracterizar ofertas de serviços ou produtos disponíveis em relação às necessidades e demandas identificadas, propor trabalho ou produto a ser feito ou oferecido pelo empreendimento solidário, analisar viabilidade do empreendimento solidário etc.” (Cortegoso, 2007, p.259)

| | | |
|--------------------------------------|--|---|
| Viabilidade | Constituição de um empreendimento econômico solidário proposta | |
| Relevância | Aumento da probabilidade que as necessidades dos sócio-trabalhadores sejam atendidas | |
| Princípios da Economia Solidária | Aumento da probabilidade que as necessidades sociais da comunidade sejam atendidas | Propor a constituição de um empreendimento econômico solidário que seja viável, relevante e compatível com princípios da Economia Solidária |
| | Aumento da probabilidade do empreendimento ser um meio de acesso a trabalho, renda e formação | |
| | Aumento da probabilidade, de uma vez proposto, o empreendimento sirva como meio de divulgação da prática econômico solidária | |
| Necessidades sociais | Necessidades por serviços identificados | |
| Necessidades dos sócio-trabalhadores | Aumento da probabilidade que as necessidades dos sócio-trabalhadores sejam atendidas | Identificar necessidades da comunidade e dos sócio-trabalhadores por serviços |
| | Aumento da probabilidade que as necessidades sociais da comunidade sejam atendidas | |
| | Aumento da probabilidade de se identificar lacunas na formação dos sócio-trabalhadores para atender essas necessidades | |

| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar</i> |
|--|--|---|
| <i>Necessidades sociais</i> | | <i>Necessidades por produtos identificados</i> |
| <i>Necessidades dos sócio-trabalhadores</i> | | <i>Aumento da probabilidade que as necessidades dos sócio-trabalhadores sejam atendidas</i> |
| | <i>Identificar necessidades por produtos</i> | <i>Aumento da probabilidade que as necessidades sociais da comunidade sejam atendidas</i> |
| | | <i>Identificar necessidades da comunidade e dos sócio-trabalhadores por produtos</i> |
| | | <i>Aumento da probabilidade de se identificar lacunas na formação dos sócio-trabalhadores para atender essas necessidades</i> |
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar</i> |
| <i>Necessidades por serviços identificados</i> | | <i>Ofertas de serviços disponíveis caracterizadas em relação às necessidades identificados</i> |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | | <i>Aumento da probabilidade que as necessidades dos sócio-trabalhadores sejam atendidas</i> |
| <i>Redes de EES</i> | <i>Caracterizar ofertas de serviços disponíveis em relação às necessidades identificados</i> | <i>Aumento da probabilidade que as necessidades sociais da comunidade sejam atendidas</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | | <i>Aumento da probabilidade das atividades implantadas no empreendimento sejam diferentes de outros empreendimentos da mesma rede</i> |
| | | <i>Caracterizar ofertas de serviços disponíveis em relação às necessidades identificados</i> |

| | | |
|---|--|--|
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária em redes de cooperação se efetivar</i> |
| <i>Necessidades por produtos identificadas</i> | | <i>Ofertas de produtos disponíveis caracterizadas em relação às necessidades identificadas</i> |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | | <i>Aumento da probabilidade que as necessidades dos sócio-trabalhadores sejam atendidas</i> |
| <i>Redes de EES</i> | <i>Caracterizar ofertas de produtos disponíveis em relação às necessidades identificadas</i> | <i>Aumento da probabilidade que as necessidades sociais da comunidade sejam atendidas</i> <i>Caracterizar ofertas de produtos disponíveis em relação às necessidades identificadas</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | | <i>Aumento da probabilidade das atividades implantadas no empreendimento sejam diferentes de outros empreendimentos da mesma rede</i> <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária em redes de cooperação se efetivar</i> |
| <i>Ofertas de serviços disponíveis caracterizadas em relação às demanda identificadas</i> | | <i>Serviço a ser oferecido pelo empreendimento solidário proposto</i> |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Propor serviço a ser oferecido pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade que as necessidades dos sócio-trabalhadores sejam atendidas</i> <i>Propor serviço a ser oferecido pelo empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Redes de EES</i> | | <i>Aumento da probabilidade que as necessidades sociais da comunidade sejam atendidas</i> |

| | | |
|--|---|--|
| | <i>Prática econômico solidária</i> | <p><i>Aumento da probabilidade de se identificar lacunas na formação dos sócio-trabalhadores para atender essas necessidades</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade das atividades implantadas no empreendimento sejam diferentes de outros empreendimentos da mesma rede</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária em redes de cooperação se efetivar</i></p> |
| <p><i>Ofertas de produtos disponíveis caracterizadas em relação às demandas identificadas</i></p> <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> <p><i>Redes de EES</i></p> <p><i>Prática econômico solidária</i></p> | <p><i>Produto a ser oferecido pelo empreendimento econômico solidário proposto</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade que as necessidades dos sócio-trabalhadores sejam atendidas</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade que as necessidades sociais da comunidade sejam atendidas</i></p> <p><i>Propor produto a ser oferecido pelo empreendimento econômico solidário</i></p> | <p><i>Propor produto a ser oferecido pelo empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de se identificar lacunas na formação dos sócio-trabalhadores para atender essas necessidades</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade dos produtos ofertados pelo empreendimento sejam diferentes de outros empreendimentos da mesma rede</i></p> |

| | | |
|--|--|---|
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária em redes de cooperação se efetivar</i> | |
| Viabilidade | <i>Viabilidade do empreendimento econômico solidário analisado</i> | |
| <i>Necessidades sociais</i> | <i>Aumento da probabilidade de que, uma vez implantado o empreendimento econômico solidário, esse mantenha-se atuando a longo prazo</i> | <i>Analisar viabilidade do empreendimento econômico solidário</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade que o empreendimento não enfrente dificuldades financeiras, administrativas e legais</i> | <i>Analisar viabilidade do empreendimento econômico solidário</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento ser um meio de acesso a trabalho, renda e formação</i> | |
| <p>32</p> <p>“Planejar empreendimento solidário em termos de sua finalidade e características gerais: identificar os documentos necessários para constituir empreendimentos solidários, definir o papel do empreendimento solidário na sociedade, definir os objetivos do empreendimento, obter informações sobre os aspectos burocráticos para constituir um empreendimento solidário” (Cortegoso, 2007, p.259)</p> | | |
| <i>Análise da viabilidade do empreendimento solidário</i> | <i>Empreendimento econômico solidário planejado em termos de suas características gerais</i> | <i>Planejar empreendimento econômico solidário em termos de suas características gerais</i> |
| <i>Princípios da Economia Solidária</i> | <i>Diminuição da probabilidade de falência ou fechamento do empreendimento econômico solidário por mau planejamento</i> | <i>Planejar empreendimento econômico solidário em termos de suas características gerais</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário efetivar a prática econômico solidária conforme os princípios da Economia Solidária teoricamente estipulados</i> | |

| | | |
|-----------------------------|---|--|
| <i>Procedimentos legais</i> | <i>Documentos necessários para constituir um empreendimento econômico solidário identificados</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade de que, uma vez implantado o empreendimento econômico solidário, esse mantenha-se atuando a longo prazo</i> | |
| | <i>Empreendimento solidário planejado em termos de suas características gerais e finalidade</i> | Identificar os documentos necessários para constituir empreendimentos econômico solidários |
| | | Aumento da probabilidade que o empreendimento não enfrente dificuldades financeiras, administrativas e legais |
| | | Aumento da probabilidade que o empreendimento econômico solidário esteja regularizado em todas as instâncias necessárias |
| <i>Procedimentos legais</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário garantir aos sócio-trabalhadores acesso aos seus direitos</i> | |
| | <i>Informações obtidas sobre os aspectos burocráticos para constituir um empreendimento econômico solidário</i> | |
| | <i>Empreendimento solidário planejado em termos de suas características gerais e finalidade</i> | Obter informações sobre os aspectos burocráticos para constituir um empreendimento econômico solidário |
| | | Aumento da probabilidade que o empreendimento econômico solidário esteja regularizado em todas as instâncias necessárias |
| | | Obter informações sobre os aspectos burocráticos para constituir um empreendimento econômico solidário |

| | | <i>Aumento da probabilidade que o empreendimento não enfrente dificuldades financeiras, administrativas e legais</i> |
|---|---|--|
| <i>Sociedade</i> | | <i>Papel do empreendimento na sociedade definido</i> |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais</i> |
| <i>Necessidades sociais</i> | <i>Definir o papel do empreendimento solidário na sociedade</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades dos sócio-trabalhador</i> <i>Definir o papel do empreendimento econômico solidário na sociedade</i> |
| <i>Necessidades dos sócio-trabalhadores</i> | | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se efetivar como alternativa de trabalho, renda e formação</i> <i>Aumento da probabilidade da prática econômica solidária se efetivar como uma alternativa a lógica capitalista</i> |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | | <i>Objetivos do empreendimento definidos</i> |
| <i>Necessidades sociais</i> | <i>Definir os objetivos do empreendimento</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário oferecer produtos ou serviços necessários para a comunidade</i> <i>Definir os objetivos do empreendimento econômico solidário</i> |

| | |
|--|--|
| <p><i>Finalidade do empreendimento solidário planejada</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário investir em formação continuada para que esses objetivos sejam atendidos</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômica solidária se efetivar</i></p> |
| <p><i>Objetivos do empreendimento definidos</i></p> <p><i>Papel do empreendimento na sociedade definido</i></p> <p><i>Empreendimento solidário planejado em termos de suas características gerais e finalidade</i></p> | <p><i>Empreendimento econômico solidário implantado</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade que as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores sejam atendidas</i></p> <p><i>Implementar empreendimento econômico solidário de modo a aumentar sua probabilidade de sucesso</i></p> <p><i>Implementar empreendimento solidário</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se efetivar como alternativa de trabalho, renda e formação</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômica solidária se efetivar</i></p> |
| <p><i>Documentos necessários para constituir um empreendimento solidário identificados</i></p> <p><i>Informações obtidas sobre os aspectos burocráticos para constituir um empreendimento solidário</i></p> | <p><i>Documentos encaminhados às instâncias responsáveis</i></p> <p><i>Encaminhar documentos às instâncias responsáveis</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de que, uma vez implantado o empreendimento econômico solidário, esse mantenha-se atuando a longo prazo</i></p> <p><i>Encaminhar documentos necessários às instâncias responsáveis</i></p> |

| | | | |
|--|--|--|---|
| 34 “Implementar empreendimento solidário de forma compatível com os princípios da Economia Solidária no seu funcionamento rotineiro” (Cortegoso, 2007, p.259) | Princípios da Economia Solidária Necessidades sociais Necessidades dos sócio-trabalhadores | Implementar empreendimento econômico solidário | Aumento da probabilidade que o empreendimento não enfrente dificuldades financeiras, administrativas e legais |
| | | | Aumento da probabilidade que o empreendimento econômico solidário esteja regularizado em todas as instâncias necessárias |
| | | | Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário garantir aos sócio-trabalhadores acesso aos seus direitos |
| | | | |
| | | | Empreendimento econômico solidário implementado |
| | | | Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores |
| | | Implementar empreendimento econômico solidário | Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se efetivar como alternativa de trabalho, renda e formação |
| | | | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar de acordo com os princípios teoricamente estipulados |
| | | | Implementar empreendimento econômico solidário de forma compatível com os princípios da Economia Solidária no seu funcionamento rotineiro |

| | | | |
|--|--|---|--|
| <p>35</p> <p>“Garantir a inserção do empreendimento no contexto mais amplo da Economia Solidária” (Cortegoso, 2007, p.259)</p> | <p><i>Empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Economia Solidária</i></p> <p><i>Redes de EES</i></p> | <p><i>Empreendimento econômico solidário inserido no contexto mais amplo da Economia Solidária</i></p> <p><i>Diminuição da probabilidade de competição entre os empreendimentos</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os empreendimentos</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atuar de maneira articulada com outros empreendimentos da mesma rede</i></p> | <p><i>Inserir o empreendimento econômico solidário no contexto mais amplo da Economia Solidária</i></p> <p><i>Inserir o empreendimento econômico solidário no contexto mais amplo da Economia Solidária</i></p> <p><i>Identificar recursos disponíveis para a implementação do empreendimento econômico solidários identificados</i></p> <p><i>Identificar recursos disponíveis para a implementação do empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade que o empreendimento não enfrente dificuldades financeiras, administrativas e legais</i></p> <p><i>Identificar recursos disponíveis para a implementação do empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Identificar recursos disponíveis para a implementação do empreendimento econômico solidário</i></p> |
| <p>36</p> <p>“Além dessas, são apresentadas as descrições dos recursos disponíveis (mesmo que não estejam imediatamente acessíveis) e de uma das classes específicas que fazem parte da mais geral, relativa à verificação da existência de outros empreendimentos solidários que atuam em relação à mesma necessidade social, de modo a garantir o princípio cooperativista da intercooperação. Dessa forma, não devem existir empreendimentos solidários concorrendo em um mesmo segmento de mercado, e</p> | <p><i>Recursos disponíveis mediatos e imediatos</i></p> <p><i>Empreendimento econômico solidário</i></p> | | <p><i>Recursos disponíveis para a implementação do empreendimento econômico solidários identificados</i></p> <p><i>Identificar recursos disponíveis para a implementação do empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade que o empreendimento não enfrente dificuldades financeiras, administrativas e legais</i></p> |

um novo empreendimento, caso venha a existir, deve fortalecer a Economia Solidária por meio de redes de cooperação, principalmente dentro da mesma cadeia produtiva.” (Cortegoso, 2007, p.259).

Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário utilizar de recursos disponíveis na comunidade que o cerca, promovendo assim o desenvolvimento territorial

| | | |
|--|--|--|
| Princípio cooperativista da intercooperação | <i>Economia Solidária fortalecida por meio das redes de cooperação, principalmente dentro da mesma cadeia produtiva</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade de criação de novos empreendimentos</i> | |
| <i>Princípios da Economia Solidária</i> | <i>Diminuição da probabilidade de competição e concorrência entre os empreendimentos da mesma rede</i> | |
| | <i>Fortalecer a Economia Solidária pro meio de redes de cooperação</i> | |
| <i>Redes de EES</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atuar de maneira articulada com outros empreendimentos/ organizações/ instituições/ agências engajadas na Economia Solidária</i> | |
| | <i>Fortalecer a Economia Solidária pro meio de redes de cooperação, principalmente dentro da mesma cadeia produtiva</i> | |
| <i>Cadeias produtivas dos empreendimentos econômico solidários</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme os princípios da Economia Solidária teoricamente estipulados</i> | |
| <i>Existência de outros empreendimentos solidários que atuam em relação a mesma necessidade social verificados</i> | | |

“Propor a constituição de um empreendimento solidário diante de: identificação de necessidades sociais sem atendimento satisfatório, características do atendimento disponível em relação às necessidades sociais identificadas, possibilidades identificadas de atendimento à necessidades sociais, potencial humano disponível para atender tais necessidades, por meio de empreendimento coletivo de trabalho, recursos disponíveis para atendimento às necessidades identificadas a que o grupo tem ou pode conseguir acesso, exigências legais para constituir empreendimentos solidários, possibilidades de atendimento de exigências legais. Os resultados, produtos ou efeitos esperados: proposta de constituição de empreendimento solidário, compatível com exigências legais, necessidades sociais identificadas, recursos humanos e materiais acessíveis e com princípios da Economia Solidária, particularmente o de intercooperação” (Cortegoso, 2007, p.260).

Produtos ofertados pelo empreendimento econômico solidário

Serviços ofertados pelo empreendimento econômico solidário

Indivíduos atendidos pelo empreendimento econômico solidário

Grau de satisfação com os serviços/produtos ofertados pelo empreendimento econômico solidário identificados

Identificar grau de satisfação com os serviços/produtos ofertados pelo empreendimento econômico solidário

Aumento da probabilidade de verificar se as necessidades sociais estão sendo atendidas pelo empreendimento econômico solidário

Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária

Necessidades sociais

Identificar as necessidades sociais sem atendimento satisfatório

Necessidades sociais sem atendimento satisfatório identificadas

| | |
|--|---|
| <i>Demandas atendidas pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário modificar seus serviços/produtos para atender as demandas sociais</i> |
| <i>Grau de satisfação com os serviços/produtos ofertados pelo empreendimento econômico solidário identificados</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária</i> |
| <i>Necessidades sociais identificadas</i> | <i>Atendimento disponível em relação às necessidades sociais identificadas</i> |
| <i>Demandas já atendidas pelo empreendimento econômico solidário</i> | <p><i>Caracterizar o atendimento disponível em relação às necessidades sociais identificadas</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade das necessidades sociais serem atendidas pelo empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Caracterizar o atendimento disponível em relação às necessidades sociais identificadas</i></p> |

| | | |
|--|---|---|
| | | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária</i> |
| <i>Necessidades sociais identificadas</i> | <i>Possibilidades de atendimento à necessidades sociais identificadas</i> | |
| <i>Características do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Identificar possibilidades de atendimento à necessidades sociais</i> | <i>Identificadas possibilidades de atendimento à necessidades sociais</i> |
| | <i>Aumento da clareza de que produtos/serviços podem ser oferecidos conforme as características do empreendimento econômico solidário</i> | |

*Aumento da probabilidade do
empreendimento econômico
solidário desenvolver
produtos/serviços que atendam as
necessidades sociais*

*Aumento da probabilidade do
empreendimento econômico
solidário se efetivar conforme os
princípios teoricamente
estipulados para a Economia
Solidária*

| | | | |
|---|--|---|--|
| <i>Necessidades sociais identificadas</i> | <i>Identificar potencial humano disponível para atender as necessidades sociais por meio do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Potencial humano disponível para atender as necessidades sociais por meio do empreendimento econômico solidário identificado</i> | <i>Identificar potencial humano disponível para atender as necessidades sociais por meio do empreendimento econômico solidário</i> |
|---|--|---|--|

*Características do
empreendimento econômico
solidário*

*Aumento da probabilidade do
empreendimento econômico
solidário desenvolver
produtos/serviços conforme as
características dos sócio-
trabalhadores e das necessidades
sociais*

*Características do sócio-
trabalhador*

*Aumento da probabilidade do
empreendimento econômico
solidário atender as necessidades
sociais e dos sócio-trabalhadores*

*Aumento da probabilidade do
empreendimento econômico
solidário se efetivar conforme os
princípios teoricamente
estipulados para a Economia
Solidária*

| | |
|--|--|
| <i>Necessidades sociais identificadas</i> | <i>Recursos disponíveis, que o grupo tem ou pode conseguir acesso, para atender as necessidades sociais identificados</i> |
| <i>Características do empreendimento econômico solidário</i> | <p>Identificar recursos disponíveis, que o grupo tem ou pode conseguir acesso, para atendimento às necessidades sociais</p> <p><i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário escolher recursos que incentivem outros empreendimentos e/ou consumo solidário</i></p> <p><i>Identificar recursos disponíveis, que o grupo tem ou pode conseguir acesso, para atendimento às necessidades sociais identificadas</i></p> |
| <i>Características do sócio- trabalhador</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário desenvolver produtos/serviços que atendam as necessidades sociais</i> |

| | |
|---|--|
| <i>Características do ambiente no qual o empreendimento econômico solidário se insere</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária</i> |
| <i>Características do ambiente no qual o empreendimento econômico solidário se insere</i> | <i>Exigências legais para constituir empreendimentos econômico solidários identificadas</i> |
| <i>Materiais legais que orientam a prática econômico solidária</i> | <p><i>Identificar exigências legais para constituir empreendimentos solidários</i></p> <p><i>Identificar exigências legais para constituir empreendimentos econômico solidários</i></p> |
| | <p><i>Aumento da clareza das características que compõem os tipos de empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme os materiais legais identificados</i></p> |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário garantir o acesso dos sócio-trabalhadores a seus direitos</i> | |
| | | | |
| <i>Características do ambiente no qual o empreendimento econômico solidário se insere</i> | | <i>Possibilidades de atendimento de exigências legais identificadas</i> | |
| | | | |
| <i>Características do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Identificar possibilidades de atendimento de exigências legais</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme os materiais legais identificados</i> | <i>Identificar possibilidades de atendimento de exigências legais</i> |
| | | | |
| <i>Materiais legais que orientam a prática econômico solidária</i> | | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário garantir o acesso dos sócio-trabalhadores a seus direitos</i> | |

| | | |
|--|---|---|
| Identificação de necessidades sociais sem atendimento satisfatório | Proposta de constituição de empreendimento solidário, compatível com exigências legais, necessidades sociais identificadas, recursos humanos e materiais acessíveis e com princípios da Economia Solidária, particularmente o de cooperação | |
| Características do atendimento disponível em relação às necessidades sociais identificadas | <p>Propor a constituição de um empreendimento econômico solidário</p> <p>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário efetivar sua prática a longo prazo</p> | <p>Propor a constituição de um empreendimento econômico solidário compatível com exigências legais, necessidades sociais, recursos humanos e materiais acessíveis</p> |
| Possibilidades identificadas de atendimento à necessidades sociais | Aumento da probabilidade que esse empreendimento proposto sirva como exemplo para outros empreendimentos econômico solidários | |

Potencial humano disponível para atender tais necessidades, por meio de empreendimento coletivo de trabalho

Aumento da probabilidade que o empreendimento proposto sirva como meio de divulgar a prática econômico solidária

Recursos disponíveis para atendimento às necessidades identificadas a que o grupo tem ou pode conseguir acesso

Exigências legais para constituir empreendimentos solidários

Possibilidades de atendimento de exigências legais

“Verificar a existência de outros empreendimentos solidários que estejam atendendo às necessidades sociais identificadas como possibilidades de atuação do empreendimento. Diante de: necessidades sociais identificadas como possíveis frentes em relação às quais podem ser ofertados serviços ou produtos, possibilidades identificadas de oferta de serviços/produtos, fontes de informação sobre empreendimentos que realizam ou podem realizar atividades em relação à necessidades sociais identificadas na área de atuação do potencial novo empreendimento, recursos disponíveis para consultar as fontes de informação sobre outros empreendimentos que podem estar atuando em relação à necessidade identificada. Resultados, produtos ou efeitos esperados: identificação existência ou não de empreendimento solidários que ofereçam os mesmos produtos/serviços que os identificados como possíveis de serem oferecidos pelo empreendimento em formação”
(Cortegoso, 2007, p.260)

Necessidades sociais identificadas

Necessidades sociais como possíveis frente em relação às quais podem ser ofertados serviços ou produtos identificadas

Características do empreendimento econômico solidário

Identificar necessidades sociais como possíveis frentes em relação às quais podem ser ofertados serviços ou produtos

Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário desenvolver produtos/serviços que atendam as necessidades sociais

Identificar necessidades sociais como possíveis frentes em relação às quais podem ser ofertados serviços ou produtos

Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária

| | | | |
|---|--|--|--|
| | | | |
| <i>Necessidades sociais identificadas</i> | <i>Possibilidades de oferta de serviços/produtos</i> | | |
| <i>Características do ambiente no qual o empreendimento econômico solidário se insere</i> | <i>Aumento da clareza quanto as necessidades que podem ser atendidas pelos serviços/produtos ofertados pelo empreendimento</i> | <i>Identificar possibilidades de oferta de serviços/produtos</i> | <i>Identificar possibilidades de oferta de serviços/produtos</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais identificadas com a oferta dos serviços/produtos</i> | | |

*Aumento da probabilidade do
empreendimento econômico
solidário se efetivar por meio do
consumo de seus
produtos/serviços ofertados*

*Empreendimentos econômicos
solidários existentes*

*Identificar fontes de
informação sobre
empreendimentos que realizam
ou podem realizar atividades
em relação à necessidades
sociais identificadas na área de
atuação do potencial novo
empreendimento*

*Fontes de informação sobre
empreendimentos que realizam ou
podem realizar atividades em
relação à necessidades sociais
identificadas na área de atuação
do potencial novo
empreendimento identificadas*

*Identificar fontes de informação
sobre empreendimentos
econômicos solidários que
realizam ou podem realizar
atividades em relação à
necessidades sociais
identificadas na área de atuação
do potencial novo
empreendimento*

*Novas possibilidades de
empreendimentos econômico
solidários*

*Aumento da probabilidade de
cooperação entre os
empreendimentos econômico
solidários*

*Diminuição da probabilidade de
competição entre os
empreendimentos econômicos
solidários*

*Forúm Brasileiro de Economia
Solidária (FBES)*

*Aumento da probabilidade dos
empreendimentos econômicos
solidários atuarem em rede*

*Secretaria Nacional da Economia
Solidária (SENAES)*

*Diminuição da probabilidade de
dois empreendimentos
econômicos solidários no mesmo
contexto atenderem a mesma
demanda*

*Características do ambiente no
qual o empreendimento
econômico solidário se insere ou
pode vir a se inserir*

*Aumento da probabilidade do
empreendimento econômico
solidário se efetivar conforme os
princípios teoricamente
estipulados para a Economia
Solidária*

*Necessidades sociais
identificadas*

| | | |
|---|--|--|
| <i>Necessidades sociais identificadas</i> | <i>Recursos disponíveis para consultar as fontes de informação sobre outros empreendimentos que podem estar atuando em relação às necessidades sociais identificados</i> | <i>Identificar recursos disponíveis para consultar as fontes de informação sobre outros empreendimentos econômicos solidários que podem estar atuando em relação às necessidades sociais identificadas</i> |
| <i>Fontes de informação sobre empreendimentos que realizam ou podem realizar atividades em relação à necessidades sociais identificadas na área de atuação do potencial novo empreendimento identificadas</i> | <i>Identificar recursos disponíveis para consultar as fontes de informação sobre outros empreendimentos que podem estar atuando em relação às necessidades sociais</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário, diante a escassez de recursos disponíveis, procurar ou formar parcerias dos atores sociais que fomentam a Economia Solidária</i> |

Atores sociais que fomentam a Economia Solidária

Aumento da probabilidade dos empreendimentos econômicos solidários atuarem em rede

Diminuição da probabilidade de dois empreendimentos econômicos solidários no mesmo contexto atenderem a mesma demanda

Necessidades sociais identificadas como possíveis frentes em relação às quais podem ser ofertados serviços ou produtos

Verificar a existência de outros empreendimentos econômicos solidários

Existência de empreendimento econômico solidário que ofereça o mesmo produto/serviço que os identificados como possíveis de serem oferecidos pelo empreendimento em formação verificada

Verificar a existência de outros empreendimentos econômicos solidários que estejam atendendo às necessidades sociais identificadas como possibilidades de atuação do novo empreendimento

Diminuição da probabilidade de concorrência e competição entre empreendimentos econômicos solidários em um mesmo segmento de mercado

Possibilidades identificadas de oferta de serviços/produtos

Fontes de informação sobre empreendimentos que realizam ou podem realizar atividades em relação à necessidades sociais identificadas na área de atuação do potencial novo empreendimento

Aumento da probabilidade de cooperação entre os empreendimentos econômico solidários

Recursos disponíveis para consultar as fontes de informação sobre outros empreendimentos que podem estar atuando em relação à necessidade identificada

Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atuar de maneira articulada com outros empreendimentos da mesma rede

| 39 “No âmbito profissional: Planejar desenvolvimento do trabalho previsto, conciliar atividades de trabalho e particulares, cumprir compromissos assumidos com o empreendimento, | <i>Trabalho previsto planejado pelo empreendimento econômico solidário</i> | | <i>Planejar desenvolvimento do trabalho previsto</i> | | <i>Desenvolvimento do trabalho previsto planejado</i> | | <i>Planejar desenvolvimento do trabalho previsto pelo empreendimento econômico solidário</i> | |
|--|--|--|--|--|---|--|--|--|
| | | | | | | | | |

| | | | |
|---|---|--|---|
| <p>avaliar trabalho em andamento, propor critérios para avaliar o trabalho que está sendo realizado, identificar aspectos positivos e negativos em relação ao trabalho que está sendo realizado, promover mudanças necessárias no trabalho, identificar mudanças a serem feitas, tomar decisões individualmente, investir na própria formação nos vários níveis necessários, engajar-se em atividades de aquisição de novos conhecimentos, capacitar-se para usar equipamentos e recursos necessários para o trabalho” (Cortegoso, 2007, p.261)</p> | Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário efetivar a prática econômica solidária | | |
| | Atividades de trabalho e particulares conciliadas | Atividades de trabalho e particulares conciliadas | |
| | Desenvolvimento do trabalho previsto planejado | Aumento da probabilidade de compreender uma nova perspectiva de identidade do trabalhador, como um sujeito complexo que responde a diversas demandas | Conciliar atividades de trabalho previstas e atividades particulares |
| | Atividades particulares | Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades dos sócio-trabalhador | |
| | | Aumento da probabilidade da prática econômica solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista | |
| Desenvolvimento do trabalho previsto planejado | | | Compromissos assumidos com o empreendimento compridos |
| Compromissos do empreendimento | | | Cumprir os compromissos assumidos com o empreendimento econômico solidário |
| | | | Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais e do sócio-trabalhador |
| | | | Cumprir compromissos assumidos com o empreendimento |

| | | | |
|---|--|---|--|
| <i>Sócio-trabalhador</i> | <i>Aumento da probabilidade de compreender uma nova perspectiva de identidade do trabalhador, como um sujeito complexo que responde a diversas demandas</i> | | |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário desenvolver planejamentos que busquem cumprir seus compromissos ainda seguindo os princípios da Economia Solidária</i> | | |
| <i>Desenvolvimento do trabalho previsto planejado</i> | <i>Trabalho em andamento avaliado</i> | | |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário cumprir com seus compromissos assumidos</i> | | |
| | <i>Avaliar trabalho em andamento</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário identificar novas necessidades</i> | <i>Avaliar trabalho do empreendimento econômico solidário em andamento</i> |
| | | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário identificar possíveis alterações em sua atuação</i> | |
| <i>Desenvolvimento do trabalho previsto planejado</i> | <i>Propor critérios para avaliar o trabalho que está sendo realizado</i> | <i>Critérios para avaliar o trabalho que está sendo realizados propostos</i> | <i>Propor critérios para avaliar o trabalho que está sendo realizado pelo empreendimento</i> |

| | | |
|--|---|---|
| <i>Trabalho em andamento avaliado</i> | <i>Aumento da clareza das características do trabalho realizado pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>econômico solidário</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário cumprir com seus compromissos assumidos</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário identificar novas necessidades</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário identificar possíveis alterações em sua atuação</i> | |
| <i>Trabalho em andamento</i> | <i>Aspectos positivos em relação ao trabalho que está sendo realizado identificados</i> | |
| <i>Critérios para avaliar o trabalho que está sendo realizados propostos</i> | <i>Aumento da clareza das características do trabalho realizado pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Identificar aspectos positivos em relação ao trabalho que está sendo realizado pelo empreendimento econômico solidário</i> |
| | <i>Identificar aspectos positivos em relação ao trabalho que está sendo realizado</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário cumprir com seus compromissos assumidos</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário identificar possíveis alterações em sua atuação</i> | |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | | |

| | | |
|--|---|---|
| <i>Trabalho em andamento</i> | <i>Aspectos negativos em relação ao trabalho que está sendo realizado identificados</i> | |
| <i>Critérios para avaliar o trabalho que está sendo realizados propostos</i> | <i>Aumento da clareza das características do trabalho realizado pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Identificar aspectos negativos em relação ao trabalho que está sendo realizado pelo empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <i>Identificar aspectos negativos em relação ao trabalho que está sendo realizado</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário cumprir com seus compromissos assumidos</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário identificar possíveis alterações em sua atuação</i> | |
| <i>Desenvolvimento do trabalho previsto planejado</i> | <i>Mudanças necessárias no trabalho promovidas</i> | |
| <i>Trabalho em andamento avaliado</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário cumprir com seus compromissos assumidos</i> | <i>Promover mudanças necessárias no trabalho realizado pelo empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Necessidades do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Promover mudanças necessárias no trabalho</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário mudar sua atuação por conta de novas necessidades identificadas</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário efetivar a prática econômica solidário</i> | |
| <i>Atividade do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Identificar mudanças a serem feitas</i> | <i>Identificar mudanças a serem feitas na atuação do</i> |

| | | | |
|---|---|--|--|
| <i>Trabalho em andamento</i> | | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário cumprir com seus compromissos assumidos</i> | <i>empreendimento econômico solidária</i> |
| | <i>Necessidades do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário mudar sua atuação por conta de novas necessidades identificadas</i> | |
| | | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário efetivar a prática econômica solidário</i> | |
| <i>Demandas do empreendimento econômico solidário</i> | | <i>Decisões tomadas individualmente</i> | |
| <i>Sócio-trabalhador</i> | | <i>Aumento da clareza quanto a ação de um sócio-trabalhador impacta a prática econômica solidária em geral e no empreendimento econômico solidário em específico</i> | <i>Tomar decisões individualmente referentes a atuação do empreendimento econômico solidário</i> |
| | <i>Tomar decisões individualmente</i> | | |
| <i>Prática econômica solidária</i> | | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> | |
| | | <i>Aumento do grau de autonomia do sócio-trabalhador</i> | |

| | | |
|---|--|--|
| <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ocorrer conforme os princípios da Economia Solidária identificados</i> | | |
| <i>Atividade do empreendimento econômico solidário</i> | | <i>Própria formação investida nos vários níveis necessários</i> |
| <i>Trabalho em andamento</i> | | <i>Aumento da clareza quanto a lacunas na formação dos sócio-trabalhadores</i> |
| <i>Comportamentos referentes a relações interpessoais interessantes de serem desenvolvidos no contexto econômico solidário</i> | <i>Investir na formação nos vários níveis necessários</i> | <i>Aumento da probabilidade de se estabelecer a formação continuada dos sócio-trabalhadores como um dos objetivos do empreendimento</i> |
| <i>Investimentos anteriores na própria formação</i> | | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Necessidades do empreendimento econômico solidário</i> | | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais e do sócio-trabalhador</i> |
| <i>Atividade do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Engajar o sócio-trabalhador em atividades de aquisição de novos conhecimentos</i> | <i>Engajamento em atividades de aquisição de novos conhecimentos efetivado</i> |
| <i>Trabalho em andamento</i> | | <i>Aumento da clareza quanto a lacunas na formação dos sócio-trabalhadores</i> |
| | | <i>Engajar o sócio-trabalhador em atividades de aquisição de novos conhecimentos conforme as necessidades apresentadas ao empreendimento econômico solidária</i> |

| | |
|--|---|
| <i>Comportamentos referentes a relações interpessoais interessantes de serem desenvolvidos no contexto econômico solidário</i> | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Própria formação investida nos vários níveis necessários</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais e do sócio-trabalhador</i> |
| <i>Necessidades do empreendimento econômico solidário</i> | |
| <i>Desenvolvimento do trabalho previsto planejado</i> | <i>Capacitação para usar equipamentos necessários para o trabalho efetivada</i> |
| <i>Trabalho em andamento</i> | <i>Aumento da clareza quanto a lacunas na formação dos sócio-trabalhadores</i> |
| <i>Necessidades do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Capacitar os sócio-trabalhadores para usar equipamentos necessários para o trabalho</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade de se estabelecer a formação continuada dos sócio-trabalhadores como um dos objetivos do empreendimento</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade dos sócio-trabalhadores estarem capazes para usar novas tecnologias</i> |
| | <i>Capacitar os sócio-trabalhadores para usar equipamentos necessários para o trabalho no empreendimento econômico solidário</i> |

| | | |
|---|---|---|
| <i>Atividade do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais e do sócio-trabalhador</i> | |
| <i>Desenvolvimento do trabalho previsto planejado</i> | <i>Capacitação para usar recursos necessários para o trabalho efetivada</i> | |
| <i>Trabalho em andamento</i> | <i>Aumento da clareza quanto a lacunas na formação dos sócio-trabalhadores</i> | |
| <i>Necessidades do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade de se estabelecer a formação continuada dos sócio-trabalhadores como um dos objetivos do empreendimento</i> | <i>Capacitar o sócio-trabalhador para usar recursos necessários para o trabalho no empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Atividade do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade dos sócio-trabalhadores estarem capazes para usar novas tecnologias</i> | |
| | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> | |

| | | |
|--|--|---|
| | | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais e do sócio-trabalhador</i> |
| <p>40</p> <p>“No âmbito administrativo: participar da administração do empreendimento, manter-se atualizado sobre o funcionamento do empreendimento, participar de eleições para cargos e funções no empreendimento, participar de situações de tomada de decisão no empreendimento, lidar com as dificuldades que o sistema capitalista mais amplo impõe ao empreendimento” (Cortegoso, 2007, p.261)</p> | <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <i>Participação na administração do empreendimento efetivada</i> |
| | <i>Modelo gestorário adotado pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> |
| | <i>Modelo administrativo adotado pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> |
| | <i>Participar da administração do empreendimento</i> | <i>Participar da administração do empreendimento econômico solidário</i> |
| | <i>Princípios da Economia Solidária</i> | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como uma alternativa a lógica capitalista</i> |
| | <i>Atividade do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Sócio-trabalhador continuamente atualizado sobre o funcionamento do empreendimento</i> |
| | <i>Modelo gestorário adotado pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Manter o sócio-trabalhador atualizado sobre o funcionamento do empreendimento</i> <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> |

| | | |
|--|---|--|
| <i>Modelo administrativo adotado pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores</i> | |
| <i>Necessidade social</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômica solidária ser efetiva</i> | |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <i>Participação nas eleições para cargos do empreendimento econômico solidário efetivada</i> | |
| <i>Cargos do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Participar de eleições para cargos no empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Modelo gestorário adotado pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da clareza quanto ao funcionamento do empreendimento econômico solidário</i> | |
| <i>Modelo administrativo adotado pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento do nível de autonomia dos sócio-trabalhadores</i> | |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <i>Participação nas eleições para funções do empreendimento econômico solidário efetivada</i> | <i>Participar de eleições para funções no empreendimento econômico solidário</i> |

| | |
|---|---|
| <i>Funções do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Modelo gestorário adotado pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento do nível de autonomia dos sócio-trabalhadores</i> |
| <i>Modelo administrativo adotado pelo empreendimento econômico solidário</i> | |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <i>Participação de situações de tomada de decisão no empreendimento econômico solidário efetivada</i> |
| <i>Processo de tomada de decisão estabelecido no empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> |
| <i>Modelo gestorário adotado pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Participar de situações de tomada de decisão no empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Modelo administrativo adotado pelo empreendimento econômico solidário</i> | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> |
| | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> |

| | | | |
|---|---|--|--|
| | | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> |
| <p>41</p> <p>“Quanto à comunicação: promover comunicação entre cooperante, produzir veículos de comunicação entre cooperantes (murais, jornais, etc.), estimular o cooperante a expressar para outros a sua ideia/opinião, identificar maneiras adequadas de estimular o cooperante a expressar sua ideia/opinião, comunicar-se com outros cooperados, comunicar-se com outro cooperante de forma mais direta possível, expressar-se adequadamente, identificar características do interlocutor, adequar os comportamentos às características do interlocutor” (Cortegoso, 2007, p.261).</p> | Sócio-trabalhadores | Comunicação entre sócio-trabalhadores promovida | |
| | Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários | Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores | |
| | Empreendimento econômico solidário | Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores | Promover comunicação entre sócio-trabalhadores |
| | | Promover comunicação entre sócio-trabalhadores | |
| | | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária resultar em relações interpessoais mais igualitárias e de melhor qualidade | |
| | | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar sem ruídos de comunicação | |
| | Sócio-trabalhadores | Veículos de comunicação entre sócio-trabalhadores produzidos | |
| | Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários | Produzir veículos de comunicação entre sócio-trabalhadores (murais, jornais, etc.) | Produzir veículos de comunicação entre sócio-trabalhadores |
| | Espaço físico do empreendimento econômico solidário | Aumento da probabilidade que o sócio-trabalhador tenha acesso as informações necessárias para a sua atuação | |
| | | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar sem ruídos de comunicação | |

| | |
|---|---|
| Sócio-trabalhadores | Sócio-trabalhador estimulado a expressar sua opinião/ideia para outros |
| Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários | Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores |
| Maneiras adequadas de estimular o sócio-trabalhador a expressar sua ideia/opinião identificadas | Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores |
| Empreendimento econômico solidário | Estimular o sócio-trabalhador a expressar para outros a sua ideia/opinião Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário Aumento da sensação de autonomia do sócio-trabalhador Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária |
| Sócio-trabalhadores | Maneiras adequadas de estimular o sócio-trabalhador a expressar sua ideia/opinião identificadas |
| Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários | Identificar maneiras adequadas de estimular o sócio-trabalhador a expressar sua ideia/opinião Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador permanecer contribuindo para o empreendimento econômico solidário |

| | | | |
|--|--|--|---|
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> | | |
| | <i>Aumento da sensação de autonomia do sócio-trabalhador</i> | | |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária</i> | | |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Comunicação entre sócio-trabalhadores efetivada</i> | | |
| <i>Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários</i> | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> | | |
| <i>Empreendimento econômico solidário</i> | <i>Comunicar-se com outros sócio-trabalhadores</i> | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> | <i>Comunicar-se com outros sócio-trabalhadores</i> |
| | | <i>Aumento da probabilidade de se identificar novas necessidades dos sócio-trabalhadores</i> | |
| | | <i>Aumento da probabilidade de integração entre os sócio-trabalhadores</i> | |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Comunicar-se com outro sócio-trabalhador de forma mais direta possível</i> | <i>Comunicação de forma mais direta possível entre sócio-trabalhadores efetivada</i> | <i>Comunicar-se com outro sócio-trabalhador de forma mais direta possível</i> |

| | |
|--|--|
| <i>Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários</i> | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio- trabalhadores</i> |
| | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio- trabalhadores</i> |
| <i>Comportamento assertivo</i> | <i>Aumento da probabilidade de se identificar novas necessidades dos sócio-trabalhadores</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade de integração entre os sócio- trabalhadores</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar sem ruídos de comunicação</i> |
| <i>Empreendimento Econômico Solidário</i> | <i>Meios de se expressar dentro do empreendimento econômico solidário desenvolvidos</i> |
| | <i>Desenvolver meios de se expressar dentro do empreendimento</i> |
| <i>Sócio-trabalhador</i> | <i>Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador se expressar adequadamente</i> |
| | <i>Desenvolver meios de se expressar dentro do empreendimento</i> |

| | |
|--|---|
| <i>Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar sem ruídos de comunicação</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Meio de se expressar adequadamente efetivado</i> |
| <i>Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários</i> | <div> <i>Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador continuar participando dos processos de tomada de decisão do empreendimento econômico solidário</i> </div> <div>Expressar-se adequadamente</div> |
| <i>Comportamento assertivo</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar sem ruídos de comunicação</i> |

*Meios de se expressar dentro do
empreendimento econômico
solidário desenvolvidos*

| | | |
|--|--|--|
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Características do interlocutor identificadas</i> | |
| <i>Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários</i> | <i>Identificar características do interlocutor</i> | <i>Identificar características do sócio-trabalhador que é o interlocutor da conversa</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade da comunicação ocorrer de maneira mais assertiva e direta possível</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar sem ruídos de comunicação</i> | |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Comportamentos adequados as características do interlocutor</i> | |
| <i>Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários</i> | <i>Adequar os comportamentos às características do interlocutor</i> | <i>Adequar os comportamentos às características do sócio- trabalhador que é o interlocutor da conversa</i> |
| <i>Características do interlocutor identificadas</i> | <i>Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador continuar expressando sua opinião</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade da comunicação ocorrer de maneira mais assertiva e direta possível</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar sem ruídos de comunicação</i> | |

“Quanto à motivação para o trabalho:
promover motivação para o trabalho,
motivar a si mesmo e aos outros para
trabalhar no empreendimento, enfrentar
situações de frustração, identificar causas
de erros e fracassos, identificar
alternativas” (Cortegoso, 2007, p.261)

| | | |
|---|---|---|
| <i>Atividade do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Motivação para o trabalho promovida</i> | |
| <i>Trabalho em andamento</i> | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> | |
| <i>Necessidades do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores</i> | <i>Promover motivação para o trabalho no empreendimento econômico solidário</i> |
| | <i>Promover motivação para o trabalho</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária promover novas relações interpessoais mais humanas e igualitárias</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se estabelecer como alternativa de trabalho, renda e formação</i> | |
| <i>Atividade do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Sócio-trabalhador auto-motivado para trabalhar no empreendimento</i> | |
| <i>Trabalho em andamento</i> | <i>Motivar a si mesmo para trabalhar no empreendimento</i> | <i>Motivar a si mesmo para trabalhar no empreendimento econômico solidário</i> |
| | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> | |

| | |
|---|---|
| <i>Necessidades do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as demandas sociais e dos sócio-trabalhadores</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária promover novas relações interpessoais mais humanas e igualitárias</i> |
| <i>Sócio-trabalhador</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se estabelecer como alternativa de trabalho, renda e formação</i> |
| | <i>Outros sócio-trabalhadores motivados para trabalhar no empreendimento</i> |
| <i>Atividade do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> |
| | <i>Motivar aos outros para trabalhar no empreendimento</i> |
| <i>Trabalho em andamento</i> | <i>Motivar aos outros para trabalhar no empreendimento</i> |
| | <i>Motivar aos outros para trabalhar no empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Necessidades do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária promover novas relações interpessoais mais humanas e igualitárias</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se estabelecer como alternativa de trabalho, renda e formação</i> |
| | <i>Outros sócio-trabalhadores motivados para trabalhar no empreendimento</i> |
| <i>Atividade do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades e/ou objetivos do empreendimento econômico solidário</i> |
| | <i>Motivar aos outros para trabalhar no empreendimento</i> |
| <i>Trabalho em andamento</i> | <i>Motivar aos outros para trabalhar no empreendimento</i> |
| | <i>Motivar aos outros para trabalhar no empreendimento econômico solidário</i> |
| <i>Necessidades do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária promover novas relações interpessoais mais humanas e igualitárias</i> |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se estabelecer como alternativa de trabalho, renda e formação</i> |
| | <i>Outros sócio-trabalhadores motivados para trabalhar no empreendimento</i> |

| | | | |
|--|--|--|---|
| | | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se estabelecer como alternativa de trabalho, renda e formação</i> | |
| <i>Demandas do empreendimento econômico solidário</i> | | <i>Situações de frustração enfrentadas</i> | |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | | <i>Aumento da probabilidade, de ao enfrentar essas situações de frustração, o repertório do sócio-trabalhador seja desenvolvido de modo a manejar melhor situações similares futuramente</i> | |
| <i>Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários</i> | <i>Enfrentar situações de frustração</i> | <i>Aumento da clareza quanto as lacunas na formação do sócio-trabalhador</i> | <i>Enfrentar situações de frustração derivadas da prática econômico solidária</i> |
| <i>Prática econômico solidária</i> | | <i>Aumento da sensação de autonomia do sócio-trabalhador</i> | |
| | | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as demandas sociais e dos sócio-trabalhadores</i> | |
| <i>Situações de frustração enfrentadas</i> | | <i>Causas de erros identificadas</i> | |
| <i>Necessidades não atendidas do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Identificar causas de erros</i> | <i>Aumento da probabilidade, de ao identificar causas de erro, o repertório do sócio-trabalhador e/ou do empreendimento seja desenvolvido de modo a não cometer erros</i> | <i>Identificar causas de erros nas atividades do empreendimento econômico solidário</i> |

| | | |
|--|--|--|
| Sócio-trabalhador | Aumento da clareza quanto as lacunas na formação do sócio-trabalhador | |
| Prática econômico solidária | Aumento da sensação de autonomia do sócio-trabalhador | |
| Empreendimento econômico solidário | Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as demandas sociais e dos sócio-trabalhadores | |
| Situações de frustração enfrentadas | Causas de fracassos identificados | |
| Necessidades não atendidas do empreendimento econômico solidário | Aumento da probabilidade, de ao identificar causas de fracassos, o repertório do sócio-trabalhador e/ou do empreendimento seja desenvolvido de modo a não ocorrer mais fracassos | Identificar causas de fracassos nas atividades do empreendimento econômico solidário |
| Sócio-trabalhador | Aumento da clareza quanto as lacunas na formação do sócio-trabalhador | |
| Prática econômico solidária | Aumento da sensação de autonomia do sócio-trabalhador | |
| Empreendimento econômico solidário | Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores | |
| Situações de frustração enfrentadas | Alternativas identificadas | Identificar alternativas para frustrações, erros e fracassos |
| | Identificar alternativas | |

| | | | |
|---|--|--|--|
| 43 “Quanto ao trabalho em equipe: trabalhar de modo a considerar as necessidades da coletividade, contribuir para o trabalho em equipe, tomar decisões em conjunto, criar oportunidades e condições para que todos os membros do grupo participem de diversos processos, conviver com diferenças (religiosas, raciais, socioculturais etc.) entre os participantes ” (Cortegoso, 2007, p.261) | Necessidades não atendidas do empreendimento econômico solidário | | Aumento da clareza quanto as lacunas na formação do sócio-trabalhador |
| | Causas de fracassos identificados | | Aumento da clareza quanto as possibilidades de aprimoramento da prática no empreendimento econômico solidário |
| | Causas de erros identificadas | | Aumento da sensação de autonomia do sócio-trabalhador |
| | | | Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores |
| | Trabalho em andamento | Trabalho realizado de modo a considerar as necessidades da coletividade | |
| | Necessidades do empreendimento | Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores | Trabalhar de modo a considerar as necessidades da coletividade |
| | Necessidades sociais | Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores | Trabalhar de modo a considerar as necessidades da coletividade |
| | Atividade do empreendimento econômico solidário | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária gerar novas relações interpessoais mais humanas e igualitárias | |

| | | |
|--|---|--|
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ser efetiva conforme os princípios teóricos previamente estipulados</i> |
| <i>Trabalho em andamento</i> | | <i>Contribuição efetivada para o trabalho em equipe</i> |
| <i>Atividade do empreendimento econômico solidário</i> | | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> |
| <i>Equipe de sócio-trabalhadores</i> | | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> |
| | <i>Contribuir para o trabalho em equipe</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária gerar novas relações interpessoais mais humanas e igualitárias</i> |
| | | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades de trabalho em equipe</i> |
| | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ser efetiva conforme os princípios teóricos previamente estipulados</i> |
| <i>Necessidades do empreendimento</i> | | <i>Decisões tomadas em conjunto com outros sócio-trabalhadores</i> |
| <i>Necessidades sociais</i> | <i>Tomar decisões em conjunto</i> | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> |
| | | <i>Tomar decisões no conjunto de sócio-trabalhadores do empreendimento econômico solidário</i> |

| | | |
|---|---|---|
| <p><i>Sócio-trabalhadores</i></p> <p><i>Estímulos indicativos de necessidade de tomada de decisão</i></p> | | <p><i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômica solidária gerar novas relações interpessoais mais humanas e igualitárias</i></p> <p><i>Aumento da sensação de autonomia do sócio-trabalhador e do grupo de sócio-trabalhadores</i></p> <p><i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades de trabalho em equipe</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômica solidária ser efetiva conforme os princípios teóricos previamente estipulados</i></p> |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| <i>Necessidades do empreendimento</i> | | <p><i>Oportunidades criadas para que todos os membros do grupo participem de diversos processos</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i></p> <p><i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i></p> |
| <i>Necessidades sociais</i> | <p><i>Criar oportunidades para que todos os membros do grupo participem de diversos processos</i></p> | <p><i>Criar oportunidades para que todos os sócio-trabalhadores do grupo participem de diversos processos</i></p> |
| <i>Processos diversos que compõem o empreendimento econômico solidário</i> | | |

| | | |
|--|--|--|
| <i>Equipe de sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária gerar novas relações interpessoais mais humanas e igualitárias</i> | |
| | <i>Aumento da sensação de autonomia do sócio-trabalhador e do grupo de sócio-trabalhadores</i> | |
| | <i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades de trabalho em equipe</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ser efetiva conforme os princípios teóricos previamente estipulados</i> | |
| <i>Necessidades do empreendimento</i> | <i>Condições criadas para que todos os membros do grupo participem de diversos processos</i> | |
| <i>Necessidades sociais</i> | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> | <i>Criar condições para que todos os sócio-trabalhadores do grupo participem de diversos processos</i> |
| <i>Processos diversos que compõem o empreendimento econômico solidário</i> | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> | |
| <i>Equipe de sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária gerar novas relações interpessoais mais humanas e igualitárias</i> | |

| | | |
|---|---|---|
| | <p><i>Aumento da sensação de autonomia do sócio-trabalhador e do grupo de sócio-trabalhadores</i></p> <p><i>Aumento do engajamento dos sócio-trabalhadores em relação as atividades de trabalho em equipe</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária ser efetiva conforme os princípios teóricos previamente estipulados</i></p> | |
| Sócio-trabalhadores | <p><i>Convivência com as diferenças efetivada entre os sócio-trabalhadores</i></p> <p><i>Aumento da clareza quanto a diversidade de características dos sócio-trabalhadores</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i></p> <p><i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária gerar novas relações interpessoais mais humanas e igualitárias</i></p> | <p><i>Conviver com as diferenças entre os sócio-trabalhadores</i></p> |
| Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários | <p><i>Conviver com as diferenças (religiosas, raciais, socioculturais etc.) entre os sócio-trabalhadores</i></p> | |

| | | como fonte de trabalho e renda e como convivência social | |
|---|--|---|--|
| Objetivos a serem atendidos com a revisão | | | |
| <i>Empreendimento econômico solidário como fonte de trabalho</i> | <i>Grau de satisfação individual com o empreendimento como fonte de trabalho avaliada</i> | | |
| <i>Sócio-trabalhador</i> | <i>Aumento da clareza sobre o grau de satisfação individual com o empreendimento como fonte de trabalho</i> | | <i>Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento econômico solidário como fonte de trabalho</i> |
| <i>Expectativas individuais em função das expectativas coletivas revistas</i> | <i>Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento como fonte de trabalho</i> | | |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se efetivar como alternativa de trabalho</i> | | |
| | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> | | |
| <i>Empreendimento econômico solidário como fonte de renda</i> | <i>Grau de satisfação individual com o empreendimento como fonte de renda avaliada</i> | | |
| <i>Sócio-trabalhador</i> | <i>Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento como fonte de renda</i> | | <i>Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento econômico solidário como fonte de renda</i> |
| <i>Expectativas individuais em função das expectativas coletivas revistas</i> | <i>Aumento da clareza sobre o grau de satisfação individual com o empreendimento como fonte de renda</i> | | |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se efetivar como fonte de renda</i> | | |

| | | |
|---|--|---|
| | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista | |
| Empreendimento econômico solidário como convivência social | Grau de satisfação individual com o empreendimento como convivência social avaliada Aumento da clareza sobre o grau de satisfação individual com o empreendimento como convivência social | Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento econômico solidário como meio de convivência social Aumento da probabilidade da prática econômico solidária desenvolver relações mais humanas e igualitárias Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista |
| Sócio-trabalhador | | |
| Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários | Avaliar o grau de satisfação individual com o empreendimento como convivência social | |
| Expectativas individuais em função das expectativas coletivas revistas | | |
| “Diante de necessidades de comunicação entre membros do empreendimento, características dos membros do empreendimento (escolaridade, temperamentos, disponibilidade, etc.), objetivos a serem atingidos com a comunicação, recursos (materiais, humanos e financeiros) disponíveis. | Identificar necessidades de comunicação entre os membros do empreendimento econômico solidário identificados | Necessidades de comunicação entre os membros do empreendimento econômico solidário identificados |

| | | |
|---|---|---|
| <p>Promover comunicação entre membros do empreendimento. Resultados, produtos ou efeitos esperados: comunicação feita com rapidez, eficiência e economia entre todos os membros do empreendimento, acesso de todos os membros do empreendimento às informações de interesse, aumento da probabilidade de entendimento entre os membros do empreendimento” (Cortegoso, 2007, p.262).</p> | <p><i>Necessidades dos sócio-trabalhadores</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade de se criar espaços de comunicação dentro do empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Diminuição da probabilidade de ruídos de comunicação serem propagados</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade dos sócio-trabalhadores participarem ativamente do empreendimento econômico solidário</i></p> |
| <p><i>Sócio-trabalhadores</i></p> | <p>Identificar características dos membros do empreendimento econômico solidário (escolaridade, temperamentos, disponibilidade, etc.)</p> | <p><i>Características dos membros do empreendimento econômico solidário identificadas</i></p> <p><i>Identificar características dos membros do empreendimento econômico solidário</i></p> |

| | |
|---|--|
| <p><i>Necessidades dos sócio-trabalhadores</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário atender as necessidades dos sócio-trabalhadores</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária</i></p> |
| <p><i>Empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Necessidades dos sócio-trabalhadores</i></p> | <p><i>Objetivos a serem atingidos com a comunicação dentro do empreendimento econômico solidário identificados</i></p> <p><i>Identificar objetivos a serem atingidos com a comunicação dentro do empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Identificar objetivos a serem atingidos com a comunicação dentro do empreendimento econômico solidário</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da comunicação ocorrer da maneira mais assertiva e direta possível</i></p> |

| | |
|--|--|
| <p><i>Necessidades de comunicação entre os membros do empreendimento econômico solidário identificados</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade dos sócio-trabalhadores estabelecerem relações condizentes com os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária</i></p> |
| <p><i>Sócio-trabalhadores</i></p> | <p><i>Recursos disponíveis identificados</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário utilizar de recursos disponíveis no ambiente que se insere</i></p> <p><i>Identificar recursos disponíveis (materiais, humanos e financeiros)</i></p> <p><i>Identificar recursos disponíveis (materiais, humanos e financeiros)</i></p> |
| <p><i>Objetivo do empreendimento econômico solidário</i></p> | <p><i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário utilizar os recursos de maneira ética e solidária</i></p> |
| <p><i>Características do ambiente no qual o empreendimento econômico solidário está inserido</i></p> | <p><i>Identificar recursos disponíveis (materiais, humanos e financeiros)</i></p> |

| | |
|--|---|
| Necessidades de comunicação entre membros do empreendimento | Comunicação feita com rapidez |
| Características dos membros do empreendimento (escolaridade, temperamentos, disponibilidade, etc.) | <i>Aumento da probabilidade que a comunicação feita com rapidez possibilite maior eficiência e economia para todos os membros do empreendimento</i> |
| Objetivos a serem atingidos com a comunicação | Promover comunicação entre membros do empreendimento econômico solidário com rapidez, eficiência e economia |
| Recursos (materiais, humanos e financeiros) disponíveis | Acesso de todos os membros do empreendimento às informações de interesse |
| | Aumento da probabilidade de entendimento entre os membros do empreendimento |

“Da mesma forma, também a **participação desses indivíduos na construção de referenciais para a atuação de agências e agentes de fomento a esses empreendimentos** (como no caso de incubadoras universitárias) é altamente desejável, de modo que sejam **ampliadas a compreensão e a influência mútua de todos os atores sociais** que podem contribuir para que os **resultados de longo prazo sejam alcançados com a maior brevidade possível**” (Cortegoso, 2007, p.263).

| | | |
|---|--|---|
| <i>Participação dos sócio-trabalhadores como referência para a atuação das agências e agentes de fomento desses empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Compreensão mútua de todos os atores sociais ampliada</i> | |
| <i>Nível de compreensão entre os atores sociais</i> | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores e os atores sociais</i> | <i>Ampliar a compreensão mútua de todos os atores sociais envolvidos na prática econômico solidária</i> |
| <i>Atores sociais</i> | <i>Ampliar a compreensão mútua de todos os atores sociais</i> | |
| <i>Prática econômico solidária</i> | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores e os atores sociais</i> <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária desenvolver relações mais humanas e igualitárias</i> <i>Aumento da probabilidade que os resultados de longo prazo da Economia Solidária sejam alcançados com maior brevidade possível</i> | |
| <i>Participação dos sócio-trabalhadores como referência para a atuação das agências e agentes de fomento desses empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Influência mútua de todos os atores sociais ampliada</i> | <i>Ampliar a influência mútua de todos os atores sociais dentro da prática econômico solidária</i> |
| <i>Nível de influência entre os atores sociais</i> | <i>Ampliar a influência mútua de todos os atores sociais</i> <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária desenvolver relações mais humanas e igualitárias</i> | |

Atores sociais

Aumento da clareza sobre as variáveis presentes nas relações dos sócio-trabalhadores com os atores sociais que também atuam no empreendimento econômico solidário

Aumento da probabilidade que os resultados de longo prazo da Economia Solidária sejam alcançados com maior brevidade possível

| | | |
|--|---|--|
| <p>47</p> <p>“Tais resultados visam não só à obtenção de uma Economia Solidária forte, consolidada, com novas práticas de organização para o trabalho, mas também a outras práticas de relações entre pessoas, e destas com seu ambiente, diferente daquelas produzidas pelo modo capitalista de organização social, que são implementadas” (Cortegoso, 2007, p.263)</p> | Princípios da Economia Solidária | |
| | Práticas de organizações para o trabalho socialmente estabelecidas | <p><i>Efetivar a prática econômica solidária como forma alternativa de organização para o trabalho</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade que as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores sejam atendidas</i></p> <p>Aumento da probabilidade de uma prática econômica solidária forte, consolidada, com novas práticas de organização para o trabalho</p> |
| | Relações interpessoais estabelecidas nos empreendimentos econômico solidários | <p><i>Relações interpessoais entre os sócio-trabalhadores implantadas de acordo com os princípios da EcoSol</i></p> <p><i>Implementar relações interpessoais de acordo com os princípios da Economia Solidária</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de se estabelecer outras práticas de relações entre os sócio-trabalhadores</i></p> |

| | | |
|---|--|---|
| <i>Princípios da Economia Solidária</i> | Aumento da probabilidade de se estabelecer outras práticas de relações entre os sócio-trabalhadores com o seu ambiente | |
| | <i>Diminuição da probabilidade de competição entre os sócio-trabalhadores</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade de cooperação entre os sócio-trabalhadores</i> | |
| <i>Sócio-trabalhadores</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária desenvolver relações mais humanas e igualitárias</i> | |
| <hr/> | | |
| <i>Princípios da Economia Solidária</i> | <i>Novo modo de organização social implantado conforme os princípios da Economia Solidária</i> | |
| <i>Modo econômico solidário de organização social</i> | Tipos de relações diferentes das produzidas pelo modo capitalista de organização social | <i>Implementar novo modo de organização social conforme os princípios da Economia Solidária</i> |
| | <i>Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário se efetivar como alternativa de trabalho, renda e formação</i> | |
| <i>Modo capitalista de organização social</i> | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista</i> | |

“No entanto, a explicitação de **concepções daqueles que estão trabalhando**, a partir de uma **incubadora universitária de cooperativas populares**, para o fomento desses empreendimentos, constitui, no mínimo, ponto de partida relevante para a **socialização dessas concepções, conferência e ajuste de conceitos no âmbito da coletividade que, conjuntamente, deverá garantir os resultados finais esperados e a derivação de propostas práticas de ação**”
(Cortegoso, 2007, p.263).

| | | |
|--|---|--|
| Incubadora universitária de cooperativas populares | Concepções da Economia Solidária socializados | |
| | Princípios da Economia Solidária | Socializar concepções da Economia Solidária |
| | | |
| Incubadora universitária de cooperativas populares | Principais conceitos da EcoSol | Conceitos conferidos no âmbito da coletividade |
| | | |
| | Coletividade | |

| | | |
|---|---|---|
| <i>Principais conceitos da EcoSol</i> | <i>Conceitos ajustados no âmbito da coletividade</i> | |
| <i>Conceitos conferidos no âmbito da coletividade</i> | <i>Aumento da clareza quanto a viabilidade prática dos conceitos</i> | |
| <i>Incubadora universitária de cooperativas populares</i> | <i>Adequar os conceitos da Economia Solidária com base nos conceitos utilizados pelos sócio-trabalhadores</i> | <i>Adequar os conceitos da Economia Solidária com base nos conceitos utilizados pelos sócio-trabalhadores</i> |
| <i>Coletividade</i> | <i>Aumento da probabilidade que os conceitos e conhecimentos sobre Economia Solidária tenham seu acesso e compreensão facilitada</i> | |
| | <i>Aumento da probabilidade que a prática econômico solidária da coletividade possa ser comunicada sem ruídos</i> | |
| <i>Empreendimentos econômicos solidários</i> | <i>Resultados finais garantidos</i> | |
| <i>Atividade do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Prática econômico solidária efetivada como forma alternativa de organização para o trabalho</i> | |
| <i>Objetivo do empreendimento econômico solidário</i> | <i>Prática econômico solidária efetivada como alternativa de trabalho, renda, formação e convivência social</i> | <i>Garantir resultados finais esperados da prática econômico solidária</i> |
| <i>Resultados finais pretendidos</i> | <i>Prática econômico solidária efetivada como modelo alternativo a lógica capitalista</i> | |
| <i>Incubadora universitária de cooperativas populares</i> | <i>Empreendimento econômico solidário solucionou ou está atendendo de modo eficaz as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores</i> | |

| | | | | |
|--|--|--|---|---|
| <p>Incubadora universitária de cooperativas populares</p> <p><i>Empreendimentos econômicos solidários</i></p> | <p><i>Propostas práticas de ação derivadas</i></p> <p><i>Prática econômico solidária efetivada como forma alternativa de organização para o trabalho</i></p> | <p><i>Prática econômico solidária efetivada como alternativa de trabalho, renda, formação e convivência social</i></p> | <p><i>Ações anteriormente realizadas pelas ITCs</i></p> | <p>Derivar propostas práticas de ação para empreendimento econômico solidário</p> <p>Derivar propostas práticas de ação</p> <p><i>Prática econômico solidária efetivada como modelo alternativo a lógica capitalista</i></p> <p><i>Empreendimento econômico solidário solucionou ou está atendendo de modo eficaz as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores</i></p> |
| <p>49</p> <p>“Nesse sentido, um outro tipo de ator social, em relação ao qual foram identificadas classes de comportamentos desejáveis, é consumidor de produtos e serviços que, por meio de suas escolhas, pode atuar como favorecedor ou desfavorecedor da existência das características e da viabilidade da Economia Solidária” (Cortegoso, 2007, p.263)</p> | <p>Descrição comportamento já realizada dos atores sociais</p> <p><i>Classes de comportamentos identificados em relação a consumo</i></p> <p>Possíveis consumidores de produtos e serviços</p> | <p>Escolher serviço a ser consumido</p> | <p>Serviço a ser consumido escolhido</p> <p><i>Aumento da probabilidade que o consumo incentive a continuidade da prática econômico solidária do empreendimento</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade do consumidor do serviço continue a incentivar a prática econômico solidária</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar</i></p> | <p>Escolher serviço ofertado pelo empreendimento econômico solidário a ser consumido</p> |

| | | | |
|---|---|---|--|
| Descrição comportamento já realizada dos atores sociais | <i>Produto a ser consumido escolhido</i> | | |
| <i>Classes de comportamentos identificados em relação a consumo</i> | <i>Aumento da probabilidade que o consumo incentive a continuidade da prática econômico solidária do empreendimento</i> | | <i>Escolher produto ofertado pelo empreendimento econômico solidário a ser consumido</i> |
| Possíveis consumidores de produtos e serviços | <i>Escolher produto a ser consumido</i> | | <i>Aumento da clareza quanto a efetividade e qualidade dos produtos ofertados</i> |
| | | | <i>Aumento da probabilidade do consumidor do produto continue a incentivar a prática econômico solidária</i> |
| | | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar</i> |
| 50 | | | |
| “Diante de: necessidades efetivas de consumo, diferentes tipos de produtos disponíveis para consumo em relação ao potencial de geração de resíduos, produtos gerados com diferentes graus de aproveitamento de resíduos no processo de produção e de respeito ao homem, características dos produtores ou prestadores de serviços, quanto à condição social, tipo de organização para | Necessidades efetivas de consumo | | <i>Necessidades próprias, familiares e de grupo promovidas</i> |
| | Diferentes tipos de produtos disponíveis para consumo em relação ao potencial de geração de resíduos | Prover necessidades próprias, familiares ou de grupos | Aumento da probabilidade que as necessidades de consumos sejam satisfeitas |
| | | Prover necessidades próprias, familiares ou de grupos | Geração de benefícios para segmentos excluídos, preferencialmente os organizados para geração de renda |

| | | |
|---|--|---|
| <p>o trabalho e benefícios para os indivíduos envolvidos, recursos disponíveis para a obtenção dos produtos, conhecimento existente sobre as possibilidades de aproveitamento de resíduos e de redução na produção de resíduos. Prover necessidades próprias, familiares ou de grupos. Resultados, produtos ou efeitos esperados: necessidades de consumos satisfeitas, benefícios para segmentos excluídos, preferencialmente os organizados para geração de renda, menor gasto possível de recursos próprios e ambientais, ausência de resíduos ou mínimo de resíduos gerados pelo consumo, resíduos inevitáveis produzidos com maior potencial de aproveitamento, uso máximo de produtos gerados a partir do aproveitamento de outros” (Cortegoso, 2007, p.263).</p> | <p>Produtos gerados com diferentes graus de aproveitamento de resíduos no processo de produção e de respeito ao homem</p> <p>Características dos produtores ou prestadores de serviços, quanto à condição social, tipo de organização para o trabalho e benefícios para os indivíduos envolvidos</p> <p>Recursos disponíveis para a obtenção dos produtos</p> <p>Conhecimento existente sobre as possibilidades de aproveitamento de resíduos e de redução na produção de resíduos</p> | <p><i>Aumento da probabilidade, a partir do uso consciente de produtos e processos de produção da prática econômico solidária, a promoção de necessidades incentive o menor gasto possível de recursos próprios e ambientais</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade, a partir do uso consciente de produtos e processos de produção da prática econômico solidária, a promoção de necessidades incentive a ausência de resíduos ou mínimo de resíduos gerados pelo consumo</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade que os resíduos inevitáveis sejam produzidos com maior potencial de aproveitamento</i></p> <p><i>Aumento da probabilidade de se utilizar o máximo dos produtos gerados a partir do aproveitamento de outros</i></p> <p><i>Produto ou serviço consumido de maneira ética</i></p> <p>Consumir de maneira ética</p> <p>Aumento da probabilidade de consumo ético propagado</p> <p>Valor das consequências imediatas de consumo superadas</p> |
| <p>51</p> <p>“São indicados, ainda, os fatores do ambiente que, decorrentes da ação de consumir e como efeitos de longo prazo dessa ação, caracterizam esse consumo ético, responsável e solidário, podendo ser esperado que tais resultados, produtos e</p> | <p>Diferentes tipos de consumo</p> <p>Tipos de consumo estimulados pela sociedade de natureza capitalista</p> <p><i>Produtos e/ou serviços ofertados</i></p> | <p>Consumir produto ou serviço de maneira ética</p> |

| | | | | |
|---|---|---|--|---|
| <p>efeitos venham a influir na probabilidade de manutenção desse comportamento no futuro, de modo, inclusive, a superar o valor das consequências imediatas do consumir. Deve-se considerar, especialmente, com muita frequência, que tais consequências imediatas apenas possam manter comportamentos que são, a longo prazo, danosos para a própria vida, o que é muito evidente como resultado de padrões de consumo estimulados pela sociedade de natureza capitalista” (Cortegoso, 2007, p.264)</p> | Diferentes tipos de consumo | | <i>Produto ou serviço consumido de maneira responsável</i> | |
| | Tipos de consumo estimulados pela sociedade de natureza capitalista | Consumir de maneira responsável | Aumento da probabilidade de consumo responsável | Consumir produto ou serviço de maneira responsável |
| | <i>Produtos e/ou serviços ofertados</i> | | Valor das consequências imediatas de consumo superadas | |
| | Diferentes tipos de consumo | | <i>Produto ou serviço consumido de maneira solidária</i> | |
| | Tipos de consumo estimulados pela sociedade de natureza capitalista | Consumir de maneira solidária | Aumento da probabilidade de consumo solidário | Consumir produto ou serviço de maneira solidária |
| <p>52</p> <p>“A descrição de comportamentos humanos ou organizacionais como relações entre o que faz um organismo e o ambiente em que a ação ocorre corresponde a uma estratégia, entre outras possíveis, para a operacionalização de princípios que constituem referencial para todos os indivíduos e organizações que se comprometem com a Economia Solidária. Esse estratégia apresenta, como benefícios importantes, a possibilidade de construção coletiva, a objetividade que torna possível avaliar os impactos efetivamente alcançados com a apresentação dessas classes de comportamentos para os resultados pretendidos e, talvez fundamentalmente, avaliar a crescente visibilidade sobre o papel do fazer humano, individual e</p> | <i>Produtos e/ou serviços ofertados</i> | | Valor das consequências imediatas de consumo superadas | |
| | <i>Princípios da Economia Solidária</i> | | <i>Comportamentos humanos no contexto da Economia Solidária descritos</i> | |
| | <i>Ações de construção coletiva dos membros sobre a prática econômico solidária</i> | Descrever comportamentos humanos <i>no contexto da Economia Solidária</i> | <i>Aumento da clareza quanto aos princípios da Economia Solidária que constituem referencial para todos os indivíduos que se comprometem com a prática econômico solidária operacionalizados</i> | Descrever comportamentos humanos <i>no contexto da Economia Solidária</i> |
| | | | <i>Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária</i> | |
| | | Descrever comportamentos organizacionais <i>no contexto da Economia Solidária</i> | <i>Comportamentos organizacionais no contexto da Economia Solidária descritos</i> | Descrever comportamentos organizacionais <i>no contexto da Economia Solidária</i> |
| | | | | |
| <i>Princípios da Economia Solidária</i> | | Descrever comportamentos organizacionais <i>no contexto da Economia Solidária</i> | <i>Comportamentos organizacionais no contexto da Economia Solidária descritos</i> | Descrever comportamentos organizacionais <i>no contexto da Economia Solidária</i> |

coletivo, para a produção das mudanças necessárias destinadas à construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, e compreender que essa sociedade que se deseja mudar, por não atender às necessidades, mesmo básicas, de grande parte da humanidade é, também ela, resultado de condutas humanas de muitas gerações, mantidas por nossa própria conduta ao decidir que conhecimento produzir e a quem torna-lo acessível” (Cortegoso, 2007, p.264)

Ações de construção coletiva dos membros sobre a prática econômico solidária

Auxílio na construção de princípios operacionalizados que constituem referencial para todos as organizações que se comprometem com a Economia Solidária

Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados para a Economia Solidária

Prática econômico solidária

Efetividade dos impactos causados pelos comportamentos constituintes da prática econômica solidária avaliada

Princípios da Economia Solidária

Ação de múltiplas gerações de sócio-trabalhadores e organizações

Avaliar a efetividade dos impactos causados pelos comportamentos constituintes da prática econômico solidária

Avaliar a efetividade dos impactos causados pelos comportamentos constituintes da prática econômico solidária

Comportamentos humanos e organizacionais no contexto da Economia Solidária descritos

Aumento da visibilidade sobre o papel do fazer humano, individual e coletivo, para a produção das mudanças necessárias destinadas à construção de uma sociedade mais justa e equilibrada

Aumento da probabilidade de compreender que a sociedade deseja mudar

Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar como alternativa a lógica capitalista

“As descrições de classes de comportamentos de alguns dos tipos de atores da Economia Solidária aqui apresentadas têm representado **avanço considerável na compreensão do papel de cada um desses atores**, ao menos no âmbito de uma equipe de trabalho que atua em uma **incubadora universitária de empreendimentos solidários**. O processo de construção dessas descrições, baseado na obtenção de informações, tornadas disponíveis em diferentes tipos de situações que fazem parte da rotina do grupo e outras eventualmente coletadas em situações especiais, na sua sistematização e no exame, pelo grupo, dos produtos dessas **sistematizações, tem permitido tornar públicas concepções e perspectivas diversas, por vezes contraditórias, em outras, complementares, em relação ao trabalho coletivo**. Tem possibilitado, ainda, um crescente reconhecimento de que a Economia Solidária é e será um produto daquilo que indivíduos e organizações forem capazes de produzir, por meio de sua interação com o contexto mais próximo e abrangente” (Cortegoso, 2007, p.264)

Classes de comportamentos dos atores da Economia Solidária descritas

Conhecimentos desenvolvidos, por indivíduos e organizações próximos e abrangentes da Economia Solidária, sobre a prática econômico solidária sistematizados

Sistematizar conhecimentos desenvolvidos, por indivíduos e organizações próximas e abrangentes da Economia Solidária, sobre a prática econômico solidária

Compreensão sobre o papel dos atores sociais para a prática econômico solidária

Sistematizar conhecimentos desenvolvidos, por indivíduos e organizações próximas e abrangentes da Economia Solidária, sobre a prática econômico solidária

Aumento da probabilidade de reconhecimento da Economia Solidária com um produto daquilo que indivíduos e organizações foram capazes de produzir

Prática econômico solidária efetivada como alternativa de trabalho, renda, formação e convivência social

Incubadora universitária de empreendimentos solidários

Indivíduos e organizações com o contexto mais próximo e abrangente da prática econômico solidária

Prática econômico solidária efetivada como modelo alternativo a lógica capitalista

Aumento da probabilidade do empreendimento econômico solidário solucionar ou está atendendo de modo eficaz as necessidades sociais e dos sócio-trabalhadores

APÊNDICE III
RESULTADOS: CLASSES DE COMPORTAMENTOS IDENTIFICADAS POR MEIO DO PROCESSO DE DECOMPOSIÇÃO

| Classe de estímulos antecedentes | Classe de respostas | Classe de estímulos consequentes | Classe de comportamentos |
|---|--|--|--|
| Organizações independentes do contexto conceituadas | | Características básicas de organizações identificadas | |
| Organizações econômico-solidárias | Identificar características básicas de organizações | Aumento da probabilidade de diferenciar a prática econômico-solidária da prática capitalista | Identificar características básicas de organizações |
| Organizações não econômico-solidárias | | Aumento da probabilidade de se efetivar a prática econômico-solidária | |
| Características de organizações, econômico-solidárias ou não, identificadas | | Prática econômico-solidária diferenciada da prática capitalista | |
| Princípios da EcoSol identificados | Diferenciar a prática econômico-solidária da prática capitalista | Aumento da probabilidade de identificar a EcoSol como movimento social | Diferenciar a prática econômico-solidária da prática capitalista |
| Prática capitalista | | Aumento da probabilidade de se efetivar a prática econômico-solidária | |
| Prática econômico-solidária | | | |
| Economia Solidária | Conceituar solidariedade como um dos princípios da EcoSol | Solidariedade conceituada como um dos princípios da EcoSol | Conceituar solidariedade como um dos princípios da EcoSol |

Fontes de informação sobre EcoSol

Aumento da probabilidade de indentificar os princípios da EcoSol

Indicativo de ações solidárias

Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados

| | | |
|-----------------------------------|--|---|
| Economia Solidária | Associativismo conceituado como um dos princípios da EcoSol | Associativismo conceituado como um dos princípios da EcoSol |
| Fontes de informação sobre EcoSol | Conceituar associativismo como um dos princípios da EcoSol | Conceituar associativismo como um dos princípios da EcoSol |
| Indicativos de associativismo | Aumento da probabilidade de indentificar os princípios da EcoSol | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados |
| Economia Solidária | Cooperação conceituada como um dos princípios da EcoSol | Cooperação conceituada como um dos princípios da EcoSol |
| Fontes de informação sobre EcoSol | Conceituar cooperação como um dos princípios da EcoSol | Conceituar cooperação como um dos princípios da EcoSol |

| | | | |
|--|---|---|--|
| Indicativos de cooperação | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados | | |
| Economia Solidária | Autogestão conceituada como um dos princípios da EcoSol | | |
| Fontes de informação sobre EcoSol | Conceituar autogestão como um dos princípios da EcoSol | Aumento da probabilidade de indentificar os princípios da EcoSol | Conceituar autogestão como um dos princípios da EcoSol |
| Indicativos de autogestão | | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Prática econômico-solidária identificada | Prática da EcoSol apropriadamente descrita | | |
| Conjunto de atuações que contribuem para a prática econômico-solidária identificadas | Descrever apropriadamente a prática da EcoSol | Aumento da probabilidade de descrever apropriadamente aspectos "gerais" da EcoSol | Descrever apropriadamente a prática da EcoSol |
| | | Aumento da probabilidade de se efetivar a prática econômico-solidária | |

| | | |
|--|--|--|
| Prática da EcoSol apropriadamente descrita | Aspectos da EcoSol apropriadamente descritos | |
| Fenômenos da EcoSol apropriadamente descritos | <p>Descrever apropriadamente aspectos da EcoSol</p> <p>Aumento da probabilidade de identificar a EcoSol como movimento social</p> <p>Aumento da probabilidade de se efetivar a prática econômico-solidária</p> | Descrever apropriadamente aspectos da EcoSol |
| Fontes de informação sobre tipos de democracia | Democracia radical conceituada | |
| Diferentes práticas democráticas | Aumento da probabilidade de identificar prática de democracia radical | |
| | Conceituar democracia radical | Conceituar democracia radical |
| Indicativos de processo de tomada de decisão | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar a partir de um processo de tomada de decisão mais horizontal e igualitário | |
| Fontes de informação sobre tipos de democracia | Democracia participativa conceituada | |
| Diferentes práticas democráticas | Aumento da probabilidade de identificar prática de democracia participativa | Conceituar democracia participativa |

| | | | |
|--|--|--|---|
| Indicativos de processo de tomada de decisão | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar a partir de um processo de tomada de decisão mais horizontal e igualitário | | |
| Democracia conceituada | Prática democrática identificada | | |
| Relações estabelecidas na EcoSol | Aumento da probabilidade de diferenciar os tipos de democracia | | |
| Indicativos de processo de tomada de decisão | Identificar prática democrática | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar a partir de um processo de tomada de decisão mais horizontal e igualitário | |
| Controle democrático conceituado | Identificar controle democrático exercido | Controle democrático exercido identificado | Identificar controle democrático exercido |
| Relações estabelecidas na EcoSol | Aumento da probabilidade de diferenciar os tipos de democracia | | |

| | | | |
|--|--|--|---|
| Indicativos de processo de tomada de decisão | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar a partir de um processo de tomada de decisão mais horizontal e igualitário | | |
| Democracia radical conceituada | Prática de democracia radical identificada | | |
| Relações estabelecidas na EcoSol | Aumento da probabilidade de diferenciar os tipos de democracia | | Identificar prática de democracia radical |
| Indicativos de processo de tomada de decisão | Identificar prática de democracia radical | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar a partir de um processo de tomada de decisão mais horizontal e igualitário | |
| Democracia participativa conceituada | Prática de democracia participativa identificada | | Identificar prática de democracia participativa |
| Relações estabelecidas na EcoSol | Identificar prática de democracia participativa | Aumento da probabilidade de diferenciar os tipos de democracia | |

| | | | |
|---|--|---|---|
| Indicativos de processo de tomada de decisão | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar a partir de um processo de tomada de decisão mais horizontal e igualitário | | |
| Fontes de informação | Pontos relevantes da trajetória da EcoSol no Brasil identificados | | |
| Economia Solidária | Identificar pontos relevantes da trajetória da EcoSol no Brasil | Aumento da probabilidade de identificar a influência da história na prática econômico-solidária atual | Identificar pontos relevantes da trajetória da EcoSol no Brasil |
| Pontos relevantes da trajetória da EcoSol no Brasil identificados | Aumento da probabilidade de se efetivar a prática econômico-solidária | | |
| Fontes de informação | Influência histórica na prática econômico-solidária atual identificada | | |
| Economia Solidária | Identificar a influência da história na prática econômico-solidária atual | Aumento da probabilidade de avaliar o desenvolvimento histórico dos EES no Brasil | Identificar a influência da história na prática econômico-solidária atual |
| | Aumento da probabilidade de se efetivar a prática econômico-solidária | | |

| | | |
|---|---|---|
| Pontos relevantes da trajetória do cooperativismo no Brasil identificados | Influência da histórica do cooperativismos na prática das cooperativas atuais identificadas | |
| Fontes de Informação | Identificar influência da história do cooperativismo na prática das cooperativas atuais | Identificar influência da história do cooperativismo na prática das cooperativas atuais |
| Economia Solidária Cooperativismo | Aumento da probabilidade de avaliar o desenvolvimento histórico do cooperativismo no Brasil Aumento da probabilidade do cooperativismo se efetivar dentro da prática econômico-solidária | |
| Influência da histórica do cooperativismos na prática das cooperativas atuais | Desenvolvimento histórico do cooperativismo do Brasil avaliado | |
| Fontes de Informação | Avaliar o desenvolvimento histórico do cooperativismo no Brasil | Avaliar o desenvolvimento histórico do cooperativismo no Brasil |
| Economia Solidária Cooperativismo | Aumento da probabilidade de caracterizar o desenvolvimento histórico da EcoSol Aumento da probabilidade do cooperativismo se efetivar dentro da prática econômico-solidária | |
| Desenvolvimento histórico dos EES no Brasil avaliado | Desenvolvimento histórico da EcoSol caracterizado | |
| Desenvolvimento histórico do cooperativismo do Brasil avaliado | Aumento da probabilidade de utilizar o conhecimento disponível de modo criativo | Caracterizar o desenvolvimento histórico da EcoSol |

| | | | |
|--|---|--|---|
| Economia Solidária | | Aumento da probabilidade de se efetivar a prática econômico-solidária | |
| Materiais disponíveis na SENAES identificados | Materiais disponíveis na SENAES avaliados | | |
| Características essenciais de EES identificadas de acordo com a SENAES | Avaliar materiais disponíveis na SENAES | Aumento da probabilidade de identificar fontes de informação sobre a EcoSol no Brasil | Avaliar materiais disponíveis na SENAES |
| Fontes de informação | | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme o que é teoricamente estipulado | |
| Cataterísticas essenciais de EES identificadas de acordo com o FBES | | Informações disponíveis no FBES avaliadas | |
| Fontes de Informação | Avaliar informações disponíveis na FBES | Aumento da probabilidade de identificar fontes de informação sobre a EcoSol no Brasil | Avaliar informações disponíveis na FBES |
| | | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme o que é teoricamente estipulado | |

| | | |
|---|--|--|
| Instituições de fomento da EcoSol identificadas | Conhecimento disponível sobre EcoSol identificado em outras instituições de fomento | Identificar conhecimento disponível sobre EcoSol em outras instituições de fomento |
| Fontes de informação | Aumento da probabilidade de avaliar conhecimento disponível sobre EcoSol em outras instituições de fomento | |
| Economia Solidária | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme o que é teoricamente estipulado | |
| Conhecimento disponível sobre EcoSol identificado em outras instituições de fomento | Conhecimento disponível sobre EcoSol em outras instituições de fomento avaliado | |
| Instituições de fomento da EcoSol identificadas | Avaliar conhecimento disponível sobre EcoSol em outras instituições de fomento | Avaliar conhecimento disponível sobre EcoSol em outras instituições de fomento |
| Economia Solidária | Aumento da probabilidade de identificar conhecimento disponível sobre EcoSol | |
| | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme o que é teoricamente estipulado | |
| Conhecimento disponível sobre EcoSol nas ITCP's identificado | Avaliar conhecimento disponível sobre EcoSol nas ITCP's | Avaliar conhecimento disponível sobre EcoSol nas ITCP's |

| | | |
|------------------------------------|--|---|
| Conhecimento universitário | Aumento da probabilidade de identificar conhecimento disponível sobre EcoSol | |
| Economia Solidária | Aumento da probabilidade da prática econômico solidária se efetivar conforme o que é teoricamente estipulado | |
| Economia Solidária | Conceitos utilizados na prática econômico-solidária identificados com base na descrição da coletividade | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de conceituar conceitos utilizados na prática econômico-solidária com base na descrição da coletividade | Identificar conceitos utilizados na prática econômico-solidária com base na descrição da coletividade |
| Coletividade que compõem a EcoSol | Diminui a probabilidade de divergências entre teoria e prática da EcoSol | |
| | Aumento da probabilidade de se efetivar a prática econômico-solidária | |
| Economia Solidária | Conceitos utilizados na prática econômico-solidária conceituados com base na descrição da coletividade | Conceituar conceitos utilizados na prática econômico-solidária com base na descrição da coletividade |

| | |
|------------------------------------|--|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de avaliar a correspondência entre a conceitualização realizada com base em materiais teóricos e a realizada com base na descrição da coletividade |
| Coletividade que compõem a EcoSol | <p>Diminui a probabilidade de divergências entre teoria e prática da EcoSol</p> <p>Aumento da probabilidade de se efetivar a prática econômico-solidária</p> |
| Economia Solidária | Conceitos utilizados na prática econômico-solidária identificados com base em materiais teóricos |
| Empreendimento econômico-solidário | <p>Identificar conceitos utilizados na prática econômico-solidária com base em materiais teóricos</p> <p>Aumento da probabilidade de conceituar conceitos utilizados na prática econômico-solidária com base em materiais teóricos</p> |
| Fontes de Informação | Diminui a probabilidade de divergências entre teoria e prática da EcoSol |

Aumento da probabilidade de se efetivar a prática econômico-solidária

Conceitos utilizados na prática econômico-solidária identificados com base em materiais teóricos

Conceitos utilizados na prática econômico-solidária conceituados com base em materiais teóricos

Economia Solidária

Conceituar conceitos utilizados na prática econômico-solidária com base em materiais teóricos

Aumento da probabilidade de avaliar a correspondência entre a conceitualização realizada com base em materiais teóricos e a realizada com base na descrição da coletividade

Conceituar conceitos utilizados na prática econômico-solidária com base em materiais teóricos

Empreendimento econômico-solidário

Diminui a probabilidade de divergências entre teoria e prática da EcoSol

Fontes de Informação

Aumento da probabilidade de se efetivar a prática econômico-solidária

Conceitos utilizados na prática econômico-solidária conceituados com base na descrição da coletividade

Avaliar correspondência entre conceitualização realizada com base em materiais teóricos e a realizada com base na descrição da coletividade

Correspondência entre conceitualização realizada com base em materiais teóricos e a realizada com base na descrição da coletividade avaliada

Avaliar correspondência entre conceitualização realizada com base em materiais teóricos e a realizada com base na descrição da coletividade

| | |
|---|--|
| Conceitos utilizados na prática econômico-solidária conceituados com base em materiais teóricos | Aumento da probabilidade de conferir conceitos da EcoSol no âmbito da coletividade |
| Economia Solidária | Dimui a probabilidade de divergências entre teoria e prática da EcoSol |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de se efetivar a prática econômico-solidária |
| Ações da coletividade | Comportamento conceituado |
| Fontes de informação | <p>Aumento da probabilidade de identificar especificidades do conceito de comportamento</p> <p>Aumento da probabilidade de se aplicar o conceito de comportamento para aprimorar a prática econômico-solidária</p> |
| Ações de organizações | <p>Identificar especificidades do conceito de comportamento organizacional</p> <p>Identificar especificidades do conceito de comportamento organizacional</p> |
| Ações de EES | <p>Especificidades do conceito de comportamento organizacional identificadas</p> <p>Aumento da probabilidade de descrever a prática econômico-solidária de modo comportamental</p> |

| | | |
|---|--|-----------------------------|
| Comportamento organizacional conceituado | Aumento da probabilidade de se aplicar o conceito de comportamento organizacional para aprimorar a prática econômico-solidária | |
| Fontes de informação | Metacontingência conceituada | |
| Comportamento conceituado | Aumento da probabilidade de identificar aplicabilidade do conceito de metacontingência | Conceituar metacontingência |
| | Aumento da probabilidade de se aplicar o conceito de metacontingência para aprimorar a prática econômico-solidária | |
| Aplicabilidade do conceito de metacontingência identificada | Metacontingências descritas | |
| Prática econômico-solidária | Descrever metacontingências | Descrever metacontingência |
| | Aumento da clareza quanto as metacontingências que envolvem a prática econômico-solidária | |
| | Aumento da probabilidade de descrever práticas culturais entrelaçadas por meio do conceito de metacontingências | |

Aumento da probabilidade de se aplicar o conceito de metacontingência para aprimorar a prática econômico-solidária

| | | |
|--|--|--|
| Comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a existência de características da EcoSol descritos | Comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a prática econômico-solidária identificados | |
| Comportamentos de outros indivíduos que contribuem para outros indivíduos para a existência dos próprios EES descritos | Aumento da probabilidade de identificar classes de comportamentos gerais relevantes para a prática econômico-solidária | Identificar os comportamentos de outros indivíduos que contribuem para a prática econômico-solidária |
| Conceito de comportamento | Aumento da clareza quanto as relações comportamentais que se estabelecem na prática econômico-solidária | |
| Comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência de características da EcoSol descritos | Comportamentos de outras organizações que contribuem para a prática econômico-solidária identificados | Identificar os comportamentos de outras organizações que contribuem para a prática econômico-solidária |

| | | |
|---|--|--|
| Comportamentos de outras organizações que contribuem para a existência dos próprios EES descritos | Aumento da probabilidade de identificar classes de comportamentos gerais relevantes para a prática econômico-solidária | |
| Conceito de comportamento | Aumento da clareza quanto as relações comportamentais que se estabelecem na prática econômico-solidária | |
| Associações identificadas como EES | Características que compõem uma associação identificadas | Identificar características que compõem uma associação |
| Economia Solidária | Aumento da probabilidade de identificar os tipos de EES | |
| Membros do EES | Aumento da probabilidade de escolher tipo de EES condizente com a proposta dos membros | |
| Economia Solidária | Grupo informal conceituado como um EES | |
| Fontes de Informação | Aumento da probabilidade de identificar grupo informal como EES | Conceituar grupo informal como um EES |
| Grupos informais | Aumento da probabilidade de escolher tipo de EES condizente com a proposta dos membros | |

| | | |
|---|--|---|
| Grupo informal conceituado como um EES | Grupo informal identificado como um EES | |
| Economia Solidária | Identificar grupo informal como um EES | Identificar grupo informal como um EES |
| Membros do EES | | |
| | Aumento da probabilidade de identificar características que compõem um grupo informal | |
| | Aumento da probabilidade de escolher tipo de EES condizente com a proposta dos membros | |
| Grupo informal identificado como um EES | Características que compõem um grupo informal identificadas | |
| Economia Solidária | Identificar características que compõem um grupo informal | Identificar características que compõem um grupo informal |
| Membros do EES | | |
| | Aumento da probabilidade de identificar tipos de EES | |
| | Aumento da probabilidade de escolher tipo de EES condizente com a proposta dos membros | |
| Economia Solidária | Sociedade mercantil conceituada como um EES | |
| Fontes de Informação | Conceituar sociedade mercantil como um EES | Conceituar sociedade mercantil como um EES |
| | Aumento da probabilidade de identificar sociedade mercantil como um EES | |

| | | |
|---|--|--|
| Sociedade Mercantil | Aumento da probabilidade de escolher tipo de EES condizente com a proposta dos membros | |
| Sociedade mercantil conceituada como um EES | Sociedade mercantil identificada como um EES | |
| Economia Solidária | Identificar sociedade mercantil como um EES | Identificar sociedade mercantil como um EES |
| Membros do EES | Aumento da probabilidade de escolher tipo de EES condizente com a proposta dos membros | |
| Sociedade mercantil identificada como um EES | Características que compõem uma sociedade mercantil identificadas | |
| Economia Solidária | Identificar características que compõem uma sociedade mercantil | Identificar características que compõem uma sociedade mercantil |
| Membros do EES | Aumento da probabilidade de escolher tipo de EES condizente com a proposta dos membros | |
| Organização de finanças solidárias identificada como um EES | Identificar características que compõem uma organização de finanças solidárias | Identificar características que compõem uma organização de finanças solidárias |

| | | | |
|--|--|--|---|
| Economia Solidária | Aumento da probabilidade de identificar os tipos de EES | | |
| Membros do EES | Aumento da probabilidade de escolher tipo de EES condizente com a proposta dos membros | | |
| Empresa autogestionária identificada como um EES | Características que compõem uma empresa autogestionária identificadas | | |
| Economia Solidária | Identificar características que compõem uma empresa autogestionária | Aumento da probabilidade de identificar os tipos de EES | Identificar características que compõem uma empresa autogestionária |
| Membros do EES | | Aumento da probabilidade de escolher tipo de EES condizente com a proposta dos membros | |
| Grupo de troca identificado como um EES | | Características que compõem um grupo de troca identificadas | |
| Economia Solidária | Identificar características que compõem um grupo de troca | Aumento da probabilidade de identificar os tipos de EES | Identificar características que compõem um grupo de troca |
| Membros do EES | | Aumento da probabilidade de escolher tipo de EES condizente com a proposta dos membros | |
| Redes de EES identificadas | Identificar características que compõem as redes de EES | Características que compõem as redes de EES identificadas | Identificar características que compõem as redes de EES |

| | | | |
|---|--|--|---|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de caracterizar a situação na qual o EES está envolvido | | |
| Economia Solidária | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar em grande escala | | |
| Características das organizações de trabalho existentes na EcoSol identificadas | Tipos de organização de trabalho existentes na EcoSol distinguidos | | |
| Economia Solidária | Distingui tipos de organização de trabalho existentes na EcoSol | Aumento da probabilidade de caracterizar a situação na qual o EES está envolvido | Distingui tipos de organização de trabalho existentes na EcoSol |
| Empreendimento econômico-solidário | | Aumento da probabilidade do empreendimento econômico-solidário possuir uma organização de trabalho mais adequado para a comunidade que o compõem | |
| Empreendimento econômico-solidário | Formas de EES identificadas | | |
| Sócio-trabalhador | Identificar formas de EES | Aumento da probabilidade de identificar as características das formas de EES | Identificar formas de EES |

| Fontes de Informação | | | | |
|--|--|--|--|--|
| Aumento da probabilidade de escolher forma de EES condizente com a proposta dos membros | | | | |
| Características das formas de EES identificadas | | | | |
| Identificar características das formas de EES | | | | |
| Aumento da probabilidade de diferenciar as formas de EES | | | | |
| Aumento da probabilidade de escolher forma de EES condizente com a proposta dos membros | | | | |
| Atividades econômicas de distribuição identificadas | | | | |
| Aumento da probabilidade de diferenciar tipos de atividade econômica (produção, consumo, poupança, crédito etc.) | | | | |
| Aumento da probabilidade do EES estabelecer atividades econômicas conforme os princípios da Economia Solidária | | | | |
| Identificar atividades econômicas de distribuição | | | | |
| Identificar atividades econômicas de distribuição | | | | |
| Aumento da probabilidade do EES estabelecer atividades econômicas conforme os princípios da Economia Solidária | | | | |
| Identificar atividades econômicas de poupança | | | | |
| Atividades econômicas de poupança identificadas | | | | |
| Identificar atividades econômicas de poupança | | | | |

Sócio-trabalhador

Aumento da probabilidade de diferenciar tipos de atividade econômica (produção, consumo, poupança, crédito etc.)

Economia Solidária

Aumento da probabilidade do EES estabelecer atividades econômicas conforme os princípios da Economia Solidária

| | | | |
|------------------------------------|--|---|---|
| Empreendimento econômico-solidário | Atividades econômicas de crédito identificadas | | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de diferenciar tipos de atividade econômica (produção, consumo, poupança, crédito etc.) | Identificar atividades econômicas de crédito | Identificar atividades econômicas de crédito |
| Economia Solidária | Aumento da probabilidade do EES estabelecer atividades econômicas conforme os princípios da Economia Solidária | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar atividades econômicas de produção | Atividades econômicas de produção identificadas | Identificar atividades econômicas de produção |

Sócio-trabalhador

Aumento da probabilidade de diferenciar tipos de atividade econômica (produção, consumo, poupança, crédito etc.)

Economia Solidária

Aumento da probabilidade do EES estabelecer atividades econômicas conforme os princípios da Economia Solidária

| | | | | |
|------------------------------------|--|---|--|---|
| Empreendimento econômico-solidário | Atividades econômicas de consumo identificadas | Identificar atividades econômicas de consumo | Identificar situação na qual o EES está envolvido | Identificar situação na qual o EES está envolvido |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de diferenciar tipos de atividade econômica (produção, consumo, poupança, crédito etc.) | Identificar atividades econômicas de consumo | Situação na qual o EES está envolvida identificada | Identificar situação na qual o EES está envolvido |
| Economia Solidária | Aumento da probabilidade do EES estabelecer atividades econômicas conforme os princípios da Economia Solidária | Identificar atividades econômicas de consumo | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar atividades econômicas de consumo | Identificar situação na qual o EES está envolvido | Identificar situação na qual o EES está envolvido | Identificar situação na qual o EES está envolvido |

Aumento da probabilidade de caracterizar a situação na qual o EES está envolvido

Aumento da probabilidade de planejar EES correspondente ao contexto que ele se insere

Comunidade

| | | | |
|---|--|--|--|
| Ofertas de produtos disponíveis em relação às necessidades identificadas caracterizados | Possibilidade de oferta de produto identificada | Identificar possibilidade de oferta de produto | Identificar possibilidade de oferta de produto |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de escolher produto ofertado pelo EES a ser consumido | | |
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade do EES atender as necessidades sociais | | |
| Ofertas de serviços disponíveis em relação às necessidades identificadas caracterizados | Possibilidade de oferta de serviço identificada | Identificar possibilidade de oferta de serviço | Identificar possibilidade de oferta de serviço |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de escolher serviço ofertado pelo EES a ser consumido | | |
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade do EES atender as necessidades sociais | | |

| | | |
|---|--|--|
| Empreendimento econômico-solidário | Fontes de informação sobre outros EES identificadas | |
| Necessidades sociais | <p>Aumento da probabilidade de identificar recursos disponíveis para consultar as fontes de informação sobre outros EES que podem estar atuando em relação às necessidades sociais identificadas</p> <p>Identificar fontes de informações sobre outros EES</p> <p>Identificar fontes de informações sobre outros EES</p> | |
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade do EES atender as necessidades sociais sem concorrer com outros EES | |
| Necessidades sociais | Necessidades sociais identificadas atendidas | |
| Empreendimento econômico-solidário | <p>Aumento da probabilidade de identificar os compromissos assumidos pelo EES</p> <p>Atender necessidades sociais identificadas</p> | Atender necessidades sociais identificadas |
| Economia Solidária | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária | |
| Condições trabalhistas do EES identificadas | <p>Identificar possibilidades de atendimento as condições trabalhistas do EES</p> <p>Possibilidade de atendimento as condições trabalhistas do EES identificadas</p> | Identificar possibilidades de atendimento as condições trabalhistas do EES |

| | | | |
|---|---|--|--|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de se obter informações sobre aspectos burocráticos para constituir um EES | | |
| | Aumento da probabilidade de constituir um EES conforme as exigências legais e os princípios da EcoSol | | |
| Sócio-trabalhador | | | |
| Diferentes atores da EcoSol identificados | Contribuição dos diferentes atores da EcoSol para a prática econômico-solidária caracterizada | | |
| | Caracterizar a contribuição dos diferentes atores da EcoSol para a prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade de avaliar relevância dos atores sociais para a prática econômico-solidária | Caracterizar a contribuição dos diferentes atores da EcoSol para a prática econômico-solidária |
| Prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar de modo integrado com outros atores | | |
| Comunidade | Fóruns municipais de EcoSol identificados | Identificar fóruns municipais de EcoSol | |
| Ações governamentais | Aumento da probabilidade de identificar fóruns da EcoSol | Identificar fóruns municipais de EcoSol | |

| Prática econômico-solidária | | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar de modo integrado |
|--|--|---|
| Comunidade | | Fóruns estaduais de EcoSol identificados |
| Ações governamentais | Identificar fóruns estaduais de EcoSol | Aumento da probabilidade de identificar fóruns de EcoSol |
| Prática econômico-solidária | | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar de modo integrado |
| Fóruns de EcoSol identificados | | Contribuições da participação em fóruns de EcoSol caracterizados |
| Ações governamentais | Caracterizar contribuições da participação em fóruns de EcoSol | Aumento da probabilidade de definir políticas do EES |
| Comunidade | | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar de modo integrado |
| Meio de acesso (coletivo ou associado) a propriedade do EES identificado | | Meio de acesso coletivo e associado diferenciado |
| Sócio-trabalhador | Diferenciar meio de acesso coletivo e associado | Aumento da probabilidade de caracterizar as decorrências dos tipos de meio de acesso a propriedade do EES |
| | | Diferenciar meio de acesso coletivo e associado |

| | | | |
|--|---|---|---|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | | |
| Meio de acesso coletivo e associado diferenciado | Decorrências dos tipos de meio de acesso a propriedade do EES caracterizada | | |
| Sócio-trabalhador | Caracterizar as decorrências dos tipos de meio de acesso a propriedade do EES | Aumento da probabilidade de definir processo de tomada de decisão a ser adotado pelo EES | Caracterizar as decorrências dos tipos de meio de acesso a propriedade do EES |
| Empreendimento econômico-solidário | | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Necessidades sociais | Características que compõem um treinamento identificadas | | |
| Processo educativo | Identificar características que compõem um treinamento | Aumento da probabilidade de diferenciar “modelos” de treinamento, educação e formação | Identificar características que compõem um treinamento |

| | | | |
|----------------------|---|---|--|
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do EES ser um espaço de formação para os sócio-trabalhadores | | |
| Necessidades sociais | Características que compõem uma educação identificadas | | |
| Processo educativo | Identificar características que compõem uma educação | Aumento da probabilidade de diferenciar “modelos” de treinamento, educação e formação | Identificar características que compõem uma educação |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do EES ser um espaço de formação para os sócio-trabalhadores | | |
| Necessidades sociais | Características que compõem uma formação identificadas | | |
| Processo educativo | Identificar características que compõem uma formação | Aumento da probabilidade de diferenciar “modelos” de treinamento, educação e formação | Identificar características que compõem uma formação |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do EES ser um espaço de formação para os sócio-trabalhadores | | |

| | | |
|---|--|--|
| Características que compõem um treinamento, educação e formação identificadas | Modelos de treinamento, educação e formação diferenciados | |
| Processo educativo | <p>Aumento da probabilidade de identificar possibilidade de alteração do repertório comportamental dos membros do EES</p> <p>Diferenciar “modelos” de treinamento, educação e formação</p> | Diferenciar “modelos” de treinamento, educação e formação |
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade do EES ser um espaço de formação para os sócio-trabalhadores | |
| Modelos de treinamento, educação e formação diferenciados | Possibilidade de alteração do repertório comportamental dos membros dos EES identificadas | |
| Processo educativo | <p>Identificar possibilidade de alteração do repertório comportamental dos membros do EES</p> <p>Aumento da probabilidade de identificar meio mais adequado para realizar as adaptações necessárias no repertório comportamental dos membros dos EES</p> | Identificar possibilidade de alteração do repertório comportamental dos membros do EES |
| Necessidades sociais Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |

| | | |
|--|---|---|
| Empreendimento econômico-solidário | Meio mais adequado para realizar as adaptações necessárias no repertório comportamental dos membros do EES identificadas | |
| Sócio-trabalhador | Identificar meio mais adequado para realizar as adaptações necessárias no repertório comportamental dos membros dos EES | Identificar meio mais adequado para realizar as adaptações necessárias no repertório comportamental dos membros dos EES |
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade de definir processo de alteração do repertório comportamental dos membros do EES conforme “modelo” (treinamento, educação e/ou formação) mais adequado | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados |
| Meio mais adequado para realizar as adaptações necessárias no repertório comportamental dos membros do EES identificadas | Definir processo de alteração do repertório comportamental dos membros do EES conforme “modelo” (treinamento, educação e/ou formação) mais adequado | Processo de alteração do repertório comportamental dos membros do EES conforme “modelo” mais adequado definido |
| Meio mais adequado para realizar as adaptações necessárias no repertório comportamental dos membros do EES identificadas | Definir processo de alteração do repertório comportamental dos membros do EES conforme “modelo” (treinamento, educação e/ou formação) mais adequado | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Modelos de treinamento, educação e formação diferenciados | Aumento da probabilidade do EES cumprir com seu papel na sociedade | | |
| | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | | |
| Necessidades sociais | | | |
| | | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Equipamentos necessários para o trabalho no EES identificados | | |
| Sócio-trabalhador | Identificar equipamentos necessários para o trabalho no EES | Aumento da probabilidade de identificar necessidade de capacitar os sócio-trabalhadores para usar os equipamentos | Identificar equipamentos necessários para o trabalho no EES |
| Objetivo do EES | Aumento da probabilidade do EES atender as necessidades sociais | | |
| Equipamentos necessários para o trabalho no EES identificados | Identificar necessidade de capacitar os sócio-trabalhadores para usar os equipamentos | Necessidade de capacitar os sócio-trabalhadores para usar os equipamentos identificada | Identificar necessidade de capacitar os sócio-trabalhadores para usar os equipamentos |
| | | | |

| | | |
|---|---|---|
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de capacitar os sócio-trabalhadores para usar os equipamentos necessários para o trabalho no EES | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do EES atender as necessidades sociais | |
| Empreendimento econômico-solidário | Recursos necessários para o trabalho no EES identificados | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de identificar necessidade de capacitar os sócio-trabalhadores para usar os recursos disponíveis | Identificar recursos necessários para o trabalho no EES |
| Objetivo do EES | Aumento da probabilidade do EES atender as necessidades sociais | |
| Recursos necessários para o trabalho no EES identificados | Necessidade de capacitar os sócio-trabalhadores para usar os recursos disponíveis | Identificar necessidade de capacitar os sócio-trabalhadores para usar os recursos disponíveis |
| Sócio-trabalhador | Identificar necessidade de capacitar os sócio-trabalhadores para usar os recursos disponíveis | |

| Empreee | | | | |
|---------------------------|------------------------------------|---|---|--|
| Sócio-trabalhador | Empreendimento econômico-solidário | Identificar resultados obtidos pelo trabalho dos sócio-trabalhadores | Aumento da probabilidade do EES atender as necessidades sociais | |
| | | | Resultados obtidos pelo trabalho dos sócio-trabalhadores identificados | |
| | | | Aumento da probabilidade de distribuir os resultados do trabalho de maneira equitativa entre os sócio-trabalhadores | |
| | | | Aumento da probabilidade do EES atender as necessidades sociais | |
| Sócio-trabalhador | Empreendimento econômico-solidário | Identificar produtos ou serviços a serem consumidos pelos sócio-trabalhadores ou pelo EES | Produtos ou serviços a serem consumidos pelos sócio-trabalhadores ou pelo EES identificados | |
| | | | Aumento da probabilidade de consumir produto ou serviço | |
| | | | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária ser uma proposta diferente de consumo | |
| | | | Identificar produtos ou serviços a serem consumidos pelos sócio-trabalhadores ou pelo EES | |
| Necessidades sociais | | | | |
| Produto ou serviço do EES | | Identificar maneira ética de consumir um produto ou serviço | Maneira ética de consumir um produto ou serviço identificada | |
| | | | Identificar maneira ética de consumir um produto ou serviço | |

| | | | |
|------------------------------------|---|---|--|
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade consumir produto ou serviço de maneira ética | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária ser uma proposta diferente de consumo | | |
| Produto ou serviço do EES | Maneira responsável de consumir um produto ou serviço identificada | Identificar maneira responsável de consumir um produto ou serviço | |
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade de consumir produto ou serviço de maneira responsável | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária ser uma proposta diferente de consumo | | |
| Produto ou serviço do EES | Maneira solidária de consumir um produto ou serviço identificada | Identificar maneira solidária de consumir um produto ou serviço | |
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade de consumir produto ou serviços de maneira solidária | | |

| | | |
|---|---|--|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária ser uma proposta diferente de consumo | |
| Maneira ética, responsável e solidária de consumir um produto ou serviço identificada | Produto ou serviço consumido | |
| Produtos ou serviços a serem consumidos pelos sócio-trabalhadores ou pelo EES identificados | Aumento da probabilidade de cumprir os compromissos assumidos pelo EES | Consumir produto ou serviço |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Produto ou serviço consumido | Compromissos assumidos pelos EES cumpridos | Cumprir os compromissos assumidos pelo EES |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de identificar ações organizacionais desejáveis para EES | |

Necessidades sociais

Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados

| | | |
|------------------------------------|---|---|
| Fontes de Informação | Critérios já existentes para avaliar o trabalho dos EES identificados em fontes de informação | |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar em fontes de informação critérios já existentes para avaliar o trabalho dos EES | Identificar em fontes de informação critérios já existentes para avaliar o trabalho dos EES |
| | Aumento da probabilidade de identificar critérios já existentes para avaliar o trabalho que está sendo realizado pelo EES | |
| | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Atores sociais | Identificar com os atores sociais ritérios já existentes para avaliar o trabalho dos EES | Identificar com os atores sociais critérios já existentes para avaliar o trabalho dos EES |

Empreendimento econômico-
solidário

Aumento da probabilidade de
identificar critérios já existentes para
avaliar o trabalho que está sendo
realizado pelo EES

Aumento da probabilidade do EES
efetivar a prática econômico-solidária
conforme os princípios identificados

| | | |
|--|--|---|
| Instituições de fomento | Critérios já existentes para avaliar o trabalho do EES identificados com instituições de fomento | |
| Empreendimento econômico- solidário | <div>Identificar com instituições de fomento critérios já existentes para avaliar o trabalho que está sendo realizado pelo EES</div> <div>Aumento da probabilidade de identificar critérios já existentes para avaliar o trabalho que está sendo realizado pelo EES</div> <div>Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados</div> | Identificar com instituições de fomento critérios já existentes para avaliar o trabalho dos EES |

| | | |
|--|---|---|
| Critérios já existentes para avaliar o trabalho do EES identificados nas fontes de informação, com os atores sociais e instituições de fomento | Critérios já existentes para avaliar o trabalho que está sendo realizado pelo EES identificados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar critérios já existentes para avaliar o trabalho que está sendo realizado pelo EES | Identificar critérios já existentes para avaliar o trabalho que está sendo realizado pelo EES |
| | Aumento da probabilidade de propor critérios para avaliar o trabalho que está sendo realizado pelo EES | |
| | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |

| | | |
|---|---|--|
| Prática autogestionária | Características da prática autogestionária identificada | Identificar características da prática autogestionária |
| Organizações e empreendimentos não econômico-solidários | Aumento da probabilidade de identificar especificidades da prática autogestionária na EcoSol | |
| Organizações e empreendimentos econômico-solidários | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |

| | | |
|--|---|--|
| Características da prática autogestionária identificada | Especificidades da prática autogestionária na EcoSol identificadas | |
| Economia Solidária | <p>Aumento da probabilidade de praticar a autogestão como um dos principais compromissos do EES</p> <p>Identificar especificidades da prática autogestionária na EcoSol</p> | Identificar especificidades da prática autogestionária na EcoSol |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Veículos de comunicação possíveis para o EES identificados | Veículos de comunicação possíveis para o EES |
| Sócio-trabalhador | <p>Aumento da probabilidade de diferenciar as funções dos veículos de comunicação identificados</p> <p>Aumento da probabilidade de implementar relações interpessoais de acordo com os princípios da EcoSol</p> | Identificar veículos de comunicação possíveis para o EES |
| Veículos de comunicação possíveis para o EES identificados | <p>Diferenciar as funções dos veículos de comunicação identificados</p> <p>Diferenciar as funções dos veículos de comunicação identificados</p> | Diferenciar as funções dos veículos de comunicação identificados |

| | | |
|---|---|--|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de produzir veículos de comunicação entre os sócio-trabalhadores | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de implementar relações interpessoais de acordo com os princípios da EcoSol | |
| Empreendimento econômico-solidário | Situações nas quais os sócio-trabalhadores necessitam ser estimulados para expressar sua ideia/opinião para outros identificadas | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de identificar maneiras adequadas de estimular o sócio-trabalhador a expressar sua ideia/opinião para outros | Identificar situações nas quais os sócio-trabalhadores necessitam ser estimulados para expressar sua ideia/opinião para outros |
| Comunicação entre sócio-trabalhadores | Aumento da probabilidade de implementar relações interpessoais de acordo com os princípios da EcoSol | |
| Objetivos a serem atingidos com a comunicação dentro do EES identificados | Resultados objetivos com a comunicação estabelecida dentro do EES avaliados | Avaliar resultados objetivos com a comunicação estabelecida dentro do EES |

| | | |
|------------------------------------|---|---|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de promover comunicação entre os sócio-trabalhadores | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de implementar relações interpessoais de acordo com os princípios da EcoSol | |
| Empreendimento econômico-solidário | Redes de relação entre os sócio-trabalhadores estabelecidas | |
| Sócio-trabalhador | Estabelecer redes de relação entre os sócio-trabalhadores | Estabelecer redes de relação entre os sócio-trabalhadores |
| Rede de EES | Aumento da probabilidade de cooperar entre os sócio-trabalhadores | |
| | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Outros EES | Comportamentos anteriores apresentados por outros EES | Identificar comportamentos anteriores apresentados por outros EES |
| Relações estabelecidas na EcoSol | indicativos de cooperação identificados | |
| | Aumento da probabilidade de inserir EES em redes de relação com outros EES | |

| | | | |
|--|---|---|---|
| Princípios da EcoSol identificados | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | | |
| Empreendimento econômico- solidário | Possibilidade de relação da prática econômico-solidária com o mercado capitalista identificada | | |
| Prática econômico solidária | Identificar possibilidade de relação da prática econômico- olidária com o mercado capitalista | Aumento da probabilidade de inserir EES em redes de relação com o mercado capitalista | Identificar possibilidade de relação la prática econômico-solidária com o mercado capitalista |
| Mercado Capitalista | | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| EES inserido em redes de relação com o mercado capitalista | Avaliar impacto das relações com o mercado capitalista na prática econômico-solidária do EES | Impacto das relações com o mercado capitalista na prática econômico- solidária do EES avaliada | Avaliar impacto das relações com o mercado capitalista na prática econômico-solidária do EES |
| Mercado Capitalista | | Aumento da probabilidade de inserir EES no contexto mais amplo da EcoSol de forma consciente | |

| | | | |
|-----------------------------|---|--|---|
| Prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | | |
| Atores sociais | Aspectos a melhorar na comunicação entre os atores sociais da prática econômico-solidária identificadas | | |
| Prática econômico-solidária | Identificar aspectos a melhorar na comunicação entre os atores sociais da prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade de ampliar a compreensão mútua de todos os atores sociais envolvidos na prática econômico-solidária | Identificar aspectos a melhorar na comunicação entre os atores sociais da prática econômico-solidária |
| | | Aumento da probabilidade do EES efetivar o tipo de relações esperadas para a prática econômico-solidária | |
| Atores sociais | Identificar influência dos atores sociais na prática econômico-solidária | Influência dos atores sociais na prática econômico-solidária identificada | Identificar influência dos atores sociais na prática econômico-solidária |
| Prática econômico-solidária | | Aumento da probabilidade de avaliar influência dos atores sociais na prática econômico-solidária | |

| | | |
|---|--|--|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Influência dos atores sociais na prática econômico-solidária identificada | Influência dos atores sociais na prática econômico-solidária avaliada | |
| Empreendimento econômico-solidário | <p>Aumento da probabilidade de ampliar a influência mútua de todos os atores sociais dentro da prática econômico-solidária</p> <p>Avaliar influência dos atores sociais na prática econômico-solidária</p> | Avaliar influência dos atores sociais na prática econômico-solidária |
| Prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Cooperação entre EES e atores sociais estabelecida | |
| Atores sociais | Cooperar entre EES e atores sociais | Cooperar entre EES e atores sociais |
| | Aumento da probabilidade de inserir EES no contexto mais amplo da EcoSol de forma consciente | |

| | | | |
|--|---|--|---|
| Relações estabelecidas na EcoSol | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Presetação de serviços do EES identificada | | |
| Serviços do EES | Identificar prestação de serviços do EES | Aumento da probabilidade de identificar forma de apropriar-se da prestação de serviços do EES | Identificar prestação de serviços do EES |
| Necessidades sociais | | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Presetação de serviços do EES identificada | Identificar forma de apropriar-se da prestação de serviços do EES | Forma de apropriar-se da prestação de serviços do EES identificada | Identificar forma de apropriar-se da prestação de serviços do EES |
| Empreendimento econômico-solidário | | Aumento da probabilidade de apropriar-se coletivamente da prestação de serviços do EES | |

Necessidades sociais

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados

| | | |
|--|---|--|
| Empreendimento econômico-solidário | Meios de produção do EES identificadas | |
| Meios de produção do EES | <p>Aumento da probabilidade de identificar forma de apropriar-se dos meios de produção do EES</p> <p>Identificar meios de produção do EES</p> | Identificar meios de produção do EES |
| Necessidades sociais | <p>Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados</p> | |
| Meios de produção do EES identificadas | <p>Forma de apropriar-se dos meios de produção do EES identificada</p> <p>Identificar forma de apropriar-se dos meios de produção do EES</p> | Identificar forma de apropriar-se dos meios de produção do EES |
| Empreendimento econômico-solidário | <p>Aumento da probabilidade de apropriar-se coletivamente dos meios de produção do EES</p> | |

Necessidades sociais

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados

| | | |
|--|--|---|
| Forma de apropriar-se dos meios de produção do EES identificada | EES apropriado coletivamente | |
| Forma de apropriar-se da prestação de serviços do EES identificada | Aumento da probabilidade de identificar ações individuais desejáveis para o sócio-trabalhador | Apropriar-se coletivamente do EES |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Agências de Incubação | Agência de incubação identificada | |
| Instuições de fomento | Identificar agência de incubação | Identificar membros das agências de incubação |
| | | Identificar agência de incubação |

| | | | |
|--|--|--|---|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Possibilidades de atuação conjunta do EES com agência de incubação e seus membros identificada | Possibilidades de atuação conjunta do EES com agência de incubação e seus membros | Identificar possibilidades de atuação conjunta do EES com agência de incubação e seus membros |
| Agências de incubação e seus membros identificados | Identificar possibilidades de atuação conjunta do EES com agência de incubação e seus membros | Aumento da probabilidade de atuar de maneira articulada com cada um dos membros das agências de incubação | |
| Relações estabelecidas na EcoSol | | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Sócio-trabalhador | Possibilidade de livre adesão ao EES identificada | Possibilidade de livre adesão ao EES identificada | Identificar possibilidade de livre adesão ao EES |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar possibilidade de livre adesão ao EES | Aumento da probabilidade de aderir livremente o EES | |

| | | |
|---|--|---|
| Princípios da EcoSol identificados | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Sócio-trabalhador | Possibilidade de adesão voluntária ao EES identificada | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de aderir voluntariamente o EES | Identificar possibilidade de adesão voluntária ao EES |
| Princípios da EcoSol identificados | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Possibilidade de livre adesão ao EES identificada | EES aderido | |
| Possibilidade de adesão voluntária ao EES identificada | Aumento da probabilidade de identificar ações individuais desejáveis para o sócio-trabalhador | Aderir EES |
| Princípios da EcoSol identificados | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |

| | | |
|--|--|--|
| Empreendimento econômico-solidário | Atividades de trabalho previstas identificadas | Identificar atividades de trabalho previstas |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de identificar atividades | |
| Cargo/função no EES | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Atividades particulares identificadas | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de identificar atividades | Identificar atividades particulares |
| Necessidades pessoais | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Atividades de trabalho previstas identificadas | Atividades identificadas | |
| Atividades particulares identificadas | Aumento da probabilidade de avaliar pertinência e importância da(s) atividade(s) identificadas | Identificar atividades |
| Empreendimento econômico-solidário | | |

| | | |
|------------------------------------|--|--|
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Atividades identificadas | Pertinência e importância da(s) atividade(s) identificadas avaliada | |
| Sócio-trabalhador | Avaliar pertinência e importância da(s) atividade(s) identificadas | Avaliar pertinência e importância da(s) atividade(s) identificadas |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de rever expectativas individuais em função das expectativas coletivas | |
| | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Expectativas individuais identificadas | |
| Sócio-trabalhador | Identificar expectativas individuais | Identificar expectativas individuais |
| Necessidades pessoais | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |

| | | |
|--|--|--|
| Empreendimento econômico-solidário | Expectativas coletivas identificadas | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de Identificar expectativas | Identificar expectativas coletivas |
| Cargo/função no EES | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Expectativas individuais identificadas | Expectativas identificadas | |
| Expectativas coletivas identificadas | Aumento da probabilidade de avaliar pertinência e importância da(s) expectativa(s) identificadas | Identificar expectativas |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Empreendimento econômico-solidário | | |
| Expectativas identificadas | Avaliar pertinência e importância da(s) expectativa(s) identificadas | Avaliar pertinência e importância da(s) expectativa(s) identificadas |

| | | |
|---|--|--|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de rever expectativas individuais em função das expectativas coletivas | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Compromissos assumidos pelo EES cumpridos | Compromissos assumidos pelos EES avaliados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador participar da administração do EES | Avaliar se os compromissos assumidos estão sendo cumpridos de maneira adequada |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Compromissos assumidos com o EES identificados | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador cumprir com os compromissos assumidos pelo EES | Identificar compromisso assumidos com o EES |

| | | | |
|---|--|--|--|
| Princípios da EcoSol identificados | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | | |
| Sócio-trabalhador | Necessidade da coletividade do EES identificada | | |
| Comunidade | Identificar a necessidade da coletiva do EES | Aumento da probabilidade de avaliar pertinência e viabilidade de atender as necessidades da coletividade | Identificar a necessidade da coletiva do EES |
| Empreendimento econômico-solidário | | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Necessidade da coletividade do EES identificada | | Pertinência e viabilidade de atender as necessidades da coletividade avaliada | |
| Empreendimento econômico-solidário | Avaliar pertinência e viabilidade de atender as necessidades da coletividade | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador trabalhar de modo a considerar as necessidades da coletividade do EES | Avaliar pertinência e viabilidade de atender as necessidades da coletividade |

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados

Sócio-trabalhador

| | | | |
|---|---|--|--|
| Sócio-trabalhador | Processos que envolvem a participação do grupo de sócio-trabalhadores identificados | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar processos que envolvem a participação do grupo de sócio-trabalhadores | Aumento da probabilidade de identificar sócio-trabalhadores que desejam participar dos processos identificados | Identificar processos que envolvem a participação do grupo de sócio-trabalhadores |
| Gestão do EES | | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Processos que envolvem a participação do grupo de sócio-trabalhadores identificados | Identificar sócio-trabalhadores que desejam participar dos processos identificados | Identificado sócio-trabalhadores que desejam participar dos processos identificados | Identificar sócio-trabalhadores que desejam participar dos processos identificados |

| | | |
|---|--|---|
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de identificar oportunidades para que o grupo de sócio-trabalhadores possa participar dos processos identificados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de identificar condições para que o grupo de sócio-trabalhadores possa participar dos processos identificados | |
| Gestão do EES | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Identificado sócio-trabalhadores que desejam participar dos processos identificados | Identificar oportunidades para que o grupo de sócio-trabalhadores possa participar dos processos identificados | Oportunidades identificadas para que o grupo de sócio-trabalhadores possa participar dos processos identificados |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar oportunidades para que o grupo de sócio-trabalhadores possa participar dos processos identificados | Aumento da probabilidade de criar oportunidades para que todos os sócio-trabalhadores do grupo participem de processos diversos |

| | | | |
|---|--|--|--|
| Gestão do EES | | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Identificado sócio-trabalhadores que desejam participar dos processos identificados | | Condições identificadas para que o grupo de sócio-trabalhadores possa participar dos processos identificados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar condições para que o grupo de sócio-trabalhadores possa participar dos processos identificados | Aumento da probabilidade de criar condições para que todos os sócio-trabalhadores do grupo participem de processos diversos | Identificar condições para que o grupo de sócio-trabalhadores possa participar dos processos identificados |
| Gestão do EES | | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Oportunidades criadas para que todos os sócio-trabalhadores do grupo participem de processos diversos | Avaliar correspondência entre oportunidades criadas e os princípios da EcoSol | Correspondência entre oportunidades criadas e os princípios da EcoSol avaliada | Avaliar correspondência entre oportunidades criadas e os princípios da EcoSol |

| | | |
|---|--|---|
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador participar da administração do EES | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Gestão do EES | Correspondência entre condições criadas e os princípios da EcoSol avaliadas | Avaliar correspondência entre condições criadas e os princípios da EcoSol |
| Condições criadas para que todos os sócio-trabalhadores do grupo participem de processos diversos | | |
| Sócio-trabalhador | Avaliar correspondência entre condições criadas e os princípios da EcoSol | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador participar da administração do EES | |
| Gestão do EES | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Sócio-trabalhador | Sócio-trabalhadores que desejam participar do processo de tomada de decisão presencialmente identificados | Identificar sócio-trabalhadores que desejam participar do processo de tomada de decisão presencialmente |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade dos sócio-trabalhadores decidir sobre formação de EES de forma presencial | |

| | | |
|---|--|---|
| Gestão do EES | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Sócio-trabalhador | Processo de tomada de decisão democrática caracterizada | |
| Empreendimento econômico-solidário | Caracterizar processo de tomada de decisão democrático | Aumento da probabilidade dos sócio-trabalhadores decidir sobre formação de EES de forma democrática |
| Gestão do EES | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Formação de EES decidida de forma presencial | Formação do EES decidida | Decidir sobre formação do EES |
| Formação de EES decidida de forma democrática | Decidir sobre formação do EES | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhadores decidirem coletivamente sobre a possibilidade da existência do EES | |

| | | | |
|------------------------------------|--|--|--|
| Empreendimento econômico-solidário | trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | | |
| Gestão do EES | | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Cargos disponíveis no EES identificados | | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador participar das eleições para cargos no EES | Identificar cargos disponíveis no EES | Identificar cargos disponíveis no EES |
| Gestão do EES | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Funções disponíveis no EES identificadas | | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador participar das eleições para funções no EES | Identificar funções disponíveis no EES | Identificar funções disponíveis no EES |
| Gestão do EES | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | | |

| | | |
|---|--|---|
| Participação das eleições para cargos no EES efetivada | Participação nas eleições do EES efetivada | |
| Participação das eleições para funções no EES efetivada | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador participar no processo de decisão do EES de modo harmonioso | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | Participar de eleições no EES |
| Sócio-trabalhador | Diferenças entre os sócio-trabalhadores identificadas | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador conviver com as diferenças entre os sócio-trabalhadores | Identificar diferenças entre os sócio-trabalhadores |
| Gestão do EES | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Sócio-trabalhador | Situações nas quais é possível tomar decisões individualmente identificadas | Identificar situações nas quais é possível tomar decisões individualmente |

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador tomar decisões individualmente referente a atuação do EES

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados

Empreendimento econômico-solidário

Gestão do EES

Decisões tomadas individualmente referente a atuação do EES

Empreendimento econômico-solidário

Gestão do EES

Decisões individuais tomadas avaliadas conforme correspondência entre a prática do EES e da EcoSol

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador participar da administração do EES

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados

Avaliar se as decisões individuais tomadas são correspondentes a prática do EES e da EcoSol

Avaliar se as decisões individuais tomadas são correspondentes a prática do EES e da EcoSol

Empreendimento econômico-solidário

Identificar necessidades próprias

Necessidades próprias identificadas

Identificar necessidades próprias

| | | |
|-------------------------------------|--|---|
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de identificar possibilidade de atender as próprias necessidades | |
| Necessidades individuais | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Necessidades próprias identificadas | Possibilidade de atender as próprias necessidades identificada | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador prover necessidades próprias, familiares ou do grupo | Identificar possibilidade de atender as próprias necessidades |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Necessidades familiares identificadas | Identificar necessidades familiares |
| | | Identificar necessidades familiares |

| | | |
|---------------------------------------|--|---|
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de identificar possibilidade de atender as necessidades familiares | |
| Necessidades familiares | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Necessidades familiares identificadas | Possibilidade de atender as necessidades familiares identificada | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador prover necessidades próprias, familiares ou do grupo | Identificar possibilidade de atender as necessidades familiares |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Sócio-trabalhador | Identificar necessidades do grupo | Identificar necessidades do grupo |

| | | |
|--|--|---|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de identificar possibilidade de atender as necessidades do grupo | |
| Necessidades do grupo | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Necessidades do grupo identificadas | Possibilidade de atender as necessidades do grupo identificadas | |
| Sócio-trabalhador | Identificar possibilidade de atender as necessidades do grupo | Identificar possibilidade de atender as necessidades do grupo |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Sócio-trabalhador | Indicativos de relação de igualdade identificados | Identificar indicadores de relação de igualdade |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar indicadores de relação de igualdade | Aumento da probabilidade de estabelecer relações de igualdade |

Gestão do EES

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados

| | | |
|------------------------------------|--|--|
| Sócio-trabalhador | Indicativos de relações de cooperação identificados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar indicativos de relações de cooperação | Identificar indicativos de relações de cooperação |
| Gestão do EES | Aumento da probabilidade de estabelecer relações de cooperação | |
| | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Sócio-trabalhador | Indicativos de relações de preocupação com o bem-estar do ser humano identificados | Identificar indicativos de relações de preocupação com o bem-estar do ser humano |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar indicativos de relações de preocupação com o bem-estar do ser humano | |
| | Aumento da probabilidade de estabelecer relações de preocupação com o bem-estar do ser humano | |

Gestão do EES

Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios teoricamente estipulados

| | | |
|------------------------------------|--|---|
| Empreendimento econômico-solidário | Resultados gerais alcançados pela EcoSol identificados | Identificar resultados gerais alcançados pela EcoSol |
| Prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade de relacionar resultados alcançados pela EcoSol | |
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Diferentes tipos de instituições que influenciaram na prática da EcoSol identificadas | Identificar diferentes tipos de instituições que influenciaram na prática da EcoSol |
| Prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade de avaliar influência da atuação de diferentes tipos de instituições na prática da EcoSol | |

| | |
|--|--|
| <p>Instituições relacionadas a EcoSol</p> | <p>Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados</p> |
| <p>Diferentes tipos de instituições que influenciaram na prática da EcoSol identificadas</p> | <p>Influência da atuação de diferentes tipos de instituições na prática da EcoSol avaliada</p> |
| <p>Empreendimento econômico-solidário</p> | <p>Avaliar influência da atuação de diferentes tipos de instituições na prática da EcoSol</p> <p>Avaliar influência da atuação de diferentes tipos de instituições na prática da EcoSol</p> |
| <p>Prática econômico-solidária</p> | <p>Aumento da probabilidade de relacionar resultados alcançados pela EcoSol com a atuação de diferentes tipos de instituições</p> <p>Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados</p> |
| <p>Empreendimento econômico-solidário</p> | <p>Diferentes pessoas que influenciaram na prática da EcoSol identificadas</p> <p>Identificar diferentes pessoas que influenciaram na prática da EcoSol</p> |
| <p>Prática econômico-solidária</p> | <p>Aumento da probabilidade de avaliar a influência da atuação de diferentes pessoas na prática da EcoSol</p> <p>Identificar diferentes pessoas que influenciaram na prática da EcoSol</p> |

| | | |
|---|---|--|
| Indivíduos relacionados a EcoSol | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Diferentes pessoas que influenciaram na prática da EcoSol identificadas | Influência da atuação de diferentes pessoais na prática da EcoSol avaliada | |
| Empreendimento econômico-solidário | <p>Aumento da probabilidade de relacionar resultados alcançados pela EcoSol com a atuação de diferentes pessoas</p> <p>Avaliar a influência da atuação de diferentes pessoas na prática da EcoSol</p> | Avaliar a influência da atuação de diferentes pessoas na prática da EcoSol |
| Prática econômico-solidária | <p>Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados</p> | |
| Empreendimento econômico-solidário | <p>Diferentes atores sociais que influenciaram na prática da EcoSol identificados</p> <p>Identificar diferentes atores sociais que influenciaram na prática da EcoSol</p> | Identificar diferentes atores sociais que influenciaram na prática da EcoSol |
| Prática econômico-solidária | <p>Aumento da probabilidade de avaliar a influência da atuação de diferentes atores sociais na prática da EcoSol</p> | |

| | |
|---|--|
| <p>Atores sociais</p> | <p>Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados</p> |
| <p>Diferentes atores sociais que influenciaram na prática da EcoSol identificados</p> | <p>Influência da atuação de diferentes atores sociais na prática da EcoSol avaliada</p> |
| <p>Empreendimento econômico-solidário</p> | <p>Avaliar a influência da atuação de diferentes atores sociais na prática da EcoSol</p> |
| <p>Prática econômico-solidária</p> | <p>Avaliar a influência da atuação de diferentes atores sociais na prática da EcoSol</p> |
| <p>Resultados alcançados pela EcoSol relacionados com a atuação de diferentes tipos de instituições</p> | <p>Resultados alcançados pela EcoSol relacionados</p> |
| <p>Resultados alcançados pela EcoSol relacionados com a atuação de diferentes pessoas</p> | <p>Relacionar resultados alcançados pela EcoSol</p> |

| | | |
|---|---|--|
| Resultados alcançados pela EcoSol relacionados com a atuação de diferentes atores sociais | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Resultados gerais alcançados pela EcoSol identificados | | |
| "Clientes" do EES | Indivíduos que são "clientes" do EES identificados | |
| Empreendimento econômico-solidário | <p>Aumento da probabilidade de identificar grau de satisfação com os serviços/produtos ofertados pelo EES</p> <p>Identificar indivíduos que são "clientes" do EES</p> | Identificar indivíduos que são "clientes" do EES |
| Objetivos do EES | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Grau de bem-estar dos indivíduos identificados | |
| Sócio-trabalhador | <p>Identificar grau de bem-estar dos indivíduos</p> <p>Aumento da probabilidade de avaliar o grau de bem-estar dos indivíduos posteriormente a inauguração do EES</p> | Identificar grau de bem-estar dos indivíduos |

| | | | |
|--|---|---|--|
| Comunidade | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | | |
| Grau de bem-estar dos indivíduos identificados | Grau de bem-estar dos indivíduos avaliados posteriormente a inauguração do EES | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Avaliar o grau de bem-estar dos indivíduos posteriormente a inauguração do EES | Aumento da probabilidade de identificar necessidade de alterar o bem-estar dos indivíduos | Avaliar o grau de bem-estar dos indivíduos posteriormente a inauguração do EES |
| Objetivo do EES | | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar aspectos negativos em relação ao EES como fonte de renda | Aspectos negativos em relação ao EES como fonte de renda identificado | Identificar aspectos negativos em relação ao EES como fonte de renda |
| Sócio-trabalhador | | Aumento da probabilidade de avaliar o grau de satisfação individual com o EES como fonte de renda | |

| | | | |
|------------------------------------|---|---|--|
| Objetivo do EES | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aspectos positivos em relação ao EES como fonte de renda identificado | Identificar aspectos positivos em relação ao EES como fonte de renda | |
| Sócio-trabalhador | Identificar aspectos positivos em relação ao EES como fonte de renda | Aumento da probabilidade de avaliar o grau de satisfação individual com o EES como fonte de renda | Identificar aspectos positivos em relação ao EES como fonte de renda |
| Objetivo do EES | | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar aspectos negativos em relação ao EES como convivência social | Aspectos negativos em relação ao EES como convivência social identificados | Identificar aspectos negativos em relação ao EES como convivência social |
| Sócio-trabalhador | | Aumento da probabilidade de avaliar o grau de satisfação individual com o EES como convivência social | |

| | | |
|--|---|---|
| Objetivo do EES | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aspectos positivos em relação ao EES como fonte de convivência social identificado | |
| Sócio-trabalhador | Identificar aspectos positivos em relação ao EES como convivência social | Identificar aspectos positivos em relação ao EES como convivência social |
| Objetivo do EES | Aumento da probabilidade de avaliar o grau de satisfação individual com o EES como convivência social | Aumento da probabilidade do EES efetivar a prática econômico-solidária conforme os princípios identificados |
| Comportamentos humanos e organizacionais | Identificar meio de avaliar a efetividade dos impactos causados pelos comportamentos humanos e organizacionais na prática da EcoSol | Meio de avaliar a efetividade dos impactos causados pelos comportamentos humanos e organizacionais na prática da EcoSol identificados |
| | | Identificar meio de avaliar a efetividade dos impactos causados pelos comportamentos humanos e organizacionais na prática da EcoSol |

Aumento da probabilidade de avaliar a efetividade dos impactos causados pelos comportamentos constituintes da prática econômico-solidária

Prática econômico-solidária

Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária

Empreendimento econômico-solidário

Comportamentos humanos no contexto da EcoSol identificados

Empreendimento econômico-solidário

Aumento da probabilidade de descrever comportamentos humanos no contexto da EcoSol

Prática econômico-solidária

Identificar comportamentos humanos no contexto da EcoSol

Identificar comportamentos humanos no contexto da EcoSol

Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária

Indivíduos relacionados a EcoSol

| | | |
|------------------------------------|---|--|
| Empreendimento econômico-solidário | Comportamentos organizacionais no contexto da EcoSol identificados | |
| Prática econômico-solidária | Identificar comportamentos organizacionais no contexto da EcoSol | Identificar comportamentos organizacionais no contexto da EcoSol |
| Organizações relacionadas a EcoSol | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | |
| Prática econômico-solidária | Conhecimento desenvolvido por indivíduos que praticam a EcoSol identificados | |
| Sócio-trabalhador | Identificar conhecimento desenvolvido por indivíduos que praticam a EcoSol | Identificar conhecimento desenvolvido por indivíduos que praticam a EcoSol |
| Comunidade | Aumento da probabilidade de se sistematizar conhecimento sobre a prática econômico-solidária | |
| | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | |

| | | |
|---|---|---|
| Prática econômico-solidária | Conhecimento desenvolvido por organizações que praticam a EcoSol identificado | |
| Organizações relacionadas a EcoSol | Identificar conhecimento desenvolvido por organizações que praticam a EcoSol | Identificar conhecimento desenvolvido por organizações que praticam a EcoSol |
| Comunidade | Aumento da probabilidade de se sistematizar conhecimento sobre a prática econômico-solidária | |
| | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | |
| Conhecimento desenvolvido por indivíduos que praticam a EcoSol identificados | Conhecimento sobre a prática econômico-solidária sistematizado | Sistematizar conhecimento sobre a prática econômico-solidária |
| Conhecimento desenvolvido por organizações que praticam a EcoSol identificado | Sistematizar conhecimento sobre a prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade de sistematizar conhecimentos desenvolvidos, por indivíduos e organizações próximas e abrangentes da EcoSol, sobre a prática econômico-solidária |

| | | |
|------------------------------------|---|---|
| Prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | |
| Fontes de Informação | Conhecimentos novos sobre a prática econômico-solidária identificados | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de sistematizar novo conhecimento sobre a prática econômico-solidária | Identificar conhecimentos novos sobre a prática econômico-solidária |
| Indivíduos relacionados a EcoSol | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | |
| Prática econômico-solidária | Conceitos da prática econômico-solidária identificados | Identificar conceitos da prática econômico-solidária |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de avaliar necessidade de aprimorar conceitualmente a prática econômico-solidária | |

| | | | |
|--|---|---|--|
| Fontes de Informação | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | | |
| Conceitos da prática econômico-solidária identificados | Necessidade de aprimorar conceitualmente a prática econômico-solidária avaliada | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Avaliar necessidade de aprimorar conceitualmente a prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | Avaliar necessidade de aprimorar conceitualmente a prática econômico-solidária |
| Fontes de Informação | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | | |
| Prática econômico-solidária | Identificar instrumentos da prática econômico-solidária | Instrumentos da prática econômico-solidária identificados | Identificar instrumentos da prática econômico-solidária |
| Empreendimento econômico-solidário | | Aumento da probabilidade de avaliar necessidade de aprimorar instrumentalmente a prática econômico-solidária | |

| | | |
|---|---|---|
| Fontes de Informação | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | |
| Instrumentos da prática econômico-solidária identificados | Necessidade de aprimorar instrumentalmente a prática econômico-solidária avaliada | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de aprimorar instrumentalmente a prática econômico-solidária | Avaliar necessidade de aprimorar instrumentalmente a prática econômico-solidária |
| Fontes de Informação | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | |
| Fontes de Informação | Conhecimento disponível sobre autogestão administrativa dos EES identificadas | Identificar conhecimento disponível sobre a autogestão administrativa dos EES |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar conhecimento disponível sobre a autogestão administrativa dos EES | Aumento da probabilidade de avaliar conhecimento disponível sobre a autogestão administrativa dos EES |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Indivíduos relacionados a EcoSol | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | | |
| Conhecimento disponível sobre autogestão administrativa dos EES identificadas | Conhecimento disponível sobre a autogestão administrativa dos EES avaliada | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Avaliar conhecimento disponível sobre a autogestão administrativa dos EES | Aumento da probabilidade de produzir conhecimento sobre a autogestão administrativa dos EES | Avaliar conhecimento disponível sobre a autogestão administrativa dos EES |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | | |
| Fontes de Informação | Identificar conhecimento disponível sobre as cadeias produtivas dos EES | Conhecimento disponível sobre cadeias produtivas dos EES identificadas | Identificar conhecimento disponível sobre as cadeias produtivas dos EES |

| | | | |
|--|---|--|--|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de avaliar conhecimento disponível sobre as cadeias produtivas dos EES | | |
| | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | | |
| Indivíduos relacionados a EcoSol | | | |
| Conhecimento disponível sobre cadeias produtivas dos EES identificadas | Conhecimento disponível sobre as cadeias produtivas dos EES avaliada | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de produzir conhecimento sobre as cadeias produtivas dos EES | | |
| | Avaliar conhecimento disponível sobre as cadeias produtivas dos EES | | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | | |
| | Avaliar conhecimento disponível sobre as cadeias produtivas dos EES | | |
| Fontes de Informação | Conhecimento disponível sobre cooperativismo dos EES identificada | | |
| | Identificar conhecimento disponível sobre cooperativismo dos EES | | |
| | | | Identificar conhecimento disponível sobre cooperativismo dos EES |

| | | | |
|---|---|--|---|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de avaliar conhecimento disponível sobre cooperativismo dos EES | | |
| | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | | |
| Indivíduos relacionados a EcoSol | | | |
| | | | |
| Conhecimento disponível sobre cooperativismo dos EES identificada | Conhecimento disponível sobre cooperativismo dos EES avaliado | | |
| | Aumento da probabilidade de produzir conhecimento sobre cooperativismo dos EES | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Avaliar conhecimento disponível sobre cooperativismo dos EES | | Avaliar conhecimento disponível sobre cooperativismo dos EES |
| | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | | |
| Sócio-trabalhador | | | |
| Fontes de Informação | | | |
| | Identificar tecnologia disponível que auxilia o desenvolvimento da EcoSol | Tecnologia disponível que auxilia o desenvolvimento da EcoSol identificada | Identificar tecnologia disponível que auxilia o desenvolvimento da EcoSol |

| | | | |
|--|---|---|--|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de avaliar tecnologia disponível que auxilia o desenvolvimento da EcoSol | | |
| Indivíduos relacionados a EcoSol | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | | |
| Tecnologia disponível que auxilia o desenvolvimento da EcoSol identificada | Tecnologia disponível que auxilia o desenvolvimento da EcoSol avaliada | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade de produzir tecnologia que auxilie o desenvolvimento da EcoSol | Avaliar tecnologia disponível que auxilia o desenvolvimento da EcoSol | |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | | |
| Incubadoras de EES | Avaliar a importância das incubadoras para a prática econômico-solidária | Importância das incubadoras para a prática econômico-solidária avaliada | Avaliar a importância das incubadoras para a prática econômico-solidária |

| | | |
|-----------------------------|---|--|
| Universidades | Aumento da probabilidade de criar incubadoras universitárias de EES | |
| | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | |
| Prática econômico-solidária | | |
| Incubadoras de EES | Necessidade de criar nova incubadora universitária | |
| Universidades | Aumento da probabilidade de criar incubadoras universitárias de EES | |
| | Avaliar a necessidade de criar nova incubadora universitária | Avaliar a necessidade de criar nova incubadora universitária |
| Prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade de se produzir e divulgar conhecimento relacionado a EcoSol de modo que esse seja correspondente a prática econômico-solidária | |
| | | |
| Prática econômico-solidária | Identificar motivos para avaliar correspondência entre princípios da EcoSol e a prática do EES | Identificar motivos para avaliar correspondência entre princípios da EcoSol e a prática do EES |
| | Motivos para avaliar correspondência entre princípios da EcoSol e a prática do EES identificados | |

| | | |
|--|--|---|
| Princípios da EcoSol identificados | Aumento da probabilidade de utilizar conhecimento existente sobre EcoSol de modo criativo | |
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Prática econômico-solidária | Motivos para diferenciar a prática econômico-solidária da prática capitalista identificados | |
| Prática capitalista | Aumento da probabilidade de diferenciar a prática econômico solidária da prática capitalista | Identificar motivos para diferenciar a prática econômico-solidária da prática capitalista |
| Resultados produzidos por ambas as práticas | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados | |

| | | |
|------------------------------------|---|--|
| Prática econômico-solidária | Motivos para desenvolver uma prática econômico-solidária correspondente a descrição da coletividade e dos materiais teóricos identificados | Identificar motivos para desenvolver uma prática econômico-solidária correspondente a descrição da coletividade e dos materiais teóricos |
| Descrição da coletividade | Aumento da probabilidade de avaliar correspondência entre conceituação realizada com base em materiais teóricos e a realizada com base na descrição da coletividade | |
| Materiais teóricos | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Princípios da EcoSol identificados | Motivos para formular prática econômico-solidária identificados | Identificar motivos para formular prática econômico-solidária |
| Necessidades sociais | Identificar motivos para formular prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade de identificar classes de comportamentos relevantes para o processo de apoio, constituição e implementação do EES |

| | | | |
|--|---|--|--|
| Objetivos e metas do EES | | Aumento da probabilidade de executar prática econômico-solidária de acordo com os princípios da EcoSol e com as necessidades sociais | |
| Princípios da EcoSol identificados | Identificar motivos para distinguir os tipos de EES | Motivos para distinguir os tipos de EES identificados | |
| Prática econômico-solidária | | Aumento da probabilidade de distinguir tipos de EES | |
| Aspectos legais dos tipos de empresas e organizações | | Aumento da probabilidade de executar prática econômico-solidária de acordo com os princípios da EcoSol e com as necessidades sociais | |
| Princípios da EcoSol identificados | | Motivos para organizar as atividades econômicas sob forma de autogestão identificados | |
| Prática econômico-solidária | Identificar motivos para organizar as atividades econômicas sob forma de autogestão | Aumento da probabilidade de organizar atividades econômicas sob forma de autogestão | |
| Prática autogestionaria | | Aumento da probabilidade da prática autogestionária se efetivar dentro da prática econômico-solidária do EES | |
| | | Identificar motivos para organizar as atividades econômicas sob forma de autogestão | |

| | | |
|--|--|--|
| Necessidades sociais | Motivos para caracterizar a situação na qual o EES está envolvido identificados | |
| Sócio-trabalhador | Identificar motivos para caracterizar a situação na qual o EES está envolvido | Identificar motivos para caracterizar a situação na qual o EES está envolvido |
| Contexto histórico geografico | Aumento da probabilidade de executar a situação na qual o EES está envolvido | Aumento da probabilidade de executar prática econômico-solidária de acordo com os princípios da EcoSol e com as necessidades sociais |
| Prática econômico-solidária planejada conforme os princípios da EcoSol | Motivos para executar prática econômico-solidária planejada identificados | |
| Objetivos e metas do EES | Aumento da probabilidade de garantir resultados finais esperados da prática econômico solidária | Identificar motivos para executar prática econômico-solidária planejada |
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar como alternativa a prática capitalista | |
| Princípios da EcoSol identificados | Identificar motivos de estabelecer relações interpessoais de acordo com os princípios da EcoSol | Identificar motivos de estabelecer relações interpessoais de acordo com os princípios da EcoSol |

| | | |
|--|---|---|
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de implementar relações interpessoais de acordo com os princípios da EcoSol | |
| Prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados | |
| Prática econômico-solidária | Motivos para o sócio-trabalhador participar da gestão do EES identificados | |
| Prática autogestionária | Identificar motivos para o sócio-trabalhador participar da administração do EES | Identificar motivos para o sócio-trabalhador participar da gestão do EES |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade da prática autogestionária se efetivar dentro da prática econômico-solidária do EES | |
| Prática econômico-solidária executada pelo EES | Motivos para avaliar prática econômico-solidária executada pelo EES identificados | Identificar motivos para avaliar prática econômico-solidária executada pelo EES |
| Princípios da EcoSol identificados | Aumento da probabilidade de avaliar prática econômico solidária executada pelo EES | |

| | | | |
|---|--|--|---|
| Resultados obtidos pela prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar como alternativa a prática capitalista | | |
| Sócio-trabalhador | Motivos para promover mudanças necessárias no trabalho realizado pelo EES identificados | | |
| Empreendimento econômico-solidário | Identificar motivos para promover mudanças necessárias no trabalho realizado pelo EES | Aumento da probabilidade de promover mudanças necessárias no trabalho realizado pelo EES | Identificar motivos para promover mudanças necessárias no trabalho realizado pelo EES |
| Resultados obtidos pela prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade de executar prática econômico-solidária de acordo com os princípios da EcoSol e com as necessidades sociais | | |
| Princípios da EcoSol identificados | Identificar motivos para produzir e divulgar conhecimento sobre EcoSol | Motivos para produzir e divulgar conhecimento sobre EcoSol identificados | Identificar motivos para produzir e divulgar conhecimento sobre EcoSol |
| Prática econômico-solidária | | Aumento da probabilidade de produzir e divulgar conhecimento sobre EcoSol | |

| | | | |
|--|--|--|--|
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar como alternativa a prática capitalista | | |
| Princípios da EcoSol identificados | Motivos para socializar concepções da EcoSol identificados | | |
| Divergência entre a teoria e a prática da EcoSol | Identificar motivos para socializar concepções da EcoSol | Aumento da probabilidade de socializar concepções da EcoSol | Identificar motivos para socializar concepções da EcoSol |
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar como alternativa a prática capitalista | | |
| Prática econômico-solidária | Motivos para aplicar conhecimento e tecnologias desenvolvidas pela Universidade na prática econômico-solidária identificados | | |
| Motivos para produzir e divulgar conhecimento sobre EcoSol identificados | Identificar motivos para aplicar conhecimento e tecnologias desenvolvidas pela Universidade na prática econômico-solidária | Aumento da probabilidade de aplicar conhecimentos e tecnologias desenvolvidas pela Universidade na prática econômico-solidária | Identificar motivos para aplicar conhecimento e tecnologias desenvolvidas pela Universidade na prática econômico-solidária |

| | | | |
|--|---|---|-----------------------------|
| Conhecimentos e tecnologias desenvolvidas por Universidades | Aumento da probabilidade da prática econômico-solidária se efetivar conforme os princípios teoricamente estipulados | | |
| Lógica capitalista | Motivos para identificar características da EcoSol como movimento social identificados | Identificar motivos para identificar características da EcoSol como movimento social | |
| Prática econômico-solidária | Identificar motivos para identificar características da EcoSol como movimento social | Aumento da probabilidade de conceituar movimento social | |
| Necessidades sociais | | Aumento da probabilidade de utilizar o conhecimento disponível de modo criativo | |
| Motivos para identificar características da EcoSol como movimento social identificados | Movimento social conceituado | | |
| Prática econômico-solidária | Conceituar movimento social | Aumento da probabilidade de identificar características da EcoSol como movimento social | Conceituar movimento social |
| Necessidades sociais | | Aumento da probabilidade de utilizar o conhecimento disponível de modo criativo | |

| | | |
|--|--|---|
| Prática econômico-solidária | Motivos para identificar princípios da EcoSol identificados | Identificar motivos para identificar princípios da EcoSol |
| Sócio-trabalhador | Aumento da probabilidade de identificar princípios da EcoSol | |
| Lógica capitalista | Aumento da probabilidade de diferenciar a prática econômico solidária da prática capitalista | |
| Necessidades sociais | Fontes de informação identificadas avaliadas | |
| Fontes de informação identificadas | Aumento da probabilidade de acessar informações diversas sobre EES | Avaliar fontes de informação identificadas |
| Princípios da EcoSol identificados | Aumento da probabilidade de utilizar o conhecimento disponível de modo criativo | |
| Sócio-trabalhador | Vantagens de decidir coletivamente sobre a possibilidade da existência do EES avaliada | |
| Decisões coletivas dos sócio-trabalhadores | Avaliar vantagens de decidir coletivamente sobre a possibilidade da existência do EES | Avaliar vantagens de decidir coletivamente sobre a possibilidade da existência do EES |
| Necessidades sociais | Aumento da probabilidade de decidir coletivamente sobre a possibilidade da existência do EES | |

| | |
|--|---|
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador participar da administração do EES |
| Decisões coletivas dos sócio-trabalhadores | Desvantagens de decidir coletivamente sobre a possibilidade da existência do EES avaliada |
| Necessidades sociais | <p>Avaliar desvantagens de decidir coletivamente sobre a possibilidade da existência do EES</p> <p>Avaliar desvantagens de decidir coletivamente sobre a possibilidade da existência do EES</p> |
| Empreendimento econômico-solidário | Aumento da probabilidade do sócio-trabalhador participar da administração do EES |